

PUBLICIDADE LEGAL

Wecom Comércio, Distribuição e Serviços em Tecnologia da Informação S/A
CNPJ 10.663.782/0001-00 - NIRE 43 3 0005584 1
Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária
Ficam os senhores acionistas convocados a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia **07 de abril de 2022, às 14h30min**, na Av. Carlos Gomes nº 446 sala 401, bairro Boa Vista, na cidade de Porto Alegre (RS) e sob a plataforma digital (google meet), cujo link será encaminhado via e-mail juntamente com a cópia do Balanço Patrimonial publicado, devendo o acionista acusar recebimento e/ou confirmar no respectivo convite sua presença. Ordem do dia será: 1. Tomar as contas da administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia encerradas em 31 de dezembro de 2021; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a distribuição de dividendos; 3. Eleição dos administradores; 4. Exame, discussão, deliberação e fixação acerca da proposta para remuneração anual e global dos administradores da Companhia; 5. Assuntos Gerais. Porto Alegre (RS), 22 de março de 2022. João Luiz Martins de Oliveira - Diretor Vice-Presidente Administrativo-Financeiro.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

LOJAS RENNER S.A.
 Companhia Aberta de Capital Autorizado
 CNPJ/MF nº 92.754.738/0001-62 - NIRE 43300004848

LRN
 B3 LISTED NYM

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem, no dia 27 de abril de 2022, às 13h, em Assembleia Geral Ordinária, parcialmente digital, por meio de participação: (i) presencial, na sede da Companhia; (ii) via sistema eletrônico; ou (iii) via boletim de voto à distância, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 2. examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3. fixar o número de membros do Conselho de Administração; 4. eleger os membros do Conselho de Administração; 5. fixar o montante da remuneração global dos Administradores; 6. fixar o número de membros do Conselho Fiscal; 7. eleger os membros do Conselho Fiscal; e 8. fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho Fiscal. **Informações Gerais:** 1. A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Instrução CVM nº 481/2009. O acionista, que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia - Proposta da Administração. 2. Os acionistas que, por si ou por seus procuradores ou representantes legais, desejarem participar da AGO presencialmente, deverão comparecer à sede da Lojas Renner S.A., localizada na Av. Joaquim Porto Villanova, 401, Bairro Jardim do Salso, Porto Alegre, RS, CEP 91410-400, munidos dos documentos obrigatórios, conforme informado no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia - Proposta da Administração. Para uma melhor organização e andamento da AGO, a Companhia iniciará o cadastramento de acionistas com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência. Assim, os acionistas que forem participar presencialmente poderão encaminhar antecipadamente, aos cuidados da Área de Governança Corporativa, por meio do e-mail acionistas@lojasrenner.com.br, os documentos obrigatórios. Neste mesmo sentido, a Companhia recomenda que o acionista compareça, no dia 27 de abril de 2022, com ao menos 45 (quarenta e cinco) minutos de antecedência da Assembleia. 3. Adicionalmente, a Companhia, no intuito de facilitar a participação dos acionistas na AGO, coloca à disposição uma plataforma eletrônica, onde os acionistas poderão participar e votar de forma virtual, nos termos da Instrução CVM 481/09 ("Plataforma Virtual"). Para participação por meio deste formato, os acionistas deverão enviar, **impreterivelmente até às 23:59 do dia 25 de abril de 2022**, ao endereço eletrônico acionistas@lojasrenner.com.br, e-mail contendo as informações e documentos obrigatórios, conforme informado no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia - Proposta da Administração. 4. Em atenção ao disposto na Instrução CVM nº 165 de 11 de dezembro de 1991, alterada pela Instrução CVM nº 282 de 26 de junho de 1998, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Neste sentido, a Companhia recomenda que eventual pedido de voto múltiplo seja feito com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas, nacionais e estrangeiros. 5. Os acionistas encontrarão todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias acima no "Manual para Participação de Acionistas - Proposta da Administração - Assembleia Geral Ordinária" que está no site da Companhia <http://lojasrenner.mzweb.com.br/> e no site da CVM www.cvm.gov.br. A Companhia disponibiliza o e-mail acionistas@lojasrenner.com.br para acesso a Área de Governança Corporativa, que está apta a esclarecer qualquer dúvida em relação à Assembleia. Porto Alegre, RS, 23 de março de 2022. José Galló - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio
 O Jornal de economia e negócios do RS

BAIXE O APP JC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão



Acesso ilimitado para assinantes JC:

- Últimas notícias
- Versão para folhear
- Notificações das notícias mais importantes



PUBLICIDADE LEGAL

MAISONNAVE COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES CNPJ/MF Nº 87.191.847/0001-89 NIRC 43300006433

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V. Sas., o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2021, e respectivos demonstrativos pertinentes ao período. Colocamo-nos à inteira disposição de V.Sas. para os esclarecimentos adicionais eventualmente desejados. Porto Alegre, 16 de março de 2022.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31/12/2021 e 2020 (em milhares de reais) Pela Legislação Societária		
	2021	2020
ATIVO	2021	2020
Circulante:.....	3.934	4.232
Disponibilidades.....	13	16
Operações de Crédito.....	1.551	1.018
Deved. P/Compra de Vlr.s e Bens	2.370	3.198
Não Circulante:.....	18.742	19.656
Realizável a Longo Prazo:.....	17.432	18.363
Depósitos judiciais.....	224	202
Bens Não Destinados a Uso.....	2.054	2.056
Crédito Coligadas, Interlig.....	15.148	16.099
Créditos em Liquidação.....	6	6
Investimento	465	465
Imobilizado.....	845	823
(-) Depreciação Acumulada.....	(32.361)	(32.336)
Ativo Total.....	22.676	23.888
PASSIVO	2021	2020
Circulante:.....	8.541	8.544
Impostos e Contrib. A Recolher.....	1.965	1.963
Contas a Pagar.....	6.576	6.581
Não Circulante:.....	213.601	201.213
Exigível a Longo Prazo:.....	213.601	201.213
Contas a Pagar.....	3.908	3.908
Provisão Encargos Financeiros.....	209.348	196.960
Débitos com Sociad. Ligadas.....	345	345
Passivo Total.....	222.142	209.757
Passivo a Descoberto.....	(199.466)	(185.869)

Demonstração de Resultado - Exercícios Findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo por ação)			
	2021	2020	
Receitas Operacionais:.....	691	1.150	
Rendas de Operaç. de Crédito.....	69	52	
Rendas de Aluguéis.....	622	1.098	
Despesas Operacionais:.....	(1.547)	(1.266)	
Despesas Tributárias.....	(457)	(242)	
Despesas Administrativas.....	(726)	(685)	
Desp. c/Honor. Administrad.....	(24)	(24)	
Despesas c/Depreciação.....	(7)	(18)	
Despesas de Pessoal.....	(333)	(297)	
Despesas Financeiras Líquidas:..	(12.384)	(11.436)	
Despesas Financeiras.....	(12.389)	(11.441)	
(-) Receitas Financeiras.....	(5)	(5)	
Outras Receitas Operacionais:.....	(163)	(122)	
Rec. alien. ativo não circulante...	(193)	(278)	
(-) Desp. alien. ativo n/ circulante	(30)	(156)	
Prejuízo Líquido do Exercício:.....	(13.077)	(11.430)	
Prejuízo Liq. do Exercício P/Ação:	(4,36)	(3,82)	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) (em milhares de reais)			
	Capital Social	Lucros Prej. Acum.	Total
Saldos em 31.12.19....	39.087	(213.526)	(174.439)
Prej. liq. do exercício..		(11.430)	(11.430)
Saldos em 31.12.20....	39.087	(224.956)	(185.869)
Ajuste Exerc. Anterior.		(520)	(520)
Prej. liq. do exercício..		(13.077)	(13.077)
Saldos em 31.12.21....	39.087	(238.553)	(199.466)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios Findos em 31/12/2021 e 2020 (em milhares de reais)

1. Apresentação das Demonstrações Contábeis: Elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e atos legais posteriores. **2. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** a) **Correção Monetária** - As contas do ativo permanente e do patrimônio líquido estão corrigidas monetariamente até 01.01.96 (UFIR 0,8287). b) **Imobilizado** - De uso: Demonstrado ao custo corrigido, acrescido de reavaliação, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil dos bens. **3. Capital Social:** O capital social está representado por 2.996.038 ações sem valor nominal, divididas em 1.308.600 ordinárias e 1.687.438 preferenciais. **4. Ativos Segurados:** Em 31/12/2021 a Companhia possuía cobertura de seguro contra incêndio e roubo de R\$ 37.955 mil (R\$ 37.746 em 2020) para

os bens do imobilizado, sendo esse valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas. **5. Provisão de Encargos Financeiros:** Provisão para encargos sobre financiamentos que a empresa se propõe a pagar ao Banco Central do Brasil decorrente de Ação Ordinária impetrada pela empresa em 04/07/1990. Estão em garantia do financiamento bens não destinados a uso e as edificações. A referida ação já teve decisão judicial (parcial) favorável à empresa. **6. Ajustes de Exercícios Anteriores:** Foi constatado falta de lançamento em provisão para perda com aluguel que representou um ajuste de R\$ 520 mil.

Diretoria: Roberto de Moraes Maisonnave - Diretor
Nilda Maria de Medeiros Maisonnave - Diretora

Contador: Marcos Wienandts - CRC-RS 15.812
CPF nº 053.031.680-34

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

LOJAS QUERO-QUERO S.A. - Companhia Aberta NIRE 4330002898-4
CNPJ/ME nº 96.418.264/0218-02

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2022
Data, Hora e Local: Realizada no dia 15 de março de 2022, às 09:30, por meio de videoconferência, conforme faculdade prevista no §4º do Artigo 14 do Estatuto Social da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia").
Convocação: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.
Presença: Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia por meio de videoconferência.
Composição da Mesa: Presidente: Sr. Flávio Benício Jansen Ferreira; Secretário: Sr. Jean Pablo de Mello.
Ordem do Dia: Deliberar sobre a contratação da empresa Ernst & Young Auditores Independentes S/S como auditora independente da Companhia para o ano corrente de 2022.
Deliberações: Após discussão, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade dos votos e sem ressalvas, a autorização para contratação da empresa Ernst & Young Auditores Independentes S/S, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.366.936/0011-05 ("EY"), como empresa responsável pela auditoria independente da Companhia para o corrente ano de 2022, conforme o disposto no artigo 16, (viii) do Estatuto Social da Companhia. As atividades da EY como auditor independente da Companhia iniciam-se com a revisão das informações financeiras intermediárias do primeiro trimestre do exercício social de 2022. Fica consignado que a decisão de substituição do atual auditor independente da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, que já atua como sua auditora independente por um longo período, se deu em função de prévia recomendação e unânime consenso por parte do Comitê de Auditoria da Companhia, com base nas melhores práticas de governança corporativa.
Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos.
Assinaturas: Mesa: Flávio Benício Jansen Ferreira – Presidente da Mesa; Jean Pablo de Mello – Secretário da Mesa.
Conselheiros: Flávio Benício Jansen Ferreira – Presidente; Luiz Antonio de Moraes de Carvalho – Membro; Christiano Antoniazzi Galló – Membro Independente; Eduardo Campozana Gouveia – Membro Independente; Peter Takaharu Furukawa – Membro. Esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio, Cachoeirinha, 15 de março de 2022.
Mesa: Flávio Benício Jansen Ferreira - Presidente, Jean Pablo de Mello - Secretário, Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 8201588 em 22/03/2022 da Empresa LOJAS QUERO-QUERO S.A., CNPJ 96418264021802 e protocolo 220892369 - 18/03/2022. Autenticação: 6765EC19F7448F48E842EA85432DC9A20F7DC. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Quero-Quero Verdecard Instituição de Pagamento S.A.
NIRE 4330004716-4 | CNPJ/ME 01.722.480/0001-67

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2022
Data, Hora e Local: Realizada no dia 15 de março de 2022, às 15:00 horas, na sede social da Quero-Quero Verdecard Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia"), na Avenida General Flores da Cunha, nº 1943, sala 01, CEP 94910-003, na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul. **Mesa:** Presidente da Mesa – Peter Takaharu Furukawa; Secretário da Mesa – Jean Pablo de Mello. **Presença:** Presença da acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia, por videoconferência. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a contratação da empresa Ernst & Young Auditores Independentes S/S como auditora independente da Companhia para o ano corrente de 2022. **Deliberações:** A única acionista deliberou e aprovou, sem ressalvas, a autorização para contratação da empresa Ernst & Young Auditores Independentes S/S, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.366.936/0011-05 ("EY"), como empresa responsável pela auditora independente da Companhia para o corrente ano de 2022, conforme o disposto no artigo 9, (vii) do Estatuto Social da Companhia. As atividades da EY como auditor independente da Companhia iniciam-se com a revisão das demonstrações financeiras do primeiro semestre do exercício social de 2022. Fica consignado que a decisão de substituição do atual auditor independente da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, que já atua como sua auditora independente por um longo período, se deu em função de prévia recomendação e unânime consenso por parte da Administração da Companhia, com base nas melhores práticas de governança corporativa. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, a qual lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes. **Assinaturas: Mesa:** Peter Takaharu Furukawa – Presidente da Mesa; Jean Pablo de Mello – Secretário da Mesa. **Acionista:** Lojas Quero-Quero S.A. (p. Peter Takaharu Furukawa e Jean Pablo de Mello). A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Cachoeirinha, 15 de março de 2022. **Mesa: Peter Takaharu Furukawa -** Presidente da Mesa, **Jean Pablo de Mello -** Secretário da Mesa. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul.** Certifico registro sob o nº 8201657 em 22/03/2022 da Empresa QUERO-QUERO VERDECARD INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A., CNPJ 01722480000167 e protocolo 220892458 - 18/03/2022. Autenticação: 3E52F3BAE7589B2075F38F3AD2DA378E38A765DB. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

Continuação **Três Tentos Agroindustrial S/A - CNPJ 094.813.102/0001-70**

sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Ao custo amortizado: Devem ser mensurados ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e b) Os termos contratuais do ativo financeiro que derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos do principal e juros sobre o valor do principal em aberto. • Ao valor justo por meio do resultado: O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** Nas datas do balanço a Companhia avalia a existência de indicadores que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros possam não ser recuperáveis. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido após seu reconhecimento inicial, quando este(s) evento(s) de perda tenha(m) impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro em questão. **(ii) Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao custo amortizado (CA): Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e outros passivos financeiros contraiados e concedidos, sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR): Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado. **(iii) Desreconhecimento e compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Um passivo financeiro é desreconhecido quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Instrumentos financeiros derivativos: Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como por exemplo, contratos de moeda a termo, contratos de commodity a termo e contratos futuros em bolsa (CBOT), para proteger seus riscos de taxa de câmbio e preços de commodities. Esses instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo subsequentemente mensurados ao valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. **2.12. Valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como, por exemplo, estoques) ao valor justo em cada data de reporte. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. **2.13. Reconhecimento da receita:** O CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) a identificação das obrigações de desempenho; (iii) a determinação do preço da transação; (iv) a alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que atua como principal em todas as suas operações. **2.14. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: Os ativos e passivos fiscais para o exercício atual são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e leis fiscais utilizadas para determinar o valor são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor nas datas de encerramento. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados como ativos ou passivos não circulantes e meturados às alíquotas esperadas para o ano em que o ativo é realizado ou o passivo liquidado com base nas alíquotas que estavam em vigor ou substancialmente em vigor nas datas de encerramento. Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja

disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. **Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor dos impostos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas sobre a compra de ativos ou serviços não for recuperável. Nesse caso, os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou parte do item de despesa, quando aplicável. Os valores a receber e a pagar são apresentados incluindo o valor do imposto sobre vendas. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Alíquotas	
17,5%	Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS)
7,6%	Contribuição para Seguridade Social (COFINS)
1,65%	Programa de Integração Social (PIS)
14%	INSS
5%	ISSQN

Nas demonstrações do resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos. **2.15. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis (impairment):** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Para a data do balanço, a Companhia avaliou a existência de indicadores de que seus ativos, com vida útil definida, pudessem apresentar desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. **2.16. Ajustes a valor presente:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **2.17. Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método indireto, e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) (IAS 7). **2.18. Demonstração do valor adicionado (DVA):** A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída. Essa demonstração é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS. **2.19. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. **2.20. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • E caixa ou equivalente patrimonial não afetam a sua classificação. Um ativo é classificado no não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, a opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. **2.21. Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. **2.22. Informação por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão e estão apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, onde se concentra a tomada das principais decisões operacionais da Companhia. **2.23. Novas normas contábeis: Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante.** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis.** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. A adoção antecipada é permitida se divulgada. A Companhia está em processo de avaliação dos possíveis impactos da adoção dessa norma. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement: Divulgação de políticas contábeis.** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. Não existem outras novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: **Estoques e compromissos de compra e venda de commodities e instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia valoriza as contas a receber atreladas ao recebimento de commodities, bem como o seu estoque de commodities, e as contas a pagar a fornecedores a fixar de commodities pelo valor justo na data de reporte, sendo as variações do valor justo registradas em contra partida ao custo das mercadorias e produtos vendidos na demonstração do resultado. As commodities comercializáveis são negociadas livremente, em mercado ativo e podem ser vendidas sem processamento adicional significativo. A Administração estima o valor de mercado com base nos preços cotados em bolsas de valores, ajustados para refletir diferenças em mercados locais. Como parte de sua gestão de risco de preços, principalmente para fins comerciais, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo de commodities, bem como por contratos futuros em bolsa (CBOT), os quais são também mensurados ao valor justo, tendo suas variações registradas em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos na demonstração do resultado. A administração reconhece contabilmente o valor justo das contas a receber de cédula de produtor rural e dos contratos de compra e venda a termo que são liquidados com a entrega física, por esta ser a prática da Companhia para contratos similares, com o propósito de negociação e obtenção de margens em suas operações comerciais de commodities. **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas periodicamente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos são destacadas a seguir: **Pagamentos baseados em ações:** O valor justo das opções outorgadas pela Companhia nos planos de opções é mensurado no momento da outorga, com base em determinadas premissas. Essas premissas requerem a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. O reconhecimento do custo como o plano de opções foi mensurado com base no valor justo das ações outorgadas utilizando o modelo Binomial, conforme detalhado na Nota 25. **Tributos sobre o lucro:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos, incluindo aqueles relacionados a subvenções governamentais usufruídas pela Companhia, e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Cada o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza das regras e a complexidade das disposições tributáveis e pela existência de diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para o imposto de renda está adequada baseado-se em avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos. A Companhia constituiu provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes de regular provisões tributárias para entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Conforme divulgado na Nota 24, a Companhia usufrui de subvenções governamentais correspondentes à isenção e redução de base de cálculo do ICMS, decorrentes dos convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, com respaldo na Lei Complementar nº 160/2017. O benefício relativo à redução no pagamento do ICMS é calculado sobre o valor apurado das saídas em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal, sendo esses valores excluídos na apuração do IRPJ e da CSLL da Companhia. A Administração da Companhia está acompanhando de regular a evolução das discussões sobre este benefício, considerando que as autoridades fiscais têm se pronunciado através de soluções de consulta, a Companhia obtém, periodicamente, atualização formal de seus consultores tributários sobre o tema e mantém o seu entendimento quanto a adequação da metodologia de cálculo do referido benefício. Dessa forma, com base nas informações disponíveis no mercado e na opinião de seus consultores tributários, entende que as chances de êxito, no caso de eventual questionamento e discussão quanto aos valores excluídos na apuração do IRPJ e da CSLL junto às autoridades fiscais, são superiores a 50%, mesma conclusão do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Nesse contexto, em atendimento às práticas contábeis aplicáveis, mais notadamente o CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro e interpretações relacionadas (IFRIC 22/IAS 23), não é qualquer provisão para perdas constituída relacionada a esse assunto. Conforme divulgado na Nota 19, a Companhia possui créditos tributários diferidos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A Nota 14 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido.

4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras:

4.1 Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	99.665	152.455
Câmbio a realizar (*)	-	43.056
Aplicações de liquidez imediata	251.925	57.181
Renda fixa (**)	104.680	57.181
Fundo de investimento exclusivo (Nota 4.3)	107.245	-
Total	351.590	252.692

(*) Os câmbios a realizar referem-se a recebimentos de exportações mantidos em instituição financeira, pendentes de fechamento de contratos de câmbio na data de encerramento das demonstrações financeiras. (**) Incluem certificados de depósitos bancários (CDB), operações compromissadas e investimentos em títulos, com seus rendimentos atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI Mensal), a uma taxa média de 82,01% em 31 de dezembro de 2021. As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em caixa, apresentando-se em um montante conhecido e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4.2 Aplicações financeiras:

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras	-	-
Fundo de investimento exclusivo	739.022	-
Total	739.022	-

4.3 Fundo de investimento exclusivo:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	147.245	-
CDB	107.879	-
Compromissada IPCA	39.366	-
Aplicações financeiras	739.022	-
CDB	410.329	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	160.555	-
Letras Financeiras	168.118	-
Total	886.247	-

O fundo de investimento exclusivo Hat Trick RF CP é um fundo de renda fixa de créditos privados e públicos sob gestão, administração e custódia do Banco BTG Pactual. Não há prazo de carência para resgate de quotas, ou seja, podem ser resgatadas em D+0. Desde 03 de agosto de 2021, o fundo é exclusivamente para o benefício da Companhia. Desta forma, de acordo com a instrução CVM 408/04, cada um dos ativos do fundo foi registrado de acordo com suas características, observando sua liquidez e prazo de vencimento, o

que se traduz em disponibilidade para resgate. A criação do fundo tem como objetivo segregar os recursos captados pelo IPO e manter o poder de compra para realização dos investimentos previstos no plano de investimentos da Companhia. O fundo de investimento não tem obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, às taxas de custódia, às taxas de auditoria e a às despesas. Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração dos investimentos do fundo e aplicações é de 112,86% do CDI mensal. Os ativos estão compostos em 58,47% por CDB, 18,97% por Letras Financeiras e 22,56% por Notas do Tesouro Nacional (NTN-B). A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras.

5. Contas a receber de clientes:

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber no mercado externo	409.323	211.266
Contas a receber no mercado interno	60.627	55.036
Cédula de produtor rural (CPR)	180.666	294.314
Contas a receber de partes relacionadas	72.566	79.238
	723.182	639.854
(-) Prov. para créditos de liquid. duvidosa	(6.506)	(5.608)
Total de contas a receber	716.676	634.246

Circulante 701.919 634.246
Não circulante 14.757 -

As "Contas a receber - cédula de produtor rural" são originadas na venda de produtos a clientes mediante o recebimento do pagamento em grãos. Essas contas a receber são valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 8. A comercialização de insumos para o recebimento em commodities agrícolas é parte da estratégia de origemação de grãos da Companhia, para a consecução de sua atividade de comercialização de commodities agrícolas. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a análise dos saldos das contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
705.632	625.307	
11.044	8.939	
8.727	3.660	
1.788	741	
529	95	
-	150	
-	4.293	
716.676	634.246	

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes, não sendo esperadas perdas significativas considerando o histórico da Companhia e as garantias existentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída pela Companhia é considerada suficiente para cobrir as perdas prováveis com as contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentada a seguinte movimentação:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	(5.608)	(7.246)
Adições	(5.683)	(4.212)
Realizações	4.785	5.850
Saldo no final do exercício	(6.506)	(5.608)

6. Impostos a recuperar:

	31/12/2021	31/12/2020
102.255	102.355	
34.351	37.552	
8.483	4.585	
40.138	22.331	
378	305	
30	-	
185.635	167.128	

Circulante 63.576 45.169
Não circulante 122.059 121.959

Os saldos a recuperar de PIS e COFINS se referem, basicamente, aos créditos presumidos apurados sobre as vendas da operação de extração de farelo de soja, óleo degomado e casca de soja, além da produção de biodiesel. Estes créditos são utilizados pela Companhia mediante compensação com impostos a pagar ou são efetuados pedidos de ressarcimento em caixa. Os saldos a recuperar de imposto de renda e contribuição social se referem, substancialmente, a créditos tributários extemporâneos decorrentes do benefício de subvenções governamentais para investimento conforme Nota 24. A realização desses créditos ocorre mediante compensação com impostos a pagar ou através de pedidos de ressarcimento em caixa.

7. Estoques: Os estoques de commodities estão apresentados devidamente ajustados a valor justo em contrapartida do resultado. Os estoques de insumos, sementes, produtos prontos e peças agrícolas foram avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais não superam os valores de mercado, vigentes na data do balanço. O grupo de estoques está assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
97.406	9.032	
457.609	424.089	
35.135	29.134	
44.100	4.661	
11.897	3.048	
646.147	469.964	
671.718	264.656	
108.838	48.903	
780.356	313.559	
1.426.503	783.522	

(*) Os adiantamentos foram concedidos em negociações com fornecedores de proteção de cultivo e fertilizantes. Esses adiantamentos foram efetuados em função de negociações de preço e volume de produtos. As cotações médias utilizadas para a valorização dos estoques de commodities na data das demonstrações financeiras foram obtidas por meio de fontes públicas independentes, e são como segue:

	2021		2020
Valor R\$ sacas/ton	Quantidade	Saldo	
Soja*	188,00	1.713	322.111
Milho*	100,00	264	26.351
Trigo*	101,00	2.342	237.445
Semente soja**	469,00	158	74.043
Semente trigo **	124,00	43	5.355
Outras sementes**	128,25	197	6.413
Farelo***	2.133,00	45	96.144
Óleo***	7.402,00	2	12.494
			780.356

(*) Em milhares de sacas de 60kg. (**) Em milhares de sacas de 40kg. (***) Em milhares de toneladas.

8. Valor justo: A tabela abaixo apresenta uma análise dos instrumentos financeiros e estoques mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial a valor justo:

	31/12/2021	31/12/2020
(Nível 2)	205.755	201.183
(Nível 2)	180.666	394.314
Instrumentos financeiros	25.089	6.869
Contratos a termo de commodities	21.183	5.491
Operações de swap sobre empréstimos	3.906	1.378
Ativo ambiental	714	764
Estoques commodities (Nota 7)	780.356	313.559
Total ativo	986.825	615.506
Instrumentos financeiros passivos		
Fornecedores a fixar de commodities (Nota 11)	740.918	174.308
Instrumentos financeiros	39.402	26.788
Contratos a termo de commodities	34.565	26.309
Contratos futuros - CBOT	2.799	479
Operações Swap sobre empréstimos	2.038	-
Total passivo	780.320	201.096
9. Direito de uso e passivo de arrendamento:		
A movimentação dos		
ativos de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2021		
- está apresentada abaixo:		
Saldo em 31/12/2019	8.827	
Adições de novos contratos	110	
Distrato de contrato do ativo	(901)	
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(2.110)	
Saldo em 31/12/2020	926	
Adições de novos contratos	16.773	
(-) Amortização do ativo de direito de uso	(4.119)	
Saldo em 31/12/2021	13.580	

continua ...

Continuação		Três Tentos Agroindustrial S/A - CNPJ 094.813.102/0001-70																			
A movimentação do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está apresentada abaixo:		Em 31 de dezembro de 2021		Saldo em 31/12/2021		13.873		<i>(continuação da nota 14)</i>		2021		2020									
Saldo em 31/12/2019	3.969	Passivo circulante		4.204		Estoques		1.713		2.342		Estoques									
Adições de novos contratos e remensurações do passivo de arrendamento	110	Passivo não circulante		9.669		Contas a receber - CPR		902		93		Contas a receber - CPR									
Distrato de contratos do passivo	(939)	Em 31 de dezembro de 2021 a análise dos saldos das contas de arrendamentos passivos por vencimento é a seguinte:		4.204		Contratos a termo de commodities - compra		2.048		259		Contratos a termo de commodities - compra									
Realização do AVP sobre passivo de arrendamento (-) Pagamentos	(2.314)	Até 1 ano		4.521		Contratos a termo de commodities - venda		(1.067)		(377)		Contratos a termo de commodities - venda									
Em 31 de dezembro de 2020	994	De 1 a 2 anos		2.857		Fornecedores a fixar commodities		(3.654)		(228)		Fornecedores a fixar commodities									
Adições de novos contratos e remensurações do passivo de arrendamento	16.773	De 2 a 3 anos		2.154		Exposição líquida à variação de preço		(58)		11		Exposição líquida à variação de preço									
Realizações do AVP sobre passivo de arrendamento (-) Pagamentos	(4.785)	De 3 a 4 anos		60		A variação da mensuração a valor justo dos contratos incluídos na gestão de risco de preço das commodities é registrada em contrapartida ao custo das mercadorias e produtos vendidos, e totalizou despesa de R\$113.871 em 31 de dezembro de 2021 (despesa de R\$40.349 em 31 de dezembro de 2020). <i>Análise de sensibilidade do preço das commodities:</i> A análise de sensibilidade a seguir apresentada foi determinada com base na exposição a preços de commodities ao final do exercício. Esse cenário reflete a expectativa da Administração da Companhia em relação a esse fator de risco, que poderia afetar o resultado antes dos impostos.		47		13.873		Soja		Milho		Trigo					
10. Imobilizado:		De 4 a 5 anos		13.873		Soja		1.713		2.342		Soja		Milho		Trigo					
Custo	Terrenos	Edificações	Instalações	Veículos	Máquinas e equip.	Móveis e utens.	Equipamentos de comput.	Outros	Imobilizado em andam.	Total	Cotação em 31/12/2021	Exposição	25% de aumento	50% de aumento	25% de redução	50% de redução	Cotação	Efeito			
Saldo em 31/12/2019	16.554	153.492	15.209	34.964	82.581	2.047	2.683	5.224	27.520	340.274	Atual	235,00	282,00	161,056	141,00	(80,528)	141,00	94,00	(161,056)		
Adições	455	16	29	2.624	2.156	235	985	132	70.902	77.534	209,72	85,901	279,18	83,941	139,59	(41,970)	83,941	93,06	(83,941)		
Adições (Incorporação)	7.886	46.293	6.861	6.731	20.408	636	399	479	8.383	98.076	167,77	16,624	209,72	171,801	125,83	(85,901)	125,83	83,89	(171,801)		
Baixas	-	-	-	(1.396)	(952)	(51)	(231)	(3.722)	(778)	(7.130)	(1.067)	(27,065)	(235,24)	(50,200)	(282,29)	(100,399)	141,14	50,200	94,10	(100,399)	
Transferências (-)	-	422	479	-	2.214	42	7	517	(3.681)	-	(828,778)	215,10	(157,194)	258,12	(314,389)	129,06	157,194	86,04	314,389		
Saldo em 31/12/2020	24.895	200.223	22.578	42.923	106.407	2.909	3.843	2.630	102.346	508.754	11	15.026	187	374	(187)	(187)	15.026	187	374	(187)	
Adições	2.300	789	379	24.808	2.824	1.121	1.904	234	362.832	397.191	Cotação em 31/12/2021	Exposição	25% de aumento	50% de aumento	25% de redução	50% de redução	Cotação	Efeito			
Baixas	-	(477)	-	(1.062)	(203)	(5)	(17)	-	(47)	(1.811)	Atual	264	100,00	26,351	125,00	6,588	150,00	13,176	75,00	(6,588)	
Transferências (-)	2.590	44.336	6.782	880	33.389	18	262	264	(88.854)	(333)	93	99,44	9,248	124,30	2,312	149,16	4,624	74,58	(2,312)	49,72	(4,624)
Saldo em 31/12/2021	29.785	244.871	29.739	67.549	142.417	4.043	5.992	3.128	376.277	903.801	259	88,08	423	110,10	5,703	132,12	11,406	66,06	(5,703)	44,04	(11,406)
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(377)	99,73	(931)	124,67	(9,400)	149,60	(18,800)	74,80	9,400	49,07	(18,800)
Saldo em 31/12/2019	-	(21.976)	(7.636)	(17.622)	(31.163)	(798)	(1.680)	(1.204)	-	(82,079)	(228)	88,00	(20,065)	110,00	(5,016)	132,00	(10,032)	66,00	5,016	44,00	10,032
Depreciação	-	(4.791)	(1.709)	(2.522)	(6.894)	(265)	(385)	(680)	-	(17,246)	11	15.026	187	374	(187)	(187)	15.026	187	374	(187)	(187)
Baixa de depreciação	-	-	-	1.008	255	51	59	1.018	-	2.391	Cotação em 31/12/2021	Exposição	25% de aumento	50% de aumento	25% de redução	50% de redução	Cotação	Efeito			
Depreciação (Incorporação)	-	(864)	(518)	(1.974)	(1.512)	(129)	(187)	(72)	-	(5,256)	Atual	2.342	101,00	237,445	126,25	59,127	151,50	118,254	75,75	(59,127)	
Saldo em 31/12/2020	(27.631)	(9.863)	(21.110)	(39.314)	(1.141)	(2.193)	(938)	(102.190)	(23.137)	(1.078)	2	75,89	152	94,86	38	113,84	76	56,92	(38)	37,95	(76)
Depreciação	-	(4.457)	(2.698)	(5.768)	(8.944)	(353)	(660)	(257)	-	(124,249)	91	83,17	(196)	103,97	1,892	124,76	3,784	62,38	(1,892)	41,59	(3,784)
Baixa de depreciação	-	361	-	593	110	3	11	-	-	1.078	(1.512)	88,04	(2,238)	110,05	(33,280)	132,06	(66,559)	66,03	33,280	44,02	66,559
Saldo em 31/12/2021	(31.727)	(12.561)	(26.285)	(48.148)	(1.491)	(2.842)	(1.195)	(124.249)	(1.078)	(124.249)	82,60	(91,441)	103,25	(22,860)	123,90	(45,721)	61,95	22,860	41,30	45,721	
Valor Residual	Saldo em 31/12/2020	24.895	172.592	12.715	21.813	67.093	1.768	1.650	1.692	102.346	406.564	143.722	4.917	9.834	(4.917)	(4.917)	143.722	4.917	9.834	(4.917)	
Saldo em 31/12/2021	29.785	213.144	17.178	41.264	94.269	2.552	3.150	1.933	376.277	709.552	184	143.722	4.917	9.834	(4.917)	(4.917)	184	143.722	4.917	9.834	
(*) O montante residual de R\$333 se refere a transferências do ativo imobilizado para o ativo intangível. a) Imobilizado em andamento: As imobilizações em andamento em 31 de dezembro de 2021 se referem, principalmente, a ampliações de unidades da Companhia, com novos depósitos para grãos e insumos; ampliação e reforma da planta fabril de Cruz Alta para duplicação da capacidade de esmagamento, com previsão de conclusão total das obras no exercício de 2022; construção da fábrica em Vera/MT, que segue conforme o planejamento com a construção das primeiras edificações com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2023; projeto de cogeração de energia na unidade de Ijuí/RS; aquisição de uma unidade de recebimento de grãos em Matupá/MT, além de novas filiais nas cidades de Alegrete/RS, Uruguiana/RS, Horizontina/RS, Santiago/RS, São Borja/RS, Uruçuiana/RS, Vacaria/RS, Vera/MT e terreno em Sinop/MT. No decorrer do ano foram concluídas as reformas e ampliações nos armazéns, setor de extração, balanças, escritórios, linha férrea e aquisição de máquinas na unidade de Cruz Alta/RS. Nesse mesmo exercício, foram concluídas as obras de ampliação nas unidades de Camaquã/RS, Campo Novo/RS, Capão do Cipó/RS, Dom Pedro/RS, Ijuí/RS (recebimento de grãos), Tupaciretã/RS e Pelotas/RS, além de conclusão da reforma no Centro de Eventos junto ao Centro Tecnológico (Cetec) da Companhia e ampliações envolvendo aquisição de máquinas e equipamentos na planta de Biodesil, além da conclusão parcial nas obras da unidade de Horizontina/RS e do projeto de cogeração de energia na unidade de Cruz Alta/RS e ampliações na estrutura de recebimento de grãos em Cruz Alta/RS. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia registrou o montante de R\$ 12.606 referente a juros sobre financiamentos para aquisição de imobilizado. O valor foi alocado no grupo de imobilizado em andamento para posterior imobilização assim que o ativo financiado estiver concluído. No período, a taxa média de capitalização dos financiamentos foi de 4,97% ao ano. b) Garantias: Nas datas de levantamento das demonstrações financeiras existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos e financiamentos, atrelados ao seu próprio financiamento, conforme demonstrado na Nota 12. c) Valor recuperável do ativo imobilizado (Impairment): O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar indicativos de impairment. d) Doações recebidas: A Companhia recebeu em doação terreno urbano medindo 4.829,55 m², avaliado em R\$ 507, oriundo da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Sul, conforme escritura de fevereiro de 2020 (transação não-caixa).																					
11. Fornecedores: Os fornecedores de bens e serviços estão representados:		31/12/2021	31/12/2020	475.422	659.155	659.155	33.086	740.918	174.308	866.549	A operação de fornecedores a fixar de commodities se refere a obrigação da Companhia com o produtor rural que já entregou produtos agrícolas, porém ainda não definiu a data e por consequência o valor final da operação, o qual fica vinculado ao valor de mercado do ativo entregue até a data em que for fixado, podendo ser realizado a qualquer momento, por decisão do produtor rural, sendo valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 8. Por não existir um prazo específico, o saldo total dessas operações é classificado no passivo circulante. Operações de risco sacado: Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía o montante de R\$9.990 atrelado a operações de risco sacado, com prazo médio de vencimento de 10 meses. A operação é oriunda da negociação comercial decorrente da necessidade de antecipação de pagamento pelos fornecedores, salientando que não houve modificações das condições de pagamentos e de preços negociados com os fornecedores em função dessa transação.										
12. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos estão assim representados:		31/12/2021	31/12/2020	1.225.903	1.746.549	1.746.549	866.549	1.225.903	1.746.549	A operação de fornecedores a fixar de commodities se refere a obrigação da Companhia com o produtor rural que já entregou produtos agrícolas, porém ainda não definiu a data e por consequência o valor final da operação, o qual fica vinculado ao valor de mercado do ativo entregue até a data em que for fixado, podendo ser realizado a qualquer momento, por decisão do produtor rural, sendo valorizadas ao valor justo, conforme descrito na Nota 8. Por não existir um prazo específico, o saldo total dessas operações é classificado no passivo circulante. Operações de risco sacado: Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía o montante de R\$9.990 atrelado a operações de risco sacado, com prazo médio de vencimento de 10 meses. A operação é oriunda da negociação comercial decorrente da necessidade de antecipação de pagamento pelos fornecedores, salientando que não houve modificações das condições de pagamentos e de preços negociados com os fornecedores em função dessa transação.											
Modalidade		Data de vencimento	Taxa média	Circulante	N Circulante	Circulante	N Circulante	Circulante	N Circulante	Instrumento financeiro											
Capital de giro	jan/22 a dez/25	2,65%	171.978	153.591	206.514	110.391	206.514	110.391	110.391	Bancos											
Financiamentos	jan/22 a jul/25	4,97%	27.421	122.820	82.758	125.009	82.758	125.009	125.009	Corretoras											
Adiantamento contrato de câmbio	jan/22 a mar/22	3,05%	108.115	98.320	98.320	-	98.320	-	-	Clientes - mercado externo											
Adiantamento para exportação	jan/22 a mar/23	5,37%	181.352	34.423	98.320	-	98.320	-	-	Fornecedores											
Total			488.866	310.834	406.155	235.400	406.155	235.400	235.400	Empréstimos e financiamentos											
Moeda estrangeira (USD)		Saldo em 31/12/2021	% sobre Total	Saldo em 31/12/2020	% sobre Total	Instrumento financeiro															
Moeda estrangeira (USD)	192.873	24%	121.115	19%	Aplicações financeiras																
Moeda nacional (BRL)	606.827	76%	520.440	81%	Aplicações financeiras - fundos																
	799.700	100%	641.555	100%	Empréstimos e financiamentos																
As garantias da Companhia para os empréstimos e financiamentos estão representadas conforme abaixo:		31/12/2021	31/12/2020	1.305.176	1.349.943	Instrumento financeiro															
Alienação fiduciária - imóveis	160.509	164.495	164.495	164.495	Aplicações financeiras																
Alienação fiduciária (bens móveis) e hipotecas	9.447	35.501	35.501	35.501	Aplicações financeiras - fundos																
Avais	556.837	279.301	279.301	279.301	Empréstimos e financiamentos																
Estoques	12.907	162.258	162.258	162.258	Nota de crédito à exportação																
	799.700	641.555	641.555	641.555	Total																
Os montantes registrados no passivo em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:		31/12/2021	31/12/2020	1.305.176	1.349.943	Instrumento financeiro															
2021	-	406.155	406.155	406.155	Aplicações financeiras																
2022	488.866	99.731	99.731	99.731	Aplicações financeiras - fundos																
2023	193.901	32.238	32.238	32.238	Empréstimos e financiamentos																
Após 2023	116.933	103.431	103.431	103.431	Nota de crédito à exportação																
	799.700	641.555	641.555	641.555	Total																
A Companhia não possui contratos de empréstimos em 31 de dezembro de 2021 que preveem o cumprimento de compromissos financeiros ("covenants"). Linhas de crédito: Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui R\$798.392 em linhas de crédito aprovadas, porém ainda não utilizadas. Adicionalmente, a Companhia possui relacionamento com outras instituições financeiras que lhe disponibilizam linhas de crédito para avaliação dentro do curso normal dos negócios, podendo ser acessadas dentro do processo de gerenciamento de liquidez da Companhia.																					
13. Instrumentos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. As atividades da Companhia expõem a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, sendo eles respectivamente risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, sendo tais riscos mitigados pela administração, buscando minimizar e projetar possíveis efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.																					
Ativos financeiros	31/12/2021	31/12/2020	1.888.146	948.817	Instrumento financeiro																
Custo amortizado	591.085	394.178	394.178	394.178	Aplicações financeiras																
Contas a receber	536.010	339.932	339.932	339.932	Aplicações financeiras - fundos																
Outros ativos financeiros	55.075	54.246	54.246	54.246	Empréstimos e financiamentos																
Valor justo por meio do resultado	1.297.061	554.639	554.639	554.639	Nota de crédito à exportação																
Caixa e equivalentes de caixa	351.590	252.692	252.692	252.692	Total																
Aplicações financeiras	739.002	-	-	-	Aplicações financeiras																
Cédula de produtor rural (CPR)	180.666	294.314	294.314	294.314	Aplicações financeiras - fundos																
Contratos a termo de commodities	21.183	5.491	5.491	5.491	Empréstimos e financiamentos																
Operações de swap sobre empréstimos	3.906																				

Continuação

Três Tentos Agroindustrial S/A - CNPJ 094.813.102/0001-70

contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas.

Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos

requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões

econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. •

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2022.
ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.
 CRC-2SP015199/F-7.
Guilherme Ghidini Neto - Contador
 CRC-RS 067795/O-5

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



TREVISA INVESTIMENTOS S. A.
CNPJ 92.660.570/0001-26 - NIRE 433.0000.8061 - COMPANHIA ABERTA

www.trevisa.com.br

Relatório da Administração

Mensagem aos acionistas: A Administração da Trevisa Investimentos S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e de um breve relato das principais questões que refletiram nos resultados da Companhia e de suas controladas.

1. TREVISA INVESTIMENTOS S. A.: Empresa holding, cujas atividades estão voltadas à participação no capital das controladas Navegação Aliança Ltda., Florestamento Treflor Ltda. e à locação de salas comerciais. Os auditores BDO RCS Auditores Independentes SS são contratados para executar apenas os serviços de auditoria na Companhia e em suas controladas. A Companhia encerrou o exercício de 2021 com um resultado positivo de R\$ 14.388 mil, decorrente, principalmente, da equivalência patrimonial em suas controladas. No ano anterior o resultado foi de R\$ 8.003 mil. O prédio onde está localizada a sede da Companhia em Porto Alegre, RS, destina-se à locação de salas comerciais e encerrou o exercício de 2021 com uma receita líquida de R\$ 980 mil. No ano anterior a receita líquida de locação foi de R\$ 1.011 mil, representando uma diminuição de 3,1%. O empurrador Aquarius, de propriedade da Companhia, gerou uma receita líquida de R\$ 483 mil de afretamento. Com vistas a uma simplificação operacional, em julho de 2021, a Trevisa vendeu o referido

empurrador para a controlada Navegação Aliança Ltda. pelo valor residual contábil de R\$ 4.317 mil.
2. NAVEGAÇÃO ALIANÇA LTDA.: A Empresa transportou no ano 4.476 mil toneladas de grãos sólidos, celulose e madeira, contra 3.997 mil toneladas no ano anterior, representando um aumento de 12%. Os principais produtos transportados pela Empresa no período foram: celulose, madeira, fertilizante, soja e farelo, carvão e trigo, correspondendo a 92% do volume total. A receita líquida do exercício foi de R\$ 131.046 mil, contra R\$ 104.271 mil em relação ao mesmo período do ano anterior, representando um aumento de 25,7%. A Empresa encerrou o exercício com um resultado positivo de R\$ 19.284 mil. No ano anterior o resultado foi de R\$ 11.235 mil. Em dezembro de 2021 a Empresa adquiriu o comboio, que vinha sendo afretado, composto por um empurrador e quatro barcaças, com 7.200 toneladas de capacidade estática. O valor do investimento foi de R\$ 7.879 mil. Com relação ao impacto do covid-19 nas operações da empresa e, seguindo orientações governamentais, foi implantado um plano de ação preventivo divulgado aos seus colaboradores, terceiros e fornecedores. Além disso, a empresa vem trabalhando em conjunto com os seus clientes e terminais portuários no sentido de proteger e mitigar eventuais riscos à saúde das pessoas. Para garantir a segurança de todos, a Companhia vem incentivando seus colaboradores a

não perder a imunização, criando um ambiente seguro para o retorno normal das atividades.
3. FLORESTAMENTO TREFLOR LTDA.: Em 17 de outubro de 2019 a empresa celebrou contrato de venda de seus ativos florestais e da terra nua. Com a venda de seus ativos a operação de reflorestamento foi descontinuada. O resultado da operação descontinuada no exercício de 2021 foi negativo de R\$ 379 mil. Os efeitos nas demonstrações contábeis estão devidamente demonstrados de forma analítica na nota explicativa de Operações Descontinuadas (nota 3).
4. Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis: Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conjunto das demonstrações contábeis, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.
5. Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes: Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos Auditores Independentes, datado de 22 de março de 2022, relativo ao conjunto das demonstrações contábeis, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Porto Alegre, 22 de março de 2022. **A ADMINISTRAÇÃO**

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	(Reapr.)	2021	(Reapr.)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.464	5.056	14.654	21.720
Clientes	5	185	237	10.640	6.847
Estoques		-	-	373	258
Impostos a recuperar		585	617	757	511
Adiantamento a fornecedores	3	-	-	439	318
Despesas antecipadas		212	5	1.456	1.000
Outros ativos		-	1	197	741
Ativos de operações descontinuadas	3	-	-	1.866	5.712
Total do circulante		2.449	5.916	30.382	38.107
Não circulante					
Partes relacionadas	6	5.577	2.177	-	-
Depósitos para recursos		224	325	844	1.209
Impostos a recuperar		-	-	-	1
Imposto de renda e contribuição social diferido	21	-	-	2.133	1.624
Propriedades para investimento	7	13.003	13.435	8.830	9.728
Investimentos em controladas	8	94.182	82.615	-	-
Investimentos em instrumentos patrimoniais		2	2	5	5
Imobilizado	9	1.023	5.216	112.776	99.830
Ativo de contrato - direito de uso	10	-	-	1.038	-
Intangível	11	-	5	178	496
Ativos de operações descontinuadas	3	-	-	89	123
Total não circulante		114.011	103.775	125.893	113.016
Total do Ativo		116.460	109.691	156.275	151.123

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	(Reapr.)	2021	(Reapr.)
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Encargos sociais e tributários a pagar	12	1.134	735	13.065	6.519
Impostos a pagar - Refis	15	420	360	420	360
Fornecedores		117	157	4.741	2.436
Financiamentos bancários	13	-	-	8.114	8.114
Dividendos a pagar	18	3.473	2.015	3.473	2.015
Adiantamento de clientes		115	-	115	86
Outras contas a pagar		198	133	1.166	915
Passivo de arrendamento - direito de uso	10	-	-	544	-
Passivos de operações descontinuadas	3	-	-	6	9
Total do circulante		5.457	3.400	31.644	20.454
Não circulante					
Impostos a pagar - Refis	15	6.275	6.582	6.275	6.582
Imp. de renda e contrib. social diferidos	21	3.098	3.148	3.553	3.619
Financiamentos bancários	13	-	-	9.019	17.133
Contrato de mútuo	14	-	-	-	3.445
Provisão para contingências	16	4.017	3.937	7.172	6.637
Outras provisões		-	-	70	65
Obrigações processuais		-	-	331	289
Outras contas a pagar		59	59	59	59
Passivo de arrendamento - direito de uso	10	-	-	507	-
Receita diferida	17	-	-	-	186
Passivos de operações descontinuadas	3	-	-	91	89
Total não circulante		13.449	13.726	27.077	38.104
Total do patrimônio líquido	20				
Capital social		45.000	45.000	45.000	45.000
Reserva de reavaliação		595	627	595	627
Reserva de lucros		45.944	40.827	45.944	40.827
Ajuste de avaliação patrimonial		6.015	6.111	6.015	6.111
Total do patrimônio líquido		97.554	92.565	97.554	92.565
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		116.460	109.691	156.275	151.123

Demonstrações dos Resultados Abrangentes					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	(Reapr.)	2021	(Reapr.)
Lucro líquido das operações continuadas		14.388	8.003	14.767	7.360
Lucro líquido de operações descontinuadas		-	-	(379)	643
Lucro líquido do exercício		14.388	8.003	14.388	8.003
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício		14.388	8.003	14.388	8.003
Atribuído aos controladores		14.388	8.003	14.388	8.003

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	(Reapr.)	2021	(Reapr.)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		14.388	8.003	14.388	8.003
Equivalência patrimonial		(18.751)	(11.724)	-	-
Depreciação		304	279	15.397	16.018
Amortização (intangível)		4.317	-	5.963	949
Amortização de imobilizado		5	-	191	-
Baixas de intangível		704	-	704	-
Ajuste valor justo propriedade investimento		90	460	1.435	810
Provisões constituídas		(10)	-	(306)	(469)
Reversão de provisões constituídas		129	139	1.872	1.964
Encargos financeiros sobre financiamentos, mútuos e Refis		-	-	-	62
Constituição (reversão) de provisão de IR e CS diferidos		8	10	8	10
Reversão de dividendos		-	-	426	171
Fluxo de caixa das operações descontinuadas		1.184	(2.833)	39.724	27.518

Demonstrações do Valor Adicionado					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	(Reapr.)	2021	(Reapr.)
Receitas					
Vendas de serviços e locações		1.588	1.868	133.035	105.658
Outras (despesas) receitas operacionais		(579)	156	(602)	1.847
Provisão para contingências		(90)	(460)	(1.435)	(810)
Total		919	1.564	130.998	106.695
Despesas					
Salários, benefícios e FGTS		(2.029)	(2.341)	(46.522)	(38.860)
Depreciação e amortização		(1.110)	(777)	(84.476)	(67.835)
Retenções		(304)	(279)	(15.552)	(16.018)
Provisão para contingências		(304)	(279)	(15.552)	(16.018)
Total		(4.747)	(4,077)	(87,602)	(100,731)
Valor adicionado líquido produzido		(3,828)	(3,513)	(56,604)	(4,136)
Valor adicionado recebido em transferência		(1,414)	(1,056)	68,924	51,817
Resultado de operações descontinuadas		17,435	10,755	69,830	53,480
Distribuição do valor adicionado		1,628	1,518	35,257	29,857
Resultado líquido		10,271	6,128	46,347	24,344

Demonstrações de Resultados					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	(Reapr.)	2021	(Reapr.)
Operações continuadas					
Venda líquida de serviços		-	-	131.046	104.271
Receita líquida de locações		1.463	1.712	267	313
Receita operacional líquida	22	1.463	1.712	131.313	104.584
Custo dos serviços vendidos	23	-	-	(89.835)	(79.020)
Lucro bruto		1.463	1.712	41.478	25.564
Recargas (despesas) operacionais					
Remuneração dos administradores	6/23	(1.565)	(1.497)	(2.952)	(2.446)
Despesas de administração	23	(2.906)	(3.445)	(13.100)	(11.946)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	(579)	156	(602)	1.847
Resultado de equivalência patrimonial	8	18.751	11.724	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos		15.164	8.650	24.824	13.019
Receitas financeiras	25	98	87	1.285	1.020
Despesas financeiras	25	(487)	(426)	(2.403)	(2.727)
Juros sobre capital próprio		3.700	3.000	-	-
Resultado financeiro líquido	25	3.311	2.661	(1.118)	(1.707)
Resultado antes dos impostos		18.475	11.311	23.706	11.312
Provisão de imp. de renda e contrib. social: Corrente	21	(387)	(308)	(8.322)	(3.890)
Diferido	21	-	-	509	(62)
Lucro líquido antes da participação dos empregados		18.088	11.003	15.893	7.360
Participação dos empregados		-	-	(1.126)	-
Reversão de juros sobre capital próprio		(3.700)	(3.000)	-	-
Lucro líquido das operações continuadas		14.388	8.003	14.767	7.360
Operações descontinuadas					
Lucro líq. de operações descontinuadas	3	-	-	(379)	643
Lucro líquido do exercício		14.388	8.003	14.388	8.003
Atribuído aos controladores		14.388	8.003	14.388	8.003
Lucro do exercício p/ ação do capital em R\$	29	2.769,1	1.540,2	2.769,1	1.540,2

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)					
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Reserva de Lucros			Total
		Capital Social	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação	
	45.000	659	7.074	44.736	3.855
Ajuste exercícios anteriores	-	-	(867)	(447)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	45.000	659	6.207	44.289	3.855
Realização de reserva de reavaliação reflexa	-	-	(32)	-	32
IR e CS diferido sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	-	-	16
Realização de ajuste de avaliação patrimonial da controladora	-	-	(96)	-	96
IR e CS diferido s/ ajuste de avaliação patrimonial da controladora	-	-	-	-	49
Realização de lucros retidos de controlada	-	-	-	(3)	3
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(3)	8.003
Constituição de reserva legal	-	-	-	400	(400)
Dividendos intermediários	-	-	-	(13.500)	(13.500)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(2.015)
Reversão de dividendos	-	-	-	-	10
Constituição de reserva para investimentos e/ou capital de giro	-	-	5.783	-	(5.783)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	45.000	627	6.111	36.572	4.255
Realização de reserva de reavaliação reflexa	-	-	(32)	-	32
IR e CS diferido sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	-	-	16
Realização de ajuste de avaliação patrimonial da controladora	-	-	(96)	-	96
IR e CS diferido s/ ajuste de avaliação patrimonial da controladora</					



TREVISIA INVESTIMENTOS S. A.
CNPJ 92.660.570/0001-26 - NIRE 433.0000.8061 - COMPANHIA ABERTA

www.trevisa.com.br

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Reapresentado) - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de empréstimos: Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição de um ativo qualificado, estão demonstrados nos gastos incorridos de sua aquisição. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. **g. Provisões:** As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões trabalhistas, cíveis, tributárias e outras são estimadas mediante avaliação de perda provável dos processos judiciais de acordo com a opinião dos assessores jurídicos e da Administração das empresas. Essa avaliação é feita considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas. **h. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A provisão para imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e os diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base na legislação tributária brasileira em vigor, através do regime do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são representados por: **• Ativo não circulante:** Impostos diferidos sobre diferenças temporárias à base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social correntes, nas controladas Navegação Aliança Ltda. e Florestamento Trefflor Ltda. **• Passivo não circulante:** Impostos diferidos sobre a reserva de reavaliação contabilizadas na controlada Navegação Aliança Ltda. e valor justo de propriedade para investimentos na controladora. **i. Receita operacional:** Conforme avaliação efetuada nas cinco etapas do modelo de reconhecimento da receita, a Companhia não identificou alterações no reconhecimento atual das suas receitas, dado que são reconhecidas mediante a transferência do controle pela conclusão dos serviços. Portanto, a Companhia não apresentou impactos e alterações no reconhecimento da receita, em decorrência da IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com clientes. **j. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem juros de rendimentos sobre aplicações financeiras, reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras incluem os juros efetivos sobre empréstimos calculados pelo prazo decorrido. **k. Arrendamento:** Desde 1º de janeiro de 2019, está em vigor o IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Os ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil serão inicialmente mensurados com base no valor presente e registrados no ativo como bens de direito de uso e no passivo como obrigações de arrendamento mercantil. Os bens arrendados devem ser depreciados pelo método linear, considerando o prazo do arrendamento ou pela vida útil do ativo, sendo a escolha pelo menor período. **2.3 Novos pronunciamentos técnicos e interpretações: a. Novos pronunciamentos técnicos divulgados até 31 de dezembro de 2020 e seus impactos nas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas:** **• IAS 1 / CPC 26 e IAS 8 / CPC 23 – Definição de material:** Entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 e modifica a definição de “material”, esclarecendo aspectos da aplicação da materialidade nas informações divulgadas. A Administração entende que estas emendas não trouxeram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. **• CPC 00 – Estrutura conceitual para relatórios financeiros:** Estrutura conceitual que introduz alterações em várias normas e interpretações de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativos/passivos e de gastos/rendimentos, além de conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação. **• Revisão de pronunciamentos técnicos nº 14:** Estabelece alterações em diversos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas. **• Revisão de pronunciamentos técnicos nº 15:** Alterações em pronunciamentos técnicos em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência”, quanto à contabilização de Hedge. A Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos. **• IFRS 16 / CVM 859/2020:** Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda na norma IFRS 16, a qual concede benefícios no resultado, durante o período impactado pela pandemia da Covid-19 para arrendatários, com isso, não tratando como uma reclassificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2) / IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020. A Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos. **b. Normas e interpretações com adoção no exercício a partir de 31 de dezembro de 2021 ou posterior:** Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais terão sua adoção no exercício a partir de 31 de dezembro de 2021, ou posterior, e a Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referente adoção destas normas: **• Alteração da norma IAS 1 –** classificação de passivos como circulante ou não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos

como passivo circulante ou passivo não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis; **• Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020 –** efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis; **• Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso –** custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023; **• Alteração da norma IAS 12 –** traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023; **• Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado –** resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas em uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de bens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis; **• Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso –** custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis; **• Alteração da norma IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual –** esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRSs. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis; **• Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguro –** esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos nas suas demonstrações contábeis; **• Alteração da norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 –** esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos nas suas demonstrações contábeis. **2.4 Reapresentação dos valores correspondentes:** Os valores correspondentes às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020, estão sendo reapresentados para melhor apresentação das demonstrações contábeis correspondentes, ajustando a classificação da embarcação Aquarius e área da propriedade para investimento da Controladora ocupada por ela e suas controladas, para imobilizado, assim como, os efeitos decorrentes do reconhecimento das depreciações da embarcação Aquarius e da área da propriedade para investimento reclassificada devido sua ocupação pela Companhia e suas controladas. Conforme pronunciamento contábil: Estrutura Conceitual, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, é necessário a reapresentação das demonstrações contábeis correspondentes devido a correção de classificação da embarcação Aquarius e da área da propriedade para investimento ocupada pela Controladora e suas controladas para o imobilizado da controladora, assim como, devido ao reconhecimento da depreciação embarcação Aquarius e da área da propriedade para investimento ocupada pela Controladora e suas controladas. Abaixo demonstramos os efeitos da reapresentação: (a) A Companhia reclassificou, com efeitos retrospectivos, para ativo imobilizado o custo da embarcação Aquarius e da propriedade para investimento, originalmente classificados em propriedade para investimento pelo valor de R\$ 4.731 e R\$ 863, respectivamente em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 4.619 e R\$ 863, respectivamente, em 01 de janeiro de 2020), com a finalidade de adequar esses efeitos nos valores correspondentes individuais e consolidadas e nos valores correlatos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 01 de janeiro de 2020, a Companhia passou a apurar e registrar as depreciações das áreas do prédio ocupadas pela Controladora e por suas controladas, assim como, a depreciação acumulada da embarcação Aquarius, com efeitos retrospectivos, pelo total acumulado de R\$ 2.188 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.771 em 01 de janeiro de 2020). O impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi de R\$ 416.

3. Operações descontinuadas e ativo não circulante mantido para venda: Em 17 de outubro de 2019, a controlada Florestamento Trefflor Ltda., celebrou contrato de venda de seus ativos florestais e da terra nua. Com a venda de seus ativos a operação de reflorestamento foi descontinuada. Assim determinadas rubricas das demonstrações contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram reclassificadas para apresentação segregada das operações descontinuadas, como segue:

3.1 Balanço Patrimonial:

	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		(Reapr.)
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes caixa	1.822	5.678
Impostos a recuperar	44	29
Outros ativos	-	5
Total do circulante	1.866	5.712
Ativo não circulante		
IRPJ e CSLL diferido	84	84
Ativo mantido para venda	5	15
Intangível	-	24
Total do não circulante	89	123
Total do Ativo	1.955	5.835
PASSIVO		31/12/2020
Passivo circulante		(Reapr.)
Encargos sociais e tributos a pagar	6	9
Total do circulante	6	9
Passivo não circulante		
Provisão para contingências	91	89
Total do não circulante	91	89
Total do Passivo	97	98

3.2 Demonstração do Resultado:

	31/12/2021	31/12/2020
		(Reapr.)
Receita líquida de produtos	-	11
Receita operacional líquida	-	11
Custos dos produtos vendidos	(1)	(415)
Lucro bruto	(1)	(404)
Receitas (despesas) operacionais		
Remuneração dos administradores	(21)	(344)
Despesas de administração	(455)	(634)
Outras receitas (despesas) operacionais (nota 3.2.a)	-	1.550
Total	(477)	168
Receitas financeiras (nota 3.2.b)	107	754
Despesas financeiras (nota 3.2.b)	(9)	(37)
Resultado antes dos impostos	(379)	885
Provisão para IRPJ e CSLL	-	(242)
Corrente	-	(326)
Diferido	-	84
Prejuízo/lucro líquido do exercício	(379)	643

3.2.a Outras receitas (despesas) operacionais:

	31/12/2021	31/12/2020
		(Reapr.)
Venda de bens permanentes	5	1.698
Receitas diversas	-	145
(-) PIS/COFINS outras receitas	-	(2)
Outras receitas operacionais	9	1.834
Perda c/impostos a recuperar	-	(1)
Custo da venda de bens permanentes	(9)	(283)
Outras despesas operacionais	(9)	(284)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	1.550

3.2.b Despesas financeiras líquidas:

	31/12/2021	31/12/2020
		(Reapr.)
Receita financeira de aplicações	107	200
Variáveis monetárias (CDI)	-	554
Receitas financeiras	107	754
Despesas bancárias e IOF	(4)	(2)
Impostos sobre receita financeira	(5)	(35)
Despesas financeiras	(9)	(37)
Despesas financeiras líquidas	98	717

3.3 Demonstração de Fluxo de Caixa - Método Indireto:

	31/12/2021	31/12/2020
		(Reapr.)
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		
Lucro líquido do exercício	(379)	643
Depreciação	1	49
Baixa de imobilizado	9	272
Baixa de ativo biológico (gado)	-	3
Baixa de intangível	24	12
Provisões constituídas	402	89
Reversão de provisões constituídas	(10)	(170)
Constituição/(reversão) IR e CS diferidos	-	(84)
Total	47	814

VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Clientes	-	60
Adiantamento a fornecedores	-	2
Impostos a recuperar e outros ativos	(10)	54
Ativo financeiro de contrato	-	30.296
Despesas antecipadas	-	68
Depósito para recursos	-	59
Fornecedores	-	(26)
Lucros e dividendos pagos	-	(23.264)
Pagamento de contencioso provisionado	(390)	(4)
Contas a pagar e provisões	(3)	(10.299)
Total	(403)	(3.060)

Caixa líquido das operações descontinuadas

	31/12/2021	31/12/2020
		(Reapr.)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Em intangível	-	(4)
Redução de investimentos em controlada	-	(6.083)
Total	-	(6.087)

FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

	31/12/2021	31/12/2020
Pagamento de lucros	(3.500)	-
Total	(3.500)	(3.500)

Aumento (redução) caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades no início do exercício	5.678	14.011
Disponibilidades no fim do exercício	1.822	5.678

3.4 Demonstração do Valor Adicionado:

	31/12/2021	31/12/2020
		(Reapr.)
Receitas		
Vendas de produtos	-	12
Outras (despesas) receitas operacionais	-	1.550
Provisão para contingências	(402)	(89)
Total	(402)	1.473
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos de produtos, serviços (inclui impostos)	(46)	(130)
Valor adicionado bruto	(448)	1.343
Retenções		
Depreciação, exaustão e amortização	(1)	(52)
Valor adicionado líquido produzido	(449)	1.291
Receitas financeiras	107	754
Valor adicionado recebido em transferência	107	754
Valor adicionado total a distribuir	(342)	2.045
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	24	1.106
Salários, benefícios e FGTS	24	1.106
Remuneração de capitais de terceiros	9	50
Impostos, taxas e contribuições	4	246
Tributos federais	4	246
Remuneração de capitais próprios	(379)	643
Lucro líquido de operações descontinuadas	(379)	643

4. Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia e suas controladas, seguindo as políticas de aplicações de recursos, têm realizado suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco e mantidos em instituições financeiras de primeira linha. São considerados como equivalentes de caixa devido a sua liquidez imediata junto às instituições financeiras.

	Originalmente Apresentado 01/01/2020	Ajustes e Reclassificação 01/01/2020	Controladora Reapresentado 01/01/2020	Originalmente Apresentado 01/01/2020	Ajustes e Reclassificação 01/01/2020	Consolidado Reapresentado 01/01/2020
ATIVO						
Propriedades para investimento	18.917	(5.482)	13.435	10.341	-	10.341
Investimento em controladas	104.707	(1.485)	103.222	113.329	(1.771)	111.558
Imobilizado	71	5.196	5.267	65.143	-	65.143
Demais ativos	2.802	-	2.802	188.813	(1.771)	187.042
Total do ativo	126.497	(1.771)	124.726	188.813	(1.771)	187.042
PASSIVO						
Imp. de renda e contrib. social diferidos	3.644	(447)	3.197	4.131	(447)	3.684
Reservas de lucros	48.594	(457)	48.137	48.594	(457)	48.137
Ajuste de avaliação patrimonial	7.074	(867)	6.207	7.074	(867)	6.207
Demais passivos e patrimônio líquido	67.185	-	67.185	129.014	-	129.014
Total do passivo e do patrim. líquido	126.497	(1.771)	124.726	188.813	(1.771)	187.042

	Originalmente Apresentado 31/12/2020	Ajustes e Reclassificação 31/12/2020	Controladora Reapresentado 31/12/2020	Originalmente Apresentado 31/12/2020	Ajustes e Reclassificação 31/12/2020	Consolidado Reapresentado 31/12/2020
ATIVO						
Propriedades para investimento	19.029	(5.594)	13.435	9.728	-	9.728
Investimento em controladas	84.254	(1.639)	82.615	-	-	-
Imobilizado	171	5.045	5.216	102.018	(2.188)	99.830
Demais ativos	8.425	-	8.425	41.565	-	41.565
Total do ativo	111.879	(2.188)	109.691	153.311	(2.188)	151.123
PASSIVO						
Imp. de renda e contrib. social diferidos	3.644	(496)	3.148	4.115	(496)	3.619
Reservas de lucros	41.556	(729)	40.827	41.556	(729)	40.827
Ajuste de avaliação patrimonial	7.074	(963)	6.111	6.111	(963)	6.111
Demais passivos e patrimônio líquido	59.605	-	59.605	100.566	-	100.566
Total do passivo e do patrim. líquido	111.879	(2.188)	109.691	153.311	(2.188)	151.123

	Originalmente Apresentado 31/12/2020	Ajustes e Reclassificação 31/12/2020	Controladora Reapresentado 31/12/2020	Originalmente Apresentado 31/12/2020	Ajustes e Reclassificação 31/12/2020	Consolidado Reapresentado 31/12/2020
Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31/12/2020						
Custos dos produtos e serviços	-	-	(4.942)	(78.820)	(200)	(79.020)
Despesas gerais e administrativas	(4.680)	(262)	(4.942)	(14.176)	(216)	(14.392)
Resultado de equivalência patrimonial	11.878	(154)	11.724	-	-	-
Demais receitas e despesas	1.221	-	1.221	100.772	-	100.772
Lucro líquido das oper. continuadas	8.419	(416)	8.003	7.774	(416)	7.358
Operações descontinuadas	-	-	8.003	643	-	643
Lucro liq. de oper. descontinuadas	8.419	(416)	8.003	8.419	(416)	8.003

	Originalmente Apresentado 31/12/2020	Ajustes e Reclassificação 31/12/2020	Controladora Reapresentado 31/12/2020	Originalmente Apresentado 31/12/2020	Ajustes e Reclassificação 31/12/2020	Consolidado Reapresentado 31/12/2020
Demonstração dos Resultados Abrangentes exercício findo em 31/12/2020						
Lucro líquido do exercício	8.419	(416)	8.003	8.419	(416)	8.003
Outros resultados abrangentes	8.419	(416)	8.003	8.419	(416)	8.003
Resultado abrangente do exercício	8.419	(416)	8.003	8.419	(416)	8.003
Atribuído aos controladores	8.419	(416)	8.003	8.419	(416)	8.003



TREVISA INVESTIMENTOS S. A.
CNPJ 92.660.570/0001-26 - NIRE 433.0000.8061 - COMPANHIA ABERTA

www.trevisa.com.br

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Reapresentado) - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas: a. Saldos e transações:

Controladora	Navegação Aliança Ltda.		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante				
Contas a receber de clientes	88	88	83	83
Locação a receber	-	-	73	73
Ativo não circulante				
Lucros e JCP a receber	3.145	3.145	2.151	2.151
Venda de imobilizado	2.397	2.397	-	-
Outras contas a receber	35	35	26	26
	5.577	5.577	2.177	2.177

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas, além da destinação de dividendos para acionistas e recebimento de lucros e juros sobre capital próprio (JCP) e aluguéis das controladas. **b. Remuneração do pessoal-chave da administração:** Demonstramos abaixo a remuneração dos Diretores e membros do Conselho de Administração acrescida dos benefícios de curto prazo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Controladora	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Diretores e Conselho de Administração	1.565	1.497
Diretores operação descontinuada	-	21
	1.565	1.497

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve concessões de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações. **7. Propriedades para investimento:** A propriedade para investimento na controladora está representada por:

Controladora	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Imóvel – locação terceiros (a)	8.830	9.728
Imóvel – locação controlada (b)	4.173	3.707
	13.003	8.830

(a) Imóvel de propriedade da controladora localizado em Porto Alegre, RS e utilizado para locação a terceiros. Os gastos efetivados, bem como os recuperados dos condôminos, demonstramos no quadro abaixo:

Controladora	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Gastos operacionais áreas que geram receitas	582	641
Gastos operacionais áreas que não geram receitas	449	448
Gastos operacionais diretos totais	1.031	1.089
(-) Recuperação condomínio	(575)	(517)
Gastos não recuperados	456	572

9. Imobilizado: a. Composição do imobilizado:

Controladora	31/12/2021			31/12/2020		
	Taxa de Depreciação (%)	Depreciação Acumulada		Custo	Depreciação Acumulada	
		Custo	Líquido		Custo	Líquido
Terras, ter. e prédios	4	881 (477)	404	863 (273)	590	
Móveis e utensílios	10	205 (185)	20	201 (175)	26	
Equip. e instalações	10 e 20	1.001 (872)	129	1.302 (1.157)	145	
Veículos	20	607 (137)	470	22 (22)	470	
Embarcações	05 e 20	2.694 (1.671)	1.023	4.731 (1.903)	5.216	
		2.694	(1.671)	1.023	7.119	(1.903)

Consolidado	31/12/2021			31/12/2020		
	Taxa de Depreciação (%)	Depreciação Acumulada		Custo	Depreciação Acumulada	
		Custo	Líquido		Custo	Líquido
Terras, ter. e prédios	4	4.875 (2.091)	2.784	4.570 (1.912)	2.658	
Móveis e utensílios	10 e 20	3.343 (2.304)	1.039	2.862 (2.074)	788	
Equip. e instalações	10	15.108 (5.846)	9.262	11.654 (5.253)	6.401	
Veículos	20	1.837 (1.023)	814	1.749 (1.036)	713	
Embarcações	5 e 20	233.835 (142.876)	90.959	215.444 (129.939)	85.505	
Ativos em andamento		7.918 (154.140)	112.776	3.765 (240.044)	99.830	
		266.916	(154.140)	240.044	(140.214)	

(i) A reclassificação de propriedades para investimento refere-se a aumento de ocupação do prédio pela controlada Navegação Aliança Ltda. no valor de R\$ 298 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 613 em 31 de dezembro de 2020). **c. Garantia de financiamento:** Em garantia dos financiamentos bancários da controlada, foram oferecidos, além do aval da controladora, bens do imobilizado da controlada, cujo valor contábil residual é de R\$ 43.507 (R\$ 46.597 em 31 de dezembro de 2020) a seguir demonstrado:

Embarcações	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Residual	Valor Contábil Residual
	67.931	(24.424)	43.507	46.597
	67.931	(24.424)	43.507	46.597

10. Ativos de contrato – direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses, e arrendamento cujo ativo são de baixo valor. A Companhia possui contrato de afretamento de uma embarcação de nome "Mina do Recreio", firmado com terceiro, o qual está sendo classificado como arrendamento mercantil, que prevê a opção de renovação e rescisão. Estas opções são negociadas pela Administração para obter flexibilidade na gestão da carteira de ativos arrendados e alinhar-se às necessidades de negócio da Companhia. A Companhia e suas controladas estão impedidas de ceder ou sublocar os ativos arrendados. A taxa de desconto que expressa o tempo de realização dos direitos de uso, foi obtida com base no último empréstimo tomado de 7,44% a.a., visto que o contrato de afretamento não prevê taxa de encargos e atualização. O prazo do contrato está contemplado em 12 meses, a partir de junho de 2021 e a Administração tem intenção de renovar por mais 18 meses, totalizando 30 meses. **a. Movimentação do ativo de contrato - direito de uso:**

Custo	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	-	-
Adições	1.354	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.354	-

Depreciações
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)
Depreciação
Saldo em 31 de dezembro de 2021

Valor contábil líquido:	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Em 31 de dezembro de 2021	-	1.038

Movimentação da propriedade investimento:

Custo	Controladora		Consolidado	
	Prélio	Total	Prélio	Total
Saldo em 31 de dez. de 2019 (Reapr.)	17.141	17.141	10.341	10.341
Transferência para imobilizado	-	-	(613)	(613)
Saldo em 31 de dez. de 2020 (Reapr.)	17.141	17.141	9.728	9.728
Adições	104	104	104	104
Transferência para imobilizado	(11)	(11)	(298)	(298)
Ajuste valor justo	(704)	(704)	(704)	(704)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	16.530	16.530	8.830	8.830

Na última avaliação do imóvel para investimentos por seu valor justo, realizada em dezembro de 2021, por avaliador independente com qualificação profissional reconhecida e experiência na categoria e local da propriedade para investimento da Companhia, o qual utilizou o método de fluxo de caixa descontado a uma taxa de 12,67% a.a. em 31 de dezembro de 2020 (9,41% em 2020). Para tanto, foram consideradas certas estimativas, tais como, projeção das receitas de alugueis, das despesas de manutenção e conservação, de pessoal e dos gastos gerais. As estimativas estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. O ajuste inicial foi reconhecido na conta de lucros acumulados e a seguir transferido para a conta de ajuste patrimonial dentro do patrimônio líquido. Sobre o valor do ajuste foi deduzida a parcela de imposto de renda e contribuição social, transferido para a conta imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo não circulante. (b) Imóvel de propriedade da controladora localizado em Porto Alegre, RS, e utilizado para locação para controlada. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, a parcela correspondente ao uso pela controladora, está registrada no imobilizado. Nas demonstrações contábeis consolidadas, é registrado no imobilizado, o valor referente ao uso pela controladora e locação para controladas.

8. Investimentos em controladas:

Controladora	31/12/2021	
	Navegação Aliança Ltda.	Florestamento Treflor Ltda.
Capital social	21.000	777
Patrimônio líquido	94.117	1.858
Quotas possuídas (milhares)	21.000	777
Percentual de participação direta	100%	100%
Resultado líquido do exercício	19.284	(379)
Mutação nas contas		
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapr.)	68.781	34.441
Resultado de equivalência s/resultado	11.235	643
Result. de equiv. s/ depr. de salas ocup. p/ contr.	(154)	(154)
Equiv. patrim. s/IR e CS da res. reav. reflexa	16	16
Redução de investimento em controlada	-	(6.083)
Distribuição de lucros e JCP	(3.000)	(3.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapr.)	76.878	(23.264)
Resultado de equivalência s/resultado	19.284	(379)
Result. de equiv. s/ depr. de salas ocup. p/ contr.	(154)	(154)
Equiv. patrim. s/IR e CS da res. reav. reflexa	16	16
Distribuição de lucros e JCP	(3.700)	(3.700)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	92.324	1.858

b. Movimentação do imobilizado:

Controladora	Terras, terrenos e prédios		Móveis e utensílios		Equipamentos e instalações		Veículos		Embarc.		Total
	Saldo em 31 de dez. de 2019 (Reapresentado)	Adições	Saldo em 31 de dez. de 2019 (Reapresentado)	Adições	Saldo em 31 de dez. de 2019 (Reapresentado)	Adições	Saldo em 31 de dez. de 2019 (Reapresentado)	Adições	Saldo em 31 de dez. de 2019 (Reapresentado)	Adições	
Saldo em 31 de dez. de 2019 (Reapresentado)	863	201	1.185	22	4.619	6.890	-	-	-	-	-
Adições	-	117	-	112	229	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dez. de 2020 (Reapresentado)	863	201	1.302	22	4.731	7.119	-	-	-	-	-
Transfer. propr. investimento	7	4	-	585	596	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dez. de 2021	881	205	1.001	607	2.694	-	-	-	-	-	-
Depreciações	(249)	(165)	(1.150)	(22)	(40)	(1.626)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dez. de 2020 (Reapresentado)	(24)	(10)	(7)	(236)	(277)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dez. de 2020 (Reapresentado)	(273)	(175)	(1.157)	(22)	(276)	(1.903)	-	-	-	-	-
Depreciação	(25)	(10)	(16)	(115)	(138)	(304)	-	-	-	-	-
Transf. propr. investimento	(179)	-	301	-	414	(179)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dez. de 2021	(477)	(185)	(872)	(137)	(1.671)	-	-	-	-	-	-
Valor contábil líquido:	614	36	35	4.579	5.264	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dez. de 2020 (Reapresentado)	590	26	145	-	4.455	5.216	-	-	-	-	-
Em 31 de dez. de 2021	404	20	129	470	-	1.023	-	-	-	-	-

Custo	Terras, terrenos e prédios		Móveis e utensílios		Equipamentos e instalações		Veículos		Embarcações		Ativos em andamento		Total
	Saldo em 31 de dez. de 2019 (Reapr.)	Adições	Saldo em 31 de dez. de 2019 (Reapr.)	Adições	Saldo em 31 de dez. de 2019 (Reapr.)	Adições	Saldo em 31 de dez. de 2019 (Reapr.)	Adições	Saldo em 31 de dez. de 2019 (Reapr.)	Adições	Saldo em 31 de dez. de 2019 (Reapr.)	Adições	
Saldo em 31 de dez. de 2019 (Reapr.)	3.960	(3)	2.918	(168)	11.081	4.944	214.413	3.193	240.509	-	-	-	-
Transferência p/mantidos para venda	-	(3)	-	110	(869)	(3.331)	476	-	(4.371)	-	-	-	-
Adições	-	613	-	-	1.762	476	880	1.287	4.515	-	-	-	-
Reclassificação de prop. p/ invest. (i)	-	-	-	-	-	-	112	725	725	-	-	-	-
Baixas	-	-	(14)	-	(246)	(74)	(340)	(277)	(457)	-	-	-	-
Transferências	-	-	16	-	74	-	316	(258)	(1.334)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dez. de 2020 (Reapr.)	4.570	-	2.862	-	11.654	1.749	215.444	3.765	240.044	-	-	-	-
Adições	-	298	-	-	2.637	1.178	1.016	15.365	33.692	-	-	-	-
Reclassificação de prop. p/ invest. (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	298	-	-	-	-
Baixas	-	-	(8)	-	(348)	(1.090)	(4.789)	(883)	(7.118)	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	1.165	-	9.164	(10.329)	4.035	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.875	-	3.343	-	15.108	1.837	233.835	7.918	266.916	-	-	-	-
Depreciações	(1.733)	-	(2.026)	-	(5.379)	(4.182)	(115.296)	-	(128.616)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dez. de 2019 (Reapr.)	-	-	125	-	745	3.164	214	-	4.035	-	-	-	-
Transferência p/mantidos para venda	-	-	(180)	-	(707)	(261)	(14.687)	-	(16.018)	-	-	-	-
Depreciação	-	-	10	-	88	243	44	-	385	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dez. de 2020 (Reapr.)	(1.912)	-	(2.074)	-	(5.253)	(1.036)	(129.939)	-	(140.214)	-	-	-	-
Depreciação	-	-	(179)	-	(916)	(393)	(13.359)	-	(15.081)	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	323	406	422	-	1.155	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.091)	-	(2.304)	-	(5.846)	(1.023)	(142.876)	-	(154.140)	-	-	-	-
Valor contábil líquido:	2.227	-	892	-	5.702	762	99.117	3.193	111.893	-	-	-	-
Em 31 de dez. de 2020 (Reapr.)	2.658	-	788	-	6.401	713	85.505	3.765	99.830	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	2.784	-	1.039	-	9.262	814	90.959	7.918	112.776	-	-	-	-

b. Movimentação passivo de arrendamento:



TREVISA INVESTIMENTOS S. A.
CNPJ 92.660.570/0001-26 - NIRE 433.0000.8061 - COMPANHIA ABERTA

www.trevisa.com.br

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Reapresentado) - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

consultores jurídicos, entende que o valor da provisão constituída é suficiente para cobrir eventuais prejuízos em decisões desfavoráveis, não havendo avaliação de perda possível e/ou perda remota para processos de natureza trabalhista na controlada. **Processos Cíveis:** Representado por 01 (um) processo de natureza cível, comumente chamada de **ação regressiva**, ajuizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, objetivando o ressarcimento dos valores pagos pelo órgão previdenciário, à título de pensão por morte, decorrente de acidente de trabalho fatal envolvendo um empregado. O processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença, já tendo sido pago valores determinados na liquidação, todavia, aguarda-se manifestação do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS acerca da exatidão dos cálculos e eventuais correções. Para este processo a perspectiva de perda é considerada como provável, sendo que a Administração da controlada constituiu provisão que entende como suficiente para cobrir eventuais perdas, não havendo avaliação de perda possível e/ou perda remota para processos de natureza cível na controlada. **17. Receita diferida:** Refere-se a venda de imóvel ocorrida em julho de 2018, conforme serviços efetivados de acordo com o contrato celebrado entre as partes, foram reconhecidos como receita o valor total, sendo R\$ 186 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não remanesecendo saldo em aberto em 31 de dezembro de 2021. **18. Dividendos a pagar:** **Dividendos obrigatórios:** Conforme artigo 27 do Estatuto Social da controladora, o dividendo mínimo obrigatório corresponde a 25% do lucro líquido ajustado. A Companhia possui cláusula restritiva conforme nota explicativa 13 letra "d", onde determina que a Companhia não pode distribuir além dos dividendos maiores que 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado (nota explicativa 13). O dividendo proposto no montante de R\$ 3.473, refere-se à distribuição do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os dividendos foram calculados conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2021
	(Reapr.)	(Reapr.)
Controladora e Consolidado		
Lucro líquido do exercício	14.388	8.003
Reserva legal: (5%)	(727)	(400)
Lucro após reserva legal	13.661	7.603
Reversão de dividendos	8	10
Reversões de reservas:		
Reserva de reavaliação	128	128
Ajuste IR e CS s/ reserva reavaliação	66	65
Realização mais valia	28	-
Realização da reserva retenção de lucro (Treflor)	-	3
Base de cálculo dos dividendos de 25%	13.891	7.809
Dividendos obrigatórios	3.473	2.015
Total dos dividendos	3.473	2.015
Dividendo por ação:		
Ordinária	0,63304	0,36729
Preferencial	0,69634	0,40402
Dividendo total por classe de ação:		
Ordinárias	1,455	844
Preferenciais	2,018	1,171
	3,473	2,015

b. Dividendos intermediários: Com fundamento no artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 22 de abril de 2021, aprovou por unanimidade a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas, à conta de reserva de lucros existente no balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 6.000. O pagamento dos dividendos foi efetuado, em moeda corrente nacional, em uma única parcela em maio de 2021. Os dividendos foram calculados conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2021
	(Reapr.)	(Reapr.)
Total dos dividendos intermediários	6.000	
Dividendo por ação:		
Ordinária	1,0937329	
Preferencial	1,2031062	
Dividendos total por classe de ação:		
Ordinárias	2,513	
Preferenciais	3,487	
Total	6,000	
Nº total de ações:		
Ordinárias	2,298	
Preferenciais	2,898	
	5,196	

19. Juros sobre capital próprio – JCP: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controlada Navegação Aliança Ltda., realizou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 3.700 (R\$ 3.000 em 31 de dezembro de 2020), os quais foram registrados para fins fiscais como despesa financeira na controlada e posteriormente revertidos, por representarem distribuição de lucros na controlada. Para efeito das demonstrações contábeis, a receita de juros sobre capital próprio recebido pela controladora foi creditada na conta de investimentos. **20. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social é de R\$ 45.000 e está representado por 2.298 mil ações ordinárias e 2.898 mil ações preferenciais sem valor nominal. As ações preferenciais sem direito a voto, tem prioridade no reembolso, em caso de liquidação da Companhia e recebem dividendos 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias. **b. Reserva de reavaliação:** Com base nas disposições da legislação atual, o mantido o saldo desta conta, que representa equivalência patrimonial reflexa calculada sobre a reavaliação de embarcações contabilizada no ano de 1991, pela controlada Navegação Aliança Ltda. É realizada por depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados. O valor realizado é transferido para a conta de lucros acumulados. A Companhia optou por manter a Reserva de Reavaliação até a sua efetiva realização, em concordância com a Lei 11.638/07. **c. Reserva de lucros: i. Ajuste de avaliação patrimonial:** Representa o efeito da aplicação sobre o valor justo de propriedade para investimento na controladora. Os valores estão demonstrados líquidos dos impostos (vide nota explicativa 7). **ii. Reserva de investimentos e/ou reforço de capital de giro:** Tem a finalidade assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas. É formada com o saldo do lucro ajustado pela dedução dos dividendos obrigatórios e não pode exceder o valor do capital. **21. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: a. Imposto de renda e contribuição social corrente:**

	31/12/2020	31/12/2021
	(Reapr.)	(Reapr.)
Resultado antes do IR e CS	18.475	11.311
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal (Adições) exclusões	(6.282)	(3.846)
Resultado de participações societárias	6.376	3.986
Provisão para contingências	(27)	(100)
Provisão e reversão de PECLD	19	7
Provisões trabalhistas	(68)	-
Perda de ajuste a valor justo	(239)	-
Outras adições e exclusões	(366)	(521)
Comp. 30% (préj. fiscal e base neg. CSSL)	176	142
Parcela isenta do adicional de 10%	24	(24)
IR e CS resultado do exercício	(387)	(308)
Corrente	(387)	(308)
Alíquota efetiva	2,09%	2,72%

	31/12/2020	31/12/2021
	(Reapr.)	(Reapr.)
Resultado antes do IR e CS	23.706	11.312
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal (Adições) exclusões	(8.060)	(3.846)
Participação dos empregados	383	96
Incentivos fiscais	(67)	(16)
Realização reserva de reavaliação	(16)	(16)
Provisão para contingências	(182)	(54)
Provisão e reversão de PECLD	31	12
Provisões trabalhistas	(42)	(26)
Outras provisões	(286)	26
Perda de ajuste a valor justo	(239)	-
Recuperação decisão judicial PAT	-	220
Outras adições e exclusões	(510)	(605)
Diferenças temporárias	509	(62)
Comp. 30% (préj. fiscal e base neg. CSSL)	176	142
Diferença recolhimento por estimativa PAT (Lucro Real)	196	247
Depreciação arrendamento	(109)	-
Contraprestação arrendamento	108	-
Parcela isenta do adicional de 10%	48	48
IR e CS resultado do exercício	(7.813)	(3.952)
Corrente	(8.322)	(3.890)
Diferido	509	(62)
Alíquota efetiva	32,96%	34,94%

	31/12/2020	31/12/2021
	(Reapr.)	(Reapr.)
Impostos incidentes sobre:		
Ativo		
Provisão para perda com depósito judicial	-	67
Provisão p/perda com empr. compulsório	-	1
Provisão para perda de títulos dívida agrária	-	109
Provisão p/perda com impostos a recuperar PECLD Aluguéis	-	58
Provisão de perda com riscos processuais	-	317
Provisões trabalhistas	-	1.072
Provisão para perda com imobilizado	-	384
Provisão para perda de multa regulamentar (-) PECLD Estaleiro Vitória	-	93
IR e CS diferido ativo	-	24
	-	213
Passivo		
Propriedade para investimento	(3.098)	(3.148)
Reserva de reavaliação de embarcações	-	(455)
IR e CS diferido passivo	(3.098)	(3.148)
IR e CS diferido líquido	(3.098)	(3.148)
Resultado do exercício	509	(62)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos no ativo não circulante são incidentes sobre diferenças temporárias na controlada Navegação Aliança Ltda. Os impostos diferidos contabilizados no passivo não circulante foram calculados sobre propriedade para investimento da controladora, foram apurados sobre o valor justo desse bem, contabilizado por ocasião da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis e serão realizados quando de sua alienação. Os impostos diferidos calculados sobre a reserva de reavaliação de embarcações da controlada Navegação Aliança Ltda., contabilizada em 1991, estão sendo realizados conforme a realização do saldo da reavaliação registrada para as embarcações reavaliadas, a realização do saldo da reavaliação das embarcações se dá por depreciações, baixas e vendas. **22. Receita operacional líquida:** A receita operacional líquida é composta como segue:

	31/12/2020	31/12/2021
	(Reapr.)	(Reapr.)
Vendas de serviços	1.771	1.943
Receita de locações	(183)	(75)
Descontos	-	(190)
Devoluções	-	(252)
Impostos sobre vendas	(125)	(156)
	1.463	1.712

23. Custos e despesas por natureza: O quadro abaixo demonstra a composição dos principais gastos:

	31/12/2020	31/12/2021
	(Reapr.)	(Reapr.)
Gastos com pessoal, encargos sociais	(323)	(281)
Remuneração administração	(1.565)	(1.497)
Combustíveis	(13)	(11)
Seguros	-	(1)
Pedágios	-	(4.151)
Rebocador	(1)	(33)
Frete	-	(2.080)
Serviços de estiva	-	(1.752)
Atração e desatracação	-	(4.279)
Gastos com manutenções	-	(1.911)
Locação de embarcação	-	(735)
Viagens	-	(545)
Desenclhe	-	(133)
Honorários e serviços terceiros	(467)	(478)
Água e energia elétrica	-	(218)
Comunicações	(1)	(3)
Material de exp. e sistemas	(1)	(906)
Impostos e taxas	(165)	(88)
Materiais e serviços	-	(1.456)
Viagens	(1)	(19)
Publicações	(140)	(115)
Despesas com sinistro	-	(139)
Despesas condomínio	(449)	(448)
Outras provisões	-	(5)
(-) Reversão outras provisões	-	-
PECLD e perdas com recebíveis	(32)	(32)
(-) Reversão PECLD	87	20
Despesas contenciosas	(1.071)	(1.270)
Provisão contencioso	(90)	(460)
(-) Reversão provisão contencioso	10	306
Depreciação e amortização	(229)	(279)
Outros gastos administrativos	(20)	(13)
	(4.471)	(4.942)

	31/12/2020	31/12/2021
	(Reapr.)	(Reapr.)
Distribuição:		
Custos de bens e/ou serviços vendidos	-	(89.835)
Remuneração dos administradores	(1.565)	(1.497)
Despesas administrativas	(2.906)	(3.445)
	(4.471)	(4.942)

	31/12/2020	31/12/2021
	(Reapr.)	(Reapr.)
24. Outras receitas (despesas) operacionais:		
Taxas administrativas de condomínio	120	115
Ressarcimento de sinistro	-	146
Vendas de sinistro	-	229
Venda de bens permanentes	4.318	5.363
Recitas diversas	5	42
Recuperação dec. judicial (PAT)	-	252
Recuperação dec. judicial (RCA-C)	-	-
Outras receitas operacionais	4.443	5.955
Perda c/ impostos a recuperar	-	(25)
Provisão para perda INSS a recuperar	-	(292)
Custo da baixa de bens permanentes	(4.318)	(5.053)
Perda de ajuste a valor justo	(704)	(704)
Reversão de PECLD	-	36
Provisões (PECLD)	-	(519)
Outras despesas operacionais	(5.022)	(6.557)
Outras receitas (desp.) operacionais	(579)	(602)

	31/12/2020	31/12/2021
	(Reapr.)	(Reapr.)
25. Resultado financeiro líquido:		
Receita financeira de aplicações	85	49
Variação monetárias e cambiais	12	31
Descontos obtidos	-	7
Outras receitas financeiras	1	7
Receitas financeiras	98	87
Varição monetária contratos de mútuo	-	(268)
Despesas bancárias e IOF	(7)	(4)
Encargos Refis	(129)	(139)
Descontos concedidos	(4)	(1)
Impostos s/receita financeira	(347)	(282)
Juros e var. monetárias e cambiais	-	(1.573)
Despesas financeiras	(487)	(426)
Despesas financeiras líquidas	(389)	(339)

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: a. Classificação dos instrumentos financeiros: Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente registradas e, de acordo com a avaliação da Administração, não há outras classificações possíveis para os instrumentos financeiros da Companhia, além das seguintes classificações: (a) ativos e passivos financeiros pelo custo. Os instrumentos financeiros da Companhia, em aberto em cada data base, são os seguintes:

	31/12/2020	31/12/2021
	(Reapr.)	(Reapr.)
Ativos financeiros		
a. Pelo custo amortizado		
Aplicações financeiras (nota 4)	1.463	5.055
Aplic. financ. oper. desc. (nota 3)	-	1.820
Saldos bancários (nota 4)	1	1
Saldos banc. oper. desc. (nota 3)	-	2
Clientes (nota 5)	185	237
Partes relacionadas (nota 6)	5.577	2.177
Adiantamentos a fornecedores	3	439
Outros ativos	-	197
Outros ativos oper. desc. (nota 3)	7.229	7.471
Passivos financeiros		
a. Pelo custo amortizado		
Aplic. financ. oper. desc. (nota 13)	-	(17.133)
Contrato de mútuo (nota 14)	-	(3.445)
Dividendos a pagar (nota 18)	(3.473)	(2.015)
Fornecedores	(117)	(157)
Obrigações processuais	-	(331)
Outras contas a pagar	(257)	(192)
Passivo de arrendamento – direito de uso (nota 10)	-	(1.051)
Passivos financeiros totais	(3.847)	(2.364)
Instrumentos financeiros totais	3.382	5.107

b. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 nem durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, não mantém saldos em aberto referente a instrumentos financeiros derivativos nas datas. **c. Risco de crédito:** Apresentamos os ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito:

	31/12/2020	31/12/2021
	(Reapr.)	(Reapr.)
Ativo		
Aplicações financeiras (nota 4)	1.463	5.055
Aplicações financ. oper. desc. (nota 3)	-	1.820
Saldos bancários (nota 4)	1	1
Saldos bancários oper. desc. (nota 3)	-	2
Clientes (nota 5)	185	237
Adiantamentos a fornecedores	3	439
Outros ativos	-	197
Outros ativos oper. desc. (nota 3)	-	5
	1.652	5.294

De acordo com a política da Companhia é constituída provisão para risco de crédito após a análise individual das contas a receber, conforme demonstrado na nota explicativa (5). **d. Risco de liquidez:** A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem retorno aos sócios, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação. A seguir, estão as maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 nas demonstrações contábeis consolidadas:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2022	2023	2024	2025
31 de dezembro de 2021						
Passivos financ. não derivativos						
Financiamentos bancários (nota 13)	17.133	18.279	8.868	6.147	3.019	245
Dividendos a pagar (nota 18)	3.473	3.473	3.473	-	-	-
Fornecedores	4.741	4.741	4.741	-	-	-
Obrigações processuais	331	331	-	232	91	8
Outras contas a pagar	1.225	1.225	1.225	-	-	-
Passivo de arrendamento – direito de uso (nota 10)	1.051	1.051	544	507	-	-
Total	27.954	29.100	18.851	6.886	3.110	253

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2021	2022	2023	2024	2025
31 de dezembro de 2020							



TREVISA

TREVISA INVESTIMENTOS S. A.
 CNPJ 92.660.570/0001-26 - NIRE 433.0000.8061 - COMPANHIA ABERTA

www.trevisa.com.br

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Reapresentado) - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lucro diluído por ação: A Companhia não está apresentando o cálculo do lucro diluído por ação, conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não possuir potenciais ações ordinárias diluidoras ou outros instrumentos conversíveis que possam ocasionar diluição do lucro por ação, sendo assim os valores do lucro da ação são iguais no básico e diluído. **30. Eventos Subseqüentes:** No dia 01 de fevereiro de 2022, foi registrada na Junta Comercial do Estado do RS, a Ata de Reunião de Sócios, bem como a Alteração e Consolidação do Contrato Social da controlada Florestamento Treflor Ltda., com a deliberação aprovada por unanimidade quanto a redução do Capital Social que era de R\$ 777 para R\$ 120.

Conselho de Administração

Fernando Ferreira Becker - Presidente
Celso Maia de Barros - 1º Vice-Presidente
Marcos Ribeiro Barbosa - 2º Vice-Presidente
Sílvia C. Mallmann Guariglia - Conselheira
Jorge Lindemann - Conselheiro

Diretoria

Jorge Lindemann - Diretor de Relações com Investidores
Cesar Vicente Trindade - Diretor Presidente

Contadora

Dione Regina G. dos Santos - CRC/RS 045.175/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Trevisa Investimentos S.A.**
 Porto Alegre - RS

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da **Trevisa Investimentos S.A.** ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Trevisa Investimentos S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à **Companhia** e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Mensuração de Propriedade para Investimento – Controladora e Consolidado: Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 7 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a **Companhia** possui propriedade para investimento registrada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A propriedade para investimento está localizada em Porto Alegre e é utilizada para locação a terceiros, assim como, para ocupação pela **Companhia** e suas controladas. Esta propriedade está reconhecida pelo valor justo apurado pelo método de fluxo de caixa descontado a uma taxa de 12,67%. A Administração da **Companhia** contratou avaliador independente com qualificação profissional reconhecida e experiência na categoria e local da propriedade, que avaliou a propriedade no valor de R\$ 13.003 mil nas demonstrações contábeis da Controladora e R\$ 8.830 mil nas demonstrações contábeis consolidadas. Para a avaliação, foram consideradas certas estimativas, tais como: projeção das receitas de aluguéis, despesas de manutenção e conservação, gastos gerais, gastos com pessoal e taxa de desconto aplicada. As estimativas consideradas envolvem um alto grau de julgamento e estão sujeitas a incertezas, podendo gerar resultados significativamente diferentes quando da sua realização. Devido às incertezas e ao alto grau de julgamento necessário para a aplicação das estimativas utilizadas na elaboração dos fluxos de caixa descontados para determinação do valor justo da propriedade para

investimento, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • avaliamos os critérios utilizados para a identificação e mensuração do valor justo da propriedade para investimentos; • avaliamos as premissas chaves utilizadas nos fluxos de caixa descontados utilizados pelo especialista e aprovados pela Administração, especificamente a expectativa de crescimento das áreas locadas, taxa de desconto, resultados projetados; • revisamos se o cálculo foi realizado de acordo com as estimativas de áreas locadas, bem como, comparamos com os laudos elaborados pelo especialista contratado pela Administração da **Companhia**; e • comparamos o valor justo da propriedade para investimento apurado com base nos fluxos de caixa descontados, com o respectivo valor contábil do ativo e, também, avaliamos a adequação das divulgações, bem como as reclassificações e ajustes realizados nas demonstrações contábeis para adequada apresentação da propriedade para investimento nas demonstrações contábeis consolidadas, e por fim analisamos as divulgações na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela **Companhia** para a avaliação da propriedade para investimento e suas respectivas divulgações, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisões para Contingências – Controladora e Consolidado: Conforme nota explicativa nº 16 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2021 a **Companhia** era parte envolvida em processos judiciais e administrativos, relacionados a temas trabalhistas, ambientais e cíveis originados no curso normal dos seus negócios. A determinação do valor das provisões e passivos contingentes e as demais divulgações requeridas, bem como a avaliação da existência de obrigação presente e da probabilidade de desembolso, exigem julgamento significativo da Administração da **Companhia**. Devido à complexidade existente e às incertezas relacionadas à aspectos legais envolvidos em temas trabalhistas, ambientais e cíveis, consideramos este um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • analisamos as respostas às confirmações externas solicitadas aos assessores jurídicos da **Companhia**; • avaliamos o histórico de perdas da **Companhia** em processos judiciais e administrativos; e • avaliamos a adequação das divulgações relativas a este assunto na nota explicativa nº 16 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela **Companhia** para avaliar as Provisões para Contingências, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Ênfases: Reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas comparativas: Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.4 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, incluindo as notas explicativas, estão sendo reapresentadas para refletir a correção na classificação da rubrica de Propriedades para Investimento para a rubrica de imobilizado quando ocupada pela **Companhia** e suas controladas, e também, para registrar o reconhecimento das depreciações correspondentes à fração das Propriedades para investimento ocupada pela **Companhia** e suas controladas, bem como, da embarcação locada para a controlada Navegação Aliança, cujo objetivo é adequar esses efeitos naquelas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, incluindo as notas explicativas, ora reapresentadas, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 17 de março de 2021, sem modificação. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas - Informação suplementar: As demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da **Companhia** e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da **Companhia** e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: Os valores correspondentes às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da **Trevisa Investimentos S.A.** referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, incluindo as notas explicativas, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram seu relatório em 17 de março de 2021, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A Administração da **Companhia** e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de

outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Companhia** e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Companhia** e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Companhia** e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Companhia** e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Companhia** e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Companhia** e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 22 de março de 2022.




BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
 CRC 2 RS 005519-F-0

Christian Sfreddo
 Contador CRC 1 RS 066028/O-0

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!


O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

TRAMONTINA

TRAMONTINA TEEC S.A.

CNPJ. 01.554.846/0001-36 – NIRE: 43300040747
 SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO

RELATÓRIO DA DIRETORIA.

Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, Demonstrativos do Resultado do Exercício, Das Mutações do Patrimônio Líquido, Dos Resultados Abrangentes, Do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, encerrados em 31 de dezembro de 2021. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Carlos Barbosa, RS, 18 de março de 2022. A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM (R\$)		
	2021	2020
Ativo	434.935.165,75	321.777.958,15
Circulante	302.377.711,55	202.164.465,74
Disponibilidades	42.099.509,42	29.845.419,75
Bancos disponível	7.842.590,46	2.713.420,88
Bancos investimentos	34.256.918,96	27.131.998,87
Créditos	124.062.310,97	108.845.303,10
Clientes	97.726.531,62	93.926.055,89
(-) Provisão créditos liq. duvidosa	(5.155.055,50)	(4.904.675,93)
Impostos a recuperar	21.527.505,27	6.116.064,32
Importação mats andamento	7.389.869,29	11.298.181,09
Adiantamentos diversos	2.333.232,81	2.193.170,14
Despesas do exercício seguinte	240.227,48	216.507,59
Estoques	136.215.891,16	63.473.742,89
Não circulante	132.557.454,20	119.613.492,41
Realizável a longo prazo	165.176,73	3.961.799,06
Depósitos judiciais	165.176,73	154.189,93
Impostos diferidos ativos	-	3.807.609,13
Investimentos	6.642,75	5.651,73
Imobilizado	131.788.772,17	114.940.428,07
Intangível	596.862,55	705.613,55
Passivo	434.935.165,75	321.777.958,15
Circulante	102.876.029,74	66.712.839,58
Fornecedores	69.370.435,65	38.062.652,10
Financiamentos e empréstimos	15.902.541,61	11.160.489,35
Obrigações a pagar	15.721.376,39	15.469.201,13
IRPJ/CSLL a pagar	446.585,73	781.803,68
Cretores diversos	1.435.090,36	1.238.693,32
Não circulante	79.955.576,75	36.538.802,48
Impostos diferidos passivos	461.184,61	-
Provisão para contingências	283.001,50	267.178,81
Financiamentos e empréstimos	79.211.390,64	36.271.623,67
Patrimônio líquido	252.103.559,26	218.526.316,09
Capital social	180.000.000,00	140.000.000,00
Capital integralizado	180.000.000,00	140.000.000,00
Reservas de lucros	72.103.559,26	78.526.316,09
Reserva legal	3.199.051,08	3.519.381,49
Reservas para aumento de capital	-	26.950.547,29
Saldo a disposição da assembleia	68.904.508,18	48.056.387,31

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM (R\$)		
	2021	2020
RECEITA BRUTA DE VENDAS	479.010.108,53	349.822.279,93
Receitas de vendas	479.010.108,53	349.822.279,93
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(73.394.632,23)	(59.039.646,74)
RECEITA LÍQUIDA	405.615.476,30	290.782.633,19
Custo das mercadorias e produtos vendidos	(239.276.411,57)	(169.579.811,97)
LUCRO BRUTO	166.339.064,73	121.202.821,22
DESPESAS OPERACIONAIS	(65.426.398,67)	(59.002.371,41)
Despesas com vendas	(43.139.755,11)	(32.627.777,63)
Despesas administrativas e gerais	(33.509.170,86)	(26.660.046,73)
Outras despesas	(73.004,38)	(24.299,75)
Outras receitas	11.295.531,68	309.752,70
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	100.912.666,06	62.200.449,81
Despesas financeiras	(20.429.899,91)	(9.622.936,28)
Receitas financeiras	16.544.527,84	9.064.865,63
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	97.027.293,99	61.642.379,16
Imposto de renda e contribuição social	(33.046.272,43)	(18.912.851,81)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	63.981.021,56	42.729.527,35

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EM (R\$)		
	2021	2020
Lucro líquido do exercício	63.981.021,56	42.729.527,35
Resultado abrangente total	63.981.021,56	42.729.527,35

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS: A empresa tem por principal atividade a fabricação, comercialização, importação e exportação de pias, cubas, tanques e lixeiras de aço inoxidável, cooktops, coifas e fornos de aço inoxidável e vidro, entre outros utensílios para cozinha. **NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das disposições contidas na Lei nº 6404/76, com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com as modificações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei 11.941/2009. **NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** a) As presentes Demonstrações Contábeis compreendem o período de atividade iniciado em 01 de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2021. b) **Estoques:** No exercício social encerrado em 31/12/2021 os estoques de insumos, embalagens e mercadorias para revenda foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os de produtos elaborados e os produtos em elaboração foram avaliados pelo custo médio de produção. Em ambos os casos, não superam o valor de mercado. c) **Contas do Ativo Imobilizado:** as depreciações sobre o imobilizado foram calculadas pelo método linear, às taxas adequadas dos bens, de acordo com o disposto no CPC027. Para a apuração de IRPJ/CSLL, foram respeitados os limites fiscais. e) O Imposto de Renda e a Contribuição Social foram apurados pelo critério de lucro real anual, com utilização durante os doze meses do exercício social do balanço de suspensão ou redução, nos moldes da Lei 9.430/96 e IN RFB 1700/17. f) Em 2021 foi registrado o crédito tributário, atualizado pela SELIC, referente ao direito de excluir o ICMS destacado nas notas fiscais de venda da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS (Tema 69). **NOTA 4 - PASSIVO CIRCULANTE:** a) **Financiamentos e Empréstimos:** - **Financiamento do Ativo Imobilizado:** FINAME: sujeitos a juros de 2,5% a 6,40% a.a. acima da TJLP e de 4,04% a 4,10% a.a. acima da taxa SELIC; **Cédula de Crédito Bancário:** encargos financeiros correspondentes a taxa média dos certificados de depósitos interbancários (CDI), acrescidos de sobretaxa efetiva de 1,5% a.a.; **BNDES:** juros de 2,20% a.a. acima da TJLP; **Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP:** sujeito a juros pela taxa equalizada de 4,0% a.a. acima da TJLP; **Financiamento para Importações:** FINIMP: sujeitos a juros pré-fixados de 1,85% a.a. e a variação cambial; **Nota de Crédito de Exportação - NCE:** encargos financeiros correspondentes a taxa média dos certificados de depósitos interbancários (CDI), acrescidos de sobretaxa efetiva de 2,20% a.a. e a variação cambial; **Recursos do Exterior:** Adiantamento Contrato de Câmbio (ACC) sujeitos a juros pré-fixados de 1,90% a 2,15% a.a. e a variação cambial. **NOTA 5 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE:** a) **Financiamentos e Empréstimos:** - **Financiamento do Ativo Imobilizado:** FINAME: sujeitos a juros de 2,5% a 6,40% a.a. acima da TJLP e de 4,04% a 4,10% a.a. acima da taxa SELIC; **Cédula de Crédito Bancário:** encargos financeiros correspondentes a taxa média dos certificados de depósitos interbancários (CDI), acrescidos de sobretaxa efetiva de 1,5% a.a.; **BNDES:** juros de 2,20% a.a. acima da TJLP; **Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP:** sujeito a juros pela taxa equalizada de 4,0% a.a. acima da TJLP; **Financiamento para Importações:** FINIMP: sujeitos a juros pré-fixados de 1,85% a.a. e a variação cambial; **Nota de Crédito de Exportação - NCE:** encargos financeiros correspondentes a taxa média dos certificados de depósitos interbancários (CDI), acrescidos de sobretaxa efetiva de 2,20% a.a. e a variação cambial. **NOTA 6 - Por força da Lei nº 11.638/07, a companhia contratou auditor independente para auditar as suas demonstrações Contábeis, estando o relatório da auditoria à disposição dos interessados na sede da companhia. **NOTA 7 - CAPITAL SOCIAL:** O Capital Social está representado por 180.000.000 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma e, pertencem inteiramente a acionistas residentes no país.**

Carlos Barbosa, RS, 31 de dezembro de 2021.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO EM (R\$)		
	2021	2020
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	97.027.293,99	61.642.379,16
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Ajustes por:		
Depreciação do exercício	5.023.450,45	4.927.677,81
Amortização do exercício	272.262,27	282.050,50
Provisões do exercício	1.248.668,20	(2.714.642,14)
Resultado na alienação/baixa de ativos imobilizados	36.745,98	24.536,39
Variações cambiais sobre empréstimos, clientes e fornecedores	(1.203.918,06)	948.044,40
Variações nos Ativos e Passivos		
(Aumento/Redução) em contas a receber	(5.198.394,33)	(28.507.837,67)
(Aumento/Redução) nos estoques	(72.452.402,21)	1.881.339,94
(Aumento/Redução) em outras contas a receber	(10.284.154,13)	(2.612.066,97)
(Aumento/Redução) em fornecedores	29.357.210,25	29.682.042,13
(Aumento/Redução) em contas a pagar	2.833.061,17	(2.058.298,57)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(29.112.696,64)	(18.546.427,53)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	17.547.126,94	44.948.797,45
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(21.907.053,27)	(29.311.186,80)
Aquisição de ativo intangível	(171.352,08)	(69.794,87)
Investimentos	(991,02)	(919,07)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(22.079.396,37)	(29.381.900,74)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(30.000.000,00)	(18.000.000,00)
Empréstimos tomados	64.675.684,88	20.171.494,08
Pagamentos de empréstimos	(12.808.132,37)	(5.645.308,74)
Juros pagos por empréstimos	(5.081.193,41)	(1.535.290,76)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	16.786.359,10	(5.009.105,42)
AUMENTO/REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO EXERCÍCIO	12.254.089,67	10.557.791,29
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	29.845.419,75	19.287.628,46
Caixa e Equivalente de Caixa ao Fim do Exercício	42.099.509,42	29.845.419,75
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	12.254.089,67	10.557.791,29

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM (R\$)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Reservas de lucros				Total
	Capital social	Reserva Legal	Reserva para aumento do capital	Reserva de lucros a disposição	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	140.000.000,00	1.382.905,12	26.950.547,29	25.749.693,40	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	42.729.527,35
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	42.729.527,35
Destinações:					
Reserva legal	-	2.136.476,37	-	-	(2.136.476,37)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(811.861,02)
Saldo à disposição da assembleia	-	-	39.781.189,96	(39.781.189,96)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	140.000.000,00	3.519.381,49	26.950.547,29	48.056.387,31	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	63.981.021,56
Aumento de capital	40.000.000,00	(3.519.381,49)	(26.950.547,29)	(9.530.071,22)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(29.188.138,98)
Destinações:					
Reserva legal	-	3.199.051,08	-	-	(3.199.051,08)
Saldo à disposição da assembleia	-	-	59.566.331,07	(59.566.331,07)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(1.215.639,41)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	180.000.000,00	3.199.051,08	-	68.904.508,18	-

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Clovis Tramontina - Presidente, Josélio Gusso - Vice-Presidente, Eduardo Scomazzon, Ildo Paludo, Inácio Chies
DIRETORIA EXECUTIVA: Riccardo Bianchi, Giovane Capitani, Felipe Postinger Lazzari **CONTADOR:** Douglas Jr. Capitani (CRC - RS 090.235/O)

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.



- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA

TRAMONTINA MADEIRAS S.A.

CNPJ. 93.682.854/0001-86 – NIRE: 43300042588
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO

RELATÓRIO DA DIRETORIA.

Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, Demonstrativos do Resultado do Exercício, Das Mutações do Patrimônio Líquido, Dos Resultados Abrangentes, Do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, encerrados em 31 de dezembro de 2021. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Encruzilhada do Sul, RS, 18 de março de 2022. A DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM (R\$)		
	2021	2020
Ativo	61.744.240,88	51.675.055,39
Circulante	38.874.113,22	29.820.542,79
Disponibilidades	2.197.597,72	3.815.460,17
Caixa e equivalentes de caixa	2.197.597,72	3.815.460,17
Créditos	22.330.667,00	17.857.030,80
Contas a receber de clientes	16.043.458,57	16.494.567,82
Impostos a recuperar	3.743.944,11	68.904,01
Outros Créditos	2.491.350,69	1.303.871,99
Despesas antecipadas	51.913,63	(10.313,02)
Estoques	14.345.848,50	8.148.051,82
Não circulante	22.870.127,66	21.854.512,60
Realizável a longo prazo	401.566,66	332.159,27
Depósitos judiciais	202.557,68	332.159,27
Impostos Diferidos Ativos	199.008,98	-
Investimentos	6.032,96	6.032,96
Imobilizado	22.439.065,93	21.501.625,82
Intangível	23.462,11	14.694,55
Passivo	61.744.240,88	51.675.055,39
Circulante	18.366.725,63	15.017.604,45
Fornecedores	10.393.975,75	7.457.290,21
Financiamentos e empréstimos	2.318.436,85	3.566.470,71
Obrigações a pagar	4.541.243,14	2.949.729,48
Credores diversos	1.113.069,89	1.044.114,05
Não circulante	13.256.466,67	19.399.971,62
Empréstimos e financiamentos	13.133.359,89	19.329.631,77
Provisão para Contingências	54.499,90	-
Outras contas a pagar	68.606,88	70.339,85
Patrimônio líquido	30.121.048,58	17.257.479,32
Capital social	89.003.700,00	86.003.700,00
Capital integralizado	89.003.700,00	86.003.700,00
Reservas de lucros	2.046.632,57	128.454,11
Reserva capital	1.500.048,70	48,70
Reserva legal	418.178,46	-
Reservas de incentivos fiscais	128.405,41	128.405,41
(-) Prejuízos acumulados	(60.929.283,99)	(68.874.674,79)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS: A empresa tem por principal atividade o beneficiamento, industrialização, comercialização, importação e exportação de madeiras. **NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das disposições contidas na Lei 6.404/76, com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com as modificações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009. **NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** a) As presentes Demonstrações Contábeis compreendem o período de atividade iniciado em 01 de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2021. b) **Estoques:** no exercício social encerrado em 31/12/2021 os estoques de insumos e embalagens foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os de produtos elaborados e os produtos em elaboração foram avaliados pelo custo médio de produção. Em ambos os casos, não superam o valor de mercado. c) **Contas do Ativo Imobilizado:** as depreciações sobre o imobilizado foram calculadas pelo método linear, às taxas adequadas dos bens, respeitados os limites fiscais. d) **Intangível:** o valor registrado neste grupo refere-se a Marcas contabilizadas pelo valor de custo. e) O Imposto de Renda e a Contribuição Social foram apurados pelo critério de lucro real anual, com utilização durante os doze meses do exercício social do balanço de suspensão ou redução, nos moldes da Lei 9.430/96 e IN SRF 93/97. f) Em 2021 foi registrado o crédito tributário, atualizado pela SELIC, referente ao direito de excluir o ICMS destacado nas notas fiscais de venda da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS (Tema 69). **NOTA 4 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE:** a) **Bancos conta empréstimos:** financiamentos do ativo imobilizado: Finame cujas taxas de juros variam entre 2,50% a.a. e 8,70% a.a., e recursos BNDES com taxa entre 3,30% a.a. e 4,50% a.a. **NOTA 5 - O parecer do conselho fiscal está à disposição dos interessados na sede da companhia.** **NOTA 6 - CAPITAL SOCIAL:** O capital social está representado por 89.003.700 de ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00, cada uma, e pertencentes inteiramente a acionistas residentes no País.

Encruzilhada do Sul, RS, 31 de dezembro de 2021.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM (R\$)		
	2021	2020
RECEITA BRUTA DE VENDAS	78.196.843,34	58.345.961,11
Receitas de vendas	78.196.843,34	58.345.961,11
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(12.684.241,73)	(8.120.375,26)
RECEITA LÍQUIDA	65.512.601,61	50.225.585,85
Custo das mercadorias e produtos vendidos	(41.940.266,80)	(32.792.664,46)
LUCRO BRUTO	23.572.334,81	17.432.921,39
DESPESAS OPERACIONAIS	(13.452.050,52)	(14.636.757,87)
Despesas com vendas	(15.162.119,18)	(9.585.538,26)
Despesas administrativas e gerais	(6.367.251,80)	(3.903.168,24)
Outras despesas	8.356.284,31	(1.233.508,01)
Outras receitas	(278.963,85)	85.456,64
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	10.120.284,29	2.796.163,52
Despesas financeiras	(2.715.578,05)	(2.174.384,86)
Receitas financeiras	2.787.694,03	698.738,60
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10.192.400,27	1.320.517,26
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Corrente	(2.027.839,99)	(608.113,78)
Diferido	199.008,98	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.363.569,26	712.403,48

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO EM (R\$)

	2021	2020
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10.192.400,27	1.320.517,26
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Ajustes por:		
Depreciação do exercício	1.424.212,79	1.293.334,29
Amortização do exercício	5.462,63	6.427,75
Provisões do exercício	3.023.450,65	1.307.419,90
Resultado na alienação/baixa de ativos imobilizados	111.965,70	-
Variações cambiais sobre empréstimos, clientes e fornecedores	278.963,89	-
VARIAÇÕES CAMBIAIS SOBRE EMPRÉSTIMOS, CLIENTES E FORNECEDORES	(60.947,79)	180.045,16
Variações nos Ativos e Passivos		
(Aumento/Redução) em contas a receber	(3.860.835,54)	(2.912.308,32)
(Aumento/Redução) nos estoques	(3.667.895,37)	2.325.535,50
(Aumento/Redução) em outras contas a receber	(5.682.747,81)	280.492,32
(Aumento/Redução) em fornecedores	2.486.385,67	4.940.562,54
(Aumento/Redução) em contas a pagar	1.460.823,04	713.268,08
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.617.982,16)	(396.328,69)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.093.255,97	9.058.965,79
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(2.640.616,75)	(206.681,90)
Aquisição de ativo intangível	(14.230,19)	(12.876,20)
Investimentos	-	(1.209.312,55)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.654.846,94)	(1.428.870,65)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento/Redução de capital	4.500.000,00	5.000.000,00
Empréstimos tomados	1.659.456,88	-
Pagamentos de empréstimos	(4.942.867,06)	(9.028.363,72)
Juros pagos por empréstimos	-	(707.333,62)
Mútuos tomados com partes relacionadas	(4.272.861,30)	183.209,30
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(3.056.271,48)	(4.552.488,04)
AUMENTO/REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO EXERCÍCIO	(1.617.862,45)	3.077.607,10
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	3.815.460,17	737.853,07
Caixa e Equivalente de Caixa ao Fim do Exercício	2.197.597,72	3.815.460,17
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(1.617.862,45)	3.077.607,10
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EM (R\$)		
	2021	2020
Lucro líquido do exercício	8.363.569,26	712.403,48
Resultado abrangente total	8.363.569,26	712.403,48

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM (R\$)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Incentivos fiscais	Reserva para aumento do capital		
SalDOS em 31 de dezembro de 2019	81.003.700,00	-	128.405,41	48,70	(69.587.078,27)	11.545.075,84
Lucro do exercício					712.403,48	712.403,48
Aumento de capital	5.000.000,00					5.000.000,00
SalDOS em 31 de dezembro de 2020	86.003.700,00	-	128.405,41	48,70	(68.874.674,79)	17.257.479,32
Lucro Líquido do exercício					8.363.569,26	8.363.569,26
Aumento de capital	3.000.000,00					3.000.000,00
Reserva para aumento do capital				1.500.000,00		1.500.000,00
Destinações						
Reserva Legal		418.178,46			(418.178,46)	-
SalDOS em 31 de dezembro de 2021	89.003.700,00	418.178,46	128.405,41	1.500.048,70	(60.929.283,99)	30.121.048,58

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Clovis Tramontina - Presidente, Joselito Gusso - Vice-Presidente, Roberto João Manfroi - Vice-Presidente, Ildo Paludo, Eduardo Somazzon, Gilberto Eugênio Manfroi. **DIRETORIA EXECUTIVA:** Jelvi Flores, Roberto Luiz Aimi. **TÉCNICO EM CONTABILIDADE:** Luciano Ataides de Freitas (CRC - RS 078932/0-4)

TRAMONTINA

TRAMONTINA FARROUPILHA S.A. INDÚSTRIA METALÚRGICA

CNPJ. 87.834.883/0001-13 – NIRE: 43300011607

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO

RELATÓRIO DA DIRETORIA.

Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, Demonstrativos do Resultado do Exercício, Das Mutações do Patrimônio Líquido, Dos Resultados Abrangentes, Do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, encerrados em 31 de dezembro de 2021. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Farroupilha, RS, 18 de março de 2022. A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM (R\$)		
	2021	2020
Ativo	753.379.745,70	503.827.046,92
Circulante	548.855.077,95	340.902.548,49
Disponibilidades	12.045.827,20	13.912.739,76
Bancos disponível	7.930.684,66	5.379.384,52
Bancos investimentos	4.115.142,54	8.533.355,24
Créditos	313.842.139,40	207.033.582,53
Clientes	237.232.257,70	196.043.799,19
(-) Provisão créditos liq. duvidosa	(9.178.301,36)	(9.507.189,23)
Impostos a recuperar	65.397.344,97	7.874.862,17
Importação mats andamento	7.326.215,75	6.849.596,83
Adiantamentos diversos	10.555.047,08	4.034.191,89
Despesas do exercício seguinte	217.072,80	546.676,87
Bancos conta investimento	2.292.502,46	1.191.644,81
Estoques	222.967.111,35	119.956.226,20
Não circulante	204.524.667,75	162.924.498,43
Realizável a longo prazo	2.352.178,39	4.949.575,64
Depósitos judiciais	2.352.178,39	713.717,52
Impostos diferidos ativos	-	4.235.858,12
Investimentos	55.355,93	45.818,34
Imobilizado	200.915.198,70	156.625.165,18
Propriedade para Investimento Intangível	1.159.926,70	1.213.668,46
	42.008,03	90.270,81
Passivo	753.379.745,70	503.827.046,92
Circulante	275.727.743,95	149.364.905,73
Fornecedores	101.601.393,37	38.585.301,87
Financiamentos e empréstimos	143.123.684,17	84.289.347,16
Obrigações a pagar	28.073.953,51	25.000.402,38
Cretores diversos	2.928.712,90	1.489.854,32
Não circulante	101.244.342,65	58.522.531,02
Provisão para contingências	1.098.213,05	1.477.335,88
Financiamentos e empréstimos	91.948.441,72	57.045.195,14
Impostos diferidos passivos	8.197.687,88	-
Patrimônio líquido	376.407.659,10	295.939.610,17
Capital social	255.000.000,00	255.000.000,00
Capital integralizado	255.000.000,00	255.000.000,00
Reservas de lucros	121.714.773,48	41.246.724,55
Reserva legal	6.997.010,34	2.316.384,09
Reservas para aumento de capital	5.553.204,83	5.553.204,83
Saldo a disposição da assembleia	109.164.558,31	33.377.135,63
Ações em tesouraria	(307.114,38)	(307.114,38)
(-) Ações em tesouraria	(307.114,38)	(307.114,38)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM (R\$)		
	2021	2020
RECEITA BRUTA DE VENDAS	615.019.684,40	447.527.278,75
Receitas de vendas	615.019.684,40	447.527.278,75
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(89.130.857,28)	(67.590.992,39)
RECEITA LÍQUIDA	525.888.827,12	379.936.286,36
Custo das mercadorias e produtos vendidos	(321.952.621,63)	(223.567.646,65)
LUCRO BRUTO	203.936.205,49	156.368.639,71
DESPESAS OPERACIONAIS	(78.923.909,59)	(90.347.199,98)
Despesas com vendas	(70.063.708,00)	(49.263.036,90)
Despesas administrativas e gerais	(41.886.963,82)	(41.662.500,06)
Outras despesas	(750.692,23)	(31.537,95)
Outras receitas	33.777.454,46	609.874,93
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	125.012.295,90	66.021.439,73
Despesas financeiras	(63.263.932,61)	(24.267.737,06)
Receitas financeiras	72.329.728,16	8.387.624,22
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	134.078.091,45	50.141.326,89
Imposto de renda e contribuição social	(40.465.566,47)	(16.764.383,78)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	93.612.524,98	33.376.943,11

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO EM (R\$)		
	2021	2020
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	134.078.091,45	50.141.326,89
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Ajustes por:		
Depreciação do exercício	12.186.467,37	11.702.474,47
Amortização do exercício	77.687,82	131.585,20
Provisões do exercício	1.198.323,80	11.221.520,83
Juros e encargos sobre empréstimos	773.477,93	476.005,97
Resultado na alienação/baixa de ativos imobilizados	1.474.173,00	59.646,13
Variações cambiais sobre empréstimos, clientes e fornecedores	(3.120.926,41)	3.358.682,30
Variações nos Ativos e Passivos		
(Aumento)/Redução em contas a receber	(38.554.404,23)	(50.860.839,94)
(Aumento)/Redução nos estoques	(99.709.856,70)	575.087,27
(Aumento)/Redução em outras contas a receber	(65.609.903,37)	(7.128.310,74)
Aumento/(Redução) em fornecedores	61.347.934,84	27.608.087,93
Aumento/(Redução) em contas a pagar	2.371.595,31	352.652,75
Imposto de renda e contribuição social pagos	(28.032.020,47)	(18.464.997,93)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(21.519.359,66)	29.172.921,13
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(57.896.932,13)	(9.384.024,28)
Aquisição de ativo intangível	(29.425,04)	-
Investimentos	(9.537,59)	(40.145,25)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(57.935.894,76)	(9.424.169,53)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(12.000.000,00)	(10.000.000,00)
Empréstimos tomados	274.000.913,93	123.724.073,60
Pagamentos de empréstimos	(176.841.091,47)	(116.987.331,37)
Juros pagos por empréstimos	(7.571.480,60)	(7.623.712,75)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	77.588.341,86	(10.886.970,52)
AUMENTO/REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO EXERCÍCIO	(1.866.912,56)	8.861.781,08
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	13.912.739,76	5.050.958,68
Caixa e Equivalente de Caixa ao Fim do Exercício	12.045.827,20	13.912.739,76

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EM (R\$)		
	2021	2020
Lucro líquido do exercício	93.612.524,98	33.376.943,11
Resultado abrangente total	93.612.524,98	33.376.943,11

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS: A empresa tem por principal atividade a industrialização e comercialização de talheres, baixelas, panelas, utensílios domésticos, cozinhas profissionais em aço inoxidável e revenda de eletroportáteis.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das disposições contidas na Lei 6.404/76, com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com as modificações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) As presentes Demonstrações Contábeis compreendem o período de atividade iniciado em 01 de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2021. b) **Estoques:** no exercício social encerrado em 31/12/2021 os estoques de insumos, embalagens e mercadoria para revenda foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os produtos em elaboração foram avaliados pelo custo médio de produção. Em ambos os casos, não superam o valor de mercado. c) **Contas do Ativo Imobilizado:** as depreciações sobre o imobilizado foram calculadas pelo método linear, às taxas adequadas dos bens conforme CPC027, e respeitando-se os limites fiscais para fins tributários. d) **Intangível:** o valor registrado neste grupo refere-se a Softwares contabilizados pelo valor de custo de aquisição. e) O Imposto de Renda e a Contribuição Social foram apurados pelo critério de lucro real anual, com utilização durante os doze meses do exercício social do balanço de suspensão ou redução, nos moldes da Lei 9.430/96 e IN SRF 93/97. f) Em 2021, foi registrado o crédito tributário, atualizado pela Selic, referente ao direito de excluir o ICMS destacado nas notas fiscais de venda da base de cálculo das contribuições do PIS e da Cofins (Tema 69). **NOTA 4 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE:** a) **Bancos conta empréstimos:** recursos junto ao FINEP com taxas entre 4,00% a.a. e 8,48% a.a.; cédula de empréstimo bancário com taxas variando entre CDI + 2,42% a.a. a 3,54% a.a.; nota de crédito à exportação com taxas variando entre CDI + 2,06% a.a. a 2,43% a.a.; FINAME Materiais com taxa igual a TLP + 1,56% a.a.; Pré-Pagamentos de Exportação com taxa anual de 2,70% mais a variação da libor; Adiantamentos de Contratos de Câmbio com taxas variando entre 1,74% a.a. a 3,00% a.a.; Finimp's com taxas variando entre 1,62% a.a. a 2,41% a.a. **NOTA 5 -** A companhia contratou auditor independente para auditar as suas Demonstrações Contábeis, estando o relatório da auditoria bem como o parecer do conselho fiscal à disposição dos interessados na sede da companhia. **NOTA 6 - CAPITAL SOCIAL.** O capital social está representado por 255.000.000 de ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00, cada uma, e pertencentes inteiramente a acionistas residentes no País.

Farroupilha, RS, 31 de dezembro de 2021.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM (R\$)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva para aumento do capital	Reserva de lucros a disposição		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	255.000.000,00	(307.114,38)	647.536,93	5.553.204,83	12.057.137,60	-	272.950.764,98
Lucro do exercício						33.376.943,11	33.376.943,11
Dividendos adicionais propostos					(9.753.936,00)		(9.753.936,00)
Destinações:							
Reserva legal			1.668.847,16			(1.668.847,16)	-
Saldo à disposição da assembleia					31.073.934,03	(31.073.934,03)	-
Dividendo mínimo obrigatório						(634.161,92)	(634.161,92)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	255.000.000,00	(307.114,38)	2.316.384,09	5.553.204,83	33.377.135,63	-	295.939.610,17
Lucro do exercício						93.612.524,98	93.612.524,98
Dividendos adicionais propostos					(11.365.838,08)		(11.365.838,08)
Destinações:							
Reserva legal			4.680.626,25			(4.680.626,25)	-
Saldo à disposição da assembleia					87.153.260,76	(87.153.260,76)	-
Dividendo mínimo obrigatório						(1.778.637,97)	(1.778.637,97)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	255.000.000,00	(307.114,38)	6.997.010,34	5.553.204,83	109.164.558,31	-	376.407.659,10

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Clovis Tramontina - Presidente, Joselito Gusso - Vice-Presidente, Eduardo Scomazzon, Ildo Paludo, Inácio Chies. **DIRETORIA EXECUTIVA:** Darci Friebe, Eduardo Portolan, Lourival Dalmás. **CONTADOR:** Luis Carlos Possa (CRC/RS 087.365/O-1)

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.



- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL



FORJASUL CANOAS S.A. INDÚSTRIA METALÚRGICA

CNPJ. 88.313.853/0001-24 – NIRE: 43300003621
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO

RELATÓRIO DA DIRETORIA.

Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, Demonstrativos do Resultado do Exercício, Das Mutações do Patrimônio Líquido, Dos Resultados Abrangentes, Do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, encerrados em 31 de dezembro de 2021. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Canoas, RS, 21 de março de 2022. A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM (R\$)			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM (R\$)		
	2021	2020		2021	2020
Ativo	84.399.802,39	99.590.337,59	RECEITA BRUTA DE VENDAS	79.090.329,74	73.221.598,03
Circulante	54.272.900,61	94.885.391,14	Receitas de vendas e serviços	79.090.329,74	73.221.598,03
Disponibilidades	15.127.227,46	35.705.641,74	DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	12.258.097,95	(10.423.815,23)
Bancos disponível	2.806.379,98	3.218.616,03	RECEITA LÍQUIDA	66.832.231,79	62.797.782,80
Bancos investimentos	12.320.847,48	32.487.025,71	Custo das mercadorias e produtos vendidos	(21.582.958,53)	(25.645.145,38)
Créditos	9.547.931,99	37.547.832,75	LUCRO BRUTO	45.249.273,26	37.152.637,42
Clientes	8.854.077,30	12.298.238,66	DESPESAS OPERACIONAIS	(16.965.587,09)	(13.425.512,60)
(-) Provisão p/devedores duvidosos	(537.260,41)	-	Despesas com vendas	(3.899.334,65)	(2.963.211,26)
Impostos a recuperar	46.103,03	61.177,31	Despesas administrativas e gerais	(12.527.658,76)	(10.224.928,21)
Importação mats andamento	-	154.863,72	Outras despesas	(548.946,36)	(465.248,12)
Empréstimos de mútuo	-	4.507.743,47	Outras receitas	10.352,68	227.874,99
Adiantamentos diversos	1.149.907,17	20.490.637,67	RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E	DESPESAS FINANCEIRAS	28.283.686,17
Despesas do exercício seguinte	35.104,90	35.171,92	Despesas financeiras	(150.564,63)	(203.254,32)
Estoques	29.597.741,16	21.631.916,65	Receitas financeiras	2.024.337,06	1.726.272,67
Não circulante	30.126.901,78	4.704.946,45	RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	SOBRE O LUCRO	30.157.458,60
Realizável a longo prazo	25.189.487,01	-	Imposto de renda e contribuição social	(3.069.602,40)	(2.881.496,80)
Empréstimos de Mútuo	25.189.487,01	-	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	27.087.856,20	22.368.646,37
Investimentos	353.866,53	353.866,53			
Imobilizado	4.579.265,02	4.344.640,26			
Intangível	4.283,22	6.439,66			
Passivo	84.399.802,39	99.590.337,59			
Circulante	3.726.710,95	4.782.730,45			
Fornecedores	23.106,11	5.658,44			
Obrigações a pagar	2.241.651,87	3.398.342,59			
IRPJ/CSLL a pagar	588.413,43	569.875,92			
Cretores diversos	2.465,89	3.277,23			
Adto. Clientes	871.073,65	805.576,27			
Patrimônio líquido	80.673.091,44	94.807.607,14			
Capital social	68.700.000,00	68.700.000,00			
Capital integralizado	68.700.000,00	68.700.000,00			
Reservas de lucros	12.155.508,19	26.290.023,89			
Reserva legal	5.306.312,73	3.951.919,92			
Reservas para aumento de capital	1.088.103,97	1.087.889,92			
Saldo a disposição da assembleia	5.761.091,49	21.250.214,05			
Ações em tesouraria	(182.416,75)	(182.416,75)			
(-) Ações em tesouraria	(182.416,75)	(182.416,75)			

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS: A empresa tem por principal atividade a industrialização e comercialização de ganchos, morsas, eletroferragens, autopeças, acessórios para movimentação e fixação de materiais e forjados sob encomenda. **NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das disposições contidas na Lei 6.404/76, com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com as modificações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009. **NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** a) As presentes Demonstrações Contábeis compreendem o período de atividade iniciado em 01 de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2021. b) **Estoques:** no exercício social encerrado em 31/12/2021 os estoques de insumos e embalagens foram avaliados pelo último preço de compra. Os produtos acabados foram avaliados em 70% do maior preço de venda no período base e os produtos em elaboração foram avaliados em 150% do maior preço de compra da matéria-prima. c) **Contas do Ativo Imobilizado:** as depreciações sobre o imobilizado foram calculadas pelo método linear, às taxas adequadas dos bens, respeitados os limites fiscais. d) O Imposto de Renda e a Contribuição Social foram apurados pelo critério de Lucro presumido, nos moldes da lei 9.430/96 e IN RFB 1700/2017. **NOTA 4 - CONSELHO FISCAL:** O relatório final do conselho fiscal da companhia, está à disposição dos interessados na sede da empresa. **NOTA 5 - CAPITAL SOCIAL:** O capital social está representado por 68.700.000 de ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00, cada uma, e pertencentes inteiramente a acionistas residentes no País.

Canoas, RS, 31 de dezembro de 2021.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM (R\$)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva para aumento do capital	Reserva de lucros à disposição		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	68.700.000,00	(182.416,75)	2.833.487,60	1.087.840,68	11.730.049,24	-	84.168.960,77
Lucro do exercício						22.368.646,37	22.368.646,37
Dividendos adicionais propostos					(11.730.000,00)	(11.730.000,00)	(11.730.000,00)
Destinações:							
Reserva legal			1.118.432,32			(1.118.432,32)	-
Reserva para aumento de capital				49,24	(49,24)		-
Saldo a disposição da assembleia					21.250.214,05	(21.250.214,05)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	68.700.000,00	(182.416,75)	3.951.919,92	1.087.889,92	21.250.214,05	-	94.807.607,14
Lucro do exercício						27.087.856,20	27.087.856,20
Dividendos adicionais propostos					(21.250.000,00)	(15.000.000,00)	(36.250.000,00)
Destinações:							
Reserva legal			1.354.392,81			(1.354.392,81)	-
Reserva para aumento de capital				214,05	(214,05)		-
Saldo à disposição da assembleia					10.733.463,89	(10.733.463,89)	-
Ajuste exercícios anteriores					(4.972.371,90)		(4.972.371,90)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	68.700.000,00	(182.416,75)	5.306.312,73	1.088.103,97	5.761.091,49	-	80.673.091,44

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Clóvis Tramontina - Presidente, Joselito Gusso - Vice-Presidente, Roberto João Manfroi - Vice Presidente, Ildo Paludo, Eduardo Scorzazon, Gilberto Eugênio Manfroi **DIRETORIA EXECUTIVA:** Nelson Carvalho, Maria Inês Pradella **CONTADORA:** Maria R. Giachin Piegas (CRC-RS-091777-0)



Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T

CNPJ nº 92.715.812/0001-31

www.cpf.com.br

Companhia Aberta

Relatório da Administração

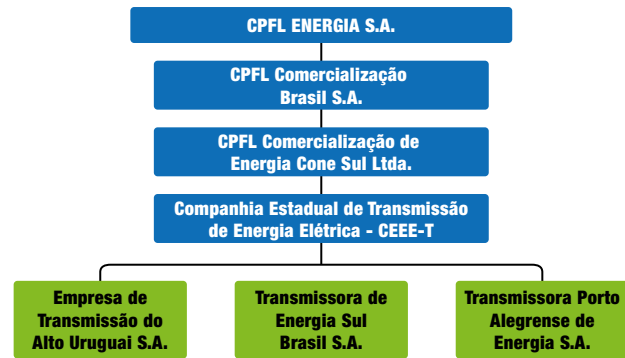
Senhores acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("CPFL Transmissão" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2020, exceto quando especificado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No contexto de privatização das empresas do Grupo CEEE, autorizada pelo antigo acionista controlador, o Estado do Rio Grande do Sul, a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T tem sua origem na eficácia da cisão da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, a qual segregou os segmentos de Geração e Transmissão, para fins de alienação de seu controle. Etapa superveniente à cisão ocorrida, em 16 de julho de 2021, foi realizada a sessão pública do leilão de alienação do controle acionário da CEEE-T ("Leilão"). Na ocasião a CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. ("CPFL Cone Sul"), subsidiária da CPFL Energia, sagrou-se vencedora do leilão de desestatização. A liquidação do Leilão, com a respectiva conclusão da aquisição pela CPFL Cone Sul do controle societário da Companhia, por meio da aquisição de ações representativas de aproximadamente 66,08% do seu capital social total, ocorreu no dia 14 de outubro de 2021, momento em que foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre o Estado do Rio Grande do Sul e a CPFL Cone Sul e, ainda, a Companhia, na qualidade de interveniente anuente, em observância aos termos e condições do processo de desestatização. A operação, conforme termos dispostos no Edital de Venda, passou por aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e obteve a anuência prévia da ANEEL à transferência do controle acionário da Companhia. Ainda, em 12 de novembro de 2021, a CPFL Cone Sul apresentou à CVM o pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia por alienação de controle ("OPA"). Nos termos do artigo 254-A da Lei das S.A. e da Instrução CVM 361, em decorrência da alienação de controle, a CPFL Cone Sul está obrigada a realizar a Oferta para adquirir a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia que são de titularidade dos demais acionistas, devendo lhes assegurar o preço no mínimo igual a 80% do valor pago por ação ordinária ao Estado do Rio Grande do Sul. A CPFL Cone Sul tem a intenção de contemplar na OPA, por meio de uma oferta voluntária, as ações preferenciais de emissão da Companhia que são de titularidade dos demais acionistas. O lançamento da OPA foi aprovado pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) em 25 de fevereiro de 2022. A OPA permitirá que o controle acionário da CPFL Cone Sul seja expandido, podendo chegar à aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia que são de titularidade dos demais acionistas minoritários.

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO (SIMPLIFICADO)

A CPFL Energia atua como *holding*, participando no capital de outras sociedades:



Base: 31/12/2021

2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

Ambiente Macroeconômico: O ano de 2021 testemunhou o princípio da superação da pandemia de Covid-19. Apesar do mundo ter vivido as ondas mais letais da pandemia, também foi o ano em que as vacinas começaram a ser amplamente disseminadas (ainda que com enorme heterogeneidade, em termos globais). A combinação de vacinação e contaminação prévia ter proporcionado uma proteção importante à população, ainda que novas variantes continuem surgindo, como foi o caso da Delta e, mais recentemente, da Ômicron. Olhando a evolução da pandemia ao longo de 2021, fica claro o alívio gradual vivenciado pelos sistemas de saúde e a retomada da mobilidade. Deve-se notar, no entanto, que este movimento não é uniforme: em alguns países, há maior resistência à vacinação; em outros, há falta de vacinas. Apesar de grandes avanços na superação da pandemia, ainda não se pode dizer que seus impactos econômicos tenham sido totalmente superados em 2021. A gradativa normalização das atividades não foi suficiente para reverter o movimento de consumo de bens muito superior ao consumo de serviços. Três fatores contribuíram para manter a demanda por bens historicamente elevada durante todo o ano: i) os pacotes de estímulos, tanto fiscais quanto monetários, auxiliaram na manutenção da renda e consumo total em 2020 e início de 2021, apesar do aumento substancial da poupança das famílias. Este fenômeno foi reforçado nos EUA em 2021, com os pacotes de recomposição de renda efetuados no início do mandato de Biden; ii) a normalização incompleta do consumo de serviços: num ambiente de manutenção de renda, o que não foi direcionado à poupança foi, por exclusão, consumido; como em boa parte do ano as restrições à mobilidade e os temores relativos à pandemia ainda vigoravam, o deslocamento da demanda aos padrões pré-pandemia foi incompleto; iii) a readequação dos níveis de estoques ótimos: os gargalos de produção enfrentados ao longo de 2020 continuaram restringindo a oferta em 2021 e a resposta encontrada por fabricantes e varejistas foi elevar seus estoques, de matérias primas a produtos acabados, elevando ainda mais a demanda global. Assim, ao mesmo tempo em que a demanda permaneceu elevada, a oferta continuou negativamente impactada pelos *lockdowns* e pelas discontinuidades nas cadeias de insumos. Houve progresso na normalização das cadeias, porém é um processo que apenas se iniciou em 2021 e deve se completar apenas em meados de 2022. A consequência desta normalização incompleta da economia em 2021, com demanda por bens ainda elevada e oferta restrita, resultou em preços mais elevados em todas as etapas da cadeia, de *commodities*, fretes, preços ao produtor e consumidor. A alta inflação, como se viu, deveu-se muito mais à incapacidade de resposta da oferta do que a um crescimento exuberante da economia. A alta de preços de *commodities*, como seria de se esperar, repercutiu positivamente sobre as exportações brasileiras. No acumulado de 2021, as exportações somaram US\$ 280,4 bilhões, um crescimento de 34%. Com isso, o saldo comercial foi de US\$ 61,0 bilhões, recorde histórico, ajudando a manter a folga nas contas externas. No Brasil, apesar da folga nas contas externas e da alta de juros no segundo semestre, a intensificação das incertezas fiscais parece ter contribuído para a depreciação da moeda. De fato, para além do movimento esperado pela valorização do dólar frente a outras moedas, as discussões domésticas sobre a PEC dos Precatórios e alteração do teto de gastos, a fim de viabilizar o Auxílio Brasil, parecem ter sido essenciais para amplificar a pressão sobre o real no último trimestre do ano. Apesar das intervenções do BC, a piora do ambiente doméstico e externo fez com que o câmbio passasse de uma média de R\$ 5,23/US\$ no terceiro trimestre de 2021 para R\$ 5,59/US\$ no último trimestre. Em termos reais, a taxa de câmbio brasileira encerrou o ano de 2021 cerca de 35% acima da média verificada entre 2015 e 2019. A depreciação cambial combinada à alta de preços *commodities* resultou num choque inflacionário. Este choque foi visto tanto nos preços no atacado quanto nos preços ao consumidor. A inflação bem acima da meta e acelerando, com núcleos em patamar desconfortável, fez com que o Banco Central reagisse tempestivamente. O ano se iniciou com a taxa de juros básica em 2% ao ano, mínimo histórico, porém já a partir de março o Banco Central deu partida ao ajuste da política monetária e da taxa de juros, que encerrou 2021 no patamar de 9,25% ao ano. Apesar da alta dos juros ao longo do ano, o crédito ainda mostrou um bom desempenho em 2021, sendo uma fonte importante de sustentação do consumo. Este último aspecto foi favorecido pela recuperação do mercado de trabalho e pela concessão de auxílios governamentais. O Auxílio Emergencial atingiu menos famílias

em 2021 do que em 2020 e teve um ticket médio menor, reduzindo o alívio aos orçamentos familiares. Por outro lado, a população ocupada continuou abatida pelas restrições por conta da pandemia no primeiro semestre - mas mostrou uma rápida recuperação no segundo semestre, com o avanço da vacinação e melhora do quadro sanitário. Dados esses fatores, o consumo cresceu relativamente pouco em 2021, na comparação com o patamar final de 2020. Chegou a ultrapassar o consumo de 2019, pré-pandemia, em vários meses, mas perdeu fôlego nos últimos meses do ano.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Os principais destaques da regulação setorial de 2021 no segmento de transmissão estão elencados a seguir: **Revisão Tarifária Periódica ("RTP"):** Em 30 de junho de 2020, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.709, que homologou o resultado provisório da Revisão Periódica da RAP do Contrato de Concessão nº 055/2001-ANEEL, com vigência a partir de 1º de julho de 2018. O resultado foi provisório uma vez que a Base de Remuneração Regulatória ("BRR") encontrava-se em caráter preliminar, sem a consolidação da fiscalização conduzida pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF). Dessa forma, ficou consignado que os valores definitivos seriam processados após a conclusão das atividades de fiscalização da BRR e que, os ajustes necessários e consequentes efeitos financeiros seriam considerados em reajuste tarifário subsequente, ocorrido com a Resolução Homologatória ("REH") nº 2.725/2020. Posteriormente, com a finalização do processo de fiscalização da BRR, bem como da análise recursal aprovada pela REH nº 2.845/2021, em 13 de outubro de 2021, a ANEEL homologou o resultado definitivo da RTP de 2018 da RAP, associada ao Contrato de Concessão nº 055/2001, sob responsabilidade da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T, através da publicação da REH nº 2.960/2021, que apresentou o índice de reposicionamento definitivo de 3,11%. Entretanto, foi identificada a necessidade de realização de novos ajustes nas planilhas de cálculos da referida REH, mediante a formalização de recurso administrativo. Os efeitos financeiros (ajustes nos valores

(em milhares de reais)

Contrato de Concessão	Rede Básica			Demais Instalações de Transmissão - DIT				Total 2021 (*)	Total 2020 (*)
	RBSE	RBNI	RBL	Parcela Ajuste	RPC	RCDM	RPEC		
055/2001	467.529	126.089	-	24.757	105.487	63.970	-	44.541	832.373
080/2002	-	-	20.265	-	-	-	-	(548)	19.717
001/2011	-	-	19.935	-	-	-	2.139	(3.700)	18.374
	467.529	126.089	40.199	24.757	105.487	63.970	2.139	40.294	870.463

(*) Valores considerando as parcelas de ajuste - PA

Contrato de Concessão nº 4/2021-ANEEL: Em 31 de março de 2021, foi celebrado o Contrato de Concessão nº 4/2021-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão na SE 230/138 kV Cachoeirinha 3, referente ao Lote 6 do Edital do Leilão nº 01/2020-ANEEL. A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão, a RAP no montante de R\$ 9.234.372,00 (nove milhões, duzentos e trinta e quatro mil, trezentos e setenta e dois reais) reajustados, a partir da entrada em operação dos ativos, prevista para 2024.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Desempenho no Segmento de Transmissão de Energia Elétrica: A CPFL Transmissão tem apresentado excelente desempenho técnico-operacional no decorrer dos últimos anos. **Energia Não Suprida ("ENS"):** O indicador de ENS consiste na análise do quantitativo da energia interrompida por indisponibilidade de ativos de transmissão e, portanto, constata o impacto efetivo da indisponibilidade para a sociedade. Em 2021 o ENS totalizou 1.001,58 MWh, comparado a 1.377,97 MWh em 2020, representando uma redução de 27,3%. **Parcela Variável ("PV") Descontada:** A PV Descontada consiste na relação percentual dos descontos de PV efetivados sobre a base do Faturamento Mensal da Transmissora. Tais dados são disponibilizados mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"). Em 2021, a PV incidente totalizou 0,696%, comparado a 0,913% em 2020, representando uma redução de 23,8%. Realizando uma análise comparativa do desempenho operacional do segmento de transmissão de energia elétrica, entre as nove concessionárias de transmissão do país que tiveram suas concessões renovadas, no ano de 2021, novamente a CPFL Transmissão teve um desempenho destacado ao apresentar o segundo melhor resultado.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional: A receita operacional bruta foi de R\$ 1.492 milhões, representando um aumento de 32,8% (R\$ 369 milhões), decorrente principalmente: (i) do reconhecimento do componente financeiro da RBSE (custo de capital próprio "Ke") incluído na RAP em julho de 2020, adicionado aos efeitos do reajuste de IPCA do ciclo 2021-2022, os quais impactaram no acréscimo de 46,8% (R\$ 262 milhões) na receita de remuneração do ativo contratual e 6,5% (R\$ 33 milhões) na receita de disponibilização do sistema de transmissão; e (ii) do aumento de 146,1% (R\$ 74 milhões) na receita com construção da infraestrutura da concessão. As deduções da receita operacional foram de R\$ 254 milhões, apresentando um acréscimo de 14,3% (R\$ 32 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 1.238 milhões, representando um aumento de 37,4% (R\$ 337 milhões). **Geração Operacional de Caixa - EBITDA:** A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 416 milhões, uma redução de 11,2% (R\$ 52 milhões), refletindo principalmente o aumento de 85,9% (R\$ 411 milhões) nos custos e despesas operacionais, inclusive gastos com previdência privada, parcialmente compensados pelas seguintes variações: (i) aumento de 37,5% (R\$ 337 milhões) na receita operacional líquida; e (ii) alta de 77,1% (R\$ 22 milhões) na equivalência patrimonial.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2021	2020
Lucro Líquido	36.863	146.051
Depreciação e amortização	17.856	17.973
Resultado financeiro	45.973	154.591
Contribuição social	80.469	40.308
Imposto de renda	235.097	109.677
EBITDA	416.258	468.600

*Conforme Instrução CVM nº 527, de 4/10/2012

Lucro Líquido: Em 2021, o lucro líquido do exercício atingiu R\$ 37 milhões, ante um lucro líquido de R\$ 146 milhões no ano anterior, refletindo principalmente: (i) o aumento de 110,4% (R\$ 166 milhões) de imposto de renda e contribuição social; e (ii) a redução de 11,2% (R\$ 52 milhões) no EBITDA. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela redução de 70,2% (R\$ 109 milhões) nas despesas financeiras líquidas. **Destinação do Lucro Líquido do Exercício:** Não houve destinação do lucro líquido do exercício. **Endividamento:** No final de 2021, a dívida financeira bruta da Companhia atingiu R\$ 680 milhões, apresentando um aumento de 0,1%. As disponibilidades totalizaram R\$ 747 milhões, um acréscimo de 102%. Com isso, não há dívida financeira líquida, já que as disponibilidades ultrapassam o saldo dos financiamentos.

5. INVESTIMENTOS

Em 2021, foram realizados investimentos de R\$ 180 milhões, para a manutenção e expansão do negócio. Incluso nesse valor estão os investimentos realizados pela controlada Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB, que totalizaram R\$ 76 milhões em 2021. A principal oportunidade de alocação de capital da CPFL Transmissão no momento é por meio de projetos de reforços e melhorias na concessão renovada. Estes investimentos dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL e a Companhia já possui autorizações para investimentos no montante de, aproximadamente, R\$ 1.100 milhões, para execução nos próximos anos. Em 2020, a Companhia teve sucesso na conquista do lote 6 no Leilão de Transmissão Aneel nº 01/2020, com RAP de R\$ 10 milhões e com investimento ANEEL de cerca de R\$ 200 milhões.

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CPFL Transmissão é uma sociedade do Grupo CPFL, que possui ações listadas no Nível 1 da B3, com atuação no setor energético brasileiro, implementando e operando projetos e concessões no segmento de transmissão de energia. O modelo de governança corporativa da CPFL Transmissão é baseado nos 4 princípios básicos do Sistema de Governança Corporativa no Brasil: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. As Diretrizes de Governança Corporativa do Grupo CPFL, em conjunto com os Estatutos Sociais da CPFL Energia e de suas Controladoras, Subsidiárias e Afiliadas, os Acordos de Acionistas quando existentes e as Políticas emitidas e a serem emitidas em matéria de governança, delineiam o conjunto das práticas adotadas pela CPFL

recebidos a maior em detrimento ao resultado provisório) decorrentes desta alteração devem ser aplicados no reajuste da RAP do ciclo 2022-2023, a vigorar de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, nos termos do Submódulo 9.3 do PRORET, desde que o recurso seja deliberado antes da realização do referido reajuste. **Reajuste Tarifário Anual ("RTA"):** A REH nº 2.895, de 13 de julho de 2021, estabeleceu as RAPs da Companhia e suas controladas, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. Entretanto, foram verificados erros materiais na constituição da receita, sendo o primeiro no cálculo da RAP associada às DITs (PRT 579/RPC), que reduziu a receita desta componente e, o segundo referente à proporção associada à receita destinada às instalações que compõem a Rede Básica/Fronteira (PRT 579/RBSE) e também às instalações que compõem as DITs (PRT 579/RPC) das transmissoras, resultando em divergência da receita homologada. Para a correção destes erros, excepcionalmente em 5 de outubro de 2021, foi publicada a REH nº 2.959, que alterou REH nº 2.895/2021. Sem considerar a parcela de ajuste, a RAP do Contrato de Concessão nº 055/2001, totaliza R\$ 763 milhões, representando uma queda de 10,6% quando comparada à receita do ciclo anterior. Esta redução é devida, principalmente ao reperfilamento da RBSE.

(em milhares de reais)

REH 2725/2020 (*)	IPCA	Ampliações, reforços e melhorias	PAL 4 e baixas de ativos (**)	Reperfilamento	Parcela de ajuste	REH 2959/2021 (*)
853.868	55.107	23.584	(17.364)	(152.120)	69.298	763.074

(*) Valores homologados não considerando a Parcela de ajuste - PA; (**) Redução Unilateral do Contrato de Concessão nº 055/2001 - Supressão SE Porto Alegre 4 e baixas de outros ativos em final de vida útil. A Receita Regulatória total a Companhia, referente aos Contratos de Concessão nºs 055/2001, 080/2002 e da controlada TESB 001/2001, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

(em milhares de reais)

Rede Básica	Demais Instalações de Transmissão - DIT				Total 2021 (*)	Total 2020 (*)			
	Parcela Ajuste	RPC	RCDM	RPEC					
467.529	126.089	-	24.757	105.487	63.970	-	44.541	832.373	992.003
-	-	20.265	-	-	-	-	(548)	19.717	14.502
-	-	19.935	-	-	-	2.139	(3.700)	18.374	16.832
467.529	126.089	40.199	24.757	105.487	63.970	2.139	40.294	870.463	1.023.337

Transmissão. A Administração da CPFL Transmissão é formada pelo Conselho de Administração ("Conselho") e pela Diretoria Executiva. O Conselho é responsável pelo direcionamento estratégico dos negócios da Companhia, sendo composto por 8 membros (sendo 2 membros indicados pelos acionistas minoritários), cujo prazo de mandato é de 2 anos, com possibilidade de reeleição. Atualmente, a Diretoria Executiva é composta por 1 Diretor Presidente e 2 Diretores, todos com mandato de 2 anos, com possibilidade de reeleição, cuja responsabilidade é a execução da estratégia de negócio da CPFL Transmissão e de suas sociedades controladas, que são definidas em linha com as diretrizes de governança corporativa do Grupo CPFL. A CPFL Transmissão possui um Conselho Fiscal, composto por 4 membros efetivos e igual número de suplentes, todos com mandato de 1 ano, com possibilidade de reeleição. As Diretrizes e o conjunto de documentos relativos à governança corporativa estão disponíveis no website de Relações com Investidores <http://www.cpf.com.br/ri>.

7. MERCADO DE CAPITAIS

Em 31 de dezembro de 2021, a CPFL Transmissão possuía 33,92% de suas ações em circulação no mercado (*free float*), tendo suas ações negociadas no Brasil (B3). Em 2021, as ações ordinárias da CPFL Transmissão apresentaram desvalorização de 28,5%, encerrando o ano cotadas a R\$ 375,00 por ação. Já as ações preferenciais apresentaram desvalorização de 39,1%, encerrando o ano cotadas a R\$ 350,00. O volume anual de negociação foi de R\$ 979 mil, representando uma redução de 79,6% em relação a 2020. O número de negócios realizados na B3 reduziu em 84,8% em 2021.

8. SUSTENTABILIDADE E ASPECTOS ESG (AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA)

Desenvolvemos iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir. **Plano de sustentabilidade:** organizado em três pilares - Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade - e em habilitadores fundamentais - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, se desdobra em 15 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. **Plataforma de sustentabilidade:** ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade. **Comitê de sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa. **Mudanças do Clima:** estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. **Gestão ambiental:** nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos ambientais. As diretrizes e os processos que adotamos são unificados no Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que assegura a conformidade de todas as operações com as licenças ambientais e direciona os investimentos que agregam valor para toda a cadeia produtiva.

9. AUDITORES INDEPENDENTES

A Grant Thornton Independentes S/S ("Grant Thornton") foi contratada pela CPFL Transmissão para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Grant Thornton prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	23/12/2021	Exercícios de 2020 a 2021
Auditoria do RCP (Relatório de Controle Patrimonial)	20/01/2021	Exercícios de 2020 a 2021
Revisão de <i>compliance</i> tributário - ECD, ECF e demais obrigações acessórias	20/01/2021	Exercícios de 2020 a 2021
Auditoria das demonstrações contábeis societária, regulatórias e do RCP da controlada TESB.	20/01/2021	Exercícios de 2020 a 2021

Contratamos um total de R\$ 541 mil, sendo que, os serviços descritos acima, equivalem a aproximadamente 27% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, assim como a revisão das informações intermediárias referentes ao exercício social de 2021 da Companhia e suas controladas. A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes. Conforme previsto pela Instrução CVM 381/03, a Grant Thornton declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

10. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Transmissão agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2021. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpf.com.br/ri.

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31											
Balço Patrimonial											
(Valores expressos em milhares de Reais)											
Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	741.923	593.253	747.166	603.386	Fornecedores	18	29.992	44.008	32.904	45.935
Investimentos em títulos do governo	11	108.121	121.188	108.121	121.188	Obrigações trabalhistas	19	50.799	38.999	50.812	39.020
Concessionárias e permissionárias	6	99.200	149.302	100.981	151.070	Obrigações fiscais	20	54.092	36.392	55.518	37.548
Tributos a recuperar	7	20.472	18.345	20.576	18.511	Empréstimos, financiamentos e outras captações	21	656.088	50.321	656.088	50.321
Estoques	8	32.632	16.583	32.632	16.583	Arrendamentos a pagar	21.7	3.673	7.232	3.673	7.232
Empréstimos	10	187.180	-	187.180	-	Provisão para benefícios a empregados	22	102.178	147.802	102.178	147.802
Ativo de concessão - contratual	13	696.944	684.644	723.810	711.427	Obrigações da concessão	23	36.735	59.617	36.990	59.768
Pagamentos antecipados	14	1.862	1.574	1.913	1.859	Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias	24	27.797	53.264	27.797	53.264
Outros créditos a receber	9	64.610	110.902	56.275	108.294	Outros passivos	25	37.212	23.422	37.212	25.522
		1.952.944	1.695.791	1.978.654	1.732.318	Dividendos obrigatórios		8.858	2.762	8.858	2.762
						Juros sobre capital próprio		-	74.051	-	74.051
								1.007.424	537.870	1.012.030	543.225
Ativo Não Circulante						Passivo Não Circulante					
Tributos a recuperar	7	1	5	1	5	Empréstimos, financiamentos e outras captações	21	23.591	630.209	23.591	630.209
Aplicações financeiras	5	7	7	7	7	Arrendamentos a pagar	21.7	1.417	7.975	1.417	7.975
Depósitos judiciais	12	72.333	119.731	101.586	148.340	Provisão para benefícios a empregados	22	706.184	1.360.948	706.184	1.360.948
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.8	-	68.068	-	-	Obrigações fiscais	20	-	-	5.218	5.798
Ativo de concessão - contratual	13	2.060.736	1.952.779	2.375.764	2.278.143	Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias	24	171.893	276.907	189.222	277.918
Bens e direitos destinados a alienação e renda		2.827	4.606	2.827	4.606	Obrigações da concessão	23	59.964	25.385	59.964	25.385
Outros créditos a receber	9	1.307	1.343	1.307	1.343	Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	284.063	99.347	284.063	99.347
Empréstimos	10	-	313.016	-	313.016	Outros passivos	25	51.958	71.858	275.973	69.491
Investimentos	15.7	128.021	840.097	16.050	545.608			1.299.070	2.472.629	1.545.632	2.477.071
Imobilizado	16	86.715	511.446	86.731	511.505	Patrimônio Líquido					
Direito de uso	16.1	4.853	14.714	4.853	14.714	Capital social	27.1	981.343	1.565.633	981.343	1.565.633
Intangível	17	19.004	26.574	19.004	26.952	Outros resultados abrangentes	27.4	(601.721)	(1.157.784)	(601.721)	(1.157.784)
		2.375.805	3.852.386	2.608.130	3.844.239	Reserva legal	27.2.1	67.091	67.091	67.091	67.091
						Reserva especial - dividendo não distribuído	27.2.2	1.153.883	1.641.080	1.153.883	1.641.080
						Reserva de incentivos fiscais	27.2.4	421.658	421.658	421.658	421.658
								2.022.254	2.537.678	2.022.254	2.537.678
						Participação dos não controladores		-	-	6.868	18.583
								2.022.254	2.537.678	2.029.122	2.556.261
Total do Ativo		4.328.748	5.548.177	4.586.784	5.576.557	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		4.328.748	5.548.177	4.586.784	5.576.557

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado
(Valores expressos em milhares de Reais)

Receita Operacional Líquida	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	29	1.195.468	868.480	1.238.110	900.741
Custo do Serviço de Energia Elétrica		(412.186)	(304.540)	(545.176)	(358.037)
Custo de operação		(412.186)	(304.540)	(545.176)	(358.037)
Pessoal e administradores		(257.165)	(220.367)	(257.165)	(220.367)
Material		(2.898)	(2.956)	(4.137)	(4.601)
Serviço de terceiros		(35.419)	(30.174)	(37.963)	(37.209)
Depreciação e amortização		(3.176)	(4.499)	(3.176)	(4.499)
Depreciação do ativo de direito de uso		(6.186)	(6.003)	(6.186)	(6.003)
Custo de construção		(103.443)	(40.511)	(216.332)	(87.462)
Outros		(3.899)	(29)	(20.217)	2.105
Resultado Operacional Bruto		783.282	563.939	692.934	542.704
Despesas operacionais		(387.639)	(116.244)	(494.495)	(140.140)
Despesas com vendas	30	(3.102)	6.701	(3.102)	6.701
Despesas gerais e administrativas	30	(94.116)	(75.725)	(97.581)	(89.801)
Outras despesas operacionais	30	(290.421)	(47.221)	(393.812)	(57.041)
Outras receitas	31	188.085	22.051	182.679	22.051
Outras despesas	31	(33.031)	(2.404)	(33.031)	(2.404)
Resultado do Serviço		550.697	467.342	348.088	422.210
Resultado de participações societárias		(140.660)	(12.860)	50.310	28.415
Resultado financeiro, líquido	32	(46.743)	(157.549)	(45.973)	(154.591)
Rendas de aplicações financeiras		20.260	83	20.512	143
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos		(45.403)	(148.932)	(45.403)	(148.932)
Encargos de dívidas		(18.885)	(22.977)	(19.107)	(22.194)
Encargos sobre arrendamentos		(166)	(747)	(166)	(747)
Outras receitas/despesas financeiras		(2.549)	14.123	(1.809)	17.139
Resultado operacional		363.294	296.933	352.425	296.034
Resultado antes do IR e CS		363.294	296.933	352.425	296.034
Imposto de renda corrente	33	(18.489)	(59.376)	(119.059)	(60.529)
Imposto de renda diferido	33	(116.037)	(49.147)	(116.037)	(49.147)
Contribuição social corrente	33	(59.200)	(30.341)	(59.479)	(30.823)
Contribuição social diferida	33	(20.990)	(9.486)	(20.990)	(9.486)
Resultado Líquido das Operações Continuadas (Transmissão)		48.578	148.582	36.860	146.050
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas (Geração)		37.009	130.313	37.009	130.313
Lucro Líquido do Exercício		85.587	278.896	73.869	276.364
Lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação ordinária - R\$	28	5.03	15.38	3.82	15.12
Lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação preferencial - R\$	28	5.03	15.38	3.82	15.12
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora		-	-	85.587	278.896
Atribuído ao Acionista não Controlador		-	-	(11.715)	(2.532)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Resultados Abrangentes
(Valores expressos em milhares de Reais)

Lucro Líquido das Operações Continuadas do Exercício	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		48.578	148.582	36.860	146.051
Outros Resultados Abrangentes		556.067	(258.567)	556.067	(258.567)
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11	(33.692)	(1.176)	(33.692)	(1.176)
Perda/ganho atuarial	27.5	590.657	(257.791)	590.657	(257.791)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre outros resultados abrangentes	11	7.202	400	7.202	400
Outros ajustes de avaliação patrimonial		(8.101)	-	(8.101)	-
Resultado Abrangente do Exercício		604.645	(109.985)	592.927	(112.516)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Valores expressos em milhares de Reais)

Atividades Operacionais	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido/(Prejuízo) das Operações Continuadas		48.578	148.582	36.860	146.036
Ajustes:					
Depreciação e amortização		21.991	34.733	21.991	34.733
Baixa de ativo imobilizado, investimentos e intangível		(129.906)	(3.174)	(129.906)	(3.174)
Resultado de equivalência patrimonial		124.079	12.878	(65.913)	(28.397)
Provisão para contingências		105.455	36.074	122.080	31.971
Constituição de provisão para perda estimada com cré. de liquidação duvidosa		(156)	56	(156)	56
Variação dos investimentos em títulos do governo		(20.625)	(3.224)	(20.625)	(3.224)
Variações monetárias e cambiais dos empréstimos de longo prazo		45.286	149.399	45.285	149.399
Encargos de dívidas provisionados		19.109	22.768	19.109	22.768
Imposto de renda e contribuição social diferidos		144.899	4.665	144.900	4.665
Variação do ativo de concessão contratual		(126.150)	2.404	(131.423)	(3.340)
Reversão/constituição da perda do ativo recuperável		-	(9.165)	-	-
Outros		-	433	-	75
		232.560	396.429	42.202	351.568
Variações Nos Ativos e Passivos Operacionais (Aumento) Redução dos Ativos:					
Concessionárias e permissionárias		12.496	(29.125)	12.483	(29.400)
Tributos a recuperar		(2.739)	(15.774)	(2.678)	(15.777)
Estoques		(20.235)	2.820	(20.235)	2.820
Pagamentos antecipados		(288)	(1)	(54)	(129)
Dividendos recebidos		-	2.137	-	2.137
Empréstimos a receber		125.836	60.148	125.836	60.148
Ativo contratual		197	(7.427)	92.028	28.261
Direito de uso		-	217	-	217
Depósitos judiciais		(15.434)	(16.531)	(16.078)	(19.408)
Bens e direitos destinados a alienação e renda		(2.432)	(2.503)	(2.432)	(2.503)
Outros ativos		(19.048)	5.940	(13.320)	67.367
Aumento (Redução) dos Passivos:					
Fornecedores		4.959	3.308	5.944	1.805
Obrigações fiscais		204.299	104.742	205.020	105.153
Obrigações trabalhistas a pagar		19.615	(3.928)	19.607	(3.913)
Obrigações da concessão		41.516	5.163	41.620	5.314
Outras contas a pagar		83.453	2.959	308.393	(51.274)
Provisão para benefícios a empregados		1.405	(31.557)	1.404	(31.557)
IRPJ e CSLL pagos		(168.160)	(115.981)	(169.191)	(119.130)
		265.441	(58.393)	588.347	131
Juros de empréstimos e financiamentos pagos		(20.513)	(22.022)	(20.513)	(22.022)
Pagamento de contingências judiciais		(28.805)	-	(29.112)	-
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		448.683	339.014	580.924	329.677
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento					
Adiantamento para futuro aumento de capital		59.738	47.052	(8.330)	33.134
Dividendos recebidos		3.205	-	3.206	-
Alienação de investimento		300.652	-	300.653	-
Aumento de investimentos		-	(53.102)	-	(6.561)
Aumento do ativo contratual		(103.443)	(45.727)	(179.748)	(67.034)
Aquisição de bens do ativo imobilizado		(20.845)	(4.765)	(20.846)	(4.824)
Adições no intangível		(1.35			

→☆continuação **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T** - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Reserva de Lucro						Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos Não Controladores	
		Capital Social Integralizado	Reserva de capital	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Reserva Dividendos não Distribuídos	Reserva de Retenção de Lucros				Controladores	Total
Saldos em 31/12/2019		915.633	650.000	421.658	53.146	945.932	208.712	304.922	(893.634)	2.606.369	22.483	2.628.852
Aumento de capital		650.000	(650.000)	-	-	-	-	-	-	-	(1.353)	(1.353)
Lucro/prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	278.896	-	278.896	(2.547)	276.349
Ações em tesouraria		-	-	-	-	(4.897)	-	-	-	(4.897)	-	(4.897)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	-	-	(1.176)	(1.176)	-	(1.176)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	-	-	400	400	-	400
Registro da perda atuarial	27.2	-	-	-	-	-	-	-	(257.791)	(257.791)	-	(257.791)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	-	(258.567)	(258.567)	-	(258.567)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	-	-	8.460	(8.460)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	-	-	-	-	2.877	-	2.877
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	8.460	(5.583)	2.877	-	2.877
Proventos intercalares		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	(74.051)	-	(74.051)	-	(74.051)
Imposto de renda retido na fonte sobre juros de capital próprio		-	-	-	-	-	-	(12.949)	-	(12.949)	-	(12.949)
Total de proventos intercalares		-	-	-	-	-	-	(87.000)	-	(87.000)	-	(87.000)
Destinação do resultado:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal		-	-	-	13.945	-	-	(13.945)	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	208.712	(208.712)	-	-	-	-	-
Constituição da reserva dividendos não distribuídos		-	-	-	-	491.333	-	(491.333)	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2020		1.565.633	-	421.658	67.091	1.641.080	-	-	(1.157.787)	2.537.675	18.583	2.556.258

	Nota Explicativa	Reserva de Lucro						Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos Não Controladores	
		Capital Social Integralizado	Reserva de capital	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Reserva Dividendos não Distribuídos	Reserva de Retenção de Lucros				Controladores	Total
Saldos em 31/12/2020		1.565.633	-	421.658	67.091	1.641.080	-	-	(1.157.787)	2.537.675	18.583	2.556.258
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	85.587	-	85.587	(11.715)	73.868
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	-	-	(33.692)	(33.692)	-	(33.692)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	11	-	-	-	-	-	-	-	7.202	7.202	-	7.202
Registro da perda atuarial	27.2	-	-	-	-	-	-	(104.157)	590.657	486.500	-	486.500
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	(104.157)	564.167	460.010	-	460.010
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	-	-	1.985	(1.985)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos		-	-	-	-	-	-	-	675	675	-	675
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	1.985	(1.310)	675	-	675
Cisão CEEE-GT		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes ativos e passivos pela cisão		-	(584.290)	-	-	-	(133.650)	(38.407)	(6.791)	(763.137)	-	(763.137)
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	(70.854)	-	-	(70.854)	-	(70.854)
Destinação do resultado:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízos	27.5	-	-	-	-	(54.992)	-	54.992	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2021		981.343	-	421.658	67.091	1.153.883	-	-	(601.721)	2.022.254	6.868	2.029.122

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T (Companhia) anteriormente denominada Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A, Sala 722, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade de capital aberto sendo seu acionista controlador a CPFL Comercialização de Energia Cone Sul LTDA. (CPFL Cone Sul) empresa detentora de 66,08% do seu capital total. A Companhia tem por objeto precípuo realizar estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, bem como celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades. A Lei nº 15.298, de 4 de julho de 2019, autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a alienar a participação societária, inclusive o controle acionário da Companhia, dando início ao processo de desestatização. O contrato para estruturação do projeto para o processo de desestatização da Companhia foi assinado pelo então acionista controlador, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em 16 de agosto de 2019. O BNDES vem coordenando o projeto durante todas as fases, que compreendiam estudos de modelagem econômico-financeira, consulta e audiência pública, realização de leilão e assinatura de contrato entre o setor público e a empresa vencedora. Em 31 de março de 2020 a Administração publicou Fato Relevante informando aos acionistas e investidores que recebeu do Estado do Rio Grande do Sul, controlador indireto, notificação referente à intenção de realizar o processo de cisão parcial da então denominada Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, segregando os segmentos de Geração e Transmissão, em consonância com o processo de desestatização. Como medida preparatória à alienação, fez-se necessário o embasamento do modelo de cisão parcial da então CEEE-GT, com incorporação da parcela cindida inerente à atividade de geração por uma nova sociedade, a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G, mantendo-se na parcela cindida, todos os ativos inerentes as atividades de transmissão de energia elétrica, com a respectiva redução de seu capital social e alteração de sua denominação social para Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T. A cisão parcial permitiu a efetiva segregação das atividades de transmissão das atividades de geração, o que representa, para as Companhias, diminuição de custos administrativos e operacionais, bem como uma estrutura de capital adequada para a atividade de geração, verdadeiras para a incorporadora CEEE-G e a manutenção de uma estrutura de capital aderente para as atividades de transmissão, que ficaram na CEEE-T. Adicionalmente, tendo em vista o processo de desestatização, conforme estudos desenvolvidos pelo BNDES e seus assessores, a cisão parcial também maximiza o valor de mercado das Companhias. O racional econômico e financeiro da cisão parcial foi elaborado pelo BNDES e seus assessores, sendo internalizado pela Administração da Companhia, nos termos contidos na proposta que consubstanciou a assembleia de acionistas que aprovou a operação em 18 de fevereiro de 2021. Os estudos e laudos foram estruturados na data-base de 30/06/2020, sendo que a eficácia da operação estava condicionada ao preenchimento de condições precedentes, essencialmente a celebração, com o Poder Concedente, do instrumento de formalização da transferência da concessão regulada pelo Contrato de Concessão nº 025/2000 à Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G. Em 08 de abril de 2021 foram preenchidas as condições precedentes, com a respectiva eficácia da cisão da Companhia. Neste sentido, a partir desta data, a CEEE-T passou a operar de forma totalmente segregada. No segmento de transmissão, a CEEE-T exerce o controle acionário da Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. (TESB), que opera o contrato de concessão nº 01/2011. Em janeiro de 2014, as sócias Procable Energia e Telecomunicações S.A. e Zhejiang United Engineering CO Ltda. transferiram cotas de capital subscrito para a CEEE-T. Ainda no exercício de 2014, foi efetuada a integralização de capital no montante de R\$ 25.000; durante o exercício de 2015, o montante de R\$ 9.947; no exercício de 2016, o valor de R\$ 176.710; em 2018, o montante de R\$ 86.020; e em 2020, R\$ 60.459. Essas somas totalizaram R\$ 377.429, que foram integralizados pela CEEE-T na TESB. A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 94,22%. Em 31/12/2021 existe o saldo de R\$ 120,6 milhões a título de AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital). **1.1. Das Concessões:** *1.1.1. Concessão de Transmissão:* A Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T) detém três concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica. *1.1.2.1. Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL:* Em, 1º de outubro de 2001, a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para transmissão de energia elétrica. Em razão da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e no Decreto nº 7.805/2013, o contrato de concessão foi aditado em 04 de dezembro de 2012, tendo sofrido alterações significativas. O contrato de concessão, já com as alterações realizadas, estabelece: I. quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente; II. as condições para a prestação do serviço; III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; IV. a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão. Em, 01 de dezembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceu os valores de indenização para as instalações integrantes das concessões de transmissão de energia elétrica enquadradas pela MP 579. Foi definido o montante de R\$ 661.086, a preço de outubro de 2012, para indenização das instalações não depreciadas, construídas

posteriores a maio de 2000 e relacionadas ao contrato de Concessão nº 055/2001. Essas instalações são usualmente denominadas RBNI. No que tange às instalações não depreciadas, construídas anteriormente a maio de 2000, usualmente denominada RBSE, a Lei nº 12.783/2013, em seu artigo 15, § 2º, autorizou o Poder Concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela Companhia e reconhecidos pela ANEEL. Vide nota explicativa nº 13. Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/2013), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais 30 anos e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2042. O Contrato de Concessão também estabelece que a Receita Anual Permitida (RAP), nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão, será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada 05 anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabelece em regulamentação específica as regras e metodologia para cálculo dessa revisão. *1.1.2.2. Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL:* Em 19 de dezembro de 2002, a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3 estabelece: I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão; II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classes de usuários das redes de transmissão); III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; IV. indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão. O Contrato de Concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período, desde que requerida pela Companhia até 36 meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato. O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovados seus impactos. Os critérios e as metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em regulamentação específica. *1.1.2.3 - Contrato de Concessão nº 4/2021-ANEEL:* A CEEE-T sagrou-se vencedora do Lote 06 do Leilão de Transmissão nº 001/2020 e assinou o Contrato de Concessão nº 4/2021-ANEEL em 31 de março de 2021. Em síntese, o objeto deste Contrato é a construção, operação e manutenção da Subestação 230/138 kV Cachoeirinha 3, incluindo obras de seccionamento de linhas de transmissão 230 kV e 138 kV. O prazo estabelecido para energização é até 30 de setembro de 2024 e a RAP de R\$ 9.234.372,00 será auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações. **1.2. Desestatização:** Em 04 de julho de 2019, foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul a Lei nº 15.298/2019, que autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul alienar o controle acionário da Companhia. No contexto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, sobre o qual o Estado do Rio Grande do Sul buscava reorganizar-se financeiramente, a alienação de ativos e participações, ao lado de outras medidas, tinham o objetivo de ampliar receitas e era condicionante para o acordo com a União, nos termos do art.2º, § 1º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017. O contrato para estruturação do projeto para o processo de desestatização da CEEE-T foi assinado pelo Estado do Rio Grande do Sul, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 16 de agosto de 2019. O BNDES coordenou o projeto, que compreendeu os estudos de modelagem econômico-financeira, consulta e audiência pública, realização de leilão e assinatura de contrato de compra e venda de ações entre o setor público e a empresa vencedora. Além de prestar assessoria jurídica e auxiliar na divulgação do projeto e na interação com o mercado para a concretização da privatização. Em 31 de março de 2020, a Administração publicou Fato Relevante, informando aos acionistas e investidores que recebeu do Estado do Rio Grande do Sul, então controlador indireto da Companhia, notificação referente à intenção de realizar o processo de cisão parcial, segregando os segmentos de geração e transmissão, em consonância com o Processo de Desestatização da CEEE GT. Em 18 de fevereiro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a cisão parcial da Companhia Estadual de Transmissão e Geração de Energia Elétrica, com versão da parcela cindida para a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G, mantendo somente as atividades relativas ao segmento de Transmissão. No dia 08 de abril foi cumprida a condição suspensiva para a eficácia da cisão parcial, qual seja, a celebração com o Poder Concedente, do instrumento de formalização da transferência da concessão regulada pelo Contrato de Concessão nº 025/2000 à Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G. Em 12 de maio de 2021, a CEEE-Par aprovou a atualização do valor econômico mínimo da operação para a alienação do controle acionário da CEEE-T, em vista da alteração da participação societária da Controladora na Companhia. A referida alteração decorreu do exercício do direito de preferência de acionistas minoritários no âmbito da Cisão realizada, elevando a participação da CEEE-Par, que antes era de 66,06% do capital social, para 66,08%. Ainda no contexto de execução do racional estabelecido para a desestatização, em 25 de junho de 2021 foi assinado o Instrumento Particular de Compromisso de Transferência de Ativos e Passivos e Outras Avenças "Instrumento", firmado entre a CEEE-T e o Estado do Rio Grande do Sul, nos termos e condições do Decreto Estadual nº 55.622/2020 (o qual regulamentou a transferência, ao Poder Executivo do Estado, de obrigações relativas aos proventos dos servidores ex-autárquicos até então

vinculados à Companhia. A realização da sessão pública do leilão de alienação do controle acionário da CEEE-T foi realizada em 16 de julho de 2021. A empresa CPFL - Comercialização de Energia Cone Sul, representada pela Itáu Corretora, propôs o melhor lance, no valor de R\$ 2.670 (2 bilhões seiscentos e setenta milhões), resultando em um ágio de 57,13% acima do valor mínimo estipulado, sagrando-se vencedora do leilão de desestatização da Companhia. Em 27 de setembro de 2021, conforme despacho publicado no Diário Oficial da União, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), aprovou a aquisição do controle acionário da Companhia realizada por parte da CPFL Cone Sul. Logo na sequência, no dia 30 de setembro de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL anuiu previamente à transferência do controle acionário. Em 14 de outubro de 2021, a CPFL Cone Sul assumiu o controle acionário da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T. O ato aconteceu através da celebração do contrato de compra e venda de ações, firmado entre o Governado do Estado do Rio Grande do Sul e a CPFL Cone Sul. Ato contínuo à transferência do controle, em 15 de outubro de 2021, ocorreu a Assembleia Geral Extraordinária, aprovando o novo Estatuto Social da Companhia, destituindo os membros dos Conselhos de Administração e Conselho Fiscal e elegendo a nova composição dos respectivos órgãos. *1.2.1 - Cisão:* Em continuidade ao processo de desestatização, como medida preparatória à alienação, fez-se necessário a Cisão Parcial da CEEE-T com incorporação da parcela cindida inerente à atividade de Geração por uma nova sociedade, para prosseguimento da reorganização societária e efetiva conclusão do processo de desestatização das Companhias. Neste contexto, foi criada em outubro de 2020 a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica (CEEE-G), CNPJ 39.881.421/0001-04, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A1, Sala 723, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. A CEEE-G irá operar o contrato de concessão de geração de energia elétrica nº 025/2000, incorporado da parcela cindida da CEEE-T, inerente à atividade de Geração. Preliminarmente, o relatório de proposição do modelo de cisão da CEEE-T foi produzido pelo BNDES e Consórcio Minuano Energia e teve como objetivo fundamentar, do ponto de vista econômico-financeiro e estratégico, a alocação dos acervos patrimoniais para constituir as parcelas cindidas (Transmissão) e cindenda (CEEE-G), empresas resultantes da Cisão Parcial da CEEE-T. A Cisão Parcial justificou-se, pois permite a efetiva segregação das atividades de Transmissão das atividades de Geração, o que representa, para as companhias, diminuição de custos administrativos e operacionais, bem como uma estrutura de capital adequada para as atividades de Geração, que foram verdadeiras para a Incorporadora e a manutenção de uma estrutura de capital aderente para as atividades de Transmissão, que ficam na parcela cindida. Adicionalmente, tendo em vista que a CEEE-T estava em um processo de desestatização por meio do qual a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par, então acionista controlador da Companhia e, por consequência, da Incorporadora, alienou a totalidade de sua participação acionária na Companhia e na Incorporadora, a Cisão Parcial com Incorporação também se justificou para fins de maximização do valor de mercado das empresas. A Cisão Parcial com Incorporação foi realizada em conformidade com os termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação de Cisão Parcial com Incorporação da Companhia. A data-base das informações contábeis consideradas foi 30 de junho de 2020, considerando as informações contábeis auditadas da Companhia segregadas por Unidades de Negócio (Geração e Transmissão), em conformidade com a NBC TG 22 (R2). Todos os saldos patrimoniais verificados para a CEEE-G tiveram suas movimentações consideradas até a data-base de 31 de março de 2021, dando origem aos saldos do balanço de abertura em abril de 2021 e, consequentemente, reduzindo o patrimônio líquido da parcela cindida de transmissão neste mesmo período. Em 18 de fevereiro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) aprovou a cisão parcial da Companhia com versão da parcela cindida para a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica (CEEE-G) ("Incorporadora" e "Cisão Parcial"). A eficácia da cisão estava condicionada, essencialmente, a celebração, com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, do instrumento de transferência da concessão regulada pelo Contrato nº 025/2000 à Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G. Em 08 de abril de 2021 foram preenchidas as condições precedentes, com a respectiva eficácia da cisão da Companhia CEEE-GT. Neste sentido, a partir desta data, a CEEE-G passou a operar de forma totalmente segregada, com a incorporação do acervo líquido cindido. Ainda, no contexto da Cisão, o Conselho de Administração aprovou em 19 de maio de 2021 a celebração do Instrumento Particular de Obrigação de Indenização e Cooperação Recíprocas e Outras Avenças ("Contrato") entre a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G e a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T. No âmbito da cisão perfectibilizada o Contrato estabelece a definição e segregação de litígios atuais da CEEE-T, com o detalhamento de responsabilidade entre as empresas CEEE-G e CEEE-T. Ainda, regulamenta a previsão de tratamento de litígios futuros ajuizados em face da CEEE-G e/ou da CEEE-T, conforme os critérios e classificações que seguem: (a) litígios trabalhistas, de acordo com a empresa à qual o funcionário ou ex-funcionário for vinculado; (b) litígios tributários, de acordo com o fato gerador aplicável; (c) litígios ambientais, de acordo com a titularidade de ativo após a cisão; e (d) outros litígios, de acordo com a legislação aplicável. Os acionistas da CEEE-T não tiveram suas participações no capital social diluídas e a alteração na participação societária é consequência apenas do exercício do Direito de Recesso de alguns acionistas dissidentes em decorrência da Cisão, nos termos do artigo 137, III, alínea "a", da Lei das S.A. Vide nota explicativa nº 27.1.

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os impactos decorrentes desta Cisão nos ativos e passivos da Companhia, em abril de 2021, estão demonstrados a seguir:

Ativo	CEEE-T		CEEE-T
	Antes da Cisão	Cisão (I)	
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	725.635	374.440	351.196
Investimentos em Títulos do Governo	115.828	-	115.828
Concessionárias e Permissionárias	155.464	40.315	115.149
Tributos a Recuperar	19.139	692	18.447
Estoques	16.341	3.341	13.001
Ativo de Concessão - Contratual	521.321	7.022	514.299
Pagamentos Antecipados	3.257	-	3.257
Outros Créditos a Receber	107.304	62.556	44.748
Total do Ativo Circulante	1.664.289	488.365	1.175.925
Não Circulante			
Tributos a Recuperar	5	5	-
Aplicações Financeiras	7	-	7
Depósitos Judiciais	129.902	63.838	66.064
IR e Contribuição Social Diferidos (II)	-	57.685	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	71.606	8.868	62.738
Ativo de Concessão - Contratual	2.199.257	101.034	2.098.222
Bens e Direitos Dest. a Alienação e Bens de Renda	4.606	4.211	395
Outros Créditos a Receber	247.789	-	247.789
Investimentos	865.359	289.450	575.909
Imobilizado	506.582	128.077	378.505
Direito de Uso	12.957	3.403	9.554
Intangível	25.057	578	24.479
Total do Ativo Circulante	4.063.127	657.148	3.463.663
Total do Ativo	5.727.416	1.145.513	4.639.588
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	45.816	19.466	26.351
Obrigações Trabalhistas	33.244	7.840	25.403
Obrigações Fiscais (III)	26.193	12.072	17.416
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	52.490	-	52.490
Arrendamentos a Pagar	5.371	647	4.724
Provisão para Benefícios a Empregados	141.657	2.824	138.833
Obrigações da Concessão	59.035	19.903	39.132
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	36.827	8.654	28.173
Outros Passivos	16.934	10.592	6.342
Juros sobre capital próprio	74.051	-	74.051
Dividendos Obrigatórios	2.762	-	2.762
Total do Passivo Circulante	494.380	81.997	415.677
Não Circulante			
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	677.681	-	677.681
Arrendamento a Pagar	7.914	2.884	5.030
Provisão para Benefícios a Empregados	1.360.165	9.959	1.350.206
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	301.107	204.311	96.796
Obrigações da Concessão	82.949	10.491	72.458
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (III)	73.157	-	130.842
Outros Passivos	77.217	76.414	804
Total do Passivo não Circulante	2.580.190	304.059	2.333.817
Acervo Líquido Contábil (III)	2.652.846	759.457	1.890.094

(i) Para formar o acervo líquido cindido para a NewCo (CEEE-G), assim como para definir a nova posição patrimonial da parcela cindida de Transmissão, foram realizados ajustes nos saldos contábeis entre os segmentos operacionais de Geração e Transmissão divulgados nas demonstrações contábeis da CEEE-GT em 30/06/2020. Estes ajustes foram atualizados até 31/03/2021 a partir da movimentação dos saldos dos ativos, passivos e patrimônio líquido, seguindo o mesmo racional do Relatório de Proposição do Modelo de Cisão produzido pelo BNDES, o que provocou os ajustes para cada linha da demonstração contábil da CEEE-T, conforme demonstrado acima. Especificamente para a conta Caixa e Equivalentes, foi considerado o saldo inicial da DF Proforma de 30/06/2020 e imputados os valores de geração de caixa para cada segmento, com o intuito de formar os novos saldos dos períodos subsequentes. Para as demais linhas da demonstração contábil, foram observadas as premissas do racional econômico e financeiro da cisão produzido no Relatório de Proposição do Modelo Cisão, porém atualizando os saldos contábeis até 31/03/2021. (ii) Nos termos do Pronunciamento Técnico NBC TG 32 (IAS 12), a Companhia estimou seus tributos diferidos cotejando as diferenças temporárias tributáveis com as diferenças temporárias dedutíveis e créditos fiscais não utilizados. Antes da Cisão, os tributos diferidos estavam demonstrados por seu valor líquido R\$ 73.157, sendo composto pelo saldo de R\$ 307.025 relativos às diferenças temporárias tributáveis e de R\$ 233.868 sobre as diferenças temporárias dedutíveis e créditos fiscais, contemplando os dois segmentos operacionais de Geração e Transmissão. Com o processamento dos tributos diferidos por conta do processo de cisão, atribuindo a cada segmento as diferenças tributáveis e os créditos fiscais de sua responsabilidade, seguindo as premissas determinadas no Relatório de Proposição do Modelo Cisão, a segregação ficou apurada e demonstrada com R\$ 130.842 referente ao saldo de passivo entre os Débitos e Créditos Tributários Diferidos para a parcela cindida de Transmissão e de R\$ 57.685 como saldo de ativo para a parcela cindida de Geração. (iii) A reapuração fiscal, necessária frente ao processo de cisão, levou ao reconhecimento de perda nos níveis de valores compensáveis dos tributos diferidos na ordem de R\$ 3.296, este especificamente relacionado aos créditos tributáveis sobre o saldo acumulado dos prejuízos fiscais compensáveis, ficando este como responsabilidade da parcela cindida de Transmissão, uma vez que continuou operando com o CNPJ originário da CEEE-GT. Esta perda de créditos compensáveis levou ao incremento das obrigações fiscais de Imposto de Renda e Contribuição Social neste mesmo valor, tendo como contrapartida o resultado da Transmissora. Os impactos decorrentes desta Cisão no patrimônio líquido da Companhia, em abril de 2021, estão demonstrados a seguir:

Patrimônio Líquido	CEEE-T		CEEE-T
	Antes da Cisão	Cisão	
Capital Social	1.565.633	584.290	981.343
Outros Resultados Abrangentes	(1.164.971)	6.791	(1.171.762)
Reserva Legal	67.091	-	67.091
Reserva Especial - Dividendo Não Distribuído	1.641.080	-	1.641.080
Reserva de Incentivos Fiscais	421.658	-	421.658
Lucros (Prejuízos) Acumulados (IV)	122.355	37.008	83.948
Ajustes movimentação 01/01 a 31/03/21 (IV)	-	131.368	(133.264)
Total do Patrimônio Líquido	2.652.846	759.457	1.890.094

(iv) O valor de R\$ 37.008 se refere ao lucro líquido apurado na parcela cindida de Geração sobre o primeiro trimestre de 2021, seguindo o racional econômico e financeiro para a cisão. Este valor foi incorporado ao patrimônio líquido da CEEE Geração, reduzindo assim o patrimônio líquido, na linha de lucros acumulados, da parcela cindida de Transmissão. O valor de R\$ 131.368 devedor se refere a movimentação dos saldos dos ativos e passivos desde 30/06/2020 até 31/03/2021, aplicando as premissas do racional econômico e financeiro realizado para a cisão da companhia, consubstanciando a efetivação da cisão dos negócios de Geração e Transmissão da CEEE-GT A diferença de R\$ 1.896 entre a coluna de ajustes e o valor efetivamente registrado na CEEE Transmissão se refere aos valores dos tributos correntes e diferidos reparados e registrados no resultado da Companhia após a aplicação do racional econômico e financeiro para a cisão. Os impactos decorrentes desta Cisão no demonstrativo de resultado da Companhia, referente ao primeiro trimestre de 2021 estão demonstrados a seguir:

Custo do Serviço de Energia Elétrica	CEEE-T		CEEE-T
	Antes da Cisão	Cisão (I)	
Custo com Energia Elétrica	(194.450)	(57.547)	(136.904)
Custo com Energia Elétrica	(37.297)	(37.297)	-
Custo de Operação	(157.153)	(20.250)	(136.904)
Pessoal e Administradores	(67.793)	(12.533)	(55.260)
Material	(1.521)	(747)	(774)
Serviço de Terceiros	(10.396)	(2.800)	(7.595)
Depreciação e Amortização	(3.862)	(2.930)	(933)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	(1.757)	(272)	(1.485)
Custo de Construção	(71.329)	-	(71.329)
Outros	(495)	(968)	473
Resultado Operacional Bruto	262.824	52.142	210.682
Despesas Operacionais	(71.779)	(21.461)	(50.319)
Despesas com Vendas	(2.978)	(1.079)	(1.898)
Despesas Gerais e Administrativas	(60.496)	(12.615)	(47.881)
Outras Despesas Operacionais	(8.306)	(7.766)	(540)
Outras Receitas	7.379	2.760	4.619
Outras Despesas	(1.421)	(525)	(897)
Resultado do Serviço	197.003	32.916	164.085
Resultado de Participações Societárias	25.260	18.592	6.668
Receita(Despesa) Financeira	(78.614)	(1.602)	(77.012)
Rendas de Aplicações Financeiras	3.026	3.002	24
Variações Monetárias de Empréstimos e Financ	(61.391)	-	(61.391)
Encargos de Dívidas	(4.966)	-	(4.966)
Encargos Sobre Arrendamentos	(157)	(51)	(105)
Outras Receitas/Despesas Financeiras	(15.126)	(4.553)	(10.573)
Resultado antes do IR e CS	143.649	49.906	93.741
Imposto de Renda Corrente (v)	(29.953)	(10.965)	(22.283)
Contribuição Social Corrente	(15.814)	(4.052)	(11.762)
Imposto de Renda Diferido (vi)	12.999	1.558	14.344
Contribuição Social Diferido (vi)	9.489	561	9.908
Lucro Líquido do Período	120.370	37.008	83.948

A reapuração fiscal, necessária frente ao processo de cisão, demandou reclassificações de despesas com tributos correntes entre os segmentos de Geração e Transmissão. Além disso, os saldos relacionados aos créditos com prejuízos fiscais, conforme a legislação vigente, não puderam migrar para a parcela cindida de Geração, permanecendo no CNPJ original de sua constituição, entretanto, deve ocorrer o seu registro de perda conforme percentual do patrimônio líquido cindido, uma vez que os saldos de sua constituição, relacionados ao negócio descontinuado de Geração, não será realizável no negócio continuado de Transmissão. Esta perda de créditos compensáveis levou ao incremento das obrigações fiscais de Imposto de Renda e Contribuição Social, tendo como contrapartida as contas de tributos correntes. (v) A partir da movimentação dos saldos das contas que compunham os ativos e passivos fiscais diferidos entre os segmentos de Geração e Transmissão, fez-se necessários realizar ajustes no resultado da CEEE-T. Estes ajustes se referem às reclassificações ocorridas entre os segmentos, após a reapuração dos tributos e sobre a perda de direitos com créditos de prejuízos fiscais acumulados, estes que devem continuar relacionados diretamente com o CNPJ da CEEE-T. 1.3. **Coronavírus (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros:** 1.3.1. **Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS declarou o surto de Coronavírus (Covid-19) como uma pandemia. Desde então, no Brasil, o Governo Federal publicou diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como para mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o Estado de Calamidade Pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram suas normatizações para combater a pandemia. Dentre elas estavam ações para restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços não essenciais, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. A partir de 13 de março de 2020 a CEEE-T adotou medidas para prevenir e mitigar os efeitos no local de trabalho, dentre essas medidas, estão: • criação de comissão para avaliar e acompanhar a situação no âmbito da empresa, propondo medidas de prevenção e contenção relacionadas ao Covid-19; • adoção do trabalho *home office* para seus colaboradores, cujas atividades sejam compatíveis com essa modalidade, evitando deslocamentos e potencial risco de contágio; • orientações às equipes técnicas, assim como o fornecimento de materiais de proteção, com vistas a assegurar o andamento normal dos trabalhos de manutenção, permitindo a adequada operação na transmissão de energia elétrica, em especial àqueles responsáveis pela segurança e saúde da população; • reforços de campanha de comunicação interna para medidas de prevenção e contenção à Covid - 19; • acompanhamento dos empregados com suspeita ou confirmação de contágio por Covid-19, promovendo orientações aos mesmos e às suas chefias; • prestação de atendimento psicológico na modalidade on-line; • aquisição de máscaras para todos os empregados e medição de temperatura corporal de todos que acessam as dependências da sede corporativa; • participação nos fóruns nacionais com troca de experiências sobre o gerenciamento da situação no âmbito do setor elétrico brasileiro e internacional. • a partir de 04/10/2021, a integralidade das equipes retornou para o regime de trabalho presencial, com a adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações e demais medidas aplicáveis relacionadas à saúde. Os empregados com circunstâncias particulares de saúde, que mereçam atenções especiais quanto ao ingresso ao trabalho por esta modalidade, continuam em regime *home office*. **Medidas de assistência governamental:** Diante deste cenário, desde o início da pandemia, medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração, com o objetivo de auxiliar as empresas na redução das implicações econômicas da pandemia, com destaque para as seguintes: • postergação do recolhimento do PIS e da COFINS, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes relativos às competências março, abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020, respectivamente; • referente ao FGTS apurado nas competências de março, abril e maio de 2020, a Medida Provisória nº 920, de 22 de março de 2020, possibilitou o pagamento em seis parcelas com vencimento a partir do mês de julho, sem a incidência de atualização de multa e encargos. Em 2021 a Medida Provisória nº 1.046/2021 autorizou o empregador a suspender, sem multas ou encargos, o recolhimento do FGTS das competências referentes a abril, maio, junho e julho de 2021. Essas competências poderão ser recolhidas ao FGTS parceladamente entre setembro e dezembro de 2021; • redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020; • prorrogação de prazos para a entrega de obrigações acessórias, como por exemplo: DCTF, EFD, ECD e ECF; • isenção do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF para empréstimos e financiamentos até 31 de dezembro de 2020. A maior parte dessas medidas apuradas até a emissão destas informações contábeis intermediárias possuíam caráter temporário, servindo para minimizar os reflexos negativos da pandemia. **Impacto nas demonstrações financeiras:** Em consonância com o Ofício Circular CVM nº 02/2020, de 10 de março de 2020, a CEEE-T vem acompanhando as repercussões do Covid-19 no cenário macroeconômico e em seus negócios, avaliando constantemente os efeitos reais e potenciais nas suas atividades comerciais e operacionais, na situação financeira e no seu desempenho econômico, sendo as principais análises mencionadas abaixo (mas não se limitando às mesmas): **Reconhecimento de receita:** A Companhia vem avaliando os impactos das diversas medidas para conter a disseminação de contágios do Covid-19 sobre o reconhecimento das suas receitas. No período dessas informações contábeis intermediárias não foram identificados impactos significativos na receita operacional bruta que ensejassem qualquer modificação nas políticas de reconhecimento de receita. • **Provisão de perda esperada:** A Companhia avalia frequentemente o nível de inadimplência em sua carteira de contratos, sendo que não foram observadas variações significativas no nível de inadimplência do contas a receber na posição de 31 de dezembro de 2021 que indicassem qualquer registro complementar de perda estimada além das já reconhecidas nessas demonstrações contábeis. • **Postergação dos tributos, contribuições federais e outros encargos:** A Companhia utilizou da prerrogativa de postergação do recolhimento dos tributos e contribuições federais e prorrogou para agosto, outubro e novembro de 2020 o pagamento de R\$ 29,5 milhões dos tributos PIS e Cofins relativos às competências de março, abril e maio, respectivamente. Referente ao FGTS apurado nas competências de março, abril e maio de 2020, a Companhia manteve o pagamento em suas respectivas datas de vencimentos ordinárias, o que perfazia o montante de R\$ 3,1 milhões, não optando pela opção de parcelamento. A partir de abril de 2021 optou pela postergação do pagamento de R\$ 3,1 milhões relativos às competências de abril, maio, junho e julho de 2021. A redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (Sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020 provocou uma economia na apuração destes encargos na ordem de R\$ 462 mil reais no exercício de 2020. • **Valor realizável de estoques:** Não são esperadas provisões de perdas sobre os saldos dos estoques de investimento e de O&M (Operação e Manutenção) além das perdas registradas pelos inventários periódicos. • **Custos fixos do processo produtivo:** Não existem custos fixos representados atinentes aos processos operacionais da Companhia que não estejam registrados na demonstração do resultado do período destas demonstrações contábeis. • **Recuperabilidade de ativos:** A Companhia avalia os possíveis impactos das ações para o combate da disseminação à Covid-19 sobre as premissas imputadas nos fluxos de caixa de seus ativos contratuais, de forma a identificar qualquer elemento que leve ao ajuste de tais

premissas. Ajustes de premissas poderiam levar à manutenção dos níveis de registros de perda de valor recuperável sobre os ativos. Para estas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, não foram identificados elementos que levassem a modificar estas premissas ou registrar qualquer perda adicional. • **Empréstimos e financiamentos:** A Companhia não deixou de cumprir com suas parcelas de empréstimos e financiamentos vencidas no período destas informações contábeis intermediárias. Os reflexos provocados pela desvalorização cambial da moeda brasileira frente à moeda norte-americana foram reconhecidos no resultado e no balanço patrimonial do período, representando uma despesa com variação cambial no montante de R\$ 45,4 milhões em dezembro de 2021 e de R\$ 148,9 milhões em dezembro de 2020. • **Investimentos:** A Companhia mantém a execução de seus investimentos em níveis satisfatórios para sustentar a adequada operação de suas linhas de transmissão. Além disso, não foram observados, até o momento, qualquer risco de quebra contratual por parte dos fornecedores no que diz respeito ao fornecimento de materiais e prestação de serviços que possa comprometer os investimentos da Companhia. • **Arrendamentos:** Conforme disposições da Deliberação CVM nº 859, de 07 de julho de 2020, a Companhia avaliou os possíveis impactos da Covid-19 em seus contratos de arrendamento mercantil. Como resultado disso, não foram encontradas modificações de contratos que levassem à manutenção dos pagamentos ou prazos previstos nos fluxos de caixa para mensuração das rubricas de ativos de direito de uso ou de arrendamentos a pagar. A CEEE-T continua acompanhando as informações relacionadas à Covid-19 e monitorando constantemente as variáveis macroeconômicas e regulatórias, a fim de obter a melhor estimativa de possíveis impactos nos informes da Companhia, sendo que, até a data de publicação desta demonstração contábil, não foram encontrados impactos que mereçam divulgação.

2. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO

A Companhia possui em seu acervo patrimonial bens administrativos não vinculados à concessão, sendo estes destinados à utilização própria.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

3.1. **Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas:** As informações anuais individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório *financeiro International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Elas evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras - e somente elas -, que estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos técnicos - as orientações e as interpretações técnicas -, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e recepcionados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As Demonstrações Financeiras compreendem: *a) Demonstrações Financeiras Individuais:* As informações anuais individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Isso porque as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem da norma IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações financeiras. Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com demonstrações financeiras consolidadas. *b) Demonstrações Financeiras Consolidadas:* As informações anuais consolidadas, identificadas como "Consolidado", estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) -, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas brasileiras incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e recepcionados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, quando aplicável, as regulamentações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Companhia optou por apresentar as informações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. Isso foi possível porque não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Da mesma forma, também não há diferenças entre o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, permitindo essa apresentação conjunta. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas internacionais do relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Em 08 de março de 2022, a Diretoria Colegiada autorizou a emissão das demonstrações financeiras anuais com data-base de 31/12/2021. 3.1.1. **Base de Mensuração:** As Informações Anuais Individuais e Consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial. 3.1.2. **Moeda de Apresentação e Moeda Funcional:** As Informações Anuais Individuais e Consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar de reais mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. 3.1.3. **Lucro Líquido por Ação:** Não há diferença entre o lucro líquido por ação - básico e diluído -, em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos períodos apresentados. Vide nota explicativa nº 28. 3.2. **Uso de Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, estando suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas referem-se às seguintes questões: *Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD:* A Companhia registra provisão de perda estimada sobre suas rubricas de contas a receber alinhada às expectativas da Administração quando existem incertezas quanto ao recebimento da contraprestação esperada. As estimativas são construídas a partir da análise do histórico de inadimplência dos últimos 24 meses, com o intuito de identificar possíveis evidências significativas no aumento do risco de crédito para as carteiras dos diversos instrumentos contratuais. Assim, a Companhia considera que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias. *Passivos contingentes:* As provisões para passivos contingentes, quando aplicáveis, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, a partir na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis. *Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego:* As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes, com base na expectativa de vida do participante, na idade média de aposentadoria e na inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente. *Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:* Periodicamente, a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que o estimado pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido. *Ativo Contratual:* A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos ativos de contrato, por considerar os riscos e os prêmios específicos do negócio. Quando a Companhia presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos

→★continuação

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

serviços. *Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:* A Administração da Companhia utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, a Companhia utiliza técnicas de avaliação para definição do valor justo, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Administração entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros. *Vida útil do ativo imobilizado:* A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados considerando a vida útil regulatória dos bens, estabelecida pela ANEEL. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos bens. *Ativo Intangível:* A Companhia reconhece a amortização de seus ativos intangíveis, basicamente *softwares* e direitos dessa natureza, com base na vida útil regulatória estabelecida pela ANEEL para esses ativos. A estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos intangíveis. **3.3. Procedimento de Consolidação:** As informações anuais consolidadas contemplam as informações da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T) e da sua controlada Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. (TESB), sediada no Brasil, cuja prática contábil está consistente com as adotadas pela CEEE-T.

Participação	
31/12/2021	31/12/2020
1 - Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. - TESP	94,22% 94,22%

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos de ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustadas pelas eliminações das transações realizadas com as empresas consolidadas. A participação do acionista não controlador no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada consolidada integralmente está apresentada de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidado. Aparecem, respectivamente, nas linhas denominadas "Participação de acionista não controlador" e "Lucro atribuído ao acionista não controlador".

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. São elas: **4.1. Ativos e Passivos Financeiros:** A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento ou na data em que tiveram origem. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais contidos nos fluxos de caixa expiram ou quando os riscos ou benefícios inerentes ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais são transferidos. **4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado. Os investimentos que, a partir da data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que 03 meses são registrados como equivalentes de caixa. **4.3. Aplicações Financeiras de Curto e Longo Prazo:** As aplicações e certificados de depósitos bancários com vencimento superior a 03 meses a partir da data de sua aquisição são classificados na rubrica aplicações financeiras de curto prazo e os com prazo de vencimento superior a 12 meses, que estão ao valor de custo ou de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais estão classificadas com aplicações financeiras de longo prazo. **4.4. Títulos Disponíveis para a Venda:** Estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo desses investimentos são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, no grupo de Outros Resultados Abrangentes, quando incorridas. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado quando essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. **4.5. Concessionárias e Permissonárias:** Incluem os valores vencidos e a vencer referentes aos faturamentos originados pela disponibilização do sistema de transmissão aos agentes conectados, como: concessionárias, permissonárias, consumidores livres e geradores até a data das Demonstrações Financeiras. Os faturamentos ocorrem conforme valores homologados anualmente por Resoluções Homologatórias da ANEEL e encaminhados para as transmissoras através dos AVCs (Avisos de Crédito). **4.6. Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD:** Está constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissonárias, observando as diretrizes das normas NBC TG 47 (Receita de Contrato com Cliente) e NBC TG 48 (Instrumentos Financeiros). **4.7. Estoques:** Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição. Periodicamente a Companhia efetua inventários físicos no sentido de averiguar divergências existente entre o sistema de controle de materiais e os saldos divulgados nas demonstrações contábeis. Também realiza avaliações para identificar perdas por obsolescência ou outras formas de redução de valor, como, por exemplo: furtos ou sinistros por fenômenos naturais. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem. **4.8. Bens e Direitos Destinados a Alienação:** Os bens e direitos destinados a alienação são classificados, como *mantidos para venda*, caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. **4.9. Ativo Contratual da Concessão:** Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos da Norma NBC TG 47 - Receitas de Contrato com Cliente e a NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Companhia reconhece como Ativo Contratual os investimentos realizados nas concessões de transmissão. O valor do Ativo Contratual representa os investimentos em construção e melhorias que serão remunerados através da Receita Anual Permitida de Transmissão (RAP), durante toda vigência do contrato de concessão e condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho. Eventuais investimentos não amortizados geram direito de indenização ao final do contrato de concessão. A amortização do Ativo Contratual é estimada de forma a cobrir a remuneração do ativo e a reintegração dos investimentos realizados. Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme suas políticas contábeis, a Companhia esclarece que: I. Para fins do consolidado a Companhia apresenta margens negativas de construção em função dos atrasos de obras e custos acima do orçado verificados na subsidiária TESP. Em relação aos contratos indenizatórios por se tratar exclusivamente de indenização e não construção de ativos, não são reconhecidas margens. II. A companhia reconhece margem de operação e manutenção entre 9% e 42%. III. A atualização monetária do Ativo Contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida em cada projeto, determinada através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão após alocação de suas devidas margens. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 4% a.a. e 18% a.a.. **4.10. Investimentos:**

4.10.1. Investimentos em controladas: Os investimentos em controladas são aqueles cujas atividades operacionais e financeiras são conduzidas pela Companhia através de seus direitos de voto e quando a Companhia está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, e consolidados integralmente na Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. **4.10.2. Investimentos em coligadas:** Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do capital votante de outra entidade e/ou tem o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas. Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela de participação da Companhia nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero. **4.10.3. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em participações em Coligadas - goodwill:** O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) deve estar contido no saldo contábil do investimento a ser apresentado no balanço da entidade investidora, registrado dentro do subgrupo investimento no ativo não circulante, sendo testado anualmente (ou com mais frequência caso existam evidências para tal) frente ao valor recuperável. **4.11. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o

ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **4.12. Intangível:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **4.13. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (impairment):** **4.13.1. Ativos Financeiros:** A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil é reduzido diretamente até o limite de sua recuperabilidade, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa (PECLD). Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão de perda. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irre recuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **4.13.2. Ativos Não Financeiros:** A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **4.14. Arrendamento Mercantil:** Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos para Companhia, este é reconhecido como um ativo de direito de uso e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados ao longo do prazo de arrendamento. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. A Administração adotou os comandos da Norma NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil, em suas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2019. **4.15. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações:** Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos e financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras. **4.16. Valor Justo:** I. Ativo Contratual: O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, que compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de atender as obrigações do Contrato de Concessão. II. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. III. Passivos Financeiros Não Destinados à Negociação: é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. IV. Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos: é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Companhia entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação. **4.17. Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável. **4.18. Outros Ativos e Passivos:** Os outros ativos e passivos sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das Demonstrações Financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Provisões para eventuais contratos onerosos são mensuradas a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado na rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato fosse mantido. **4.19. Imposto de Renda e Contribuição Social:** Os impostos e contribuições correntes e diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável combina com estas interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **4.20. Provisão para Benefícios a Empregados:** As obrigações futuras, estimadas anualmente com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com os planos de previdência complementar dos empregados. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. As premissas utilizadas na avaliação atuarial são revisadas e atualizadas ao final de cada exercício ou quando ocorrerem eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação. O valor presente das obrigações de benefício definido é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado e o ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano, quando houver. A Companhia possui dois planos administrados por uma entidade fechada de previdência complementar (Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e os ativos destes planos não estão disponíveis à Companhia ou aos seus credores. A partir do exercício de 2013, como consequência da aplicação da Norma NBC TG 33, oriunda do CPC 33 (R1), reconhecido pela Deliberação CVM nº 695 de 13/12/2012, os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos integralmente como ativos ou passivos atuariais no mesmo exercício em que ocorrem tendo como contrapartida o patrimônio líquido da Companhia, no grupo de Outros Resultados Abrangentes. **4.22. Reconhecimento da Receita:** **4.22.1. Receita da Transmissão:** O reconhecimento da receita é efetuado mediante critério de rateio realizado, mensalmente, pelo Operador Nacional do Sistema- ONS. Este rateio considera as instalações de todas as Transmissoras como um grande condomínio, onde os ativos (instalações) são remunerados através do número de *accessantes* à rede básica (RBSE e RBNI) e às demais instalações da transmissão (DITs). O faturamento também é influenciado pelo cálculo da Receita Anual Permitida - RAP, homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para as instalações autorizadas e o licitadas que se encontram

em operação pela CEEE-T. A RAP tem como princípio, recuperar o capital investido pela Companhia na construção das instalações, bem como cobrir os seus custos de operação e manutenção, além de remunerar o capital investido. **4.22.2. Receita de Construção:** A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas, o qual é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados. A Companhia atribui margem zero na fase de construção porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a Companhia gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão de margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia, uma vez que as receitas são atribuídas pela ANEEL por meio de Resoluções Autorizativas, que tomam como base os valores médios fixados em banco de preço regulatório. Neste contexto, como se tratam de concessões renovadas, a Companhia não possui um *business plan* aprovado que definem uma taxa de retorno esperada para CAPEX nesta fase de execução das melhorias e ampliações. **4.22.3. Receita Financeira:** A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros. **4.23. Despesa Financeira:** Contempla encargos de dívidas, variações monetárias de empréstimos e financiamentos, atualização monetária de autos de infração e outras despesas financeiras. O custo dos empréstimos, quando não capitalizados são reconhecidos no resultado com base no método da taxa efetiva de juros. **4.24. Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:** Os dividendos são registrados quando aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. O Estatuto Social prevê a distribuição de, no mínimo, 25% do lucro anual da Companhia. Portanto, no encerramento do exercício, quando aplicável, é constituída provisão para pagamento de dividendo mínimo no passivo e o que exceder ao dividendo mínimo obrigatório em conta específica dentro do Patrimônio Líquido, de acordo com o estabelecido no CPC 25 e ICPC 08. A Companhia pode distribuir juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios e estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. **4.25. Transações com Partes Relacionadas:** As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 35. **4.26. Questões Ambientais:** A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes as compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. Os valores de compensações ambientais relativos a eventos passados, que representam classificação provável de desembolso futuro, e que são mensurados de forma confiável, são provisionados em conta específica do resultado. Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram. Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM e Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA. **4.27. Demonstração do Resultado:** A Demonstração do Resultado encontra-se apresentada pela função das receitas e despesas operacionais. **4.28. Novas Normas e Interpretações:** **4.28.1. Normas Revisadas e Vigentes:** • NBC TG 06 - Arrendamentos; • NBC TG 15 - Combinações de negócios; • NBC TG 00 - Estrutura conceitual para relatório financeiro; • NBC TG 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; e • NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros. Aprovadas as revisões dos pronunciamentos técnicos, através da Deliberação CVM nº 854, avaliados pela Companhia, os pronunciamentos em questão, não apresentam impactos relevantes nas demonstrações financeiras. **4.28.2 Normas Revisadas e não vigentes:** • CPC 23 (IAS 18) - Determinação de Estimativas Contábeis; e • CPC 26 (IAS 1) - Divulgação de Políticas Contábeis. A Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos que restam em discussão no IASB, com vigência futura, a Companhia segue acompanhando as discussões e, além disso, não verifica possibilidades de impactos significativos.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Numerário Disponível	5.1	840	14.769	1.209	15.478
Aplicações Financ. de Liq. Imediata - SIAC/BANRISUL	5.2	741.083	578.484	745.957	587.908
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>741.923</u>	<u>593.253</u>	<u>747.166</u>	<u>603.386</u>
Não Circulante					
Fundo Bradesco Empresas		7	7	7	7
Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo		<u>7</u>	<u>7</u>	<u>7</u>	<u>7</u>

5.1. Numerário Disponível: O valor de R\$ 840 (R\$ 14.769 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias. **5.2. Aplicações Financeiras:** O valor de R\$ 741.083 (R\$ 578.484 em 31 de dezembro de 2020) registrado no ativo circulante refere-se a aplicações financeiras com liquidez imediata. Para 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras são registradas com base no valor da operação acrescida dos rendimentos auferidos até a data deste relatório, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras contratadas estão vinculadas a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). Para 31 de dezembro de 2020 as aplicações financeiras estavam registradas no Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC/BANRISUL), instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Suprimento de Energia	-	22.266	-	22.266
Encargos de uso da Rede	105.323	120.910	107.104	122.678
Energia de Curto Prazo - CCEE	-	9.839	-	9.839
Títulos de Crédito a Rebeber	(2.171)	395	(2.171)	395
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(3.952)	(4.108)	(3.952)	(4.108)
	<u>99.200</u>	<u>149.302</u>	<u>100.981</u>	<u>151.070</u>

Os saldos de R\$ 99.200 (R\$ 149.302 em 31 de dezembro de 2020) referem-se aos valores a receber de concessionárias, permissonárias e consumidores livres referente ao uso do sistema de transmissão faturados através dos Avisos de Crédito (AVCs), com valores autorizados pelas Resoluções Homologatórias das RAPs, e pelos faturamentos dos contratos de conexão firmados com os Accessantes ao sistema. **6.1. Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa:** O valor de R\$ 3.952 (R\$ 4.108 em 31 de dezembro de 2020) refere-se à provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa relativos a valores de concessionárias, permissonárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de 03 meses.

	Controladora/Consolidado		Adições Excluídas 31/12/2021	
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021
Suprimento de Energia	11	-	(11)	-
Encargos de uso da Rede	4.097	165	(310)	3.952
	<u>4.108</u>	<u>165</u>	<u>(321)</u>	<u>3.952</u>

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos compõem-se de:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
PIS/COFINS a Compensar	640	235	642	239
INSS a Compensar	218	182	218	182
IRPJ e CSLL a Compensar	2.274	16.717	2.356	16.717
IRPJ e CSLL Base Negativa	17.263	1.211	17.265	1.373
ISSQN - Serviços/Outros	77	-	95	-
	<u>20.472</u>	<u>18.345</u>	<u>20.576</u>	<u>18.511</u>
NÃO CIRCULANTE				
PIS/COFINS a Compensar	-	2	-	2
IRPJ e CSLL a Compensar	-	1	-	1
	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>2</u>
	<u>1</u>	<u>5</u>	<u>1</u>	<u>5</u>

Estes saldos representam os tributos diretos e indiretos passíveis de compensação nas apurações mensais da Companhia observando a legislação tributária vigente.

continua →★

<div style="text-align: center;"> ☆ continuação </div> <div style="text-align: center; font-weight: bold;"> Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31 </div>					
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)					
8. ESTOQUES Os saldos compõem-se de:					
	Controladora 31/12/2021 31/12/2020		Consolidado 31/12/2021 31/12/2020		
Estoque de Operação	32.632	16.583	32.632	16.583	
	32.632	16.583	32.632	16.583	
Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinadas à alienação, todos valorados a preço médio.					
9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER Os saldos compõem-se de:					
	Nota Explicativa 31/12/2021 31/12/2020		Controladora 31/12/2021 31/12/2020		Consolidado 31/12/2021 31/12/2020
Circulante					
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.1	7.486	14.804	7.486	14.804
Adiantamento a Fornecedores/Empregados		5.422	5.713	8.860	5.713
Aluguel de Postes e Serviços Prestados		2.646	8.262	2.646	2.527
Dividendos a Receber	9.2	2.108	33.915	2.108	33.915
Custos a Reembolsar	9.3	23.242	24.317	11.469	21.693
Alienação de Bens e Serviços		548	1.903	548	1.903
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais		7.871	20.257	7.871	25.992
Outros Devedores		15.287	1.731	15.287	1.747
		64.610	110.902	56.275	108.294
Não Circulante					
Outros		1.307	1.343	1.307	1.343
		1.307	1.343	1.307	1.343
9.1. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D): O valor de R\$ 7.486 (R\$ 14.804 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características. Quando da conclusão dos projetos, serão reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente submetidos à auditoria e à avaliação final da ANEEL. Vide nota explicativa nº 23.1					
9.2. Dividendos a Receber: O valor de R\$ 2.108 (R\$ 33.915 em 31 de dezembro de 2020), refere-se a dividendos declarados pela ETAU.					
9.3. Custos a Reembolsar: O valor de R\$ 23.242 (R\$ 24.317 em 31 de dezembro de 2020) refere-se aos contratos de prestação de serviços que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras.					
10. EMPRÉSTIMOS Em 21 de maio de 2014, através do Despacho nº 1.585, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) anuiu a operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T) - credora - e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) - devedora -, no valor de até R\$ 150.000, com regimento contratual de devolução em 24 meses. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 29 de maio de 2014. Em 11 de dezembro, através do Despacho nº 4.790, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) anuiu o primeiro aditivo ao contrato, alterando o valor para R\$ 300.000 e mantendo o prazo de 24 meses, cujo objeto foi a alteração de sua Cláusula Primeira. Através do Despacho nº 1.384, de 25 de maio de 2016, a ANEEL anuiu o Contrato de Mútuo, com prazo de vigência de até 24 meses para refinanciamento do empréstimo anterior, no montante de R\$ 335.212. Em 28 de setembro de 2017, através do Despacho nº 3.331, a ANEEL anuiu a celebração de Termo de Dação de Imóvel em Pagamento e Quitação Parcial do Contrato de Mútuo, com a transferência de propriedade da fração ideal de 73,45% do imóvel onde está localizado o Centro Administrativo Engenheiro Noé de Melo Freitas (CAENMF), pertencente à CEEE-D, permitindo amortizar R\$ 293.869 do Contrato de Mútuo. O referido Termo de Dação em Pagamento foi assinado em 23 de outubro de 2017. Em 31 de julho de 2018, a ANEEL, de acordo com o Despacho nº 1.716, anuiu a celebração do Contrato de Mútuo entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T), que teve como objeto o refinanciamento pelo prazo de 24 meses do saldo devedor do Contrato de Mútuo anterior firmado entre as empresas, correspondente a R\$ 72.282, da data de 16 de abril de 2018. Posteriormente, em 15 de agosto de 2018, a Agência Reguladora emitiu o Despacho nº 1.856, permitindo aditivo ao mútuo já existente, no valor de até R\$ 300.000, pelo prazo de 24 meses. Mensalmente, a CEEE-D liquidava a parcela relativa aos juros pactuados. Em 06 de maio de 2020, foi assinado o novo Instrumento de Refinanciamento do saldo devedor do Contrato de Empréstimos com objetivo de repêrimento da dívida. O refinanciamento é de R\$ 359.333, valor atualizado até 05 de maio de 2020. No instrumento está previsto pagamento do montante em 24 parcelas mensais e consecutivas, com vencimento no dia 15 de cada mês. Os encargos financeiros serão calculados mediante aplicação de 100% da variação do certificado Interbancário (CDI), <i>pro rata die</i> , contados da data de liberação dos valores até a data da efetiva liquidação. A CEEE-D pagará à CEEE-T 23 parcelas, respeitando o teto financeiro de R\$ 7.300 mensais, composto pela soma do principal e dos juros. A parcela final contemplará a integralidade do saldo residual existente. Em caso de atrasos, sobre as parcelas inadimplidas, incidirá multa de 2% e a variação de 100% do CDI, <i>pro rata die</i> , aplicados cumulativamente desde a data do vencimento até a data do pagamento. Em 23 de julho de 2020, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Mútuo celebrado em 06 de maio de 2020, o qual tem como objeto o oferecimento de garantias pela CEEE-D, que consistem nos direitos creditórios provenientes da venda de energia elétrica da CEEE-D através do Contrato de Constituição de Garantias via Vinculação de Receitas. O contrato de Constituição de Garantias via Vinculação de Receitas foi celebrado entre a CEEE-D e a CEEE-T em 24 de julho de 2020 e estabelece os termos e as condições de cumprimento das obrigações de pagamento assumidas pela CEEE-D no Contrato de Empréstimos e no Primeiro Termo Aditivo. A Distribuidora vinculou à CEEE-T, até a liquidação final das obrigações, os recursos resultantes do recebimento das faturas de fornecimento depositadas na conta centralizadora mantida no Banco do Estado do Rio Grande do Sul. A CEEE-T pode acionar o mecanismo de execução das garantias nas hipóteses de inadimplemento previstas (atraso de três parcelas consecutivas ou alternadas ou atraso superior a 30 dias da 24ª parcela). Em 25 de agosto de 2020 através do despacho nº 2.740 a ANEEL anuiu à novação do Contrato de Mútuo celebrado entre a CEEE-D e a CEEE-T. Em 11 de março de 2021 a ANEEL, através do despacho nº 665, anuiu o Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida celebrado com a CEEE-D, o qual tem como objeto os custos de compartilhamento de infraestrutura e recursos humanos entre as partes, ocorridos no período de 01 de agosto de 2013 até 30 de junho de 2020. O valor atualizado dos custos retroativos relativos ao período de 01 de agosto de 2013 até 30 de junho de 2020 é de R\$ 47.685 a crédito da CEEE-D. O montante foi compensado com saldo devedor do Contrato de Mútuo firmado entre as partes em 06 de maio de 2020. Em 2021, a CEEE-D pagou a CEEE-T o montante de R\$ 135.285. O saldo do Contrato de Mútuo corrigido mensalmente pela CDI. Com a transferência do controlador da Companhia CEEE-D ocorrida em 08 de julho de 2021 para o Grupo Equatorial Energia, o referido saldo credor para a CEEE-T teve sua descrição alterada de Créditos com Partes Relacionadas para Empréstimos, haja vista que as Companhias não estão mais sob o controle do mesmo acionista controlador.					
	31/12/2021 31/12/2020		31/12/2021 31/12/2020		
Saldo Inicial		313.016		373.164	
Apropriação e Encargos		9.449		26.135	
Recebimento de Encargos		(9.093)		(13.923)	
Recebimento Principal		(126.192)		(72.360)	
Saldo Final		187.180		313.016	
Considerando que última parcela terá vencimento no mês de agosto de 2022, o saldo do empréstimo de R\$ 187.180 foi reclassificado para o Ativo Circulante na apresentação destas demonstrações contábeis.					
11. INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO GOVERNO					
	Controladora 31/12/2021 31/12/2020		Consolidado 31/12/2021 31/12/2020		
Investimentos em Títulos do Governo	108.121	121.188	108.121	121.188	
	108.121	121.188	108.121	121.188	
11.1. Descrição: O saldo de R\$ 108.121 (R\$ 121.188, em 31 de dezembro de 2020) refere-se à liquidação judicial do processo nº 2006.71.00.047783-2 - Conta de Resultados a Compensar (CRC), originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2, cuja decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça (STJ) - RESP nº 435.948-RS -, proferida em 2005, transitou em julgado no ano de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em 26 de janeiro de 2012, a Companhia firmou um Termo de Acordo com a União, homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012, liquidando uma lide que perdurou aproximadamente 20 anos. O acordo foi firmado junto à Advocacia Geral da União (AGU), com autorização do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério da Fazenda, assim como com a efetiva participação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), da Receita Federal do Brasil (RFB), da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Eletrobras. Nesse contexto a Companhia obteve um valor a receber de R\$ 1.209.304, inerente à Conta de Resultados a Compensar, apurado na data-base de 27 de dezembro de 2011. Desse montante, foram compensados de forma direta com a União débitos da Companhia junto à Receita Federal do Brasil (RFB) e junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que totalizavam o montante de R\$ 55.673. Assim, o valor líquido dos créditos da CRC a receber na data-base de 31 de dezembro de 2011 ficou em R\$ 1.153.631, que foram pagos pela União em três parcelas (tranches), mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional, Série B (NTN-B), com as seguintes características: I. Data-base: 15 de julho de 2000; II. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais); III. Modalidade: nominativa e negociável; IV. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior; V. Juros remuneratórios: 6% a.a.; VI. Pagamento do principal e dos juros:					
• Principal - em parcela única, na data de vencimento do título; • Juros - semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência. Em 09 e 18 de dezembro de 2012 e 17 de dezembro de 2013, a Secretaria do Tesouro Nacional transferiu a primeira, a segunda e a terceira tranches para a Companhia, nos valores de R\$ 451.310, de R\$ 459.759 e de R\$ 365.370, correspondentes a 197.135, 160.231 e 160.231 NTN-B, respectivamente.					
11.2. Classificação: Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia havia classificado o direito de recebimento dos títulos como "Ativos Financeiros mantidos até o vencimento", levando em consideração a data de conversão do crédito em Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B). O Termo de Acordo estabeleceu a transferência dos títulos em três tranches, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis após a homologação do acordo, o que ocorreu em 09 de fevereiro de 2012. A segunda e a terceira tranches foram transferidas em 18/12/2012 e 17/12/2013, respectivamente. No entanto, o recebimento por parte da Companhia da segunda e terceira tranches estava condicionado à quitação de débitos relativos a encargos setoriais junto ao órgão regulador, débitos intraspetoriais e financiamentos perante a Eletrobras, no prazo de 60 dias após a emissão da primeira tranche. Em abril de 2012, a Companhia efetivou a liquidação dos débitos nos prazos estabelecidos no Termo de Acordo, atendendo a cláusula condicionante para transferência das NTN-Bs nas datas previstas, reclassificando o ativo financeiro para a categoria de disponível para venda. Desde a adoção da norma IFRS 9 (NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros), esse ativo é classificado como Valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA).					
11.3. Forma de Atualização das NTN-Bs: Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado. Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal e atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios de 6% a.a., calculados <i>pro-rata-die</i>). O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).					
13.1. Movimento do Ativo de Concessão - Contratual:					
	Controladora 31/12/2021 31/12/2020		Consolidado 31/12/2021 31/12/2020		
Contrato 080/2002	Contrato 055/2001	Contrato 055/2001	Contrato 025/2000	Contrato 001/2011	Contrato 001/2011
Lote A	RBSE	RBNi	Geração	TESB	Total
40.200	1.483.452	959.035	107.231	2.589.919	360.784
-	-	40.511	5.216	45.727	21.307
24.642	346.362	171.597	3.326	545.927	16.978
(19.755)	(359.047)	(162.589)	(6.940)	(548.331)	(11.234)
-	-	3.876	305	4.181	(35.688)
45.087	1.470.767	1.012.430	109.138	2.637.423	352.147
-	-	103.443	-	103.443	76.305
29.601	506.437	269.014	921	805.974	16.530
-	-	(3.981)	-	(3.981)	-
(13.413)	(453.401)	(208.305)	(1.805)	(676.924)	(11.257)
-	-	-	(108.057)	(108.057)	-
-	-	-	(197)	(197)	(91.831)
61.276	1.523.804	1.172.600	-	2.757.680	341.894
13.413	472.993	210.538	-	696.944	26.866
47.864	1.050.811	962.061	-	2.060.736	315.028
registrado não seja recuperável, imediatamente é reconhecida a perda de valor recuperável no resultado.					
14. PAGAMENTOS ANTECIPADOS					
	Controladora 31/12/2021 31/12/2020		Consolidado 31/12/2021 31/12/2020		
Pagamentos Antecipados	1.862	1.574	1.913	1.859	
	1.862	1.574	1.913	1.859	
O valor de R\$ 1.862 (R\$1.574, em 31 de dezembro de 2020) corresponde à apropriação das quotas de custeio PROINFA relativas às concessionárias do serviço público de transmissão que atendam consumidores livres e/ou autoprodutores com unidade de consumo conectada às instalações da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.					
15. INVESTIMENTOS					
15.1. Composição					
	Controladora 31/12/2021 31/12/2020		Consolidado 31/12/2021 31/12/2020		
Participações societárias permanentes	125.132	837.208	13.161	542.719	
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	2.889	2.889	2.889	2.889	
Avaliadas pelo método de custo	128.021	840.097	16.050	545.608	
15.2. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:					
	31/12/2021		31/12/2020		
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	
Controladas					
TESB	435.753	94,22%	435.753	94,22%	
Coligadas					
TPAE	38.146	9,65%	38.146	9,65%	
ETAU	34.895	10,00%	34.895	10,00%	
15.3. Controlada: <i>15.3.1. Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. (TESB):</i> A Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T), juntamente com a Procabre Energia e Telecomunicações S.A. e a Zhejiang United Engineering CO Ltda., constituíram uma sociedade limitada, sob a denominação Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. (TESB). A Sociedade tem como objeto social a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão linhas e subestações pelo prazo de 30 anos. Em 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) anuiu, através da Resolução Autorizativa nº 4.495 de 21 de janeiro, a transferência do Controle Acionário da TESB para CEEE-T. Em 2016, a Companhia integralizou capital na investida, no montante de R\$ 176.710, mediante a emissão de 176.710.061 novas ações, mantendo sua participação no empreendimento em 90,40%. Durante o exercício de 2018, houve nova integralização por parte da CEEE-T, no montante de R\$ 86,02 milhões, mediante a emissão de 86.020.000 novas ações. Foi acompanhada pela acionista Procabre e houve cedência de quotas por parte da acionista Zhejiang United Engineering CO Ltda., evento que culminou					

→☆continuação **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T** - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

no aumento de participação na controlada, resultando em um controle de 92,63% das ações. Não houve ágio decorrente da operação. Em março de 2020, a CEEE-T integralizou o montante de R\$ 60.459. Os demais acionistas não acompanharam o aumento de capital, reduzindo sua participação no capital social da investida. A participação acionária da CEEE-T passou de R\$ 316.970 para R\$ 377.429, mediante emissão de 93.878.717 novas ações, representando 94,22% do capital social da TESP. **15.3.2 Valor Recuperável dos Ativos ou Impairment:** O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior montante entre o valor justo líquido de despesa de venda e o valor em uso. O valor em uso é dado pelo valor presente de uma expectativa de fluxos futuros de caixa derivados de um determinado ativo ou de uma unidade geradora de caixa. Em resumo, o valor recuperável é o montante de benefícios econômicos que se espera obter com a venda ou com o uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa. A NBC TG 01 (R4) se aplica a todos os ativos relevantes relacionados às atividades industriais, comerciais, agropecuárias, minerais, financeiras, de serviços e outras. Estende-se aos ativos dos balanços utilizados para equivalência patrimonial e consolidação total ou proporcional. Anualmente a Companhia estima o valor recuperável dos seus investimentos nas controladas, com base no valor em uso, que é mensurado com base no valor presente dos fluxos de caixas futuro estimados. Nestas Informações Anuais não há registros de perdas com o valor recuperável para a linha de Investimento na Controlada TESP. **15.4. Coligadas:** **15.4.1. Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. (FOTE):** Em novembro de 2013, a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T) e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. constituíram uma sociedade anônima fechada, sob a denominação *Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. (FOTE)*, com a seguinte composição acionária: Eletrosul, 51% e CEEE-T, 49%. A Sociedade tem como objetivo construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, sob o regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio das seguintes Linhas e Subestações: - LOTE I - Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.; - LT 230 kV Santo Ângelo - Maçambará; - LT Pinhalzinho - Foz do Chapeco, C1; - LT Pinhalzinho - Foz do Chapeco, C2; - SE 230/138 kV Pinhalzinho, 3 x 150 MVA; e - SE 230/138 kV Santa Maria 3, 2 x 83 MVA (novo pátio): Em 18 de junho de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Companhia de Geração de Energia Elétrica do Sul do Brasil (CGT Eletrosul), antiga Eletrosul Centrais Elétricas S.A., para alienação de 49% da participação da CEEE-T na FOTE. A Companhia recebeu o pagamento do valor de R\$ 83.101 da CGT Eletrosul referente a finalização desta operação e foi reconhecido, no resultado do semestre, uma perda, referente a esta operação, no montante de R\$ 31.968. **15.4.2. Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. (TSLE):** Em junho de 2012 a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T) e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. constituíram uma sociedade anônima fechada, sob a denominação Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. com a seguinte composição acionária: Eletrosul, 51% e CEEE-T, 49%. A Sociedade tem como objetivo construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, sob o regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio das seguintes Linhas e Subestações: - LT Nova Santa Rita, com extensão aproximada de 281 km, com origem na SE Nova Santa Rita e término na SE Campo Novo; - LT Povo Novo - Marmeleiro, com extensão aproximada de 154 km, com origem na SE Povo Novo e término na SE Marmeleiro; - LT Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar, com extensão aproximada de 52 km, com origem na SE Marmeleiro e término na SE Santa Vitória do Palmar; - SE 525/230 kV Povo Novo; - SE 525 kV Marmeleiro; - SE 525/138 kV Santa Vitória do Palmar; e - Instalações de Transmissão de Rede Básica na SE Povo Novo. A TSLE é uma empresa operacional com todas as suas subestações e linhas de transmissão concluídas. Em 26 de maio de 2021 foi celebrado o Contrato de Promessa de Compra e Venda de Ações com a Companhia de Geração de Energia Elétrica do Sul do Brasil (CGT Eletrosul), antiga Eletrosul Centrais Elétricas S.A., por meio do qual alienou a totalidade da participação acionária que detém da TSLE, representativa de 49% do seu capital social. A Companhia recebeu o pagamento do valor de R\$ 217.552 da CGT Eletrosul referente a finalização desta operação e foi reconhecido, no resultado do semestre, um ganho, referente a esta operação, no montante de R\$ 37.260. **15.4.3. Transmissora Porto Alegrense Ltda. (TPAE):** Em junho de 2009, a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T) e a Procable Energia e Telecomunicações S.A. constituíram a Sociedade de Propósito Específico denominada *Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda. (TPAE)* com a seguinte composição acionária: Procable, 80% e CEEE-T, 20%. Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda. (TPAE) venceu o Leilão da ANEEL, processo nº 48500.000368/2009-18, para a exploração da Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da Linha de Transmissão Subterrânea em 230 kV Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4. Conforme memorando de entendimentos firmado entre as partes, a CEEE-T seria responsável pela operação e manutenção do empreendimento, pelas licenças ambientais e pelas revisões de acompanhamento técnico e de fiscalização da obra e a Procable, pela preparação dos projetos básico e executivo do empreendimento, construção, fornecimento de materiais, obras civis, instalações, testes e realização de comissionamento. A TPAE iniciou sua operação comercial em 21 de novembro de 2013. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de maio de 2019, foi aprovado aumento de capital da TPAE, no entanto a CEEE-T optou por não acompanhar a integralização de capital, reduzindo sua participação de 20% para 9,65%. **15.4.4. Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (ETAU)** Em 18 de dezembro de 2002, a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (ETAU) firmou o Contrato de Concessão nº 82/2002 - ANEEL, tendo por objeto a concessão do serviço público de energia elétrica referente à linha de transmissão Campos Novos - Santa Marta de 230 kV, bem como às subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS, Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a essas. A construção da linha de transmissão foi iniciada ao longo do exercício de 2002 e foi concluída em 1º de setembro de 2005. A Companhia tem participação de 10% na ETAU. O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a CEEE-T possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições. **15.5. Informações Financeiras das Investidas:** **15.5.1. Demonstrações Financeiras Controlada:**

15.7. Movimentação dos investimentos:

	Controladora													
	Saldos em 31/12/2019	Aumento de Capital	Impairment	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Outros	Saldos em 31/12/2020	Outros	Alienação Investimento	Resultado Alienação	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Ajustes pela Cisão	Saldos em 31/12/2021
Controladas														
TESB	273.241	60.459	9.165	(41.275)	-	-	301.590 (1.994)	-	-	-	(187.625)	-	-	111.971
Ventos de Curupira	2.946	2.851	50.608	(59.592)	-	-	(3.187)	-	-	-	(144)	-	-	3.331
Ventos de Povo Novo	4.995	1.441	18.364	(26.545)	-	-	(1.745)	-	-	-	(59)	-	-	1.804
Ventos de Vera Cruz	14.855	3.499	46.008	(67.899)	-	-	(3.537)	-	-	-	(151)	-	-	3.688
Coligadas														
Chapecoense	92.219	-	-	25.242 (33.370)	-	-	84.091	-	-	-	5.175	-	(89.266)	-
Jaguari	1.900	-	-	(79)	-	-	1.821	-	-	-	(38)	-	(1.783)	-
Ceran	89.257	-	-	35.471 (32.598)	-	-	92.130	-	-	-	7.927	-	(100.057)	-
Enercan	29.989	-	-	20.113 (17.278)	-	-	32.824	-	-	-	5.884	-	(38.708)	-
TSLE	131.790	-	-	20.585	-	-	152.375	(217.552)	37.260	27.916	-	-	-	-
TPAE	4.112	-	-	143 (102)	-	-	4.153	-	-	92	(800)	-	-	3.445
FOTE	56.173	39.695	-	2.982	-	-	98.850	(83.101)	(31.968)	16.219	-	-	-	-
ETAU	6.732	-	-	4.687 (2.035)	-	-	9.384	-	-	2.738	(2.406)	-	-	9.716
Palmares	12.317	-	-	1.611 (765)	(519)	-	12.644	-	-	-	-	-	(12.644)	-
Ventos da Lagoa	11.173	-	-	1.576 (749)	(168)	-	11.832	-	-	-	-	-	(11.832)	-
Ventos do Litoral	11.399	-	-	1.232 (585)	-	-	12.046	-	-	-	-	-	(12.046)	-
Ventos do Sul	588	-	-	6.578 (3.761)	-	-	3.405	-	-	-	-	-	(3.405)	-
Ventos dos Índios	8.220	-	-	(205)	-	-	8.015	-	-	-	-	-	(8.015)	-
Ágio Parques Eólicos	974	-	-	-	-	-	974	-	-	-	-	-	(974)	-
Ágio Ventos do Sul	18.174	-	-	-	-	-	18.174	-	-	-	-	-	(18.174)	-
Outros Investimentos	-	-	-	-	-	1.368	1.368	-	-	-	-	-	(1.368)	-
	<u>771.054</u>	<u>107.945</u>	<u>124.145</u>	<u>(75.375)</u>	<u>(91.243)</u>	<u>681</u>	<u>837.207</u>	<u>(1.994)</u>	<u>(300.653)</u>	<u>5.292</u>	<u>(122.066)</u>	<u>(3.206)</u>	<u>(289.449)</u>	<u>125.132</u>

	Consolidado												
	Saldos em 31/12/2019	Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Outros	Saldos em 31/12/2020	Alienação Investimento	Resultado Alienação	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Ajustes pela Cisão	Saldos em 31/12/2021	
Coligadas													
Chapecoense	92.219	-	25.242 (33.370)	-	-	84.091	-	-	5.175	-	(89.266)	-	-
Jaguari	1.900	-	(79)	-	-	1.821	-	-	(38)	-	(1.783)	-	-
Ceran	89.257	-	35.471 (32.598)	-	-	92.130	-	-	7.927	-	(100.057)	-	-
Enercan	29.989	-	20.113 (17.278)	-	-	32.824	-	-	5.884	-	(38.708)	-	-
TSLE	131.790	-	20.585	-	-	152.375	(217.552)	37.260	27.916	-	-	-	-
TPAE	4.112	-	143 (102)	-	-	4.153	-	-	92	(800)	-	-	3.445
FOTE	56.173	39.695	2.982	-	-	98.850	(83.101)	(31.968)	16.219	-	-	-	-
ETAU	6.732	-	4.687 (2.035)	-	-	9.384	-	-	2.738	(2.406)	-	-	9.716
Palmares	12.317	-	1.611 (765)	(519)	-	12.644	-	-	-	-	-	-	(12.644)
Ventos da Lagoa	11.173	-	1.576 (749)	(168)	-	11.832	-	-	-	-	-	-	(11.832)
Ventos do Litoral	11.399	-	1.232 (585)	-	-	12.046	-	-	-	-	-	-	(12.046)
Ventos do Sul	588	-	6.578 (3.761)	-	-	3.405	-	-	-	-	-	-	(3.405)
Ventos dos Índios	8.220	-	(205)	-	-	8.015	-	-	-	-	-	-	(8.015)
Ágio Parques Eólicos	974	-	-	-	-	974	-	-	-	-	-	-	(974)
Ágio Ventos do Sul	18.174	-	-	-	-	18.174	-	-	-	-	-	-	(18.174)
Outros Investimentos	-	-	-	-	1.368	1.368	-	-	-	-	-	-	(1.368)
	<u>475.017</u>	<u>39.695</u>	<u>119.936</u>	<u>(91.243)</u>	<u>681</u>	<u>544.086</u>	<u>(300.653)</u>	<u>5.292</u>	<u>65.913</u>	<u>(3.206)</u>	<u>(298.272)</u>	<u>13.161</u>	

O valor de equivalência patrimonial no exercício (R\$ 122.066) se refere aos investimentos da CEEE-T e CEEE-G, entretanto, na Demonstração do Resultado, na linha de Resultado de Participações Societárias, está demonstrado o valor da equivalência sobre os investimentos da CEEE-T, no montante de (R\$ 140.661), sendo composto pelas investidas TESP, TSLE, TPAE, FOTE e ETAU. Neste contexto, o valor de R\$ 18.595 foi cindido para a operação descontinuada de Geração. Com a efetividade da Cisão em 08 de abril de 2021, os investimentos inerentes à parcela cindida, do segmento de geração, foram transferidos em conjunto com o acervo líquido cindido. Esta movimentação está refletida na coluna "Ajustes pela Cisão".

15.8. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital: Os saldos compõem-se de:

	31/12/2021	31/12/2020
Complexo Eólico Porto Novo	-	8.468
TESB	120.600	59.600
Provisão para realização de AFAC	(120.600)	-
	<u>-</u>	<u>68.068</u>

Os saldos referem-se aos aportes de recursos para futuro aumento de capital na empresa controlada TESP, que futuramente deverão ser integralizados ao capital social da Investida. Para estes valores não existem termos fixados de conversão dos adiantamentos para futuro aumento de capital em ações que considerem um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de ações. Considerando os riscos de realização deste ativo, a Companhia efetuou no ano de 2021 uma provisão para realização no mesmo montante do saldo do AFAC. No consolidado, o respectivo montante da provisão foi classificado no passivo não circulante, na rubrica de Outras Contas a Pagar (vide nota 25.4).

15.5.2. Demonstrações Financeiras Controladas e Coligadas:

	31/12/2021		
	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
Controladas			
TESB	402.649	118.841	(202.686)
Coligadas			
TPAE	38.146	35.696	2.161
ETAU	34.895	97.160	27.370

15.6. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL	2.013	2.013	2.013	2.013
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo	<u>876</u>	<u>876</u>	<u>876</u>	<u>876</u>
	<u>2.889</u>	<u>2.889</u>	<u>2.889</u>	<u>2.889</u>

16. IMOBILIZADO

	Controladora										
	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Ajustes pela Cisão	31/12/2021	
Custo											
Terrenos	16.154	-	-	-	16.154	-	(1.300)	-	(14.127)	727	
Barragens	596.582	-	-	-	596.582	-	-	-	(596.582)	-	
Edificações	120.128	-	-	-	120.128	-	(7.668)	-	(98.946)	13.514	
Máquinas e Equipamentos	528.545	(11.191)	-	1.427	518.781	(772)	-	2	(438.085)	79.926	
Veículos	14.080	-	-	-	14.080	(79)	-	-	(1.306)	12.695	
Móveis e Utensílios	4.148	(20)	-	33	4.161	(29)	-	-	(814)	3.318	
	<u>1.279.637</u>	<u>(11.211)</u>	<u>(1.460)</u>	<u>1.460</u>	<u>1.269.886</u>	<u>(9.848)</u>	<u>6.001</u>	<u>2</u>	<u>(1.149.860)</u>	<u>110.180</u>	
Depreciação											
Barragens	(527.839)	(10.090)	-	-	(537.929)	(2.522)	-	-	540.451	-	
Edificações	(110.985)	(580)	-	-	(111.565)	(346)	5.208	-	96.115	(10.588)	
Máquinas e Equipamentos	(435.368)	(7.399)	10.654	6	(432.107)	(4.227)	689	-	391.135	(44.510)	
Veículos	(13.362)	(258)	-	-	(13.620)	(244)	79	-	1.291	(12.494)	
Móveis e Utensílios	(3.639)	(71)	20	(14)	(3.704)	(57)	25	-	738	(2.998)	
	<u>(1.091.193)</u>	<u>(18.398)</u>	<u>10.674</u>	<u>(8)</u>	<u>(1.098.925)</u>	<u>(7.396)</u>	<u>6.001</u>	<u>2</u>	<u>1.029.730</u>	<u>(70.590)</u>	
Fora do Escopo (Reflexo do IFRIC 12)											
Imobilizado não vinculado	313.452	-	-	(8)	313.444	-	(309.787)	-	2.659	6.316	
Depreciação	(19.415)	(349)	-	8	(19.756)	(187)	14.300	-	(628)	(6.271)	
	<u>294.037</u>	<u>(349)</u>	<u>-</u>	<u>0</u>	<u>293.688</u>	<u>(187)</u>	<u>(295.487)</u>	<u>-</u>	<u>2.031</u>	<u>45</u>	
Total do Imobilizado em Serviço	<u>482.481</u>	<u>(18.747)</u>	<u>(537)</u>	<u>1.452</u>	<u>464.649</u>	<u>(7.583)</u>	<u>(299.334)</u>	<u>2</u>	<u>(118.099)</u>	<u>39.635</u>	
Total do Imobilizado em Curso	<u>43.484</u>	<u>7.273</u>	<u>-</u>	<u>(3.960)</u>	<u>46.797</u>						

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

17. INTANGÍVEL

	Controladora	Consolidado
Custo		
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	49.867	50.245
Aquisições	819	819
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	50.686	51.064
Aquisições	1.352	1.352
Baixas	(123)	(123)
Ajustes pela Cisão	(1.465)	(1.465)
Outros	-	(378)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	50.450	50.450
Amortização e perdas por redução do valor recuperável		
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	(14.833)	(14.833)
Amortização do período	(9.279)	(9.279)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	(24.112)	(24.112)
Amortização do período	(8.222)	(8.222)
Ajustes pela Cisão	888	888
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	(31.446)	(31.446)
Valor contábil		
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	26.574	26.952
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	19.004	19.004

O Intangível é composto pelas aquisições de *softwares*, licenças de uso e demais direitos dessa natureza.

18. FORNECEDORES

Os saldos compõem-se de:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Encargos de Uso da Rede	-	6.287	-	6.287
Suprimento de Energia Elétrica	-	9.288	-	9.288
Materiais e Serviços	8.479	10.637	11.391	12.564
Retenção Contratual	21.513	17.796	21.513	17.796
	<u>29.992</u>	<u>44.008</u>	<u>32.904</u>	<u>45.935</u>

Referem-se às aquisições e contratações realizadas junto aos fornecedores fabricantes ou distribuidores de materiais, assim como os prestadores de serviços, para viabilizar as realizações das obras ou para a manutenção do custeio.

19. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos compõem-se de:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Folha de Pagamento Líquida	7.794	6.616	7.794	6.616
Provisão para Férias, 13º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	37.030	24.906	37.043	24.927
Retenções sobre a Folha de Pagamento	5.693	7.187	5.693	7.187
Prêmio Assiduidade	282	290	282	290
	<u>50.799</u>	<u>38.999</u>	<u>50.812</u>	<u>39.020</u>

O valor de R\$ 7.794 (R\$ 6.616 em 31 de dezembro de 2020) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros - diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (AFCEEE), Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul (SENERGISUL) e a Fundação CEEE de Seguridade Social (ELETROCEEE) - e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

20. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos compõem-se de:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	101	362	204	362
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	6.171	5.238	6.182	5.252
Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social - COFINS	7.155	8.983	7.197	8.983
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.467	1.615	1.467	1.615
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	22.519	12.990	22.617	13.270
Parcelamento PERT - IRPJ e CSLL	-	-	793	765
Outros	16.679	7.204	17.058	7.301
	<u>54.092</u>	<u>36.392</u>	<u>55.518</u>	<u>37.548</u>
Não Circulante				
Parcelamento PERT - IRPJ e CSLL	-	-	5.218	5.798
	-	-	<u>5.218</u>	<u>5.798</u>

Referem-se às obrigações tributárias nas esferas municipal, estadual e federal, originadas a partir das operações de faturamento, aquisições de materiais, contratações de serviços, tributação sobre o lucro e encargos inerentes à folha de pagamento do segmento de transmissão.

21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES

Os saldos compõem-se de: **21.1. Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações - Controladora e Consolidado**

Credor	Controladora/Consolidado							
	Indexador	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Circulante		Não circulante	
					Encargos	Principal	Principal	Total
31/12/2021								
Moeda Nacional								
BNDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	6.724	23.591	30.315
Total Moeda Nacional					-	<u>6.724</u>	<u>23.591</u>	<u>30.315</u>
Moeda Estrangeira								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	US\$	4,59	2022	01	4.953	253.577	-	258.530
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	2,93	2022	01	-	390.833	-	390.833
Total Moeda Estrangeira					<u>4.953</u>	<u>644.410</u>	-	<u>649.363</u>
Totais Gerais Moeda Nacional + Moeda Estrangeira					<u>4.953</u>	<u>651.134</u>	<u>23.591</u>	<u>679.678</u>
Total de Empréstimos e Financiamentos					<u>4.953</u>	<u>651.134</u>	<u>23.591</u>	<u>679.678</u>

Credor	Controladora/Consolidado							
	Indexador	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Circulante		Não circulante	
					Encargos	Principal	Principal	Total
31/12/2020								
Moeda Nacional								
BNDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	6.723	30.321	37.044
Total Moeda Nacional					-	<u>6.723</u>	<u>30.321</u>	<u>37.044</u>
Moeda Estrangeira								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	US\$	4,59	2036	01	4.920	15.743	236.138	256.801
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	2,93	2037	01	-	22.935	363.750	386.685
Total Moeda Estrangeira					<u>4.920</u>	<u>38.678</u>	<u>599.888</u>	<u>643.486</u>
Totais Gerais Moeda Nacional + Moeda Estrangeira					<u>4.920</u>	<u>45.401</u>	<u>630.209</u>	<u>680.530</u>
Total de Empréstimos e Financiamentos					<u>4.920</u>	<u>45.401</u>	<u>630.209</u>	<u>680.530</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo. Códigos das Garantias e/ou Finanças. 01 - Governo Federal e Governo Estadual/03 - Notas do Tesouro Nacional - Série B.

21.7. Arrendamentos a Pagar: Os valores de R\$ 3.673 (R\$ 7.232, em 31 de dezembro de 2020) no passivo circulante e de R\$ 1.417 (R\$ 7.975, em 31 de dezembro de 2020) no Passivo não circulante referem-se ao saldo arrendamentos a pagar, relativos aos contratos de locação da Companhia. A tabela a seguir apresenta as variações ocorridas no período:

Categoria	Saldo em 31/12/2019		Ajustes de Mensuração		Apropriação Encargos		Pagamento de Principal		Pagamento de Encargos		Não Circulante		Saldo em 31/12/2020	
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Mensuração	Encargos	de Principal	de Encargos	Circulante	Circulante	31/12/2020	Encargos	de Principal	de Encargos	Ajustes pela Cisão	Não Circulante
NBC TG 06														
Imóveis	3.326	-	(988)	161	(159)	(145)	167	2.028	2.195	46	(54)	(46)	(1.939)	19
Terrenos	68	-	(22)	4	(4)	(3)	4	39	43	1	(1)	(1)	(42)	-
Veículos	10.569	8.928	-	855	(6.296)	(1.087)	7.061	5.908	12.969	170	(4.866)	(1.835)	(1.551)	3.653
Total	13.963	8.928	(1.010)	1.020	(6.459)	(1.235)	7.232	7.975	15.207	217	(4.921)	(1.882)	(3.532)	3.673

A Companhia informa que não utiliza de expedientes práticos nos quais possíveis contratos de baixo valor ou com prazos inferiores a doze meses não estivessem mensurados e divulgados nestas demonstrações contábeis.

21.2. Variação de Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Saldos em 01 de Janeiro de 2020	6.723	37.066	34.332	495.133	573.254
Encargos	2.763	-	18.985	-	21.748
Variação Monetária	-	-	6.554	142.448	149.002
Transferências	6.723	(6.723)	37.693	(37.693)	-
Taxa Administração	-	(22)	-	-	(22)
Amortizações de Principal	(6.723)	-	(35.964)	-	(42.687)
Amortizações de Encargos	(2.763)	-	(18.002)	-	(20.765)
Saldos em 31 de Dezembro 2020	<u>6.723</u>	<u>30.321</u>	<u>43.598</u>	<u>599.888</u>	<u>680.530</u>
Encargos	2.346	-	16.546	-	18.892
Variação Monetária	-	-	3.099	42.186	45.285
Transferências	6.723	(6.723)	642.074	(642.074)	-
Taxa Administração	-	(7)	-	-	(7)
Amortizações de Principal	(6.723)	-	(39.442)	-	(46.165)
Amortizações de Encargos	(2.346)	-	(16.511)	-	(18.857)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	<u>6.723</u>	<u>23.591</u>	<u>649.364</u>	-	<u>679.678</u>

21.3. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD): Em 28 de dezembro de 2012, foi assinado o contrato de empréstimo nº 2813/OC-BR entre a CEEE-T e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com objetivo de financiar o Programa Pró-Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-T). O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 88.656, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 18 de fevereiro de 2013, no valor de US\$ 2.567. Em 21 de dezembro de 2012, foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1043, entre a CEEE-T e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no montante de US\$ 59.104. A liberação da primeira parcela de desembolso foi recebida em 27 de março de 2013, no valor de US\$ 20.024. Os contratos de financiamentos com BID e AFD possuem garantia da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos contratos de garantia assinados em 28 de dezembro de 2012 e 21 de dezembro de 2012, assim, respectivamente. Ao longo de 2017, foi liberado o valor de US\$ 27.500, que corresponde a R\$ 87.305, referentes ao contrato BID, e US\$ 8.500, que corresponde a R\$ 28.076, referentes ao contrato AFD. Em junho de 2018, ocorreu a última liberação de R\$ 110.175, referente ao contrato BID. Em novembro de 2019, a Companhia apresentou a prestação de contas da utilização de 100% dos recursos do BID, e, em dezembro de 2019, a prestação de contas da utilização de 100% dos recursos da AFD. Entre os anos de 2012 a 2018 a CEEE-T internalizou 14 parcelas, perfazendo o total de US\$ 147.760 ou R\$ 461.187, referente aos empréstimos do BID e da AFD. Essas dívidas estão vinculadas ao dólar e foram internalizadas sem qualquer mecanismo de proteção cambial. Com a alteração do controle acionário da Companhia, conforme consta no item 5.5.1.3 do Edital de Privatização, a liquidação dos contratos de empréstimos e financiamentos com o BID e AFD ocorrerá no período de 12 meses. Os prazos finais de liquidação são junho de 2022 para o BID e julho de 2022 para a AFD. Para tanto, o saldo dos empréstimos de R\$ 602.873 foi reclassificado para o Passivo Circulante na apresentação destas demonstrações contábeis.

Internalizações BID						
Data	Tranche	Valor US\$	Câmbio	% Ind.	% Total	Valor R\$
18/02/2013	Reconh.	2.567.007	1,97	2,9%	2,9%	5.045.452
08/09/2014	2	3.000.000	2,24	3,4%	6,3%	6.726.000
12/08/2015	3	6.852.172	3,49	7,7%	14,0%	23.879.820
03/06/2016	4	9.000.000	3,58	10,2%	24,2%	32.202.000
05/12/2016	5	10.000.000	3,47	11,3%	35,4%	34.675.000
04/09/2017	6	17.500.000	3,13	19,7%	55,2%	54.845.000
04/12/2017	7	10.000.000	3,25	11,3%	66,5%	32.460.000
14/06/2018	8	29.736.817	3,71	33,5%	100,0%	110.174.908
Total BID		<u>88.655.996</u>	<u>3,38</u>			<u>300.008.180</u>

Internalizações AFD						
Data	Tranche	Valor US\$	Câmbio	% Ind.	% Total	Valor R\$
04/03/2013	1	20.024.482	2,02	33,9%	33,9%	40.525.546
26/07/2013	2	8.142.478	2,30	13,8%	47,7%	18.711.416
21/03/2014	3	8.000.000	2,22	13,5%	61,2%	17.792.000
21/12/2015	4	5.120.050	3,97	8,7%	69,9%	20.316.358
20/12/2017	5	8.500.000	3,30	14,4%	84,2%	28.075.500
30/11/2018	6	9.316.947	3,84	15,8%	100,0%	35.758.441
Total AFD		<u>59.103.957</u>	<u>2,73</u>			<u>161.179.261</u>
Total Geral		<u>147.759.953</u>	<u>3,12</u>			<u>461.187.441</u>

21.4. BNDES: Em 27 de dezembro de 2012, foi assinado o contrato de empréstimo nº 12.2.1391.1, entre a CEEE-T e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com objetivo de financiar o Programa Pró-Energia RS GT, por meio da ampliação e da modernização de 25 subestações, linhas de transmissão e da modernização dos Sistemas de Comunicação da CEEE-T em todo o Estado do Rio Grande do Sul. O contrato original abriu um crédito de até R\$ 236,34 milhões, em três subcréditos (Subcrédito A - investimento em obras de transmissão; Subcrédito B - máquinas e equipamentos com código FINAME; Subcrédito C - a ser aplicado em projetos sociais). O 3º Termo Aditivo reduziu o valor total para R\$ 71,8 milhões, mantendo os três subcréditos. A CEEE-T recebeu em tranches o montante de R\$ 69,2 milhões. O recurso era destinado aos investimentos da Companhia. Já o valor do crédito foi vinculado à relação de obras apresentadas e aprovadas pelo Banco para a tomada do financiamento, num total de 15 obras, relacionadas no 3º Termo Aditivo. O contrato de empréstimo com o BNDES tem como garantia a Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional - Série B. A cedente (CEEE-T) cede fiduciariamente em favor do credor (BNDES) títulos públicos federais de sua propriedade, em valor equivalente a 130% do valor concedido por meio do saldo devedor do Contrato de Financiamento. **21.5. Cronograma das Parcelas de Longo Prazo:** As parcelas de longo prazo dos Empréstimos e Financiamentos mantidos com o BNDES e sobre os Arrendamentos a Pagar vencem como segue:

Principal	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2023	5.163	42.540	5.163	42.540
2024	3.986	42.299	3.986	42.299
2025	3.869	42.299	3.869	42.299
2026	3.855	42.299	3.855	42.299
2027	3.859	42.299	3.859	42.299
2028 a 2032	4.2			

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

22. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados e ex-empregados administrados pela Fundação Família Previdência, denominados CEEEPREV e Plano Único, esse último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação, por decisão judicial de complementação de benefícios à ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada (CTP). Até o mês de junho/2021, a Companhia era responsável pelo pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos. O Decreto Estadual nº 55.622, de 04 de dezembro de 2020, regulamenta a transferência ao Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul as obrigações relativas aos proventos dos servidores ex-autárquicos vinculados à Companhia, obrigação esta que foi transferida para o Estado do Rio Grande do Sul antes do processo de privatização da Companhia. Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

	Nota Explicativa		Controladora/Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020		
Circulante				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP	22.1	316	290	
Contribuição Patrocinadora - Plano Único	22.3	3.165	4.866	
Provisão Plano Único	36	22.169	30.068	
Contrato 1254/95 - CEEEPREV	36	3.781	3.374	
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV	22.2	7.133	6.051	
Provisão Plano CEEEPREV	36	62.086	57.705	
Contrato 1254/95 - Plano Único	36	3.528	3.148	
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA	22.4	-	42.300	
		<u>102.178</u>	<u>147.802</u>	
Não Circulante				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP	22.1	3.541	3.869	
Provisão Plano Único	22.3	241.597	183.282	
Contrato 1254/95 - Plano Único	36	28.846	29.127	
Provisão Plano CEEEPREV	22.2	401.281	918.404	
Contrato 1254/95 - CEEEPREV	36	30.919	31.220	
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA	22.4	-	195.046	
		<u>706.184</u>	<u>1.360.948</u>	
Total		<u>808.362</u>	<u>1.508.751</u>	

22.1. Características: Planos de Benefícios CEEEPREV: O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados. O Plano CEEEPREV contém uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido. Em 2014 foi instaurado litígio judicial (Processo nº 0065790-57.2014.4.01.3400) relacionado as contribuições não paritárias, ajuizado pela Fundação Família Previdência (Antiga Fundação ELETROCEEE) em face da PREVIC, em razão da Portaria do órgão regulador que exigiu a apresentação de solução definitiva sobre os artigos do Regulamento do Plano de Benefícios que tratam da responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, que se encontram irregulares perante a legislação aplicável. Isto porque o Plano de Benefícios da CEEEPREV previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial, o que, segundo a PREVIC, e entendimento corroborado pela Administração da Companhia, viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001. O resultado em 1ª e 2ª instância foi desfavorável à Fundação e favorável à Companhia, não havendo efeito suspensivo sobre os recursos pendentes. A segunda demanda judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) de 2019 foi ajuizada pela CEEEPREV-GT (antes da cisão entre os segmentos Geração e Transmissão), cujo objetivo é o reconhecimento da nulidade das cláusulas do Plano de Benefícios CEEEPREV, a fim de tornar nula a responsabilidade exclusiva das patrocinadoras perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Em 14 de outubro 2021, a sentença foi julgada parcialmente procedente, determinando a nulidade das cláusulas do Plano de benefícios que não aplicam a paridade contributiva. Após sentença de 1º grau, o processo encontra-se em 2ª instância aguardando julgamento da apelação interposta pelas partes, os assessores jurídicos avaliam a chance de êxito como possível com viés de provável. Considerando os fundamentos jurídicos, corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam detalhadamente a matéria, a Companhia, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPREV, entende que a partir da nova decisão judicial, a melhor estimativa para mensuração desse passivo é utilizar o *risk sharing* como redutor do passivo atuarial. Em 31 de dezembro de 2021, o passivo do Plano CEEEPREV foi reconhecido na proporção paritária, apresentando uma redução de R\$ 412.896 sobre o valor líquido do passivo de benefício definido anteriormente registrado, chegando a um saldo de R\$ 498.066. A contrapartida da redução do passivo foi registrada contra outros resultados abrangentes. Considerando os fundamentos jurídicos, corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam detalhadamente a matéria, a Companhia, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPREV, entende que a melhor estimativa para mensuração desse passivo é utilizar o *risk sharing* como redutor do passivo atuarial. Em 31 de dezembro de 2021, o passivo do Plano CEEEPREV foi reconhecido na proporção paritária, apresentando uma redução de R\$ 412.896 sobre o valor líquido do passivo de benefício definido anteriormente registrado, chegando a um saldo de R\$ 498.066. **Plano Único:** O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados. O Regulamento do Plano Único estabelece que eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável. A Resolução CNPC nº 30 de 30/10/2018 (artigo 14º) estabelece que para a destinação da reserva especial ou equacionamento de déficit, deverão ser identificados quais os montantes atribuíveis aos participantes e assistidos e quais atribuíveis ao patrocinador, observada a proporção contributiva das contribuições normais no período em que se deu a constituição da reserva especial (no caso de superavit), e as contribuições vigentes no período em que o resultado deficitário foi apurado (no caso de déficit). Sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano do benefício administrado pela EFPC (Entidade Fechada de Previdência Complementar), a Companhia como patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit, ou seja, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária. **Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP:** Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a partir de 1997, a Companhia era responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação Família Previdência e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado era definitivamente aposentado pela Fundação. Atualmente, recebem o complemento de verbas que não entraram no cálculo do INSS, sendo a empresa condenada pela justiça ao pagamento de forma vitalícia. Para isso, a Companhia provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a essas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento desses benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

22.2. movimentação dos planos:

	31/12/2021				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.247.743	3.857	-	1.901.248	3.152.848
Valor justo dos ativos do plano	(951.603)	-	-	(1.403.182)	(2.354.785)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	296.140	3.857	-	498.066	798.063
	31/12/2020				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.554.790	4.159	237.346	2.518.425	4.314.720
Valor justo dos ativos do plano	(1.063.540)	-	-	(1.507.722)	(2.571.262)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	491.250	4.159	237.346	1.010.703	1.743.458
Efeito risk sharing	(245.625)	-	-	-	(245.625)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	245.625	4.159	237.346	1.010.703	1.497.833

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos e passivos do plano são como segue:

	Plano Único		CEEPREV		Total
	Único	CTP	EXA	BD	
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2019	1.518.976	3.093	254.064	2.453.277	4.229.410
Custo do serviço corrente bruto	(480)	-	-	6.024	5.544
Juros sobre obrigação atuarial	95.291	203	14.224	164.529	274.247
Contribuições de participantes vertidas no exercício	2.651	-	-	1.564	4.215
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	50.102	-	-	89.254	139.356
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	12.823	1.153	11.359	(37.183)	(11.848)
Benefícios pagos no ano	(124.573)	(290)	(42.301)	(159.040)	(326.204)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020	1.554.790	4.159	237.346	2.518.425	4.314.720
Efeito risk sharing no início do exercício	(238.744)	-	-	-	(238.744)
Efeito Cisão GT	(43.558)	-	-	(14.504)	(58.062)
Custo do serviço corrente bruto	(446)	-	-	6.768	6.322
Juros sobre obrigação atuarial	44.603	256	5.961	164.478	215.298
Contribuições de participantes vertidas no exercício	14.003	-	-	997	15.000
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	87.038	199	-	137.667	224.904
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	229.916	(449)	-	(340.801)	(111.334)
Ganho perda atuarial - Ex-autárquico	-	-	(21.345)	-	(21.345)
Efeito risk sharing no final do exercício	(257.756)	-	-	(412.896)	(670.652)
Benefícios pagos no ano	(142.103)	(308)	(19.409)	(158.886)	(320.706)
Baixa por desestização Ex-autárquico	-	-	(202.553)	-	(202.553)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021	1.247.743	3.857	-	1.901.248	3.152.848
	Plano Único		CEEPREV		Total
	Único	CTP	EXA	BD	
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2019	(1.156.878)	-	-	(1.609.923)	(2.766.801)
Rendimento esperado no exercício	(72.702)	-	-	(107.771)	(180.473)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(2.651)	-	-	(1.564)	(4.215)
Contribuições de patrocinadoras	(30.068)	(290)	(42.301)	(56.882)	(129.541)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	74.186	-	-	109.378	183.564
Benefícios pagos no exercício	124.573	290	42.301	159.040	326.204
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020	(1.063.540)	-	-	(1.507.722)	(2.571.262)
Efeito Cisão GT	29.796	-	-	8.683	38.479
Rendimento esperado no exercício	(30.240)	-	-	(98.218)	(128.458)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(14.003)	-	-	(997)	(15.000)
Contribuições de patrocinadoras	(22.574)	(308)	(19.409)	(59.402)	(101.693)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	6.855	-	-	95.588	102.443
Benefícios pagos no exercício	142.103	308	19.409	158.886	320.706
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2021	(951.603)	-	-	(1.403.182)	(2.354.785)

22.3. Movimentações dos passivos registrados: As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano Único		CEEPREV		Total
	Único	CTP	EXA	BD	
Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	245.625	4.159	237.346	1.010.703	1.497.833
Efeito Cisão GT	(6.881)	-	-	(5.821)	(12.702)
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	13.917	256	5.961	73.028	93.162
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(22.574)	(308)	(19.409)	(59.402)	(101.693)
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	87.038	199	-	137.667	224.904
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	229.916	(449)	-	(340.801)	(111.334)
Ganho perda atuarial - Ex-autárquico	-	-	(21.345)	-	(21.345)
Baixa por desestização Ex-autárquico	-	-	(202.553)	-	(202.553)
Efeito risk sharing	(257.756)	-	-	(412.896)	(670.652)

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	Plano Único		CTP		CEEPREV	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,38% a.a.	6,45% a.a.	10,36% a.a.	6,39 a.a.	10,38% a.a.	6,45% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	5,09% a.a.	3,03% a.a.	5,07% a.a.	2,97% a.a.	5,09% a.a.	3,36% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,03% a.a.	3,32% a.a.	5,03% a.a.	3,32% a.a.	5,03% a.a.	3,32% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	5,03% a.a.	3,32% a.a.	5,03% a.a.	3,32% a.a.	5,03% a.a.	3,32% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	5,03% a.a.	3,32% a.a.	5,03% a.a.	3,32% a.a.	5,03% a.a.	3,32% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 por sexo	AT-2000 male	AT-83 IAM Male	UP-94 male	BR-EMSsb 2015 MF (***)	BR-EMSsb v. 2015 male
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light-Média	N/A	N/A	Light fraca	Light-Média
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula	N/A	N/A	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:		1 ano após			2 anos após	2 anos após
	Ao preencher as carências regulamentares	preencher as carências regulamentares	N/A	N/A	Ao preencher as carências regulamentares	preencher as carências regulamentares

22.6. Ativos do plano: As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, administrados pela Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2022, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2021. A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	2021	
	Plano Único	CEEPREV BD
Realizável - Gestão Previdencial	6,67%	3,29%
Realizável - Gestão Administrativa	1,71%	4,08%
Títulos Públicos	57,55%	55,08%
Créditos Privados e Depósitos	4,54%	3,70%
Renda Variável	-	5,90%
Ações	5,06%	-
Fundos de Investimentos	21,89%	23,33%
Investimentos Imobiliários	0,57%	0,43%
Empréstimos e Financiamentos	2,22%	4,19%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano. A meta de alocação para 2022 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2021 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2022, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores. A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a Fundação Família Previdência determinar a alocação de recursos e com isso atingir os objetivos de gestão de investimentos é o Estudo de *Asset Liability Management* - ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano. Os estudos levam em consideração, além do risco histórico dos ativos, a projeção de rentabilidade dos mesmos e o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pela Fundação. O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, isto é, a alocação de médio e longo prazo, que compreende as participações alvo nos segmentos das classes de ativo de interesse, a partir da identificação de portfólios eficientes. O exercício matemático considera

	Plano Único		CEEPREV		Total
	Único	CTP	EXA	BD	
Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	296.140	3.857	-	498.066	798.063
Outras contribuições	3.165	-	-	7.134	10.299
Total passivo Circulante	299.305	3.857	-	505.200	808.362
Não Circulante	270.443	3.541	-	432.410	706.394

	Plano Único		CEEPREV		Total
	Único	CTP	EXA	BD	
Passivo atuarial líquido em 31/12/2019	181.049	3.093	254.064	843.353	1.281.559
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração	10.815	203	14.224	62.782	88.024
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(30.068)	(290)	(42.301)	(56.882)	(129.541)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	46.737	1.153	11.359	52.071	111.320
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	37.093	-	-	109.378	146.471
Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	245.625	4.159	237.346	1.010.703	1.497.833
Outras contribuições	4.866	-	-	6.051	10.917
Total passivo Circulante	250.491	4.159	237.346	1.016.754	1.508.750
Não circulante	38.082	290	42.301	67.130	147.803
	212.409	3.869	195.045	949.624	1.360.947

22.4. Contribuições e benefícios esperados: As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2022 são apresentadas no montante de R\$ 22.574 (Plano Único) e R\$ 59.331 (CEEPREV).

	2022	2023	2024	2025	2026 a 2031	Total
CPFL Transmissão - Plano Único	146.683	148.972	150.913	152.473	922.289	1.521.330
CPFL Transmissão - CEEEPREV BD	187.848	196.948	206.826	217.197	1.552.221	2.361.04

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

no balanço patrimonial, conforme a Norma NBC TG 33. Se a taxa de desconto nominal fosse 0,5 pontos percentuais mais baixo (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 30.790 no Plano Único e R\$ 138.070 no CEEEPREV (redução de R\$ 29.674 no Plano Único e 29.373 no CEEEPREV). Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagradada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação teria uma redução de R\$ 43.201 no Plano Único e R\$ 42.886 no CEEEPREV (aumento de R\$ 42.886 no Plano Único e R\$ 132.387 no CEEEPREV). A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 5,09% a.a. para o Plano Único, 5,07% a.a. para o CTP e 5,09% a.a. para o CEEEPREV. **22.8 Risco de Investimento:** Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais referenciados ao IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O IPCA é o índice mais próximo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador que corrige o passivo atuarial (associação entre ativos e passivos) dos planos de benefício definido da Companhia. Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. A Fundação Família Previdência utiliza ainda o Sharpe, Sharpe Generalizado e Drawn Down. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano - EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco. A Política de Investimentos da Fundação Família Previdência determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

	31/12/2021				31/12/2020			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos Prováveis	171.949	13.595	14.147	199.690	146.584	147.943	20.062	314.589
Riscos Possíveis/Remotos	139.341	80.069	44.370	263.780	92	4.068	2.753	33.278
	311.290	93.664	58.517	463.470	146.676	152.011	22.815	347.867

	31/12/2021				31/12/2020			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos Prováveis	172.077	30.796	14.147	217.019	146.977	148.386	20.239	315.602
Riscos Possíveis/Remotos	139.341	113.515	44.370	297.226	92	48.598	2.753	77.808
	311.418	144.311	58.517	514.245	147.069	196.984	22.992	393.410

24.1. Composição dos processos de riscos prováveis: Provisão e contas a pagar reconhecidas sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	Controladora				31/12/2021				31/12/2020			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante												
Saldo da provisão	25.117	2.680	-	27.797								
Passivo não circulante												
Saldo da provisão	146.832	10.914	14.147	171.893	93.526	147.737	20.062	261.325	15.582			276.908
Total geral	171.949	13.594	14.147	199.690	146.584	147.942	20.062	314.588	15.582	15.582	330.171	349.761

24.2. Movimentação da provisão para contingências:

	Controladora					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Ambientais	Total
(=) Saldo Final em 31 de Dezembro/2019	148.540	83.125	4.735	44	-	236.444
(+) Novos Ingressos	59.384	35.932	14.598	7.329	-	117.243
(-) Pagamentos	(54.368)	(2.021)	(5.800)	-	-	(62.189)
(-) Montantes Revertidos	(18.088)	(2.823)	(693)	(95)	-	(21.699)
(+) Atualização Monetária	11.116	33.729	7.222	8.304	-	60.371
(=) Saldo Final em 31 de Dezembro/2020	146.584	147.943	20.062	15.582	-	330.171
(+) Novos Ingressos	128.534	10.622	13.030	-	50	152.236
(-) Pagamentos	(26.058)	(2.681)	(5.511)	-	-	(34.250)
(-) Montantes Revertidos	(54.350)	(10.463)	(12.252)	-	(51)	(77.116)
(+) Atualização Monetária	14.412	24.137	1.438	1.625	1	41.613
(-) Ajustes pela Cisão	(37.175)	(155.964)	(2.619)	(17.207)	-	(212.965)
(=) Saldo Final em 31 de Dezembro/2021	171.948	13.595	14.147	-	-	199.690

	Controladora					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Ambientais	Total
(=) Saldo Final em 31 de Dezembro/2019	151.261	85.518	4.735	44	-	241.558
(+) Novos Ingressos	59.384	35.932	14.775	7.329	-	117.420
(-) Pagamentos	(54.368)	(2.021)	(5.800)	-	-	(62.189)
(-) Montantes Revertidos	(20.416)	(4.775)	(693)	(95)	-	(25.979)
(+) Atualização Monetária	11.116	33.729	7.222	8.304	-	60.371
(=) Saldo Final em 31 de Dezembro/2020	146.977	148.383	20.239	15.582	-	331.182
(+) Novos Ingressos	128.534	27.383	13.030	-	50	168.997
(-) Pagamentos	(26.188)	(2.681)	(5.688)	-	-	(34.557)
(-) Montantes Revertidos	(54.485)	(10.463)	(12.253)	-	(51)	(77.252)
(+) Atualização Monetária	14.412	24.137	1.438	1.625	1	41.613
(-) Ajustes pela Cisão	(37.175)	(155.964)	(2.619)	(17.207)	-	(212.965)
(=) Saldo Final em 31 de Dezembro/2021	172.076	30.796	14.147	-	-	217.019

24.3. Natureza das ações: 24.3.1. **Trabalhistas:** A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes, embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise das chances de êxito da Empresa envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE-T referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras. 24.3.2. **Cíveis:** A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível, para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, a partir de análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, desapropriação e revisão de contratos. 24.3.3. **Tributárias:** O saldo provisionado de R\$ 14.147 (R\$ 20.062 em 31 de dezembro de 2020) refere-se, principalmente, a processos em andamento cuja matéria é a discussão com alguns municípios sobre a incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para imóveis que se encontram a serviço da concessão, para os quais a companhia vem classificando, através de opinião legal, como perda provável.

25. OUTROS PASSIVOS

Os saldos compõem-se de:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Comp. Financ para Utilização de Recursos Hídricos		-	107	-	107
Obrigações com Obras da Transmissão		6.134	7.583	6.134	7.583
Contrato de Compartilhamento	25.1	6.637	5.585	6.637	5.585
Contas a Pagar Judicial		538	3.841	538	3.841
Adiantamento de Clientes	25.2	699	2.264	699	2.264
Contas a Pagar para CEEE-D e CEEE-G		5.937	4.567	5.937	4.567
Provisões Sócio Ambientais		10.362	-	10.362	-
Outros Credores		6.905	(525)	6.905	1.575
		37.212	23.422	37.212	25.522

23. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

Os saldos compõem-se de:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
Conta de Desenvol. Energético - Quota da CDE	8.832	8.972	8.942	8.972
RGR - Conta de Fornecedor a Pagar	156	151	211	151
Recursos P&D	26.894	49.106	26.967	49.243
Recursos FNDCT	569	925	580	935
Recursos MME	285	463	290	467
	36.735	59.617	36.990	59.768
Não Circulante				
Recursos P&D	59.964	25.385	59.964	25.385
	59.964	25.385	59.964	25.385

23.1. Programa Pesquisa e Desenvolvimento: Criado pela Lei nº 9.991/2000, o P&D é um programa de investimento, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para as concessionárias de energia elétrica. É calculado com base na receita operacional líquida das empresas e resulta na capacitação e desenvolvimento tecnológico. Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento. Dos recursos restantes, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e 20% ao Ministério de Minas e Energia (MME).

24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista e cível, bem como em processos judiciais e administrativos de natureza tributária que, na avaliação da Administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, atribuem riscos prováveis e possíveis. As contingências trabalhistas são atualizadas pela TR (taxa referencial) mais 1% de juros, enquanto as cíveis, pelo IGPM mais 1% de juros, ao mês. Em relação às contingências de natureza tributária, os montantes são atualizados pela Selic (taxa de juros do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

	Controladora				31/12/2020			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante								
Saldo da provisão	53.058	206	-	53.264				
Passivo não circulante								
Saldo da provisão	93.526	147.737	20.062	261.325	15.582			276.908
Total geral	146.584	147.942	20.062	314.588	15.582	15.582	330.171	349.761

	Controladora				31/12/2020			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante								
Saldo da provisão	53.058	206	-	53.264				
Passivo não circulante								
Saldo da provisão	93.919	148.178	20.239	262.336	15.582			277.919
Total geral	146.977	148.384	20.239	315.600	15.582	15.582	331.182	399.411

	Controladora					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Ambientais	Total
Passivo circulante						
Saldo da provisão	53.058	206	-	-	-	53.264
Passivo não circulante						
Saldo da provisão	93.919	148.178	20.239	15.582	1	277.919
Total geral	146.977	148.384	20.239	15.582	1	331.182

	Controladora					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Ambientais	Total
Passivo circulante						
Saldo da provisão	53.058	206	-	-	-	53.264
Passivo não circulante						
Saldo da provisão	93.919	148.178	20.239	15.582	1	277.919
Total geral	146.977	148.384	20.239	15.582	1	331.182

	Controladora					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Ambientais	Total
(=) Saldo Final em 31 de Dezembro/2019	148.540	83.125	4.735	44	-	236.444
(+) Novos Ingressos	59.384	35.932	14.598	7.329	-	117.243
(-) Pagamentos	(54.368)	(2.021)	(5.800)	-	-	(62.189)
(-) Montantes Revertidos	(18.088)	(2.823)	(693)	(95)	-	(21.699)
(+) Atualização Monetária	11.116	33.729	7.222	8.304	-	60.371
(=) Saldo Final em 31 de Dezembro/2020	146.584	147.943	20.062	15.582	-	330.171
(+) Novos Ingressos	128.534	10.622	13.030	-	50	152.236
(-) Pagamentos	(26.058)	(2.681)	(5.511)	-	-	(34.250)
(-) Montantes Revertidos	(54.350)	(10.463)	(12.252)	-	(51)	(77.116)
(+) Atualização Monetária	14.412	24.137	1.438	1.625	1	41.613
(-) Ajustes pela Cisão	(37.175)	(155.964)	(2.619)	(17.207)	-	(212.965)
(=) Saldo Final em 31 de Dezembro/2021	171.948	13.595	14.147	-	-	199.690

	Controladora					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Ambientais	Total
(=) Saldo Final em 31 de Dezembro/2019	151.261	85.518	4.735	44	-	241.558
(+) Novos Ingressos	59.384	35.932	14.775	7.329	-	117.420
(-) Pagamentos	(54.368)	(2.021)	(5.800)	-	-	(62.189)
(-) Montantes Revertidos	(20.416)	(4.775)	(693)	(95)	-	(25.979)
(+) Atualização Monetária	11.116	33.729	7.222	8.304	-	60.371
(=) Saldo Final em 31 de Dezembro/2020	146.977	148.383	20.239	15.582	-	331.182
(+) Novos Ingressos	128.534	27.383	13.030	-	50	168.997
(-) Pagamentos	(26.188)	(2.681)	(5.688)	-	-	(34.557)
(-) Montantes Revertidos	(54.485)	(10.463)	(12.253)	-	(51)	(77.252)
(+) Atualização Monetária	14.412	24.137	1.438	1.625	1	41.613
(-) Ajustes pela Cisão	(37.175)	(155.964)	(2.619)	(17.207)	-	(212.965)
(=) Saldo Final em 31 de Dezembro/2						

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado			
	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020		
IR/CS diferidos	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total IRPJ e CSLL	114.478	20.428	11.742	(7.079)
Total IRPJ e CSLL (operações descontinuadas - geração)	244.503	83.960	93.135	34.387
Total IRPJ e CSLL (operações continuadas - Transmissão)	(9.407)	(3.491)	16.540	5.923

O lucro líquido, utilizado para fins de apuração do IRPJ e CSLL, é a importância de R\$ 692.416 e reflete o somatório do resultado da CEEE-GT do período anterior à data base da cisão e do resultado da parte cindida de Transmissão no período após cisão. Neste contexto, a operação descontinuada de Geração apresentou, na data base da cisão, o montante de (R\$ 9.407) como de Imposto de Renda e (R\$ 3.491) como Contribuição Social. A controlada Transmissora de Energia Sul Brasil (TESB) apura o tributo referido através da metodologia de apuração do Lucro Presumido, totalizando a controlada TESB, 31 de dezembro de 2021, a despesa de R\$ 849 referente ao Imposto de Renda e à Contribuição Social.

34. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Abaixo demonstramos o resultado e os fluxos de caixa das operações descontinuadas, findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 referente ao segmento de geração. • Resultado das operações descontinuadas:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	109.689	430.017
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(57.547)	(239.136)
Despesas Operacionais	(21.462)	(17.768)
Outras Receitas	2.760	10.525
Outras Despesas	(524)	(3.670)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	32.916	179.967
Resultado de Participações Societárias	18.592	(62.514)
Resultado Financeiro, Líquido	(1.601)	(9.602)
Resultado Operacional antes dos Impostos	49.907	107.851
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.898)	22.463
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	37.009	130.314

• Efeitos na demonstração do fluxo de caixa:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	56.738	173.059
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(16.303)	(14.352)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	-	-
Caixa líquido proveniente das operações descontinuadas	40.435	158.707

34.1 Transações que não afetam o caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou atividades não envolvendo caixa e equivalente de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

	Nota Explicativa	
	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado - Ativo não Circulante	16	296.516
Provisão para Benefícios a Empregados - Passivo Circulante e não Circulante	22.4	(202.553)
Reserva Especial - Patrimônio Líquido		(228.214)
		(134.251)

35. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Para o encerramento de 31 de dezembro de 2021, a CEEE-T está sob o controle da CPFL Cone Sul, que detém 66,08% do capital social da Companhia. Além das operações com a CPFL Cone Sul, a CEEE-T mantém transações com outras entidades, como a ELETROBRÁS, acionista minoritário, e com Fundação ELETROCEEE de Seguridade Social, pela qual mantém patrocínios em planos de benefícios pós-emprego aos seus empregados. As transações da Companhia com suas controladas e coligadas são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores. Em 31 de dezembro de 2020, a CEEE-T tinha como controlador o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da holding CEEE-PAR, e, por isso, mantinha transações com outras entidades governamentais e companhias sob o controle comum do Estado, tais como: Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL). Nos saldos para 31 de dezembro de 2021, os valores são demonstrados para a CPFL Cone Sul referente às operações realizadas a partir do mês de outubro, haja vista que, a partir desta competência, ocorreu a troca do controle acionário da CEEE-T. Os saldos com a CEEE-G são demonstrados sobre as operações realizadas entre janeiro e setembro de 2021. As principais transações com partes relacionadas para o encerramento dos exercícios de 2020 e 2021 estão assim compostas: **Governo do Estado do Rio Grande do Sul:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Para 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha no Ativo Circulante em Caixa e Equivalentes de Caixa conta de aplicação financeira no Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC) do Governo do Estado do Rio Grande do Sul no Banco do Rio Grande do Sul (BANRISUL). Vide nota explicativa nº 5.2. **Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D:** Para 31 de dezembro de 2020, a CEEE-T classificava suas transações com a CEEE-D no grupo de partes relacionadas, já que tinha como controlador o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da holding CEEE-PAR. As principais transações estão listadas a seguir: Concessionárias e Permissórias: Os saldos das operações de energia elétrica comprada para revenda e encargo de uso do sistema são realizados em conformidade com as tarifas aprovadas pela ANEEL e pelo ONS. Cedência de funcionários: Refere-se à cedência de funcionários à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D). O saldo, que se constitui de remunerações (salários, férias e 13º salário), não está sujeito a encargos financeiros e não teve garantia concedida ao credor. Contrato de Mútuo: A CEEE-D é mutuária do contrato com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), que é a mutuante. Vide nota explicativa nº 10. Conta Gráfica: Refere-se aos saldos de despesas administrativas e bloqueios judiciais realizados entre as contas da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e a, da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D). Contrato de Compartilhamento: Em 01 de julho de 2020 a CEEE-GT e a CEEE-D, cujo controlador é o Estado do Rio Grande do Sul, firmaram o instrumento de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura administrativa associada. Os recursos humanos compartilhados atuam na Administração Central das companhias, prestando serviços para todo o Grupo Econômico. O instrumento também trata do compartilhamento de custos do sistema de telecomunicações utilizado em conjunto. O instrumento de compartilhamento foi anuído pelo Órgão Regulador ANEEL através do Despacho Nº 3.168, de novembro de 2020, e segue as metodologias dispostas na Resolução Normativa Nº 699, de 01 de fevereiro de 2016. **Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G:** As transações com a CEEE-G, no encerramento do 2º e do 3º trimestre de 2021, estavam classificadas como Partes Relacionadas, entretanto, com a troca de controle acionário da CEEE-T ocorrida em outubro de 2021, estas transações não são mais classificadas nesta categoria para o encerramento de 31 de dezembro de 2021. Sendo assim, os saldos com a CEEE-G estão assim demonstrados nestas demonstrações contábeis: Concessionárias e Permissórias: Refere-se aos saldos de contas a receber sobre valores faturados de uso do sistema de transmissão. O faturamento é realizado conforme os valores listados nos Avisos de Créditos emitidos pelo ONS - Operador Nacional do Sistema. Outros Créditos: Refere-se aos ressarcimentos diversos emitidos contra a CEEE-G. Em grande parte, são valores pagos a fornecedores, com saída de caixa da CEEE-T, cujas despesas são de responsabilidade da CEEE-G. Também se encontram neste grupo os bloqueios judiciais ocorridos em contas bancárias da CEEE-T, cujo processo judicial pertence à CEEE-G. Disponibilização do Sistema de Transmissão: Trata-se dos valores faturados sobre o uso do sistema de transmissão. O faturamento é realizado conforme os valores listados nos Avisos de Créditos emitidos pelo ONS - Operador Nacional do Sistema. Outros Passivos: Refere-se às operações de *intercompany* para o ressarcimento de despesas ou ajustes pós-cisão em que a CEEE-G é credora. **Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-PAR:** Para 31 de dezembro de 2020, a CEEE-T classificava suas transações com a CEEE-PAR no grupo de partes relacionadas, já que esta era a holding controladora por meio do Estado do Rio Grande do Sul. As principais transações estão listadas a seguir: Conta Gráfica: Refere-se aos saldos de despesas administrativas e bloqueios judiciais realizados entre as contas da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e a, da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-PAR). **Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE:** A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE -, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único. Vide nota explicativa nº 22. Contribuição Patrocinadora: Refere-se à parcela de responsabilidade da CEEE-T sobre os planos de previdência complementar CEEEPREV e Plano Único. Vide notas explicativas nº 22.2 e 22.3. Empréstimo: Contrato SF nº 1254/95 de

confissão de dívida por contribuições não pagas, com renegociação feita em maio de 2013 e carência até junho de 2018, com reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018 e término previsto para maio de 2031. Durante a carência, a Companhia realizou o pagamento referente à atualização monetária e aos juros mensais. Despesa operacional - Pessoal: As despesas operacionais são relacionadas às contribuições da Patrocinadora dos Planos de Benefícios Previdenciários. **Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS):** A ELETROBRÁS detém 32,65% do capital social da CEEE-T e indica dois membros para o conselho de administração da Companhia. **PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas:** Criado pela Lei nº 10.438/2002, o PROINFA tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis (pequenas centrais hidrelétricas, usinas eólicas e empreendimentos termelétricos a biomassa) na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão ou distribuição. O cálculo das cotas é baseado no Plano Anual do PROINFA (PAP) elaborado pela Eletrobrás e encaminhado para a ANEEL. O custo do programa, cuja energia é contratada pela Eletrobrás, é pago por todos os consumidores finais (livres e cativos) do Sistema Interligado Nacional (SIN), exceto os classificados como baixa renda. O valor de custeio do PROINFA é dividido em cotas mensais, recolhidas por distribuidoras, transmissoras e cooperativas permissionárias e repassadas à ELETROBRÁS. **Grupo CPFL ENERGIA:** Com a troca de controle acionário da CEEE-T, ocorrida em outubro de 2021, as transações ocorridas com as empresas do Grupo CPFL passaram a ser classificadas como Transações com Partes Relacionadas para o encerramento de 31 de dezembro de 2021. As principais transações são: Concessionárias e Permissórias: Refere-se aos saldos de contas a receber sobre valores faturados de uso do sistema de transmissão. O faturamento é realizado conforme os valores listados nos Avisos de Créditos emitidos pelo ONS - Operador Nacional do Sistema. Disponibilização do Sistema de Transmissão: Trata-se dos valores faturados sobre o uso do sistema de transmissão que impactam na Receita Operacional da CEEE-T. O faturamento é realizado conforme os

valores listados nos Avisos de Créditos emitidos pelo ONS - Operador Nacional do Sistema. **Controladas: Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. (TESB):** A TESB foi constituída em janeiro de 2014. A participação acionária da CEEE-T no empreendimento é de 94,22% do capital integralizado. Vide nota explicativa nº 15.2. Renda de Prestação de Serviço: Referem-se aos contratos de prestação de serviços, que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras. Custos a Reembolsar: Referem-se aos contratos de prestação de serviços, que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras. **Complexo Eólico Povo Novo:** Em 31 de dezembro de 2020, a CEEE-GT detinha o controle acionário das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., constituídas em fevereiro de 2014. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 99,99%, conforme nota explicativa nº 16.3.2. Custos a Reembolsar: Referem-se aos contratos de prestação de serviços, que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras. **UHE Dona Francisca:** Em 31 de dezembro de 2020, a CEEE-GT comercializava a energia correspondente à sua participação societária na hidrelétrica, detendo o direito de exploração, pois é responsável pela operação da Usina, recebendo da UHE Dona Francisca o reembolso dos custos pagos na proporção de participante no Empreendimento, remunerando o investimento com o montante de energia elétrica recebida e comercializada. A CEEE-GT era responsável pela operação e manutenção da usina, recebendo receita de O&M pelo serviço prestado.

Ativo	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2021										Total
		CEEE-G	ELETROCEEE	Eletrobras	TESB	RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	Companhia Paulista de Força e Luz	Companhia Piratininga de Força e Luz	Companhia Jaguari de Energia	Paulista Lajeado Energia S.A.	CPFL Energias Renováveis e Subsidiárias	
Concessionárias e Permissórias	6	-	-	-	-	28.475	1.201	480	141	8	60	30.364
Outros Créditos a Receber	9	-	-	-	11.773	-	-	-	-	-	-	11.773
Pagamento antecipado PROINFA	14	-	-	1.862	-	-	-	-	-	-	-	1.862
		-	-	1.862	11.773	28.475	1.201	480	141	8	60	44.000
Passivo												
Contribuição Patrocinadora	22	-	6.923	-	-	-	-	-	-	-	-	6.923
Passivo Atuarial - Empréstimo SF 1254 Circulante	22	-	7.309	-	-	-	-	-	-	-	-	7.309
		-	14.232	-	-	-	-	-	-	-	-	14.232
Resultado												
Renda da Prestação de Serviços	31	-	-	-	5.406	133	-	-	-	-	-	5.540
Disponibilização do Sistema de Transmissão	29	3.050	-	-	-	84.827	3.601	1.430	428	23	182	93.541
Despesa Proinfa	30	-	-	23.429	-	-	-	-	-	-	-	23.429
Despesa operacional - Pessoal	30	-	7.245	-	-	-	-	-	-	-	-	7.245
Despesas Gerais e Administrativas	30	-	-	-	(78)	-	-	-	-	-	-	(78)
Provisão Valor Recuperável AFAC	15.8	-	-	-	120.600	-	-	-	-	-	-	120.600
		3.050	7.245	23.429	125.928	84.960	3.601	1.430	428	23	182	250.276

Ativo	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2020										Total
		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	CEEE-G	CEEE-PAR	Fundação ELETROCEEE	Eletrobras	TESB	CEPN	UHE Dona Francisca		
Caixa e equivalente de caixa	5	578.484	-	-	-	-	-	-	-	-	-	578.484
Concessionárias e Permissórias	6	-	20.209	-	-	-	-	-	-	-	-	20.209
Cedência de funcionários	9	435	131	-	-	-	-	-	-	-	-	566
Conta Gráfica CEEE-PAR	9	-	-	-	279	-	-	-	-	-	-	279
Outros (custos a Reembolsar)	9	-	-	-	-	-	-	2.047	961	-	-	3.008
Mútuo CEEE-D	10	-	313.016	-	-	-	-	-	-	-	-	313.016
Pagamento antecipado PROINFA	14	-	-	-	-	-	-	1.574	-	-	-	1.574
		578.919	333.355	-	279	-	-	1.574	2.047	961	-	917.136
Passivo												
Contribuição Patrocinadora	22	-	-	-	-	10.917	-	-	-	-	-	10.917
Passivo Atuarial Previdência Privada Circulante	22	-	-	-	-	87.773	-	-	-	-	-	87.773
Passivo Atuarial Previdência Privada Não Circulante	22	-	-	-	-	1.101.686	-	-	-	-	-	1.101.686
Contrato de Compartilhamento	25	-	4.899	-	-	-	-	-	-	-	-	4.899
Conta Gráfica CEEE-D	25	-	2.047	-	-	-	-	-	-	-	-	2.047
Cedência de funcionários	25	-	135	-	-	-	-	-	-	-	-	135
Empréstimo circulante	23	-	-	-	-	6.522	-	-	-	-	-	6.522
Empréstimo não circulante	21	-	-	-	-	60.347	-	-	-	-	-	60.347
		-	7.081	-	-	1.267.245	-	-	-	-	-	1.274.326
Resultado												
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.721	3.721
Suprimento de Energia Elétrica		-	4.679	-	-	-	-	-	-	-	-	4.679
Disponibilização do Sistema de Transmissão		-	122.830	-	-	-	-	-	-	-	-	122.830
Despesa Proinfa		-	-	-	-	-	-	(16.288)	-	-	-	(16.288)
Despesa operacional - Pessoal		-	-	-	-	-	-	(8.931)	-	-	-	(8.931)
Receita financeira		11.079	26.135	-	-	-	-	-	-	-	-	37.214
		11.079	153.644	-	-	(8.931)	(16.288)	-	-	-	3.721	143.226

35.1. **Pessoal chave da Administração:** A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) foi de R\$ 1.224 (R\$ 974 em 2020). Este valor é composto por R\$ 1.009 (R\$ 761 em 2020) referente a remuneração/honorários, R\$ 197 (R\$ 159 em 2020) referente a encargos, R\$ 11 (R\$ 32 em 2020) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 7 (R\$ 22 em 2020) de benefícios pós-emprego e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A CEEE-T mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia. Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e, para os demais, os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização, como segue:

	Nota Explicativa	Controladora Consolidado			
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Financeiros					
Mensurados a Custo Amortizado					
Caixa e Equivalentes de Caixa					
Numerário Disponível	5	840	14.769	1.209	15.478
Concessionárias e Permissórias	6	99.200	149.302	100.981	151.070
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado					
SIAC/BANRISUL	5	741.083	578.484	745.957	587.908
Empréstimos	10	187.180	313.016	187.180	313.016
Ativo da Concessão Contratual	13	2.757.680	2.637.423	3.099.574	2.989.570
Mensurados a Valor Justo por Meio de Outro Resultado Abrangente					
Investimentos em Títulos do Governo	11	108.121	121.188	108.121	121.188
		3.894.104	3.814.181	4.243.022	4.178.229
Passivos Financeiros					
Mensurados ao Custo Amortizado					
Fornecedores	18	29.992	44.008	32.904	45.935
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	21	679.678	680.530	679.678	680.530
Arrendamentos	21.7	5.090	15.207	5.090	15.207
		714.760	739.745	717.672	741.672

Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota Explicativa	Controladora Consolidado			
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Concessionárias e Permissórias	6	99.200	149.302	100.981	151.070
Empréstimos	10	187.180	313.016	187.180	313.016

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Consolidado			
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	Valor contábil 31/12/2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Endividamento									
Empréstimos e Financiamentos	21	679.678	680.530	679.678	680.530				
Caixa e equivalentes de caixa	5	(741.923)	(593.253)	(747.166)	(603.386)				
Investimento em Títulos do Governo	11	(108.121)	(121.188)	(108.121)	(121.188)				
Dívida Líquida		(170.366)	(33.911)	(175.609)	(44.044)				
Patrimônio Líquido		2.022.254	2.537.678	2.029.122	2.556.261				
Endividamento do Patrimônio Líquido		(0,08)	(0,01)	(0,09)	(0,02)				

contratado em moeda estrangeira. O risco cambial está atrelado aos contratos de Empréstimos e Financiamentos, vinculados ao Dólar Americano e que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio. *Análise de sensibilidade:* A CEEE-T desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da variação cambial do dólar norte-americano sobre seus empréstimos e financiamentos expostos a tais riscos. A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pela NBC TG 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor instrumentos financeiros em aberto em 31/12/2021, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente. O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2021 cuja cotação do dólar corresponde a R\$ 5,58 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio prevista na mediana das expectativas de mercado do BACEN para 31/03/2022, correspondente ao dólar a R\$ 5,60. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de variação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Itens	Cenário Base em 31/12/2021	Provável	25%	50%
Exposição US\$				
Empréstimos e Financiamentos	649.363	651.632	814.540	977.448
Passivo Líquido Exposto	649.363	651.632	814.540	977.448
Efeito Líquido da Variação Cambial		2.269	162.908	325.816

36.1.5. Risco de Liquidez
Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros. A CEEE-T se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo, visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária. A tabela demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo.

	Nota Explicativa	Valor Justo	Controladora			
			Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	741.923	741.923	-	-	-
Concessionárias e Permissórias	6	99.200	99.200	-	-	-
Empréstimos	10	187.180	187.180	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	11	108.121	108.121	-	-	-
Ativo da Concessão Contratual	13	2.757.680	696.944	468.768	703.152	888.816
		3.894.104	1.833.368	468.768	703.152	888.816
Passivos Financeiros						
Fornecedores	18	29.992	29.603	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	21	691.119	666.102	5.000	12.698	7.319
		721.111	695.705	5.000	12.698	7.319

	Nota Explicativa	Valor Justo	Consolidado			
			Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	747.166	747.166	-	-	-
Concessionárias e Permissórias	6	100.981	100.981	-	-	-
Empréstimos	10	187.180	187.180	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	11	108.121	108.121	-	-	-
Ativo da Concessão Contratual	13	3.099.574	723.810	522.501	783.751	1.069.512
		4.243.022	1.867.258	522.501	783.751	1.069.512
Passivos Financeiros						
Fornecedores	18	32.904	32.904	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	21	691.119	666.102	5.000	12.698	7.319
		724.023	699.006	5.000	12.698	7.319

Para a apresentação do valor justo sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, consideram-se as seguintes premissas de mensuração: I. Nos contratos dos empréstimos firmados em moeda nacional, a premissa considera o saldo contábil na data da demonstração contábil, projetando o mesmo pelo índice do contrato e por seus encargos até o período final de liquidação. Posteriormente, os valores são descontados a valor presente pelo índice DI projetado em cada período, com base nas informações disponíveis no Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central. II. Para os contratos em moeda estrangeira, a metodologia é semelhante. Considera o saldo contábil existente na data desta demonstração contábil, projetando-o pelo índice do contrato, adicionando os seus encargos até o período final de liquidação. Entretanto, nesta modalidade, a taxa de desconto a valor presente se dá pela projeção da variação cambial em cada período, com base nas informações disponíveis no Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central. **36.1.6. Gestão de Capital:** Condizente com outras companhias do setor, a CEEE-T monitora a sua estrutura de capital por meio do índice de endividamento sobre o patrimônio líquido. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital próprio. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de circulante e não circulante), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e de investimentos em títulos do governo. O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido. O endividamento do Patrimônio Líquido é obtido pela divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido.

	Nota Explicativa	Valor Justo	Controladora			
			Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	741.923	741.923	-	-	-
Concessionárias e Permissórias	6	99.200	99.200	-	-	-
Empréstimos	10	187.180	187.180	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	11	108.121	108.121	-	-	-
Ativo da Concessão Contratual	13	2.757.680	696.944	468.768	703.152	888.816
		3.894.104	1.833.368	468.768	703.152	888.816
Passivos Financeiros						
Fornecedores	18	29.992	29.603	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	21	691.119	666.102	5.000	12.698	7.319
		721.111	695.705	5.000	12.698	7.319

	Nota Explicativa	Valor Justo	Consolidado			
			Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	747.166	747.166	-	-	-
Concessionárias e Permissórias	6	100.981	100.981	-	-	-
Empréstimos	10	187.180	187.180	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	11	108.121	108.121	-	-	-
Ativo da Concessão Contratual	13	3.099.574	723.810	522.501	783.751	1.069.512
		4.243.022	1.867.258	522.501	783.751	1.069.512
Passivos Financeiros						
Fornecedores	18	32.904	32.904	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	21	691.119	666.102	5.000	12.698	7.319
		724.023	699.006	5.000	12.698	7.319

Diretoria

ANDRE LUIZ GOMES DA SILVA Diretor Presidente	YUEHUI PAN Diretor Vice Presidente Financeiro
--	---

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica CEEE-T** (anteriormente denominada Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT) Porto Alegre - RS
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica CEEE-T (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica CEEE-T (Companhia) em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Ênfases
Desestatização e Cisão
Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nos 1.2 e 1.2.1 às informações contábeis individuais e consolidadas, onde a Companhia divulga informações sobre o processo de desestatização e da cisão. Em 08 de abril de 2021 foram preenchidas as condições precedentes, com a respectiva eficácia da cisão da Companhia. Neste sentido, a partir desta data, a CEEE-T passou a operar de forma totalmente segregada. Em 16 de julho de 2021 foi realizada a sessão pública do leilão de alienação do controle acionário da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T. Em 14 de outubro de 2021, a nova Administração assumiu o controle acionário da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T. Nossa conclusão não está ressaltada em relação a este assunto.
Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão para déficit atuarial em plano de previdência
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22 - Provisão para Benefícios a Empregados, a Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrada provisão para benefícios a empregados no passivo circulante e passivo não circulante, nos montantes de R\$ 102.178 mil e R\$ 706.184 mil, respectivamente, tendo a obrigação de benefício definido sido estimada pela administração com o auxílio de atuário independente. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas e aos potenciais impactos ao resultado do exercício por envolver estimativas baseadas em premissas complexas e subjetivas por parte da administração, tais como tábuas biométricas, projeções de aumento salarial e taxas de desconto. Variações nessas premissas podem trazer impactos relevantes no que diz respeito ao montante da provisão para déficit atuarial.
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) revisão, avaliação e desafio das premissas utilizadas pela administração e seu especialista na determinação da provisão para déficit atuarial; (b) análise da qualificação, independência e objetividade do especialista independente contratado pela administração para a elaboração dos laudos atuariais; (c) envolvimento de nossos especialistas atuariais para análise, recálculo, desafio das premissas e dos métodos utilizados, avaliação da razoabilidade e consistência com os dados e premissas utilizados, tais como taxas de desconto, projeções de crescimento salarial e tábuas biométricas (mortalidade, entrada em invalidez e mortalidade de inválidos); (d) análise da exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos; e (e) leitura do regulamento do plano.

☆continuação

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T - CNPJ nº 92.715.812/0001-31

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que as premissas e estimativas utilizadas pela administração da Companhia e suas controladas para mensuração provisória para déficit atuarial e respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Ativo de concessão contratual - Transmissão

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13.1, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e suas controladas possuíam registrado ativo de concessão contratual no ativo circulante e ativo não circulante nos montantes de R\$ 2.757.680 mil e R\$ 3.099.574 mil, respectivamente. Esses ativos contratuais de transmissão referem-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo. Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação das margens de lucro esperadas em relação às obrigações de performance e a identificação das taxas de remuneração, que representam o componente financeiro embutido nos fluxos de recebimentos futuros, também requerem o uso de julgamento significativo por parte da administração e afetam a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixa futuros.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, uma vez que a utilização de diferentes premissas e sua revisão, a partir das melhores práticas no mercado podem modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia. Em 2020, a administração procedeu ajustes retrospectivos na mensuração do ativo contratual e dos tributos envolvidos, que resultaram substancialmente, na alteração na taxa de remuneração dos contratos e na reclassificação dos ativos relacionados aos bens da rede básica do sistema existente ("RBSE") de ativo financeiro para ativo contratual. Essas alterações decorrem de mudança de prática contábil e foram efetuadas em conexão com a aplicação do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP 04/2020.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (a) o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual de concessões das linhas de transmissão de energia elétrica; (b) leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos quando aplicável; (c) discussão com a administração sobre os principais aspectos, entre eles os componentes variáveis do preço do contrato; (d) com auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (e) avaliação das premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como: (i) definição da taxa de remuneração utilizada; e (ii) margem do contrato.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que as premissas e estimativas utilizadas pela administração da Companhia e suas controladas para mensuração do ativo da concessão e respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se estas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 15 de março de 2022


Grant Thornton
Grant Thornton Auditores Independentes
 CRC 2SP-025.583/O-1

Romeu Sabino da Silva
 CT CRC 1RS-071.263/O-0



BAIXE O APP JC




ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

Relatório da Administração

Prezados senhores: Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das devidas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021. Tais informações contemplam, quando aplicáveis, possíveis ajustes decorrentes da Lei nº 11.638/07 que alterou parte da Lei nº 6.404/76 no que se refere a critérios contábeis e sua convergência a critérios internacionais de contabilidade, em conformidade do que já foi devidamente regulamentado por parte do Banco Central do Brasil. O Banco De Lage Landen Brasil S.A. ("Banco DLL") fornece serviços de alta qualidade para favorecer o financiamento de compras para seus parceiros globais e locais dentro do conceito chamado de "Vendor Finance". Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual ajustados nos termos da legislação societária sujeito à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas. A administração do Banco aprovou, em reuniões da Diretoria realizadas em 15 de dezembro de 2021 a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio antecipa-

dos, calculados de acordo a Lei nº 9.249/95, com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), de R\$ 54.002 no exercício de 2021 (R\$ 25.000 em 2020), bem como o pagamento de dividendos no valor de R\$ 350.010 pagos em dezembro de 2021. Durante o exercício de 2021, os investimentos na controlada DLL Corretora de Seguros, geraram receita de equivalência no valor de R\$ 3.242. A carteira de crédito cresceu atingindo R\$ 8.225.173 em dezembro 2021, sendo 86,5% desta no setor agrícola que reforça a sustentabilidade do negócio, em virtude de prazos longos de financiamento. Aproximadamente 5,2% da carteira de crédito em 2021 está no segmento de Construção e Transporte, 4,4% em Equipamentos Médicos-Hospitalares e 3,9% em Equipamentos de Informática e Softwares. No total, 95% da carteira de crédito do DLL possui garantia. No decorrer de 2021, o Banco DLL empregou esforços no suporte às atividades vinculadas ao setor agrícola, promovendo entre os produtores rurais financiamentos para investimentos em máquinas, equipamentos e implementos. Tais esforços resultaram na contratação e liberação de

crédito no montante total de R\$ 2.523.234, sendo 46% destes com recursos BNDES. Adicionalmente, atuou no financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas usados e concedeu também, empréstimos para compras de máquinas novas para formação de estoque das concessionárias conveniadas, no montante de R\$ 1.994.562. Alinhado ao desenvolvimento do país e em linha com a estratégia de crescimento e de diversificação de produtos, o Banco DLL também direcionou seus esforços com o objetivo de proporcionar linhas de crédito diferenciadas, incluindo arrendamento mercantil para equipamentos relacionados à Indústria de Construção e Transporte - "Construction, Transportation & Industrial", Equipamentos de Informática e Softwares - "Techsolution" e Equipamentos Médico-Hospitalares - "Health Care", atingindo um volume total de liberação de crédito de cerca de R\$ 728.951.

Porto Alegre, 22 de março de 2022
A Diretoria

Balanco patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
Ativo	Nota	2021	2020
Circulante		2.857.159	2.666.294
Disponibilidades		19.665	10.991
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	30.808	187.845
Aplicações no mercado aberto		30.808	187.845
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		—	30.317
Instrumentos financeiros derivativos	5	—	30.317
Operações de crédito		2.494.653	2.191.099
Setor privado	6	2.548.253	2.247.576
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(53.600)	(56.477)
Operações de arrendamento mercantil	3g e 6	249.090	205.438
Arrendamentos a receber - Setor privado		255.368	207.842
Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(6.278)	(2.404)
Outros créditos		26.039	25.360
Rendas a receber		8.746	7.924
Diversos	7	17.293	17.436
Outros valores e bens		36.904	15.244
Outros valores e bens		34.323	15.154
Provisão para desvalorização		(13)	(2.465)
Despesas antecipadas		2.594	2.555
Realizável a longo prazo		5.452.905	4.584.102
Operações de crédito		4.924.087	4.135.098
Setor privado	6	4.999.001	4.198.445
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(74.914)	(63.347)
Operações de arrendamento mercantil	3g e 6	413.374	341.242
Arrendamentos a receber - Setor privado		422.551	344.679
Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(9.177)	(3.437)
Outros créditos		90.872	87.085
Créditos tributários	14	90.872	87.085
Investimentos		20.393	15.207
Investimentos em controlada	8	20.393	15.207
Imobilizado		4.102	5.369
Imobilizações de uso		15.292	19.416
Depreciação acumulada		(11.190)	(14.047)
Intangível		77	101
Ativos Intangíveis		122	122
Amortização acumulada		(45)	(21)
Total do ativo		8.310.064	7.250.396

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital Social		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva de capital	Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		456.767	93.481	46.178	410.590	—	1.007.016
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	138.640	138.640
Destinação:		—	—	—	—	—	—
Reserva legal	17d	—	—	6.932	—	(6.932)	—
Juros sobre o capital próprio	17f	—	—	—	—	(25.000)	(25.000)
Reserva Estatutária	17c	—	—	—	106.708	(106.708)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2020		456.767	93.481	53.110	517.298	—	1.120.656
Aumento de capital social		270.257	(93.481)	—	(176.776)	—	—
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	137.455	137.455
Destinação:		—	—	—	—	—	—
Reserva legal	17d	—	—	6.873	—	(6.873)	—
Juros sobre o capital próprio	17b	—	—	—	(54.002)	—	(54.002)
Distribuição de dividendos	17b	—	—	—	(350.010)	—	(350.010)
Reserva Estatutária	17f	—	—	—	130.582	(130.582)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2021		727.024	93.481	59.983	67.092	—	854.099
Saldos em 30 de junho de 2021		456.767	93.481	56.452	580.788	—	1.187.488
Aumento de capital social		270.257	(93.481)	—	(176.776)	—	—
Lucro líquido do semestre		—	—	—	—	70.623	70.623
Destinação:		—	—	—	—	—	—
Reserva legal	17d	—	—	3.531	—	(3.531)	—
Juros sobre o capital próprio	17b	—	—	—	(54.002)	—	(54.002)
Distribuição de dividendos	17b	—	—	—	(350.010)	—	(350.010)
Reserva Estatutária	17f	—	—	—	67.092	(67.092)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2021		727.024	93.481	59.983	67.092	—	854.099

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

O Banco De Lage Landen Brasil S.A. ("Banco") foi constituído em 6 de março de 2002, na cidade de Porto Alegre - RS e está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembleia Geral de Constituição, foi homologada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 3 de abril de 2002, tendo iniciado suas atividades operacionais em 30 de agosto de 2002. O Banco concentra suas atividades no financiamento de consumidores finais de máquinas e equipamentos, tendo desenvolvido portfólio no segmento primário, beneficiando principalmente produtores rurais. Adicionalmente o Banco atua no segmento de "Technology Solutions", direcionado a máquinas e equipamentos para escritório e licença de software, "Health Care", que visa financiamento de equipamentos médico-hospitalares, no segmento de "Construction, Transportation and Industrial", englobando as atividades de "Machine Tools" e "Materials Handling & Constructions", que visa financiamentos a indústria de construção e suporte logístico. Em 11 de fevereiro de 2016, foi constituída a DLL Corretora de Seguros Ltda., que tem como objetivo a prestação de serviços de corretagens em todos os ramos de seguros, consultoria e serviços técnicos de corretagem, como prestação de assistência e administração de carteira de seguros. Desde o dia 11 de março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão da COVID-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de COVID-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. O Governo Brasileiro por meio do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos e aspectos relacionados a capital. Durante este período, em relação à carteira de clientes, houve renegociações atendendo as Circulares nº 12/2020-BNDES (pandemia), 32/2020-BNDES e 33/2020-BNDES (estígio), e também as Resoluções 4.782/2020, 4.791/2020, 4.803/2020 (pandemia), 4.801/2020, 4.802/2020 e 4.807/2020 (estígio) do Banco Central do Brasil. Quanto ao passivo que o Banco possui junto ao BNDES o mesmo também foi renegociado atendendo as Circulares mencionadas anteriormente. O Banco monitora os efeitos econômicos desta pandemia no Brasil e nos demais países e que podem afetar adversamente seus resultados. Desde o início do surto da COVID-19 no Brasil, foram estruturados grupos de trabalho que acompanham diariamente os efeitos da propagação da pandemia e de seus impactos em suas operações, além das ações governamentais para mitigar os efeitos desta pandemia. O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento semanal, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiveram os sintomas da COVID-19 e (c) o aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento. Até o presente momento, a crise provocada pela decretação da pandemia não

gerou impacto significativo na Instituição e nas suas operações.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emitidas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com a Resolução BCB nº 02/2020, a qual estabeleceu os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras emitidas a partir de 31 de dezembro de 2020. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco efetua a revisão das estimativas e premissas pelo menos semestralmente. Em 22 de março de 2022, a Diretoria Executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las a partir desta data. **a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, sendo essa a moeda funcional e de apresentação do Banco.

3. Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes: **a. Apuração de resultados:** As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência e são contabilizadas pelo critério "pro rata dia", calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações em moeda estrangeira, as quais são calculadas com base no método linear. **b. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **(i) Títulos para negociação** - adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Em 31/12/2020 e 2021 o Banco não possuía títulos nessa categoria. **(ii) Títulos disponíveis para venda** - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários. Em 31/12/2020 e 2021 o Banco não possuía títulos nessa categoria. **(iii) Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nessa categoria, estão registrados prin-

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2021		2020	
		2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Receitas de intermediação financeira		442.331	655.085	764.074	619.514
Operações de crédito		372.865	637.641	619.514	619.514
Operações de arrendamento mercantil		36.326	65.781	66.688	66.688
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		—	4.137	6.479	5.310
Resultado com instrumentos financeiro		—	27.571	(60.688)	72.562
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		—	1.432	5.872	—
Despesas de intermediação financeira		(260.449)	(278.406)	(403.322)	(2.969)
Operações de captação no mercado		—	(3.929)	(5.605)	(2.969)
Operações de empréstimos e repasses	10 e 11	(221.372)	(227.619)	(365.546)	(365.546)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6f	(35.148)	(45.182)	(34.807)	(34.807)
Resultado bruto de intermediação financeira		181.882	376.679	360.752	(135.838)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(90.006)	(165.994)	(135.838)	(135.838)
Receitas de prestação de serviços	18	678	1.303	1.190	1.190
Despesas de pessoal	17	(35.824)	(64.543)	(56.254)	(56.254)
Outras despesas administrativas	20	(48.183)	(85.772)	(70.042)	(70.042)
Despesas tributárias	24a	(16.977)	(32.868)	(25.905)	(25.905)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	8	3.242	5.186	5.034	5.034
Outras receitas operacionais	21	14.828	35.125	23.123	23.123
Outras despesas operacionais	21	(7.770)	(24.425)	(12.984)	(12.984)
Resultado operacional		91.876	210.685	224.914	(109)
Resultado não operacional		(1.764)	(1.767)	(1,09)	(1,09)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		90.112	208.918	224.805	(109)
Imposto de renda e contribuição social	14	(16.890)	(66.816)	(81.785)	(81.785)
Provisão para imposto de renda		(4.248)	(36.010)	(33.104)	(33.104)
Provisão para contribuição social		(7.649)	(33.600)	(26.621)	(26.621)
Ativo fiscal diferido		(4.993)	2.794	(22.060)	(22.060)
Participação no lucro		(2.599)	(4.647)	(4.380)	(4.380)
Lucro líquido do semestre/exercício		70.623	137.455	138.640	138.640
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações		727.024	727.024	456.767	456.767
Lucro líquido por ação - R\$		0,10	0,19	0,30	0,30

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021		2020	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Lucro líquido do semestre/exercício	70.623	137.455	138.640	138.640
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—
Total dos resultados abrangentes	70.623	137.455	138.640	138.640

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021		2020	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais	105.991	234.848	256.814	256.814
Lucro líquido do semestre/exercício	70.623	137.455	138.640	138.640
Ajustes ao lucro líquido	—	—	—	—
Constituição de prov. de crédito de liq. duvidosa e outros créditos	35.148	45.182	34.807	34.807
Depreciações e amortizações	892	1.696	2.129	2.129
Provisão para passivos contingentes	1.885	5.087	3.118	3.118
Provisão para bens não de uso próprio	(2.452)	(2.452)	1.260	1.260
Varição créditos tributários	4.993	(2.794)	22.060	22.060
Impostos de renda e contribuição social correntes	11.897	69.610	59.725	59.725
Resultado não operacional	1.764	1.767	109	109
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(3.242)	(5.186)	(5.034)	(5.034)
Ajuste valor de mercado dívida subordinada	(15.517)	(15.517)	—	—
Aumento nos ativos operacionais	(687.935)	(1.173.066)		

★continuação **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Banco De Lage Landen Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

estabelecidas pela Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do CMN. Vide percentuais mínimos de provisionamento na nota 6.e. As baixas de operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias ou 360 dias para operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme trata o parágrafo 1º do inciso II do artigo 4º da Resolução nº 2.682/99 do CMN. As rendas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A Administração adota a contagem de prazo em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses conforme trata o parágrafo 1º do inciso II do artigo 4º da Resolução nº 2.682/99 do CMN. Em caso de renegociação das parcelas vencidas junto aos clientes em situação de inadimplência, aplicam-se as políticas internas do Banco em consonância com a regulamentação vigente. Nesses casos os juros param de ser apropriados para fins contábeis e os ratings são congelados, permanecendo congelados até haver pagamento substancial do total do valor renegociado ou uma reavaliação de crédito. Exceto para os casos que tiveram resoluções específicas de renegociação pela pandemia ou estíagem, os quais tiveram o prazo de vencimento prorrogado, e os juros permaneceram sendo apropriados. As análises para concessão de acordos são realizadas de forma individual e levam em consideração o saldo devedor, a quantidade de parcelas, condições de solvabilidade do cliente e disposição dos clientes em efetuar a regularização de sua situação, para poder ter acesso a novos créditos. **e. Cessão de crédito:** Quando realizadas, são registradas com base na Resolução nº 3.533 do CMN, de 31 de janeiro de 2008, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, que estabelece procedimento para classificação, registro contábil e divulgação de venda ou de transferência de ativos financeiros, os ativos financeiros adquiridos, com retenção substancial de risco e benefícios, a partir de janeiro de 2012, são registrados no ativo circulante e realizável a longo prazo, na rubrica de Outros Créditos, como direito a receber da instituição cedente, pelo seu valor de aquisição, sendo as receitas apropriadas pelo prazo remanescente da operação. **f. Avals e fianças:** Os avals e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avaliados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos. Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos Balanços. As provisões para perdas sobre essas operações são constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999, do CMN. **g. Operações de arrendamento mercantil: (i) Arrendamento a receber:** As operações de arrendamento são demonstradas pelo método financeiro ao valor das contraprestações a receber e do valor residual garantido, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento, e descontadas ao valor presente. **(ii) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual garantido (VRG):** As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais e as rendas efetivas são apropriadas nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84. Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "valores residuais e realizar", tendo como contrapartida a conta de "valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil. **(iii) Perdas em arrendamentos:** O prejuízo ao final do contrato, apurado em função do exercício da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto de arrendamento. Para fins de publicação o saldo do ativo diferido está sendo classificado em Imobilizado de Arrendamento. **(iv) Superveniência (Insuficiência) de depreciação:** O ajuste financeiro da carteira de arrendamento, necessário para que o resultado do período e o patrimônio líquido estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi calculado em conformidade com os critérios do BACEN, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando as taxas contratuais. **(v) Provisões para operações de arrendamento mercantil:** A classificação das operações de arrendamento mercantil e a constituição da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As baixas de operações de arrendamento mercantil contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias ou 360 dias para operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. As rendas de operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. **h. Investimentos:** O Banco possui investimentos em controlada, o qual está avaliado pelo método da equivalência patrimonial. O investimento é inicialmente reconhecido pelo custo de aquisição e seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do Banco nos lucros ou prejuízos do período ou exercício gerados pela investida após a aquisição. A participação no lucro ou prejuízo do período ou exercício da controlada é reconhecida no resultado do período ou exercício do Banco. As distribuições recebidas da investida reduzem o valor contábil do investimento. Nas demonstrações financeiras individuais do Banco as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, os investimentos estão localizados no Brasil conforme demonstrado abaixo:

Companhia	Natureza	País	31/12/2021	31/12/2020
DLL Corretora de Seguros Ltda.	Controlada	Brasil	99,99%	99,99%

I. Ativo permanente: O imobilizado de uso é depreciado pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema de processamento de dados e veículos. As participações em controlada são registradas e atualizadas através do método de equivalência patrimonial. **J. Redução a valor recuperável de ativos não financeiros:** O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. **K. Depósitos a prazo:** Estão registrados pelos respectivos valores captados, atualizados "pro rata dia" de acordo com a taxa de juros e indexadores acordados. **L. Dívida subordinada:** Registrada em conta específica do passivo e atualizada de acordo com as taxas pactuadas e ajustada pelo efeito de variação cambial. Esses instrumentos de capital e utilizado para compor o Nível II do Patrimônio de Referência. **M. Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para imposto de renda são constituídas à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e para a contribuição social sobre o lucro líquido na alíquota de 20% conforme legislação fiscal. Em decorrência da MP nº 1.034/2021 convertida na Lei nº 14.183/2021, houve a majoração da alíquota da CSLL, aplicável aos Bancos, de 20% para 25% para o período entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2021. Os efeitos da majoração foram devidamente reconhecidos. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e nas disposições constantes na Resolução nº 4.842/2020 e na Resolução BCB nº 15/2020, do CMN que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: **(i)** Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e **(ii)** Ter expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. **N. Programa de integração social (PIS) e contribuição para o financiamento da seguridade social (Cofins):** O regime tributário adotado pelo Banco é o Não-Cumulativo com as seguintes alíquotas: PIS (0,65%) e Cofins (4%) aplicadas às receitas operacionais e outras receitas. **O. Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais: (i) Ativos e passivos contingentes:** Ativos contingentes: São divulgados quando for possível a entrada de benefícios econômicos. Ativos contingentes se tornam ativos e são reconhecidos contabilmente quando for praticamente certo que ocorrerá a entrada de benefícios econômicos. Não existem ativos contingentes registrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **Passivos contingentes:** Decorrem, basicamente, de processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas e outros riscos. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos e externos e da administração, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da instituição. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas à atualização frequente. São constituídas provisões para os casos classificados e estimados como Perda Provável, e em que baseado no histórico de despesas com casos de mesma natureza, o "valor do risco de perda" pode ser determinado ou estimado de forma confiável. **(ii) Obrigações legais:** Representadas por exigíveis relativos às obrigações legais, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independente da avaliação dos consultores jurídicos e da Administração. **P. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representadas por contas correntes e aplicações interfinanceiras cujos vencimentos na data de origem sejam iguais ou inferiores a 90 dias. **Q. Outros ativos circulante e realizável a longo prazo:** Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos. **R. Outros passivos circulante e exigível a longo prazo:** Estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **S. Resultado de exercícios futuros:** Representados por receitas de equalização de juros recebidas antecipadamente, oriundas de acordos formalizados via convênio ou contrato, com fabricantes e concessionárias parceiras, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito. **T. Moeda estrangeira:** Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira

foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As receitas e despesas em moeda estrangeira foram convertidas para reais pela taxa de câmbio da data do registro contábil. As diferenças de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. **U. Normas contábeis emitidas recentemente aplicáveis a exercícios futuros:** I - Em junho de 2021 foi emitida a Resolução CMN nº 4.924/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, consolida e dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciamento contábeis, do conteúdo da resolução, as principais mudanças trazidas são referentes a aprovação do CPC 47 e a possibilidade de utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional. A administração está avaliando os impactos da adoção e cronograma de implantação. A norma entra em vigor em 1º de janeiro. II - Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Administração está avaliando os impactos e alterações necessárias para atender sua implementação. IV - Em dezembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Administração iniciou as avaliações de impacto e alterações devidas.

4. Caixa e equivalentes de caixa
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor de caixa e equivalentes de caixa apresentado nas Demonstrações dos fluxos de caixa está constituído por:

	2021		2020	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
No início do semestre/exercício				
Disponibilidades	1.637	10.991	14.390	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	66.438	187.845	49.751	
Operações compromissadas (LFTN)	66.438	187.845	-	
Operações compromissadas (LFT)	-	-	49.751	
Total	68.075	198.836	64.141	
No final do semestre/exercício				
Disponibilidades	19.665	19.665	10.991	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	30.808	30.808	187.845	
Operações compromissadas (LFTN)	-	-	187.845	
Operações compromissadas (LFT)	30.808	30.808	-	
Total	50.473	50.473	198.836	

5. Instrumentos financeiros derivativos
Durante o exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, representadas por operações de swap, as quais são utilizadas principalmente para compensar as variações relacionadas ao descaçamento da estrutura de ativos e passivos.

	Ativo			Passivo		
	2021		2020		2020	
	Venc. até 1 ano	Venc. acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva
Swap						
Euro x CDI	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	30.317	-

	Ativo			Passivo		
	2021		2020		2020	
	Venc. até 1 ano	Venc. acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva
Swap						
Euro x CDI	855.323	(68.603)	(68.603)	(68.603)	(15.945)	-
Dólar x CDI	450.000	(19.124)	(19.124)	(19.124)	-	-
Total	(68.603)	(19.124)	(87.727)	(87.727)	(15.945)	-

As operações são registradas e custodiadas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Em 30 de junho de 2021 o valor de referência das operações EUR X CDI na posição ativa era de R\$ 76.674 e na posição passiva de R\$ 988.823.

6. Operações de crédito

a. Composição das operações de crédito e arrendamento mercantil

	2021		2020	
Empréstimos	58.896	51.843		
Financiamentos	762.209	600.865		
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.320.317	5.430.113		
Arrendamento mercantil (1)	677.919	552.521		
Avals e fianças honrados (vide Nota 24.b)	48	79		
Títulos e créditos a receber (2)	405.784	363.121		
Subtotal	8.225.173	6.998.542		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(143.969)	(125.665)		
Total	8.081.204	6.872.877		

(1) Saldo apresentado pelo valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando as taxas contratuais (vide Nota 3.g).
(2) Refere-se a operações de compra de recebíveis, registrado na rubrica de outros créditos diversos.

b. Composição da carteira por tipo de cliente

	2021		2020	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Pessoa física	6.136.438	(92.449)	5.193.592	(91.254)
Pessoa jurídica	2.088.735	(51.520)	1.804.950	(34.411)
Total	8.225.173	(143.969)	6.998.542	(125.665)

c. Composição da carteira de crédito por atividade econômica

	2021		2020	
Setor privado				
Agrícola	7.111.698	5.937.729		
Construção e Transporte	425.209	364.048		
Equipamentos Médico-hospitalares	363.880	349.096		
Equipamentos de Informática e Softwares	324.386	347.669		
Total	8.225.173	6.998.542		

d. Concentração dos maiores tomadores de crédito

	2021		2020			
	Valor	% Patrimônio de referência	Valor	% Patrimônio de referência		
Maior	63.356	0,77%	7,42%	158.152	2,26%	14,11%
10 maiores seguintes	321.838	3,91%	37,68%	333.471	4,76%	29,80%
20 maiores seguintes	334.641	4,07%	39,18%	276.356	3,95%	24,70%
Demais	7.505.338	91,25%		6.230.563	89,03%	
Total	8.225.173	100,00%		6.998.542	100,00%	

e. Composição da carteira de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	2021			Provisão mínima (Res. nº 2.682/99)		
Nível de risco	Contratos em curso	Contratos normal em atraso	Total	%	Valor	
A	5.468.737	20.470	5.489.207	0,50%	(27.456)	
B	2.079.483	23.489	2.102.972	1,00%	(21.030)	
C	475.126	7.407	482.533	3,00%	(14.476)	
D	19.285	15.548	34.833	10,00%	(3.483)	
E	15.105	20.711	35.816	30,00%	(10.745)	
F	6.028	3.950	9.978	50,00%	(4.989)	
G	21.684	5.129	26.813	70,00%	(18.769)	
H	24.665	18.356	43.021	100,00%	(43.021)	
Total	8.110.113	115.060	8.225.173		(143.969)	

	2020			Provisão mínima (Res. nº 2.682/99)		
Nível de risco	Contratos em curso	Contratos normal em atraso	Total	%	Valor	
A	4.842.168	11.573	4.853.741	0,50%	(24.269)	
B	1.533.205	14.433	1.547.638	1,00%	(15.476)	
C	456.425	15.663	472.088	3,00%	(14.163)	
D	32.710	4.538	37.248	10,00%	(3.725)	
E	12.505	4.130	16.635	30,00%	(4.990)	
F	4.370	2.093	6.463	50,00%	(3.231)	
G	12.972	3.421	16.393	70,00%	(11.475)	
H	28.605	19.731	48.336	100,00%	(48.336)	
Total	6.922.960	75.582	6.998.542		(125.665)	

O Banco adotou como política não classificar operações de crédito com nível de risco "AA".

f. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2021		2020	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
Saldo inicial no período	119.597	125.665	129.972	
Constituição	35.148	45.182	34.807	
Créditos baixados contra prejuízo	(10.776)	(26.878)	(39.114)	
Saldo final no período	143.969	143.969	125.665	
Créditos recuperados	14.774	36.777	69.712	

g. Composição da carteira por vencimento: As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

	2021		2020	
A vencer:				
Até 30 dias	187.010	179.050		
De 31 a 60 dias	301.705	184.330		
De 61 a 90 dias	172.846	197.965		
De 91 a 180 dias	925.301	779.660		
De 181 a 360 dias	1.199.336	1.095.365		
Subtotal	2.786.198	2.436.369		
De 360 a 720 dias	1.871.906	1.565.087		
De 721 a 1080 dias	2.976.795	2.504.196		
Acima de 1081 dias	572.749	473.841		
Subtotal	5.421.552	4.436.369		
Total	8.207.750	6.979.493		
Vencidas:				
Até 30 dias	7.010	5.353		
De 31 a 60 dias	2.265	2.217		
De 61 a 90 dias	1.702	1.177		
De 91 a 180 dias	4.601	4.947		
De 181 a 540 dias	1.845	5.355		
Total	17.423	19.049		
Total geral	8.225.173	6.998.542		

h. Garantias: Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, em garantia ao risco de crédito de suas operações, o Banco tinha constituído, a seu favor, notas promissórias, penhores, hipotecas e alienações fiduciárias, cédulas de crédito rural e cédulas de crédito bancário. **i. Renegociações e prorrogações:** O Banco no decorrer normal das operações, continua com seus esforços em recuperar a solvabilidade de seus clientes em situação de inadimplência, promovendo acordos administrativos, procurando o enquadramento no que for possível das condições econômico/financeiras de seus clientes. O Banco aplica também as normas introduzidas pelo CMN nos termos das resoluções por meio das quais foram concedidos novos prazos de vencimentos às prestações vencidas e vincendas. **j.** Apresentamos a seguir tabela com as reclassificações efetuadas em decorrência da apresentação das operações de arrendamento pelo método financeiro:

	2021		
	Saldo nas Demonstrações Financeiras	Reclassificações	Saldo nas Demonstrações Financeiras

★continuação									
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Banco De Lage Landen Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma									
Finame/BNDES									
Vencimento até 3 meses			2021	2020					
Vencimento de 3 meses a 12 meses			134.634	150.289					
Vencimentos acima de 12 meses			1.177.724	1.159.565					
Total			3.295.198	3.363.986					
Circulante			4.607.556	4.673.840					
Não circulante			1.312.358	1.309.854					
			3.295.198	3.363.986					
b. Repasses no exterior									
Representado por captações no exterior junto ao De Lage Landen Ireland Company, sobre as quais incidem variação cambial e acréscimos de juros.									
			2021	2020					
			Até Acima						
Contraparte			Principal	1 ano de 1 ano	Total	Total			
De Lage Landen Ireland Co.	US\$	32.798	22.664	161.475	184.139	36.149			
De Lage Landen Ireland Co.	EUR	81.105	115.709	443.907	559.616	334.760			
Total			138.373	605.382	743.755	370.909			
12. Dívida subordinada									
Refere-se a empréstimo caracterizado como "Dívida Subordinada", conforme Resolução nº 4.192/2013 do CMN, sendo empréstimo contraídos em dólares com a parte relacionada DLL International BV realizado em 17 de dezembro de 2021 com vencimento em 17 de dezembro de 2031, com taxa de juros de 6,96% a.a.. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 deste empréstimo totaliza R\$ 434.483. O Banco, para proteger os efeitos cambiais dessa captação em USD, contratou SWAP destinados à cobertura do risco de cambial avaliados nos termos da Circular nº 3.082/2002 do BACEN. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as operações com esse SWAP resultaram em despesa de R\$ 19.124 que compõem o saldo descrito na Nota Explicativa 5.									
13. Outras obrigações									
a. Fiscais e previdenciárias									
Provisão para imposto de renda sobre o lucro (vide nota 14) (1)			11.329	13.371					
Provisão para contribuição social sobre o lucro (vide nota 14) (2)			16.621	14.958					
Provisão para imposto de renda diferido (vide nota 14 b)			60.344	59.351					
IRRF sobre Juros Sobre Capital Próprio			-	3.750					
Impostos e contribuições sobre salários a pagar			3.114	2.610					
COFINS a pagar			1.418	1.194					
ISS s/serviços a pagar			807	545					
PIS a pagar			230	194					
Outros impostos e contribuições			2.158	1.931					
Total			96.021	97.904					
Circulante			35.677	38.553					
Não circulante			60.344	59.351					
(1) Na Provisão para imposto de renda sobre o lucro no valor de R\$ 35.993 (R\$ 33.104 em 31 de dezembro de 2020) estão deduzidos os pagamentos por estimativas de R\$ 24.664 (R\$ 19.663 em 31 de dezembro de 2020) restando o valor a pagar de R\$ 11.329 (R\$ 13.371 em 31 de dezembro de 2020).									
(2) Na provisão para contribuição social sobre o lucro no valor de R\$ 33.579 (R\$ 26.621 em 31 de dezembro 2020) estão deduzidos os pagamentos por estimativas de R\$ 16.958 (R\$ 11.663 em 31 de dezembro de 2020) restando o valor a pagar de R\$ 16.621 (R\$ 14.958 em 31 de dezembro de 2020).									
b. Diversas									
Provisão para pagamentos a efetuar (1)			31.249	17.519					
Recebimentos de cobrança a processar (2)			2.751	3.239					
Outros valores a pagar			2.091	7.373					
Total			36.091	28.131					
(1) Referem-se, a provisões relativas a despesas de pessoal, despesas com serviços técnicos especializados e outras despesas administrativas.									
(2) Refere-se a valores recebidos em cobrança de operações de crédito ainda não identificados.									
14. Imposto de renda e contribuição social									
a. Demonstração do cálculo									
			2021	2020					
			2º Semestre	Exercício	Exercício				
			IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL			
Resultado antes da tributação sobre o lucro			90.112	90.112	208.918	208.918	224.805	224.805	
(-) Participações no lucro			(2.599)	(2.599)	(4.647)	(4.647)	(4.380)	(4.380)	
Resultado antes da tributação sobre o lucro ajustado			87.513	87.513	204.271	204.271	220.425	220.425	
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos									
Diferenças temporárias			(8.668)	(8.668)	6.142	6.142	(69.734)	(49.673)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			24.305	24.305	18.304	18.304	(4.375)	(4.375)	
Operações de crédito transferidas para prejuízo			(7.047)	(7.047)	(12.457)	(12.457)	210	210	
Provisão para contingências			331	331	1.948	1.948	130	130	
Superveniência/Insuficiência de depreciação			(9.436)	(9.436)	(2.207)	(2.207)	(44.969)	(44.969)	
Outros			(16.821)	(16.821)	554	554	(669)	(669)	
Diferenças permanentes			(56.034)	(56.034)	(57.300)	(57.845)	(27.745)	(28.265)	
Despesas não dedutíveis			1.211	1.211	1.889	1.344	2.289	1.769	
Equivalência patrimonial			(3.243)	(3.243)	(5.187)	(5.187)	(5.034)	(5.034)	
Juros Sobre Capital Próprio			(54.002)	(54.002)	(54.002)	(54.002)	(25.000)	(25.000)	
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social			22.811	22.811	153.113	152.568	143.007	142.487	
Imposto de renda à alíquota de 25% e 20% até junho e 25% de julho a dezembro de 2021 para CSLL			(4.231)	(7.628)	(35.993)	(33.579)	(33.104)	(26.621)	
Ajuste provisão imposto de renda anos anteriores			(16)	(21)	(17)	(21)	-	-	
Crédito tributário/passivo fiscal diferido			(2.151)	(2.843)	1.552	1.242	(12.418)	(9.642)	
Total de imposto de renda e contribuição social			(6.398)	(10.492)	(34.458)	(32.358)	(45.522)	(36.263)	
b. Movimento dos créditos tributários e passivo diferido: Os créditos tributários no valor de R\$ 90.872 (R\$ 87.085 em 31 de dezembro de 2020) encontram-se classificados na rubrica "Outros créditos - diversos" e o passivo diferido no valor de R\$ 60.344 (R\$ 59.351 em 31 de dezembro de 2020) encontram-se classificados na rubrica "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias". Sua composição e movimentação durante o semestre está apresentada a seguir:									
			Ativo						
			Saldos em 31/12/2020	Constituição/ (Realização)	Saldos em 31/12/2021				
PCLD			56.520	8.267	64.787				
Operações de crédito transferidas para prejuízo			10.799	(5.606)	5.193				
Provisão para contingências			14.655	877	15.193				
Outros			5.111	249	5.360				
Saldo			87.085	3.787	90.872				
			Passivo						
			Saldos em 31/12/2020	Constituição/ (Realização)	Saldos em 31/12/2021				
Superveniência de depreciação			(59.351)	(993)	(60.344)				
Saldo			(59.351)	(993)	(60.344)				
c. Estimativas de realização: A Administração do Banco, fundamentado em estudo técnico que considera expectativa de geração de lucros futuros, estima a realização dos créditos tributários num prazo máximo de sete anos. O valor presente do crédito tributário está apresentado como segue:									
			dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	dez/26	dez/27	dez/28
Provisão s/operações de crédito			23.486	15.367	10.355	15.578	64.786	56.519	
Créditos baixados como prejuízo			6.951	(743)	(620)	(395)	5.193	10.799	
Provisão para contingências			3.883	3.883	3.883	3.883	15.532	14.656	
Outros			5.361	-	-	-	5.361	5.111	
Subtotal			39.681	18.507	13.618	19.066	90.872	87.085	
Superveniência depreciação			(18.689)	(13.817)	(13.088)	(14.749)	(60.344)	(59.351)	
Total			20.992	4.690	530	4.317	30.528	27.734	
O Banco não possui créditos tributários não registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.									
15. Demandas judiciais									
(i) Ativos Contingentes: nos semestres findos de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como praticamente certos de realização. Ação Judicial de PIS e COFINS - Em dezembro de 2014, o Banco ingressou com ação judicial pleiteando a repetição dos valores pagos a título de PIS e COFINS, nos últimos cinco anos, sobre as receitas financeiras decorrentes de sua atividade principal, já que tais tributos somente podem incidir sobre o faturamento, assim entendido como produto da venda de mercadorias e/ou da prestação de serviços.									
			2021	2020					
			2º Semestre	Exercício	Exercício				
Outras despesas									
Despesas com provisões para passivos contingentes			(6.599)	(22.218)	(8.799)				
Despesas com variação monetária passiva			(25)	(29)	(793)				
Despesas provisão outros valores e bens			-	-	(1.260)				
Outras despesas operacionais			(1.146)	(2.178)	(2.132)				
Total			(7.770)	(24.425)	(12.984)				
(1) Referem-se a recuperação de despesas administrativas e reversão de provisões de despesas operacionais.									
22. Partes relacionadas									
A controladora direta do Banco é a De Lage Landen Participações Ltda., uma subsidiária do grupo De Lage Landen que é parte integrante do grupo Rabobank International. O Banco tem como controlada a DLL Corretora de Seguros Ltda., da qual detém 99,99% das quotas. As principais operações com as partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado da época da operação, podem ser resumidas como segue:									
a) Transações com a controladora direta De Lage Landen Participações Ltda.									
			2021	2020					
			2º Semestre	Exercício	Exercício				
Passivo									
Depósitos a prazo (remuneração média de 100% do CDI)			-	55.357	112.636				
Resultado									
Despesas com captação			(3.111)	(4.469)	(2.491)				
b) Transações com a controladora indireta De Lage Landen International B.V.									
			2021	2020					
			2º Semestre	Exercício	Exercício				
Ativo									
Valores a receber de serviço técnico especializado			-	1.177	65				
Resultado									
Despesa de serviço técnico especializado			(15.549)	(31.098)	(22.221)				
c) Transações com controlada DLL Corretora de Seguros Ltda.									
			2021	2020					
			2º Semestre	Exercício	Exercício				
Passivo									
Depósitos a prazo (remuneração média de 100% do CDI)			-	22.420	16.737				
Resultado									
Despesas com captação			(673)	(893)	(345)				
d) Transações com outras partes relacionadas Banco Rabobank International Brasil S.A.									
			2021	2020					
			2º Semestre	Exercício	Exercício				
Ativo									
Aplicação em operações compromissadas (Nota 4)			-	30.808	187.845				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)			-	-	30.317				
Passivo									
Depósitos interfinanceiro			-	362.491	-				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)			-	87.727	15.945				
Resultado									
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez (remuneração média de 99% do SELIC)			4.137	6.478	5.310				
Despesas de depósitos interfinanceiros			(

★ continuação **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da Banco De Lage Landen Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Mensuração de Capital - Basileia III, ratificados no Brasil pelas Resoluções nº 3.380/06, 3.464/07, 3.721/09 e 4.090/12 do CMN e dispositivos complementares. O gerenciamento do risco operacional conta com o apoio das diversas unidades do Banco e é fundamentado em procedimentos aplicados aos principais processos de negócios, sendo todas as áreas de negócios do Banco responsáveis na observação dos riscos operacionais respectivos às suas funções, inclusive no reporte desses eventos. Cabe à Área Riscos a responsabilidade pela gestão centralizada do risco operacional, monitorando os aspectos gerais referentes ao tema, bem como coordenar com as diversas áreas envolvidas na correta aplicação dos procedimentos instituídos em política, reportando-se matricialmente à Administração todos os eventos identificados como possíveis riscos operacionais. Gerenciamento de capital: O processo de gerenciamento de capital tem como objetivo dar o suporte necessário para o Banco atingir os seus objetivos estratégicos, considerando o ambiente econômico e as características específicas de seus produtos e dos mercados nos quais atua. Em linha com a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, o Banco elabora periodicamente orçamentos de capital com base nas informações e estimativas que tem disponível. Adicionalmente, acompanha a adequação do seu Patrimônio de Referência Exigido (PRE) em relação ao Patrimônio de Referência (PR) numa base diária, provendo dessa forma a informação de risco necessária para que a Instituição possa conduzir seus negócios de maneira adequada enquanto gerencia os riscos existentes. Na elaboração e manutenção do Plano de Capital também são consideradas ameaças e oportunidades, metas de crescimento e cenários de estresse, para os quais existe um Plano de Contingência de Capital devidamente estabelecido e testado. O BACEN determina que o PRE deve ser permanentemente compatível com o PR do Banco, garantindo assim que o capital mantido pelos acionistas seja sempre suficiente para cobrir no mínimo os riscos de crédito, mercado e operacional, conforme demonstrado na nota 23. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.dlgroup.com.br (não auditado).

25. Outras informações

a. Despesas tributárias referem-se, à contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) calculada à alíquota de 0,65%, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), calculada à alíquota de 4%, ao Imposto Sobre Serviços (ISS) à alíquota de 5% e demais impostos, conforme abaixo:

	2021	2020
	2º Semestre Exercício	Exercício
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	(8.259)	(15.745)
Imposto sobre serviços (ISS)	(2.089)	(4.017)
Contribuição ao programa de integração social (PIS)	(1.342)	(2.559)
	(13.722)	(2.821)
	(2.230)	

Impostos de remessa para exterior
Outros impostos

	2021	2020
	2º Semestre Exercício	Exercício
	(5.100)	(10.271)
	(187)	(276)
Total	(16.977)	(32.868)
		(25.905)

b. O Banco patrocina Plano de Previdência Complementar para seus colaboradores e Administradores, que assegura com que recursos financeiros sejam acumulados durante a carreira profissional. As contribuições são realizadas parte pela Patrocinadora e parte pelo próprio participante. A Contribuição Patronal foi no montante de R\$ 285 no semestre e R\$ 549 no exercício de 2021 (R\$ 503 em 2020). A modalidade do Plano de Previdência Complementar é de Contribuição Definida. c. Em atendimento às normas previstas no CPC nº 33 e Resolução nº 4.424 do CMN, de 25 de junho de 2015, a Administração efetuou uma avaliação preliminar com o propósito de identificar e determinar o montante dos passivos atuariais relativos a benefícios a empregados. Esta avaliação concluiu que o Banco não possuía passivo com essas características em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

26. Eventos subsequentes

Em 15 de março de 2022 o Banco Central do Brasil autorizou que a dívida subordinada emitida em 17 de dezembro de 2021 componha o Nível II do Patrimônio de Referência desde a sua emissão. **Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria (Comitê) é um órgão estatutário, atualmente composto por 3 membros, o qual atua de acordo com o seu regulamento interno. Compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela supervisão dos processos de controles internos e da gestão de riscos, e das atividades das auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Atividades do Comitê de Auditoria: O Comitê foi oficialmente constituído em Abril de 2021. O detalhamento das atividades executadas no exercício encontram-se descritas a seguir. **a. Avaliação da Efetividade dos Sistemas de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Compliance:** O Comitê realizou as seguintes atividades referente ao sistema de controles internos, gerenciamento de riscos e compliance: (i) Acompanhamento dos resultados dos testes de efetividade dos controles internos. (ii) Acompanhamento dos pontos em aberto provenientes dos trabalhos de auditoria interna e externa, controles avaliados como inefetivos, riscos operacionais significativos ou outras fragilidades identificadas pela segunda linha de defesa. (iii) Acompanhamentos dos riscos operacionais registrados. (iv) Acompanhamento dos temas regulatórios,

contando com a participação da área de Compliance. **b. Auditoria Externa:** O Comitê realizou as seguintes atividades referente aos trabalhos da Auditoria Externa: (i) Supervisão das atividades realizadas pela empresa de auditoria externa, com vistas a avaliação da sua independência, qualidade dos serviços prestados e adequação desses serviços às necessidades da Empresa. (ii) Discussão do planejamento e escopo de trabalhos para 2021, bem como principais pontos de atenção referente aos trabalhos de 2020 e pontos de atenção para auditoria de 2021. **c. Auditoria Interna:** O Comitê realizou as seguintes atividades referente a Auditoria Interna: (i) Avaliação do Relatório Anual de Auditoria Interna referente ao exercício de 2020. O Comitê revisou e aprovou o Relatório Anual de Auditoria Interna. (ii) Avaliação do Cronograma anual do Plano Anual de Auditoria de 2021. O Comitê tomou conhecimento sobre a metodologia utilizada para definição do cronograma anual de auditoria e considerou adequado os projetos de auditoria previstos para o ano de 2021, aprovando o Plano Anual de Auditoria de 2021. (iii) Supervisão das atividades de Auditoria Interna, incluindo acompanhamento das conclusões de avaliação dos processos auditados, fragilidades identificadas e recomendações emitidas para aprimoramento do sistema de governança, gerenciamento de riscos e controles. (iv) Acompanhamento do cumprimento do cronograma para 2021. **d. Conclusões:** Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao seu escopo de atuação, o Comitê de Auditoria, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, apresenta a conclusão de suas avaliações. A estrutura de controles internos atende ao porte, complexidade, risco da operação e apetite de riscos aprovado. O Comitê de Auditoria, com base nas informações trazidas ao seu conhecimento, registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da Instituição. A Auditoria Interna é efetiva e vem cumprindo seu planejamento anual. A metodologia de trabalho mostra-se compatível para atendimento de seus objetivos, em consonância com as diretrizes da área de Auditoria Interna. O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos, apresentados nas sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Organização. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Organização. O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela PricewaterhouseCoopers, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

Diretoria				Responsáveis Técnicos	
Fernando Valderrábano Vázquez Diretor Presidente	Alberto Flores Rosa Diretor Executivo	Ricardo Pegorini Diretor Executivo	Luiz Eduardo da Fonseca Hartmann Diretor Executivo	Paulo Ricardo Magalhães Rocha Diretor Executivo	Anderson Juliano dos Santos - CRC RS 064889/O-0 - Gerente Contábil Guilherme Pieri Pacheco - CRC RS 098418/O-5 - Coordenador Contábil Claudio Miroschi Mengue - CRC RS 056825/O-8 - Especialista Contábil

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Banco De Lage Landen Brasil S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco De Lage Landen Brasil S.A. ("Instituição" ou "Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco De Lage Landen Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos

nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção

de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 22 de março de 2022

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador - CRC 1PR050377/O-6

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC



Banco Topázio S.A.
CNPJ nº 07.679.404/0001-00

www.bancotopazio.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, nos quais atingimos o resultado líquido de R\$14.163 mil e R\$31.509 mil, respectivamente. Em 2021, seguimos ampliando nossa atuação no mercado de câmbio e de prestação de serviços. A parceria firmada em dezembro de 2020 com a EBANX, foi aprovada pelo BACEN em setembro de 2021, fortalecendo a atuação do Banco nesse mercado. A retomada da concessão de crédito iniciada no segundo semestre do ano anterior, segue em ambiente controlado. Alinhado com os objetivos do Banco, constituímos, em dezembro de 2019, a Fineasy Tech Serviços de Tecnologia Ltda. com o objetivo de prestar serviços de tecnologia e tele-atendimento não só para o Banco, mas também para seus clientes e parceiros de negócios. **Governança Corporativa** - Em linha com as boas práticas de governança corporativa do segmento financeiro, o Banco Topázio busca permanentemente o aperfeiçoamento do seu sistema de gestão institucional, de forma a proporcionar maior transparência, equidade e segurança na tomada de decisão. Para isso, possui Comitês estruturados que possibilitam a ampla discussão de todas as questões relevantes, suportando à Administração na condução do processo de decisão, objetivando o cumprimento das diretrizes e busca dos melhores resultados, dentro dos mais elevados padrões éticos. Cabe ao Comitê Executivo de Riscos e de Capital e a área de Auditoria Interna verificar o cumprimento dos princípios da boa governança corporativa. **Ouvivoria** - O Banco Topázio S.A. disponibiliza canais para acolher opiniões, críticas e reclamações, com pilares na transparência e confidencialidade no seu relacionamento, em observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor de modo a atender o previsto na Resolução nº 4.860/2020 do Conselho Monetário Nacional

e demais normativos relacionados. O Banco Topázio preza pela ética nas suas relações, disponibilizando a todos os públicos com os quais se relaciona, nossas diretrizes, firmando o compromisso público com a orientação ética e a gestão sustentável de seu negócio. Os canais de ouvidoria estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br. **Compliance** - A área de Compliance é responsável pela coordenação da elaboração e implantação de políticas, planos e procedimentos internos, bem como pelo acompanhamento das demandas regulatórias, por meio de metodologia direcionada ao gerenciamento do risco de conformidade, de modo a atender à Resolução nº 4.595/2017 do Conselho Monetário Nacional e demais normativos relacionados. Pautada nas melhores práticas de governança corporativa, a área de Compliance, têm como objetivo a elaboração, atualização e manutenção do programa de Compliance, ferramenta utilizada para assegurar que a gestão dos negócios seja executada em conformidade com as diretrizes estabelecidas. **Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo** - A prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo é uma preocupação crescente na sociedade, portanto, nosso compromisso é estar em linha com as boas práticas, combater sistematicamente situações de risco ao Banco Topázio e cooperar com os esforços das autoridades governamentais de controle. Desta forma, a área de PLD/CFT é responsável por implantar políticas de Conheça seu Cliente, Conheça seu Funcionário, Conheça seu Fornecedor, Conheça seu Parceiro, pelo monitoramento e acompanhamento de operações financeiras atípicas, multiplicação da cultura de PLD/CFT, comunicações de operações suspeitas ao COAF, bem como, a realização de comitês periódicos envolvendo a alta administração. **Gestão de Riscos** - A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Topázio responde pelo conjunto de políticas, estratégias, processos e

métodos voltados ao controle e gerenciamento integrado dos riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional, controles internos, e do gerenciamento de capital. Essa estrutura é encabeçada pela Diretoria Executiva, que com o apoio do **Comitê Executivo de Riscos e Capital** avalia os níveis de Appetite por Riscos e supervisiona a atuação do CRO e do restante da estrutura de gestão de riscos. O **Gerenciamento de Capital** no Banco Topázio prevê políticas e estratégias que estabelecem procedimentos destinados a manter o nível de capital regulatório compatível com os riscos incorridos e seu planejamento estratégico. No **Risco de Mercado** utiliza-se ferramentas como o Value at Risk (VaR) e cenários de estresse para identificação e avaliação dos riscos existentes e potenciais. A gestão do **Risco de Crédito** utiliza-se do monitoramento e controle de diversos indicadores que avaliam a inadimplência, provisão, concentração, mitigadores entre outros indicadores de qualidade da carteira. A gestão do **Risco de Liquidez** consiste no monitoramento do fluxo de caixa diário, projetado para um horizonte de um ano. O **Risco Operacional** é monitorado através da análise de impacto e probabilidade dos riscos mapeados além da base de perdas operacionais. **Controles Internos** consiste em garantir a implementação, execução e gerenciamento das atividades inerentes às rotinas operacionais das áreas, observando a aplicação dos controles internos chave para mitigação de riscos. O relatório contendo a descrição detalhada da estrutura e do processo de gerenciamento de riscos e capital no Banco Topázio está disponível na seção Institucional/Relação com Investidores do endereço eletrônico www.bancotopazio.com.br.

Porto Alegre (RS), 18 de março de 2022

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Sem.		
	2021	2021	2020
Receitas da intermediação financeira	227.236	422.198	284.420
Operações de crédito	31.840	67.829	65.987
Resultado de operações de câmbio (Nota 7.b)	39.862	74.687	9.705
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	22.571	32.317	12.380
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(72)	(548)	(878)
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	133.035	247.913	197.226
Despesas da intermediação financeira	(53.878)	(88.042)	(69.045)
Operações de captação no mercado (Nota 9.c)	(44.523)	(64.238)	(39.212)
Operações de venda ou de transferência e ativos financeiros	(6.790)	(14.419)	(6.546)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(2.565)	(9.385)	(23.287)
Resultado bruto da intermediação financeira	173.358	334.156	215.375
Outras receitas/despesas operacionais	(147.583)	(283.428)	(218.918)
Receitas de prestação de serviços (Nota 13)	42.027	82.786	80.769
Rendas de tarifas bancárias	3.619	7.336	5.681
Despesas de pessoal	(16.362)	(29.965)	(20.498)
Despesas administrativas (Nota 14)	(58.093)	(110.766)	(95.503)
Despesas tributárias	(13.920)	(27.345)	(21.017)
Resultado de participações em coligadas e controladas	2	180	187
Outras receitas operacionais	2.170	7.476	4.578
Outras despesas operacionais (Nota 15)	(107.026)	(213.130)	(173.115)
Resultado operacional	25.775	50.728	(3.543)
Resultado não operacional	57	770	(869)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	25.832	51.498	(4.412)
Imposto de renda e contribuição social	(11.669)	(19.989)	(6.367)
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 16)	(6.035)	(13.944)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6)	(5.634)	(6.045)	(6.367)
Lucro/(Prejuízo) do período	14.163	31.509	(10.779)
Lucro/(Prejuízo) por ação	0,069	0,153	(0,052)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Sem. 2021	2021	2020
Lucro/Prejuízo líquido em	14.163	31.509	(10.779)
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	190	179
Resultado abrangente total em	14.353	31.688	(11.053)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Sem.		
	2021	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	25.832	51.498	(4.412)
Ajustes ao resultado	(204.380)	(349.486)	14.214
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	2.565	9.385	23.287
Provisão para passivos contingentes	(317)	(1.438)	(104)
Depreciação e amortização	2.030	4.104	3.202
Baixa líquida de imobilizado e intangível	(79)	12	810
Equivalência patrimonial	(2)	(180)	(187)
Crédito Tributário	(5.634)	(6.045)	-
Ajuste Avaliação Patrimonial	(190)	179	-
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	(202.753)	(355.503)	(12.794)
Resultado ajustado	(178.548)	(297.988)	9.802
Variações nos ativos e passivos	(48.385)	(141.750)	220.402
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	179.288	(52.373)	(111.338)
Relações interfinanceiras	(4.761)	34.325	(41.834)
Operações de crédito	44.771	71.928	72.808
Títulos e créditos a receber	(283.656)	(248.227)	-
Outros ativos	410.072	(53.977)	(34.631)
Depósitos	306.421	60.195	53.253
Obrigações por operações compromissadas	(302.327)	(40.138)	195.702
Recursos em trânsito de terceiros	12.280	(3.434)	63.545
Outros passivos	(410.863)	89.951	22.897
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.822)	(15.282)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(234.755)	(455.020)	230.204
Atividades de investimentos	-	-	(99)
Aquisição de controlada	-	-	(99)
Aquisição de imobilizado de uso	(535)	(2.635)	(58)
Aplicação no intangível	(891)	(3.766)	(3.343)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.426)	(6.401)	(3.500)
Atividades de financiamentos	-	-	-
Aumento de capital por subscrição	16.439	16.439	42.739
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	16.439	16.439	42.739
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(219.742)	(444.982)	269.443
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	387.834	460.324	178.087
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	202.753	355.503	12.794
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 4)	370.845	370.845	460.324
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(219.742)	(444.982)	269.443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Móveis e Utensílios, Equipamento de Comunicação e Processamento de Dados são de 7 a 18 anos. Não foram identificados evidências de impairment nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **i. Intangível:** O intangível é registrado ao custo de desenvolvimento ou aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, no prazo de 2 a 4 anos. **j. Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor **continua** -☆

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2021	2020		2021	2020
Ativo			Passivo		
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	370.845	460.324	Depósitos e demais instrumentos financeiros	1.477.006	1.460.383
Disponibilidades	44.849	54.322	Depósitos à vista (Nota 9.a)	108.069	224.487
Aplicações interfinanceiras de liquidez	325.996	406.002	Depósitos a prazo (Nota 9.a)	1.231.097	1.029.927
Instrumentos financeiros (Nota 5)	1.318.250	1.143.634	Depósitos em moedas estrangeiras	10.100	15.926
Relações interfinanceiras	23.201	57.526	Conta de pagamento pré-paga	-	18.731
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	311.629	259.256	Obrigações por operações compromissadas (Nota 9.b)	105.322	145.460
Operações de crédito	104.975	196.634	Recursos em trânsito de terceiros	22.418	25.837
Títulos e créditos a receber	878.445	630.218	Relações interfinanceiras	-	15
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 5)	(11.172)	(21.518)	Provisões (Nota 10)	1.751	3.188
Créditos tributários (Nota 6)	5.064	11.109	Provisões para contingências	1.751	3.188
Outros ativos	122.409	68.369	Outros passivos	196.289	113.723
Carteira de câmbio (Nota 7.a)	93.470	60.221	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.976	781
Rendas a receber	343	205	Carteira de câmbio (Nota 7.a)	94.186	60.099
Negociação e intermediação de valores	75	-	Fiscais e previdenciárias	17.977	3.093
Diversos (Nota 7.c)	23.733	5.418	Diversas (Nota 11)	82.150	49.750
Despesas antecipadas	1.056	905	Patrimônio líquido (Nota 12)	140.682	92.555
Bens não de uso próprio	3.732	1.620	Capital social	192.292	175.853
Investimentos em participações em coligadas e controladas	467	287	De domiciliados no País	192.292	159.414
Imobilizado de uso (Nota 8)	5.403	2.857	Aumento de capital	-	32.878
Intangível (Nota 8)	13.275	11.165	Capital a realizar	-	(16.439)
Depreciações e amortizações (Nota 8)	(8.813)	(6.378)	Outros resultados abrangentes	(104)	(283)
Total do ativo	1.815.728	1.669.849	Prejuízos acumulados	(51.506)	(83.015)
			Total do passivo e do patrimônio líquido	1.815.728	1.669.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social		Outros Resultados Abrangentes		Prejuízos acumulados		Total
	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	
Saldos em 1º de janeiro de 2020	133.114	20.800	(20.800)	-	(72.236)	60.869	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(10.779)	(10.779)	(10.779)
Aumento de capital (Nota 12)	26.300	12.078	4.361	-	-	42.739	42.739
Ajuste ao valor de mercado	-	-	-	(274)	-	(274)	(274)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	159.414	32.878	(16.439)	(283)	(83.015)	92.555	92.555
Saldos em 1º de janeiro de 2021	159.414	32.878	(16.439)	(283)	(83.015)	92.555	92.555
Lucro do exercício	-	-	-	-	31.509	31.509	31.509
Aumento de capital (Nota 12)	32.878	(32.878)	16.439	-	-	16.439	16.439
Ajuste ao valor de mercado	-	-	-	179	-	179	179
Saldos em 31 de dezembro de 2021	192.292	-	-	(104)	(51.506)	140.682	140.682
Saldos em 1º de julho de 2021	159.414	32.878	(16.439)	(294)	(65.669)	109.890	109.890
Lucro do semestre	-	-	-	-	14.163	14.163	14.163
Aumento de capital (Nota 12)	32.878	(32.878)	16.439	-	-	16.439	16.439
Ajuste ao valor de mercado	-	-	-	190	-	190	190
Saldos em 31 de dezembro de 2021	192.292	-	-	(104)	(51.506)	140.682	140.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Topázio S.A. ("Banco") é uma sociedade anônima de capital fechado que opera na forma de Banco Múltiplo, com sede na Rua 18 de Novembro, 273 - Porto Alegre/RS. Tem como objetivo oferecer serviços e produtos financeiros voltados para pessoas físicas e jurídicas, como crédito, câmbio e investimentos. Atua no segmento de crédito através de operações com lastro em recebíveis de meios de pagamento e em parcerias com Fintechs oferecendo soluções de conectividade com o Sistema Financeiro. No mercado de câmbio, realiza operações com câmbio pronto, contas correntes em moeda estrangeira, remessas internacionais, pagamentos de e-commerce e diversas naturezas de transação. **Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras:** Desde o início da pandemia da COVID-19, em meados de março de 2020, o Banco passou a adotar as orientações dos agentes de saúde, tais como, distanciamento social e medidas de higiene. Em 2020, paramos a concessão de crédito por alguns meses, porém no final do exercício, retomamos as concessões. Ajustamos nossos processos e em 2021, não temos indícios de que a pandemia tenha impactado os negócios do Banco, o trabalho remoto foi amplamente utilizado e a medida que evoluímos em relação a vacinação e houve melhora do quadro geral do país, passamos a adotar o revezamento das equipes. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** a. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009. A administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. Em 19 de fevereiro de 2022, as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração, bem como, autorizou a divulgação a partir dessa data. b. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são: a. **Apuração de resultados:** As receitas e despesas foram reconhecidas no resultado pelo regime de competência. b. **Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo, provisão para contingências e a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente. c. **Caixa e equivalentes de caixa:** O valor apresentado como caixa e equivalentes a caixa corresponde a ativos de alta liquidez, risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento de no máximo 90 dias, contados da data de aquisição. São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo. d. **Instrumentos financeiros:** Conforme previsto na Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias, de acordo com a intenção da Administração em mantê-los até o seu vencimento ou vendê-los antes dessa data. (i) **Títulos para negociação:** São adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período classificados como ativo circulante, independentemente do prazo de

vencimento. (ii) **Títulos disponíveis para venda:** São aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. (iii) **Títulos mantidos até o vencimento:** São aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. e. **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular nº 3.082/2002, do BACEN, obedecendo ao seguinte critério: **Futuros** - Contratos de derivativos estão representados por operações de futuros que são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços. f. **Operações de crédito, depósitos e demais instrumentos financeiros:** As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e a despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta red



Banco Topázio S.A.

CNPJ nº 07.679.404/0001-00

★ **continuação**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de Reais)

contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **k. Ativos e passivos em moeda estrangeira:** Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento de balanço, e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. **l. Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos: Depósitos interfinanceiros** - Representam captações de Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), são demonstrados pelo valor das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. **Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos** - Estão representados por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGEs), pós-fixados, remunerados a taxas de juros em condições de mercado e estão registrados pelo valor captado acrescido dos encargos *pro rata* dia, até a data do balanço. **m. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A provisão para a contribuição social sobre o lucro, a partir de março de 2020 de acordo com a Emenda Constitucional nº 103/2019, foi calculada com a alíquota de 20% (de janeiro de 2019 a 29 de fevereiro de 2020 a alíquota era de 15%). A Medida Provisória nº 1.034/2021 majora a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido para 25% entre 01 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021 para as instituições financeiras. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.842/2020 do CMN e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido reconhecidos contabilmente são calculados sobre as diferenças temporárias de provisões para créditos de liquidação duvidosa. **n. Ativos e passivos contingentes:** De acordo com a Resolução nº 3.823/2009 do CMN: **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda

for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões, as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação. Obrigações legais decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras. **o. Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia). **p. Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. **q. Resultado recorrente e/ou não recorrente:** O Banco considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição, sendo operações bancárias em geral, inclusive operar em câmbio e prestação de serviços bancários em geral, de acordo o Estatuto Social. Além disto, a Administração considera como não recorrentes, os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição e resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o resultado do Banco foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2021	2020
Disponibilidades	2.527	8.516
Disponibilidades em moedas estrangeiras	42.322	45.806
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	159.996	120.002
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	166.000	280.001
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	5.999
Total de caixa e equivalentes de caixa	370.845	460.324

(a) Refere-se a aplicações em operações compromissadas, com obrigação de revenda (posição bancada).

5. Instrumentos financeiros: a. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

	Vencimento				2021		2020	
	De 31 a 90 dias	91 a 180	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Mercado	Valor Custo	Valor Mercado	Valor Custo
Títulos Disponíveis para venda								
Carteira Própria - LFT	-	-	-	49.788	49.788	49.814	36.766	36.847
Vinculados a compromisso de recompra (a)	-	-	-	6.062	6.062	6.065	-	-
Vinculados a prestação de garantia - LFT	-	-	-	281	281	280	268	269
Vinculados ao BACEN - LFT (b)	-	-	-	-	-	-	16.639	16.675
Vinculados a prestação de garantias								
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	11.499	11.499	11.558	19.785	19.883
Títulos para Negociação								
Carteira Própria - LFT	54.619	-	40.379	49.652	144.650	144.675	40.326	40.345
Vinculados a compromisso de recompra								
Letras Financeiras do Tesouro	10.019	-	38.785	50.545	99.349	99.340	145.472	145.520
Total	64.638	-	79.164	167.827	311.629	311.732	259.256	259.539

(a) A obrigação de recompra destes títulos está registrada no passivo no valor de R\$ 105.322 (R\$ 145.460 em 31 de dezembro de 2020) e corresponde ao valor do título vendido, atualizado pela taxa pactuada no momento da venda, sendo esta a taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro. (b) Os títulos públicos federais, vinculados ao Banco Central, correspondem à integralização de capital social subscrito, recolhidos após aprovação do processo pelo Banco Central. O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base nos preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos classificados como mantidos para negociação estão demonstrados nos quadros acima pelos seus vencimentos originais, sendo classificados no balanço patrimonial no ativo circulante, de acordo com a Circular nº 3.068/2001. Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda foram levados à conta específica do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários, quando aplicável. Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Em 31 de dezembro de 2021 foi registrado o ajuste negativo de R\$ 190 (R\$ 274 em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

b. Relações interfinanceiras:

	2021	2020
Depósitos vinculados ao Banco Central	22.210	3.394
Correspondentes (a)	990	53.094
Antecipação bandeira Visa e Master (b)	-	1.051
Outros	1	(13)
Total circulante	23.201	57.526

(a) Tratam-se de saldos em correspondentes bancários, em sua maioria, valores mantidos em conta gráfica com a Empresa IS2B Integrated Solutions to Business S.A., para suportar o serviço de pagamento de contas e boletos, no total de R\$ 938 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 749 em 31 de dezembro de 2020) e valores mantidos em conta gráfica com a Empresa MercadoPago.com Representações Ltda., para suportar as operações de contratação de empréstimos no total de R\$ 8 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 52.345 em 31 de dezembro de 2020). (b) Operação enquadrada como aquisição de direitos creditórios por meio de cessão, na modalidade com coobrigação, iniciada em maio/2018, em conformidade com a Resolução nº 2.836/2001 do CMN e atualizações, firmados com pessoas jurídicas, resultando na aquisição de direitos de pessoas não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, referentes a valores a receber de instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento. **c. Operações de crédito:** O Banco opera produtos de crédito voltados a pessoas físicas e jurídicas. As operações com pessoas físicas são: financiamento ao consumo através de associação com varejos e emissão de dívida. As operações com pessoas jurídicas são: empréstimo de capital de giro, conta garantida e emissão de dívida. A carteira de operações de crédito apresenta a seguinte composição: (a) Composição das operações de crédito por modalidade:

	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Setor privado						
Capital de giro	59.602	25.717	85.319	99.638	47.706	147.344
Operação ativa vinculada	6.417	1.806	8.223	7.634	9.205	16.839
Emissão de dívida	-	-	-	21.828	87	21.915
Conta garantida	11.193	240	11.433	10.525	11	10.536
Total operações de crédito	77.212	27.763	104.975	139.625	57.009	196.634

(b) Composição da carteira por vencimento:

	2021	2020
Vencidos:		
Até 60 dias	4.202	4.466
De 61 a 180 dias	1.140	3.703
Acima de 180 dias	5.383	6.890
A vencer:		
Até 180 dias	39.549	81.503
De 181 a 360 dias	26.938	43.063
Acima de 360 dias	27.763	57.009
Circulante	77.212	139.625
Não circulante	27.763	57.009
Total	104.975	196.634

(c) Composição da carteira por setor de atividade:

	2021	2020
Comércio	94.444	155.304
Outros serviços	2.308	2.924
Pessoa física	8.223	38.406
Total	104.975	196.634

(d) Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/2000 do CMN, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito e respectiva provisão, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/1999 do CMN: Em 31 de dezembro de 2021.

Nível risco	Operações de crédito				Provisão	
	A vencer	Vencida	Total	% carteira	(R\$ mil)	%
A	8.182	12	8.194	7,81	(41)	0,5
B	56.836	2.252	59.088	56,29	(591)	1
C	16.094	1.473	17.567	16,73	(527)	3
D	4.543	182	4.725	4,50	(472)	10
E	2.627	3.392	6.019	5,73	(1.806)	30
F	264	286	550	0,52	(275)	50
G	4.360	212	4.572	4,36	(3.200)	70
H	1.343	2.916	4.260	4,06	(4.260)	100
Total	94.249	10.725	104.975	100,00	(11.172)	

	2021	2020
Disponibilidades	2.527	8.516
Disponibilidades em moedas estrangeiras	42.322	45.806
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	159.996	120.002
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	166.000	280.001
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	5.999
Total de caixa e equivalentes de caixa	370.845	460.324

(a) Refere-se a aplicações em operações compromissadas, com obrigação de revenda (posição bancada).

Em 31 de dezembro de 2020

Nível risco	Operações de crédito				Provisão	
	A vencer	Vencida	Total	% carteira	(R\$ mil)	%
A	59.040	36	59.076	30,04	(295)	0,5
B	68.122	465	68.587	34,88	(686)	1
C	32.120	1.636	33.756	17,17	(1.013)	3
D	5.686	874	6.560	3,34	(656)	10
E	5.133	4.763	9.896	5,03	(2.969)	30
F	595	652	1.247	0,63	(623)	50
G	6.478	976	7.454	3,79	(5.218)	70
H	4.401	5.657	10.058	5,12	(10.058)	100
Total	181.575	15.059	196.634	100,00	(21.518)	

(e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	2º sem. 2021	2021	2020
Saldo inicial	19.014	21.518	40.498
Constituição de provisão	5.505	15.845	37.082
Reversão de provisão	(2.940)	(6.460)	(13.770)
Créditos baixados para prejuízo	(10.407)	(19.731)	(42.292)
Saldo final	11.172	11.172	21.518
Circulante	7.630	7.630	14.588
Não circulante	3.542	3.542	6.930

(f) Recuperação de créditos baixados:

	2º sem. 2021	2021	2020
	3.686	7.928	4.411

Recuperação de créditos baixados

(g) Concentração dos maiores tomadores de créditos:

	2021		2020	
	(R\$ mil)	% carteira	(R\$ mil)	% carteira
10 maiores devedores	19.458	18,53	27.057	13,76
50 maiores seguintes	38.369	36,55	54.025	27,47
100 maiores seguintes	25.253	24,06	41.391	21,05
Demais	21.895	20,86	74.161	37,72
Total	104.975	100	196.634	100

(h) Créditos renegociados: O volume dos créditos renegociados foi apurado considerando os critérios descritos na Resolução BACEN nº 2.682/99, que considera: Renegociados: a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

	2º sem. 2021	2021	2020
Renegociados	2.085	3.482	17.438

d. Títulos e créditos a receber:

	2021	2020
Títulos e créditos a receber	878.526	633.372
Provisão para outros créditos	(81)	(3.154)
Total circulante	878.445	630.218

Valores a receber de cessão de direitos creditórios sem coobrigação de R\$ 878.526 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 630.220 em 31 de dezembro de 2020 e valores a receber de correspondentes CDi no valor de R\$ 3.152). Em 31 de dezembro de 2021, o montante de receitas foi de R\$ 250.430 (R\$ 199.217 em 31 de dezembro de 2020), despesas foi de R\$ 235.017 (R\$ 186.941 em 31 de dezembro de 2020) e o resultado líquido foi de R\$ 15.413 (R\$ 12.276 em 31 de dezembro de 2020). Não há operações inadimplentes ou em questionamento judicial sobre os recursos ativos ou captados para essas operações.

6. Créditos tributários:

	2021	2020
Tributos diferidos	5.064	11.109
Circulante	2.821	8.312
Não circulante	2.243	2.797

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 2020	Const. 2021	Realização 2021	Reversão 2021	Saldo em 2021
Adições temporárias					
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	11.109	2.621	524	8.142	5.064
Período					
Até 1 ano				2.821	8.312
Até 2 anos				452	410
Até 3 anos				337	501
Até 4 anos				220	375
Até 5 anos				40	180
Mais de 5 anos				1.194	1.331
Não circulante				2.243	2.797
Total				5.064	11.109

O valor presente dos créditos tributários, descontados pelo custo médio de capital de 9,55% a.a. em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 4.077 (R\$ 10.614 em 31 de dezembro de 2020). O saldo existente em 31 de dezembro de 2021 foi constituído sobre as diferenças temporárias de provisões para perdas associadas ao risco de crédito e está suportado pelo Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário elaborado pela Administração e aprovado pela Diretoria, o qual considera projeções de resultado e plano de negócios com base na conjuntura atual e cenários futuros das premissas utilizadas nas referidas projeções.

b. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos: Em 31 de dezembro de 2021 o Banco não registrou contabilmente os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda de R\$ 16.415 referente a uma base de prejuízo de R\$ 65.660 em 31 de dezembro de 2021 e também não registrou créditos tributários de base negativa de contribuição social de R\$ 13.280 referente a uma base negativa de CSL de R\$ 66.402 em 31 de dezembro de 2021. **7. Outros ativos: a. Carteira de câmbio:** (a) Composição:

	2021	2020
Ativo Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	42.682	28.579
Direito sobre vendas de câmbio (Adiantamentos em moeda nacional recebidos)	(790)	(26)
Total	93.470	



Banco Topázio S.A.
CNPJ nº 07.679.404/0001-00

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de Reais)

11. Outros passivos:

Diversas	2021	2020
Transações a reembolsar (a)	319	319
Sociedades ligadas (Nota 18)	9.605	6.851
Provisão para pagamentos (b)	65.665	33.424
Arrendamento mercantil	140	395
Liberação de operações de crédito (c)	4.961	3.894
Outras	1.460	4.867
Circulante	82.150	49.750

(a) Transações a pagar a estabelecimentos credenciados à bandeira Good Card. (b) Valores a pagar de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e fornecedores. (c) Valores a pagar referente a liberações de operações de emissão de dívida. **12. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R\$ 192.292 (R\$ 159.414 em 31 de dezembro de 2020), representado por 206.269.166 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (144.388.416 em 31 de dezembro de 2020). Em 21 de janeiro de 2020, o Banco Central do Brasil aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 20.800, deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2019. Em 3 de agosto de 2020, o Banco Central do Brasil aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 5.500, deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de junho de 2019. Em 24 de agosto de 2021, o Banco Central do Brasil aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 32.878, deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de dezembro de 2020. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do período, quando auferido, limitada até 20% do capital social nos termos da Lei nº 6.404/1976 e alterações. **c. Dividendos:** O estatuto assegura a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado de exercício, nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

13. Receitas de prestação de serviços:

	2º sem. 2021	2021	2020
Tarifa atendimento posto bancário ATMs (a)	36.174	71.539	72.350
Outras tarifas (b)	2.586	4.934	2.835
Outros serviços	3.267	6.313	5.584
Total	42.027	82.786	80.769

(a) Receitas de prestação de serviços de tarifas cobradas dos bancos conveniados à rede de ATMs (caixas eletrônicas) do Banco; (b) Tarifas cobradas de pessoas jurídicas na abertura de crédito, saques, depósitos e operações diversas.

14. Despesas administrativas:

	2º sem. 2021	2021	2020
Processamento de dados (a)	45.975	86.444	75.907
Serviços do sistema financeiro (b)	3.012	6.514	4.552
Serviços técnicos especializados	1.624	3.416	3.442
Serviços de terceiros	1.611	3.180	2.759
Aluguéis	557	1.070	1.006
Comunicações	741	1.357	1.164
Outras despesas administrativas (c)	4.573	8.785	6.673
Total	58.093	110.766	95.503

17. Transações com partes relacionadas: As transações com partes relacionadas compreendem, em sua maior parte, depósitos à vista e a prazo efetuados a taxas e condições usuais de mercado: **a. Transações e saldos:**

	2021						2020			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(j)	Pessoas físicas (i)	Pessoas jurídicas	Pessoas físicas	Total
Ativo										
Outros créditos (f)	266	60	-	-	-	22	-	348	189	189
Antecipação de recebíveis	-	314.987	-	-	-	84.448	-	399.435	223.634	223.634
Passivo										
Depósitos à vista	290	1.789	441	32	-	1.317	4	3.873	1.942	89
Depósitos a prazo (g)	58	342.806	13.301	695	237	96.530	4.758	458.385	262.380	27.740
Obrigações por operações compromissadas	-	-	-	-	-	93.973	-	93.973	145.326	145.326
Outros passivos (h)	8.407	8.465	139	77	-	5.529	-	22.617	19.745	19.745

(a) Saque Pague Rede de Autoatendimento S.A.; (b) Ticket Soluções HDFGT S.A.; (c) Intermetro Locações Serviços POAH Ltda.; (d) Tecloud Serviços de Tecnologia AHU Ltda. (e) GoodCard Licenciamentos QBUA Ltda.; (f) Outros créditos referem-se a valores a receber de sociedades ligadas oriundos de reembolsos de despesas; (g) Depósitos a prazo referem-se a captações através de CDBs com remunerações em até 142% da taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI); (h) Outros passivos referem-se a valores a pagar a sociedades ligadas oriundos de reembolsos de transações e serviços prestados.

(a) O aumento das despesas com processamento de dados no exercício de 2021 está relacionado à gastos em tecnologia para fazer frente aos novos projetos do Banco. (b) O aumento em serviços do sistema financeiro deve-se ao aumento de comissões atreladas ao produto de emissão de dívida. (c) A variação de outras despesas administrativas refere-se principalmente ao aumento da depreciação devido a renovação de equipamentos, patrocínios a Lei de Incentivo ao Esporte e a Lei Rouanet e tarifas Saque Master ATM onde tivemos um aumento no volume de transações.

15. Outras despesas operacionais:	2º sem. 2021	2021	2020
Contingências	89	803	550
Descontos concedidos em renegociações	2.153	3.321	4.127
Comissões (a)	103.128	202.325	167.552
Outras despesas operacionais	1.656	6.681	886
Total	107.026	213.130	173.115

(a) Comissões referentes a aquisições de recebíveis através de operações de cessão. **16. Imposto de renda e contribuição social:** Os valores de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado foram apurados através do regime de apuração do lucro real em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2º sem. 2021	2021	2020
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda	25.832	51.498	(4.412)
(+) Adições	9.038	21.947	27.588
(-) Exclusões	(16.131)	(29.221)	(47.002)

Base de cálculo do imposto de renda antes das compensações	18.739	44.224	(23.826)
IRPJ valor corrente	(3.189)	(7.530)	-
IRPJ diferido	(2.730)	(3.358)	(4.751)
Lucro/prejuízo antes da contribuição social	25.832	51.498	(4.412)
(+) Adições	6.565	19.473	27.588
(-) Exclusões	(16.131)	(29.221)	(47.002)

Base de cálculo da contribuição social antes das compensações	16.266	41.750	(23.826)
CSLL valor corrente	(2.846)	(6.414)	-
CSLL diferido	(2.904)	(2.687)	(1.616)

Total imposto de renda e contribuição social correntes	(6.035)	(13.944)	-
Total imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6)	(5.634)	(6.045)	(6.367)

Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	(11.669)	(19.989)	(6.367)
--	----------	----------	---------

folha de pagamento. A remuneração, incluindo gratificações, é apresentada na rubrica "Despesas de pessoal", na demonstração do resultado. No segundo semestre de 2021 o montante foi de R\$ 1.055 e o montante no exercício de 31 de dezembro de 2021 foi R\$ 2.213 (R\$ 2.119 em 31 de dezembro de 2020). O Banco não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. **18 Estrutura de gerenciamento de riscos:** A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão na Instituição, por isso conta com uma estrutura dedicada ao gerenciamento de riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas. **Risco operacional:** Conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A gestão desse risco ocorre a partir das recomendações do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), respeitando os normativos vigentes. **Risco de mercado:** Conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. A gestão desse risco utiliza o Value at Risk (VaR) para situações normais, além da realização de testes de estresse simulando situações atípicas de mercado. **Risco de liquidez:** Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas e de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A gestão desse risco monitora o fluxo de caixa diário, projetando cenários para o horizonte de um ano, além de indicadores de liquidez de curto e longo prazos. **Risco de crédito:** Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros e os custos de recuperação. A gestão desse risco utiliza do monitoramento de diversos indicadores que demonstram os níveis de qualidade da carteira, além da exigência de capital regulatório. **Gerenciamento de capital:** Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está exposta e do planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A gestão consiste na construção de cenários que contemplam a evolução projetada para os ativos da Instituição, bem como o resultado esperado em função das receitas e despesas orçadas. Também são construídos cenários estressados, identificando necessidades adicionais de capital em razão de quebras das premissas projetadas. **19 Patrimônio de Referência exigido:** O Banco Topázio possui o Patrimônio de referência (PR) acima do mínimo exigido sobre os Ativos Ponderados por Risco (RWA), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013 do CMN e demais normativos complementares. O PR do Banco é formado apenas de Capital Principal e é suficiente para cumprir os requerimentos mínimos de Capital Principal, Nível I, PR (Índice de Basileia), além de suportar também a exposição referente ao risco de taxa de juros (IRRBB) e o Adicional de Capital Principal (ACP).

Limites Operacionais	Dez/21	Jun/21	Dez/20
Patrimônio de Referência (PR)	134.478	86.414	70.060
Nível I (NI)	134.478	86.414	70.060
Capital principal - CP	134.478	86.414	70.060
Capital Social	192.292	159.414	159.414
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(103)	(294)	(282)
Lucros/Prejuízos acumulados	(51.506)	(65.669)	(83.015)
Depósito para Suficiência de Capital	-	-	-
Ajustes prudenciais	(6.204)	(7.037)	(6.055)
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	521.927	545.833	621.898
Margem de Capital ^(*)	80.356	32.444	8.882
Índice de Basileia (PR/RWA)	25,77%	15,83%	11,27%
IRRBB	1.930	1.433	3.652
Situação de Imobilização (Imob)	4.128	3.840	1.813
Índice de imobilização (Imob/PR)	3,07%	4,44%	2,59%

^(*) Margem de Capital considerando o IRRBB e ACP

A Diretoria **Patrícia Caren da Silveira Andrade** - Contadora - CRC/RS 58013/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas do Banco Topázio S.A. Porto Alegre-RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Topázio S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração do Banco é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 18 de março de 2022.
KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda. **Felipe Brutti da Silva**
Contador - CRC RS-083891/O-0 T-SC



O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 9 9649-0062

Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

Baldo S.A. - Comércio, Indústria e Exportação

CNPJ 91.473.678/0001-47 NIRE 43300013600 **Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**
 Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem à Rua Leonel Sangalli, 1210, Encantado, RS, às 10:00 horas de 08 de abril de 2022, para deliberarem sobre a seguinte: **Ordem do Dia:** 1. Em regime de **Assembleia Geral Ordinária:** 1.1) Apreciação e votação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2021, publicada no Jornal do Comércio de Porto Alegre em edição de 07/03/2022, página 18 e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet - <https://www.jornaldocomercio.com/edicao/jornal/comercio/2022/03/07/1428/issue9321.pdf> - 1.2) Destinação do Lucro Líquido e ratificação sobre crédito e/ou pagamento de juros sobre o capital próprio e sua imputação aos dividendos; 1.3) Eleição da Diretoria; 1.4) Fixação da remuneração dos diretores 2. Em regime de **Assembleia Geral Extraordinária** - 2.1) Deliberação sobre proposta da Diretoria, visando aumento do Capital Social, mediante a capitalização de Reservas de Lucros; 2.2) Alteração do artigo 7º do Estatuto Social. Encantado, RS, 23 de março de 2022. **Arlindo Plácido Baldo - Diretor Presidente**

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Crédito Real
Imóveis e Condomínios S.A.
CNPJ 92.691.336/0001-66 - NIRE 43 3 0001535 1
AVISO AOS AÇIONISTAS
Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, situada na Av. Carlos Gomes, 1450, os documentos a que se refere o Art. 133 da lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2021. Porto Alegre, 25 de março de 2022.
Carlos Eduardo Ruschel - Diretor Superintendente

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

Trevisa Investimentos S.A.

CNPJ Nº 92.660.570/0001-26 - NIRE 43 3 00008061
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Trevisa Investimentos S. A. ("Companhia") convoca seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia **28 de abril de 2022**, às **10 horas**, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I – Em Assembleia Geral Ordinária:** 1 – Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; 2 – Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a distribuição de dividendos; 3 – Fixar o montante da remuneração dos administradores; 4 – Ratificar a distribuição de dividendos intermediários realizada no exercício social de 2021, a conta de Reserva de Lucros. **II – Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1 – Ratificar a nomeação e contratação da BDO RCS Auditores Independentes ("BDO") como empresa responsável pela elaboração do laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Florestamento Treflor Ltda. ("Treflor"), a ser incorporado ao patrimônio da Companhia ("Laudo de Avaliação Treflor"); 2 – Deliberar sobre o Laudo de Avaliação Treflor; 3 – Deliberar sobre o Protocolo e Justificação de Incorporação da Treflor pela Companhia ("Protocolo e Justificação"); 4 – Deliberar sobre a incorporação da Treflor pela Companhia, nos termos e condições do Protocolo e Justificação, autorizando os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à sua efetivação. **Informações Gerais:** 1. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Webex ("Plataforma Digital"), razão pela qual a participação do Acionista somente poderá ser: (a) via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam no boletim de voto a distância ("Boletim"), que pode ser acessado nos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.trevisa.com.br/investidores); e (b) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 21-C, §§2º e 3º da IN CVM 481, caso em que o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. 2. A Proposta da Administração, contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, o Boletim, os demais documentos previstos na IN CVM 481 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia, incluindo informações detalhadas para participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, foram disponibilizados aos Acionistas da Companhia em 25 de março de 2022, na forma prevista na IN CVM 481, e podem ser acessados através dos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.trevisa.com.br/investidores). 3. Os documentos do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") encontram-se à disposição dos Acionistas no escritório da Companhia, localizado na Avenida Padre Cacique, 320 – Porto Alegre, RS, nos websites da Companhia (www.trevisa.com.br/investidores) e da CVM (www.cvm.gov.br), e foram publicados nos termos do artigo 133, §3º, da Lei das S.A. Porto Alegre, RS, 25 de março de 2022.
Fernando Ferreira Becker
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A. CNPJ/ME Nº 92.791.243/0001- 03 NIRE Nº4330002799 COMPANHIA ABERTA ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA 1. Data, hora e local: Em 22 de novembro de 2021, às 17:00 horas na sede da Companhia, na Rua General João Manoel, 157, 17º andar, Porto Alegre, RS., CEP 90.010-030, por vídeo conferência. 2. Presenças e Mesa: A reunião contou com a totalidade dos membros da Diretoria, sendo presidida por Sérgio Luiz Cotrim Ribas. 3. Ordem do Dia: Encerrar a filial de serviços administrativos da Sociedade, localizada no município de Joaçaba, SC. 4. Deliberações: A Diretoria deliberou por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, conforme artigo 14, item (k) do Estatuto Social, encerrar as atividades da filial de serviços administrativos, localizada na Rua Francisco Lindner, nº. 534, Ed.San Francisco, Sala Comercial, Térreo, Bairro Centro, em Joaçaba, SC., CEP: 89600-000, inscrita no CNPJ nº 92.791.243/0024-08 e NIRE nº 42901170709. 5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que foi por todos assinada. (Presenças: Sérgio Luiz Cotrim Ribas, Odivan Carlos Cargin, Henrique Zugman, Lindomar Lima de Souza e Fabiano Alves de Oliveira). 6. Declaração: Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita no livro próprio. Porto Alegre, 22 de novembro de 2021. Sérgio Luiz Cotrim Ribas - Diretor Presidente. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 8076541 em 12/01/2022 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 214345874 - 13/12/2021. Autenticação: 9EF9A0B-CD397FBC7DF83689E5E9DB3D7379DE. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA 1. Data, hora e local: Em 06 de dezembro de 2021, às 10:30 horas na sede da Companhia, na Rua General João Manoel, 157, 17º andar, Porto Alegre, RS., CEP 90.010-030, por vídeo conferência. 2. Presenças e Mesa: A reunião contou com a totalidade dos membros da Diretoria, sendo presidida por Sérgio Luiz Cotrim Ribas. 3. Ordem do Dia: Alterar as atividades da filial da sociedade, localizada no município de Joaçaba, SC. 4. Deliberações: A Diretoria deliberou por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, conforme artigo 14, item (k) do Estatuto Social, alterar as atividades da filial, localizada na Rua Francisco Lindner, nº 477, Edifício Angélica, 1º andar e Sobre-Loja, Bairro Centro, CEP: 89.600-000, Joaçaba, SC inscrita no CNPJ Nº 92.791.243/0020-76 e NIRE nº 42900713814, para serviços de escritório e apoio administrativo (CNAE 8211-3/00). 5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que foi por todos assinada. (Presenças: Sérgio Luiz Cotrim Ribas, Odivan Carlos Cargin, Henrique Zugman, Lindomar Lima de Souza e Fabiano Alves de Oliveira). 6. Declaração: Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita no livro próprio. Porto Alegre, 06 de dezembro de 2021. Sérgio Luiz Cotrim Ribas - Diretor Presidente. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 8106287 em 21/01/2022 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 214546179 - 22/12/2021. Autenticação: B75E22BF1DCE-F88A3A789C786316F0BAEAB2CF25. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

☎ (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES CNPJ Nº 87.762.563/0001-03 NIRE Nº 43300010007
COMPANHIA ABERTA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. **Data, hora e local:** Realizada em 30 de novembro de 2021, às 11:30 horas na Rua General João Manoel, nº 157, 17º andar, Porto Alegre, RS, CEP: 90.010-030, por vídeo conferência. 2. **Presenças e mesa:** A reunião contou com a totalidade dos membros do Conselho de Administração, tendo sido presidida pelo Sr. Péricles Pereira Druck. 3. **Ordem do dia:** Deliberar sobre a atualização da Política de Divulgação e Uso de Informações de Ato ou Fato Relevante e da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia. 4. **Deliberação:** Aprovar por unanimidade, em atenção a nova Resolução CVM 44 de 23/08/2021, a atualização da Política de Divulgação e Uso de Informações de Ato ou Fato Relevante e da Política de Negociação de Valores Mobiliários ("Políticas"), conforme anexos, para refletir as alterações trazidas pela nova norma. 5. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. (Assin.: Péricles Pereira Druck, Eurito de Freitas Druck, Andréa Pereira Druck, Paulo Iserhard, Paulo Sérgio Viana Mallmann, Roberto Faldini, Carlos Berenhauer Leite). 6. **Declaração:** Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 30 de novembro de 2021. Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 8098977 em 18/01/2022 da Empresa COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES, CNPJ 87762563000103 e protocolo 214493032 - 17/12/2021. Autenticação: BBD6809ED2DD4984F1C6F249B78EB1D7A4F5A5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  agencias@jornaldocomercio.com.br
-  comercial@jornaldocomercio.com.br
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

CONSTRUTORA SULTEPA S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF nº 89.723.993/0001-33/NIRE 43300002357

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Construtora Sultepa S/A - Em Recuperação Judicial (a "Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (a "Assembleia"), a ser realizada no dia 18 de abril de 2022, às 9h, na sede da Companhia, na Rua Sérgio Jungblut Dieterich, nº 1200, bairro Sarandi, CEP 91.060-410, em Porto Alegre/RS, para examinarem, discutirem e votarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) consignação do recebimento de renúncia e eleição de novo membro para o Conselho de Administração. **Informações Gerais:** Em virtude da Companhia estar com a negociação de ações na bolsa de valores suspensa, não será possível que o acionista exerça seu direito de voto por meio do sistema de boletim de voto à distância. Para fins de melhor organização, os administradores recomendam aos acionistas que queiram participar da Assembleia, que depositem na Companhia, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas a contar da data de realização da Assembleia, o instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista.

Porto Alegre/RS, 25 de março de 2022

Ricardo Lins Portella Nunes - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

CONSTRUTORA SULTEPA S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF nº 89.723.993/0001-33 - NIRE 43300002357

CANCELAMENTO DA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 06 DE ABRIL DE 2022

Construtora Sultepa S/A - Em Recuperação Judicial (a "Companhia") comunica aos seus Acionistas que foi cancelada a convocação para a Assembleia Geral Extraordinária (a "Assembleia"), programada para ocorrer no dia 06 de abril de 2022, às 9h, na sede da Companhia, na Rua Sérgio Jungblut Dieterich, nº 1200, bairro Sarandi, CEP 91.060-410, em Porto Alegre/RS. Em razão do cancelamento supracitado, o edital de convocação da AGE publicado no Jornal do Comércio, nas edições de 15, 16 e 17 de março de 2022, páginas 01, 02 e 04, respectivamente, fica sem quaisquer efeitos. A Companhia informa, ainda, que nova Assembleia Geral Extraordinária será convocada, mediante a publicação do edital de convocação, observando-se os prazos da legislação e regulamentação aplicáveis.

Porto Alegre/RS, 25 de março de 2022.

Ricardo Lins Portella Nunes - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 38.352.270/0001-34 - Telefone: 51 3215 3195 - Rua Capitão Montanha, 177 - 4º andar - Porto Alegre - RS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,
Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Banrisul Corretora de Seguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Comentários de Desempenho

A Banrisul Corretora de Seguros S.A. ("Banrisul Corretora de Seguros" ou "Companhia") é subsidiária integral da Banrisul Seguradora Participações S.A. ("Seguradora"), responsável pela comercialização de seguros, planos de previdência privada e títulos de capitalização via canal bancário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul").

A Banrisul Seguradora e a Banrisul Corretora de Seguros iniciaram suas atividades operacionais em janeiro de 2021. A criação da "Banrisul Corretora de Seguros" faz parte do movimento estratégico de organização dos negócios de seguros, iniciado com a joint venture entre Banrisul e Grupo Itaú Seguros. A arrecadação de prêmios de seguros, contribuições de previdência e capitalização atingiu R\$ 2,3 bilhões no ano de 2021. Em dezembro de 2021, as operações ativas de seguridade alcançaram 2,27 milhões de contratos. No que tange ao contexto de negócios, o ano de 2021 impactou em muitos desafios devido a pandemia, e vários projetos relacionados aos negócios foram ajustados, acelerados e concluídos, objetivando alcançar o melhor resultado possível através de oportunidades nos canais de vendas, que incluem 498 agências físicas, Agência Digital, vendas pelo Mobile Banking e ações de telemarketing.

Relativamente às medidas de Combate à Pandemia do Coronavírus, seguindo orientação do controlador interno, houve o retorno gradual da atividade presencial a partir de outubro, por meio de rodízio, sendo mantido o teletrabalho e as orientações para prevenção do COVID-19. Os canais digitais receberam atenção especial. Além da remodelação visual, novos produtos foram disponibilizados para venda pelo Aplicativo Banrisul Digital. Os Produtos de Previdência Privada - BanrisulPrev Prestige,

BanrisulPrev Júnior e BanrisulPrev Afinidade Júnior, e o Seguro Auto, que traz a cotação mediante inserção de três informações e retorna uma melhor oferta ao cliente.

Além disso, o seguro AP Vida Ativa, vendido exclusivamente por telemarketing, foi remodelado para atender maior gama de clientes. Foram lançados dois novos seguros de acidentes pessoais com ampliação de coberturas: o AP Perfil com cobertura também para invalidez permanente total por acidente e assistência odontológica de urgência e o Cartão Protegido, que traz cobertura perda e roubo para cartões de crédito comercializados pelo Banrisul e cobertura bolsa protegida.

Foram disponibilizados para venda remota (oferta e venda do produto por e-mail), além dos Seguros de Vida, também os produtos de Previdência Privada e Capitalização.

Destacamos o lançamento de novas soluções para seguros auto, residencial, empresarial e para condomínios. No ramo de seguros rurais, o Seguro Proteção Financeira Rural teve sua cobertura ampliada, ofertando aos produtores rurais maior nível de segurança e proteção. Com foco no cliente e objetivando alavancar vendas em datas comemorativas, foram realizadas quatro promoções em períodos especiais, com distribuição de brindes aos clientes.

Todo foco de trabalho em negócios é voltado à entrega de resultados, buscando maximizar o resultado da Banrisul Corretora de Seguros.

Desempenho Financeiro**Lucro Líquido**

A Banrisul Corretora de Seguros registrou, no seu primeiro ano de atividades, lucro líquido de R\$ 103,7 milhões, proveniente preponderantemente das receitas de corretagem, seguido por receitas financeiras.

A evolução das receitas de corretagem foi impulsionada pelo desempenho comercial em seguros de vida. Já o resultado financeiro advém da aplicação de ativos rentáveis e pelo aumento da taxa média Selic ocorrido no

decorrer de 2021.

Os Resultados e Contribuições sobre Faturamento e Lucro respondem pela maior parte das despesas, cabendo as despesas operacionais uma pequena participação, o que confere a Banrisul Corretora de Seguros uma estrutura administrativa bastante enxuta.

Balanco Patrimonial

No tocante ao primeiro Balanço Patrimonial da Companhia, cumpre destacar:

Ativo Total – Em 31 de dezembro de 2021 os ativos totais alcançaram R\$ 172,6 milhões, composto preponderantemente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e comissões a receber (Ativo Circulante).

Passivo Total – O passivo total encerrou o exercício de 2021 com um montante de R\$ 115,2 milhões, composto, na sua maioria, por obrigações fiscais e sociais e dividendos a pagar.

Patrimônio Líquido – O patrimônio líquido alcançou R\$ 57,4 milhões, em decorrência do registro de reserva de lucro relativo à destinação do resultado do exercício.

Política de Distribuição de Dividendos

Os lucros líquidos apurados foram distribuídos da seguinte maneira:

- 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal, até alcançar o limite previsto em Lei;
- Uma quota em percentual do lucro líquido, conforme previsto na Lei nº 6.404/76, destinada ao pagamento de dividendos, não cumulativos aos acionistas;
- 5% (cinco por cento) para a constituição de um fundo de reserva, destinado para o aumento do capital social, fundo esse que não poderá ultrapassar o limite do capital social da Companhia, e
- O Saldo terá o destino que for deliberado pela Assembleia Geral.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Estatutária	Para expansão			
Saldos em 01 de janeiro de 2021								
Capital integralizado		5.000	-	-	-	-	-	5.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	103.730	-	103.730
Destinação do lucro		-	-	-	-	-	-	-
Reservas		-	1.000	5.000	46.365	-	(52.365)	-
Dividendos propostos	13	-	-	-	-	-	(51.365)	(51.365)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		5.000	1.000	5.000	46.365	-	-	57.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais)

	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido ajustado	157.167
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	157.167
Variações de ativos e obrigações	(162.160)
(Aumento) em aplicações financeiras	(150.548)
(Aumento) em comissões a receber	(20.272)
(Aumento) em outros ativos	(4)
Aumento em obrigações fiscais e sociais	344
Aumento em contas a pagar	13.731
Aumento em comissões a apropriar	19.582
Imposto de renda e contribuição social pagos	(24.993)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(4.993)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Integralização de capital	5.000
Dividendos pagos	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	5.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	7
Varição de caixa e equivalentes de caixa	2
No início do exercício	-
No final do exercício	7
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (em milhares de reais)

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$1.584, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa selic, projetada para o período correspondente.

Em 31 de dezembro de 2021 a Banrisul Corretora de Seguros não apresentava saldo relativo a débito tributário.

9. OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

	31/12/2021
IR e CSLL	30.223
PIS e COFINS	322
INSS e FGTS	13
Total	30.558

10. CONTAS A PAGAR

	31/12/2021
Obrigações com partes relacionadas	10.105
Provisão de contas a pagar	3.624
Serviços a pagar	2
Total	13.731

11. COMISSÕES A APROPRIAR

	31/12/2021
Passivo circulante	4.522
Seguros em geral ¹	4.522
Passivo não circulante	15.060
Seguros em geral ¹	15.060
Total	19.582

(1) Saldo composto por comissões de corretagem sobre intermediação de seguros prestamistas cujo prêmio é liquidado em parcela única gerando receita a apropriar de acordo com a vigência das apólices contratadas, pois refere-se à prestação de serviço de administração que ocorre ao longo da vigência do contrato.

12. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Os saldos com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

a) Operações realizadas entre as partes relacionadas

	31/12/2021	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A		
Disponibilidades	7	-
Outros ativos	4	-
Convênio prestação de serviços - custos	(7.133)	(7.133)
Convênio prestação de serviços - despesas	(2.972)	(6.677)
Banrisul Seguradora Participações S.A		
Dividendos a pagar	(51.365)	-
Empresas coligadas¹		
Comissões a receber	17.249	155.931
Comissões a apropriar	(19.582)	-

(1) Contas com o Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A., seguradoras controladas pela holding Banrisul Itaú Participações S.A. – BIPAR que é coligada do controlador do grupo.

A Banrisul Corretora de Seguros não possui colaboradores em seu quadro de pessoal, pois toda a operacionalidade é efetuada pelas áreas administrativas e comerciais do Banrisul.

Os custos não suportados pela Banrisul Corretora de Seguros por meio de convênio de prestação de serviços.

A Companhia informa que não existem contratos relevantes com seus administradores que necessitem de divulgação. Adicionalmente, a Banrisul Corretora de Seguros não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), dividido em 5.000.000 (cinco milhões) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Distribuição de resultados

Do Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% (cinco por cento) para Reserva Legal, até alcançar o limite previsto em Lei; (ii) Uma quota em percentual do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei, destinada ao pagamento de dividendos, não cumulativos aos acionistas; e (iii) 5% (cinco por cento) para a constituição de um fundo de reserva, destinado para o aumento do capital social, fundo esse que não poderá ultrapassar o limite do capital social da Companhia. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A constituição da Reserva Legal de R\$ 1.000 e da Reserva Estatutária de R\$ 5.000 foram efetuadas pelo limite previsto no estatuto e legislação societária.

c) Dividendos

Conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76 foi contabilizada a distribuição de dividendos equivalente a 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	103.730
Constituição de reservas	-
Legal	(1.000)
Outros	(102.730)
Dividendos propostos - 50%	51.365

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2021
Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL:	
Resultado antes da tributação sobre o lucro	157.167
Adições (Exclusões) - Permanentes - IRPJ e CSLL	75
Adições (Exclusões) - Temporárias - IRPJ e CSLL	5.206
(+) Base do IRPJ	162.448
Cinco Adições (Exclusões) Permanentes - CSLL	(11)
(+) Base da CSLL	162.437
Imposto de Renda corrente	(40.588)
Contribuição Social - corrente	(14.619)
Total IRPJ e CSLL - correntes	(55.207)
IRPJ e CSLL diferidos	1.770
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(53.437)

15. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	31/12/2021
Receitas de comissões bruta¹	196.285
Deduções das receitas de comissões ²	(24.635)
Receitas de comissões líquida	171.650

(1) Receita de comissões de corretagem sobre a comercialização e administração de seguros, previdência e capitalização.

(2) Deduções da receita composta pelos impostos e contribuições incidentes sobre a receita bruta. Pis 1,65%, Cofins 7,6% e IRLSD 3,3%.

16. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2021
Receitas Financeiras	6.598
Rendimento de aplicações financeiras	4.006
Total	4.006

17. DESPESAS GERAIS, ADMINISTRATIVAS E DE PESSOAL

	31/12/2021
Serviços de terceiros	262
Processamento de dados	17
Serviços técnicos e especializados	17
Publicações	64
Outros	6.558
Total despesas gerais e administrativas	6.958
Diretoria e conselhos	514
Encargos e benefícios	116
Total despesas de pessoal	630
Total	7.588

18. PROVISÃO PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2021 a Banrisul Corretora de Seguros não figurava como parte em processos judiciais de qualquer natureza e a Administração da Companhia não identificou riscos com passivos contingentes a divulgar.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021
Receitas		196.312
Receita de prestação de serviços	15	196.285
Outras receitas		27
Insumos adquiridos de terceiros		(17.674)
Custo dos serviços prestados		(10.742)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(6.932)
Valor adicionado bruto		178.638
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		178.638
Valor adicionado recebido em transferência		4.006
Receitas financeiras	16	4.006
Valor adicionado total a distribuir		182.644
Distribuição do valor adicionado		527
Pessoal		514
Remuneração direta	12(b)	13
Fundo de garantia por tempo de serviço		78.361
Impostos, taxas e contribuições		71.885
Federais		6.476
Municipais		27
Remuneração de capitais de terceiros		26
Aluguéis		103.730
Remuneração de capitais próprios		51.365
Dividendos		52.365
Lucros retidos		52.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Corretora de Seguros S.A. (Companhia), e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e pelas disposições correlatas do Estatuto Social, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, acompanhados do Relatório emitido pelos Auditores Independentes, sem ressalvas, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, por unanimidade, opinamos favoravelmente e sem reservas, concluindo que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela companhia.

Porto Alegre, 21 de março de 2022.

Werner Kohler Thiago Josué Ben Tania Regina Moreira Pacheco

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria e aos Acionistas da Banrisul Corretora de Seguros S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial e o balanço de fluxo de caixa, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado do abrangeante, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira, operacional e de fluxo de caixa da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 06 - Demonstração do Valor Adicionado, em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas Outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e avaliar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representação falsificada.

• Obtemos entendimento dos controles internos da Companhia para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

• Comunicamos aos responsáveis pelos controles internos da Companhia e a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 36.779.931/0001-87 - Telefone: 51 3215 3195 - Rua Capitão Montanha, 177 - 4º andar - Porto Alegre - RS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,
 Apresentamos as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Banrisul Seguridade Participações S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
Comentários de Desempenho:
 A Banrisul Seguridade Participações S.A. ("Banrisul Seguridade" ou "Companhia") é subsidiária integral do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul") e tem como objeto social a participação, direta ou indireta, como acionista, sócia ou quotista, do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, cujo objetivo seja:
 I. A comercialização e distribuição de seguros de pessoas, rural, de crédito, garantia, de automóveis ou qualquer outro tipo de seguro;
 II. A estruturação, comercialização e distribuição de planos de previdência complementar, assim como demais produtos e serviços operacionais às sociedades de previdência complementar;
 III. A estruturação, comercialização e distribuição de planos de capitalização, assim como demais produtos e serviços admitidos nas sociedades de capitalização;
 IV. A corretagem de seguros dos ramos elementares, vida e saúde, títulos de capitalização, planos de previdência complementar aberta e administração de bens;
 V. A administração, comercialização ou disponibilização de planos privados de assistência odontológica a pessoas jurídicas e/ou físicas;

VI. Efetuar operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior;
 VII. Realização de qualquer atividade regulada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pela Agência Nacional de Saúde – ANS;
 VIII. A prestação de serviços complementares ou relacionados a aqueles empreendidos pelas sociedades citadas nos itens anteriores, assim como serviços a entidades financeiras; e
 IX. A participação em sociedades voltadas para as finalidades anteriormente referidas.
 A Banrisul Seguridade possui 100% de participação na Banrisul Corretora de Seguros S.A. ("Banrisul Corretora de Seguros"), responsável pela comercialização de seguros, planos de previdência privada aberta, títulos de capitalização via canal bancário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). As empresas iniciaram as atividades operacionais em 01 de janeiro de 2021.
Desempenho Financeiro
Lucro Líquido
 A companhia registrou, no seu primeiro ano de atividades, lucro líquido de R\$ 103,8 milhões.
 O lucro líquido da Banrisul Seguridade é proveniente predominantemente da participação societária na Banrisul Corretora de Seguros S.A. Além da Receita de Participação Societária, a Companhia obteve também Receitas Financeiras decorrentes da aplicação de ativos rentáveis.

Balanco Patrimonial
 No tocante ao primeiro Balanco Patrimonial Individual e Consolidado da Companhia, cumpre destacar:
Ativo Total – Em 31 de dezembro de 2021 o Ativo Total Consolidado encerrou o exercício com R\$ 177,7 milhões, composto predominantemente por caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e comissões a receber.
Passivo Total – O Passivo Total Consolidado encerrou o exercício com um montante de R\$ 114,8 milhões, composto, na sua maioria, por obrigações fiscais e sociais e dividendos a pagar.
Patrimônio Líquido – O Patrimônio Líquido Consolidado alcançou R\$ 62,9 milhões, em decorrência do reconhecimento do resultado do período e da sua destinação.
Política de Distribuição de Dividendos
 Os lucros líquidos apurados foram distribuídos da seguinte maneira:
 a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal, até alcançar o limite previsto em Lei;
 b) Uma quota em percentual do lucro líquido, conforme previsto na Lei nº 6.404/76, destinada ao pagamento de dividendos, não cumulativos aos acionistas;
 c) 65% (cinco por cento) para a constituição do Fundo de Reserva, destinado para o aumento do capital social, fundo esse que não poderá ultrapassar o limite do capital social da Companhia; e
 d) O Saldo terá o destino que for deliberado pela Assembleia Geral.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (em milhares de reais)

Ativo	Nota	Seguridade		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Seguridade	
		31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante	56.514	5.000	175.980	Passivo circulante	11	50.943	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	Obrigações fiscais e sociais	11	50.943	-
Aplicações financeiras	6	5.149	-	Dividendos a pagar	15(c)	50.936	-
Comissões a receber	7	-	20.272	Contas a pagar	12	2	-
Dividendos a receber	9	51.365	-	Comissões a apropriar	13	-	4.522
Outros ativos	8	-	5.000	Passivo não circulante	-	-	15.060
Ativo não circulante	117.175	-	4	Comissões a apropriar	13	-	4.596
Realizável a longo prazo	57.365	-	1.279	Patrimônio líquido	15	62.936	5.000
Ativos diferidos	10	-	1.279	Capital social	-	10.000	5.000
Investimentos	57.365	-	-	Reservas de lucros	52.936	-	-
Participações em controladas	9	57.365	-	Total do passivo e patrimônio líquido	113.879	5.000	177.750
Total do ativo	113.679	5.000	177.750				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PERÍODO DE 23 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Seguridade		Fluxo de caixa das atividades de investimento	Nota	Seguridade	
		31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido ajustado	187	-	157.354	Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	16	103.917	-
Ajustes do lucro líquido	-	-	-	Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	Integralização de capital social em controlada	-	-	-
Variáveis de ativos e obrigações	(187)	(5.000)	(162.347)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(5.000)	-	5.000
(Aumento) em aplicações financeiras	(5.149)	-	(155.697)	Integralização de capital	-	-	-
(Aumento) em comissões a receber	-	-	(20.272)	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	5.000	5.000	5.000
(Aumento) em outros ativos	5.000	(5.000)	4.596				
Aumento em obrigações fiscais e sociais	2	-	346				
Aumento em contas a pagar	2	-	13.733				
Aumento em comissões a apropriar	-	-	19.582				
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42)	-	(25.035)				
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(42)	(5.000)	(4.993)				
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(5.000)	-	-				
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(5.000)	-	-				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	5.000	5.000	5.000				
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	5.000	5.000	5.000				
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	-	7				
Varição de caixa e equivalentes de caixa	-	-	7				
No início do exercício/período	-	-	-				
No final do exercício/período	-	-	-				
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	-	7				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PERÍODO DE 23 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (em milhares de reais)

Recargas	Nota	Seguridade		Reservas de lucros	Nota	Seguridade		Lucros acumulados	Total
		31/12/2021	31/12/2020			Para expansão	31/12/2021		
Recargas	17	103.730	-	Capital social suscrito	10.000	(5.000)	-	-	5.000
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	Capital social a integralizar	10.000	(5.000)	-	-	5.000
Recargas de comissões, líquidas	-	-	-	Legal	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-	171.650	Estatutária	-	-	-	-	-
Recargas de comissões, líquidas	-	-	-	Para expansão	-	-	-	-	-
Lucro bruto	103.730	-	160.908	Lucros acumulados	-	-	-	-	5.000
Recargas (despesas) operacionais	(17)	(27)	(17.621)						
Despesas administrativas	19	(17)	-						
Despesas com pessoal	19	-	-						
Despesas tributárias	-	(10)	-						
Outras receitas/(despesas)	-	-	27						
Lucro antes do resultado financeiro	18	103.730	153.134						
Resultado financeiro	18	214	4.220						
Recargas financeiras	-	214	4.220						
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	103.917	-	157.354						
Imposto de renda e contribuição social	16	(45)	(53.482)						
Correntes	-	(45)	-						
Diferido	-	-	1.770						
Lucro líquido do exercício/período	103.872	-	103.872						
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	-	-	10,39						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PERÍODO DE 23 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

Receita operacional	Nota	Seguridade		Resultado líquido
		31/12/2021	31/12/2020	
Receita operacional	17	103.730	-	171.650
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-
Recargas de comissões, líquidas	-	-	-	171.650
Custo dos serviços prestados	-	-	171.650	(10.742)
Lucro bruto	103.730	-	160.908	(17.774)
Recargas (despesas) operacionais	(17)	(27)	(17.621)	(6.30)
Despesas administrativas	19	(17)	-	(196)
Despesas com pessoal	19	-	-	27
Despesas tributárias	-	(10)	-	153.134
Outras receitas/(despesas)	-	-	27	4.220
Lucro antes do resultado financeiro	18	103.730	153.134	4.220
Resultado financeiro	18	214	4.220	157.354
Recargas financeiras	-	214	4.220	(53.482)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	103.917	-	157.354	(55.252)
Imposto de renda e contribuição social	16	(45)	(53.482)	1.770
Correntes	-	(45)	-	103,872
Diferido	-	-	1.770	10,39
Lucro líquido do exercício/período	103.872	-	103.872	
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	-	-	10,39	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PERÍODO DE 23 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (em milhares de reais)

Lucro líquido do exercício/período	Nota	Seguridade		Resultado líquido
		31/12/2021	31/12/2020	
Lucro líquido do exercício/período	103.872	-	103.872	103.872
Resultados abrangentes do exercício/período	103.872	-	103.872	103.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PERÍODO DE 23 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (em milhares de reais)


Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Seguridade		Fluxo de caixa das atividades de investimento	Nota	Seguridade	
		31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido ajustado	187	-	157.354	Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	16	103.917	-
Ajustes do lucro líquido	-	-	-	Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	Integralização de capital social em controlada	-	-	-
Variáveis de ativos e obrigações	(187)	(5.000)	(162.347)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(5.000)	-	5.000
(Aumento) em aplicações financeiras	(5.149)	-	(155.697)	Integralização de capital	-	-	-
(Aumento) em comissões a receber	-	-	(20.272)	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	5.000	5.000	5.000
(Aumento) em outros ativos	5.000	(5.000)	4.596				
Aumento em obrigações fiscais e sociais	2	-	346				
Aumento em contas a pagar	2	-	13.733				
Aumento em comissões a apropriar	-	-	19.582				
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42)	-	(25.035)				
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(42)	(5.000)	(4.993)				
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(5.000)	-	-				
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(5.000)	-	-				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	5.000	5.000	5.000				
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	5.000	5.000	5.000				
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	-	7				
Varição de caixa e equivalentes de caixa	-	-	7				
No início do exercício/período	-	-	-				
No final do exercício/período	-	-	-				
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	-	7				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E PERÍODO DE 23 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (em milhares de reais)


Recargas	Nota	Seguridade		Reservas de lucros	Nota	Seguridade		Lucros acumulados	Total
		31/12/2021	31/12/2020			Para expansão	31/12/2021		
Recargas	17	103.730	-	Capital social suscrito	10.000	(5.000)	-	-	5.000
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	Capital social a integralizar	10.000	(5.000)	-	-	5.000
Recargas de comissões, líquidas	-	-	-	Legal	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-	171.650	Estatutária	-	-	-	-	-
Recargas de comissões, líquidas	-	-	-	Para expansão	-	-	-	-	-
Lucro bruto	103.730	-	160.908	Lucros acumulados	-	-	-	-	5.000
Recargas (despesas) operacionais	(17)	(27)	(17.621)						
Despesas administrativas	19	(17)	-						

PUBLICIDADE LEGAL



SLC AGRÍCOLA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME: 89.096.457/0001-55 - NIRE 43300047521

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA



Convocamos os Senhores Acionistas da SLC Agrícola S.A. ("Companhia"), na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), a se reunirem em Assembleia Geral, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 11h00 ("AG"), de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting ("Plataforma"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 481/09 ("ICVM 481"), a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: Em Assembleia Geral Ordinária: 1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, assim como o Parecer dos Auditores Independentes; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício social e a distribuição de dividendos, nos termos da proposta apresentada pela Administração; 3. Alterar o número de membros do Conselho de Administração, de 5 (cinco) para 6 (seis) membros; 4. Eleger membro do Conselho de Administração; 5. Fixar a remuneração anual global dos Administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Deliberar sobre as alterações e harmonização do Estatuto Social com o novo Regulamento do Novo Mercado e Código Brasileiro de Governança Corporativa, conforme a Proposta da Administração, com a consequente: (a) alteração do seguinte: (i) parágrafo único do artigo 1º; (ii) artigo 2º; (iii) artigo 9º; (iv) artigo 10; (v) parágrafo 3º do artigo 10; (vi) artigo 11; (vii) item IX do artigo 12; (viii) parágrafo 1º do artigo 13; (ix) artigo 16; (x) parágrafos 2º e 3º do artigo 16; (xi) parágrafo segundo do artigo 17; (xii) artigo 18; (xiii) parágrafo 1º do artigo 18; (xiv) item VIII do artigo 19; (xv) item XIII do artigo 19; (xvi) item XXXI do artigo 19; (xvii) item XXXIII do artigo 19; (xviii) artigo 20; (xix) artigo 24; (xx) artigo 25; (xxi) artigo 31; (xxii) parágrafo 3º do artigo 31; (xxiii) artigo 33; (xxiv) artigo 35; (xxv) parágrafo 1º do artigo 35; (xxvi) artigo 39; (xxvii) artigo 41; (xxviii) artigo 49; (xxix) parágrafo 9º do artigo 49; (xxx) parágrafo 10 do artigo 49; e (xxxi) artigo 52; (b) exclusão do seguinte: (i) parágrafo único do artigo 7º; (ii) parte final do parágrafo 1º do artigo 10; (iii) parágrafo 2º do artigo 10; (iv) item XI do artigo 12; (v) parágrafo 3º do artigo 16; (vi) item XXIX do artigo 19; (vii) parágrafo 1º do artigo 20; (viii) artigo 40; (ix) parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 41; (x) artigo 42; (xi) artigo 43; (xii) artigo 44; (xiii) artigo 45; (xiv) artigo 46; (xv) artigo 47; (xvi) artigo 48; (xvii) artigo 50; e (xviii) artigo 51; (c) inclusão do seguinte: (i) inciso x do artigo 3º; (ii) artigo 19; (iii) parágrafo 8º do artigo 16; (iv) itens XXXI, XXXII, XXXVI, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XL, XLI e parágrafo único do artigo 19; (v) artigo 34 e seus parágrafos 1º e 2º; (vi) artigos 35 e 36; e (vii) parágrafo único do artigo 36; (d) realocação do seguinte: (i) parágrafo 2º do artigo 10; (ii) parágrafo 5º do artigo 10; (iii) parágrafo 6º do artigo 10; (iv) itens XXXIV e XXXV do artigo 19; e (v) parte final do parágrafo 1º do artigo 20; (e) alteração de todas as referências à BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros para B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; (f) alteração de todas as referências à Lei das Sociedades por Ações para Lei das S.A.; (g) ajuste dos termos definidos e remuneração de todas as disposições do Estatuto Social e referências cruzadas aos artigos nele contidos em decorrência das alterações acima propostas; e (h) consolidação do estatuto social da Companhia. **Informações Gerais**: Os acionistas ou procuradores que desejarem participar remotamente, por meio da Plataforma, deverão realizar seu pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia **27 de abril de 2022 (inclusive)**, mediante acesso ao link: (<https://plataforma.alfm.adv.br/ALFM/acionista.wpcconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1h1Bxb/od9+2QuGnJJeTAMjLpDzTIO2QWHuo569b8c7o46J>). Os detalhes e informações relevantes e necessárias à orientação do Acionista estão contidas na Proposta de Administração e no Manual de Participação da AG, disponíveis nos sites de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.slcagricola.com.br) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>). A Companhia solicita, além do documento de identificação e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso, a seguinte documentação: - Comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias antes da data da realização da AG; - Instrumento de mandato; - Relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. Nos termos do artigo 5º, §3º da ICVM 481, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação no prazo estabelecido. Após a devida análise do cadastro do Acionista, a Companhia disponibilizará um e-mail contendo novas informações para acesso à Plataforma que transmitirá a AG, devendo o acionista que não receber tal informação até 24 horas antes da data de realização da AG, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores através do e-mail ri@slcagricola.com.br, com cópia para juridico@slcagricola.com.br. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta AG, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. A Companhia adotará para esta AG o procedimento de voto a distância, conforme previsto na ICVM nº 481. Assim, o acionista que optar por exercer direito de voto a distância por meio do Boletim de Voto a Distância, poderá preenchê-lo observadas as orientações e enviá-lo, conforme orientações abaixo: (1) À COMPANHIA: juntamente com o Boletim, o Acionista deve enviar os seguintes documentos: (i) Pessoa Física - documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional. (ii) Pessoa Jurídica (PJ) e Fundos de Investimento (FI) - a) documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional; b) contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (no caso de PJ), ou regulamento consolidado e atualizado do fundo (no caso de FI); e c) documento que comprove os poderes de representação. (2) AO AGENTE DE CUSTÓDIA: para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus Agentes de Custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. (3) AO BANCO ESCRITURADOR: essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no Banco Itaú S.A., que é o banco escriturador da Companhia. O Itaú criou o site Assembleia Digital, uma solução segura onde é possível realizar o voto a distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.ita.com.br/seguritiesservices/assembleiadigital/>. A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o Boletim de Voto a Distância deverá ser recebido em até, no máximo, 7 (sete) dias corridos antes da data de realização da Assembleia Geral Extraordinária, ou seja, até as 23h59min do dia 22 de abril de 2022. Ressalta-se que as orientações detalhadas para o envio do Boletim a cada uma das opções mencionadas acima encontram-se no Manual de Participação em Assembleias, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.slcagricola.com.br) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>). Porto Alegre, 25 de março de 2022. Eduardo Silva Logemann - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
📞 (51) 9 9649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC